

ISSN-01035576 ISSN ONLINE-2594-7869

TRAVESSIA



CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

revista do migrante 85

Publicação do CEM - Ano XXXII, nº 85, Janeiro - Abril/2019



DOSSIÊ ABDELMALEK SAYAD

Bolivianos

Retorno

Haitianos

Sírios

Nova Lei de migração

Cubanos

Palestinos

Nakba

Futebol

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor Chefe

José Carlos Pereira - CEM/MISSÃO PAZ

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP),
Francisco Nunes (Casper Líbero), Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)
José Jorge Gebara (UNESP), Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA e CEMI/Unicamp),
Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar),
Sidney Antonio da Silva (UFAM), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica – MILANO)

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFES), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (USP), Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP-Rio Claro),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/Unicamp),
Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ),
Léa Francesconi (USP), Margarida Maria de Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC),
Neusa de Fátima Mariano (UFSCAR), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),
Rosana Baeninger (Nepo/IFCH/Unicamp), Sidnei Marco Dornelas, cs (CEMLA)

PARECERISTAS AD HOC

Érika Pires Ramos (USP), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Luis Felipe Aires Magalhães (PUC-SP), Patrícia Villen (UNICAMP), Rosemeire Salata (UNESP/CAR),
Tatiana Waldman (Museu da Imigração), Verônica Pessoa (UFCG)

COLABORADORES

Yara Sílvia Tucunduva, Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte
sergioricciuto@gmail.com
www.sergioricciutoconte.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Abdelmalek Sayad: a imigração, sua provisoriedade e seus paradoxos 03
José Carlos Alves Pereira

DOSSIÊ ABDELMALEK SAYAD

Da Síria para São Bernardo do Campo: o cenário do refúgio..... 07
Juliana Carneiro da Silva

Deslocamentos de profissionais cubanos para Roraima: memórias e experiências migratórias (1990-2000) 25
Rennerys Siqueira Silva; Raimunda Gomes da Silva

Entre o retorno e a vida no aqui e agora: facetas da imigração haitiana em Porto Alegre..... 45
Aliziane Bandeira Kersting

Lei de migração e o “novo” marco legal: entre a proteção, a discricionariedade e a exclusão..... 55
Giuliana Redin; Jaqueline Bertoldo

Memórias do “entre”: processos migratórios entre Brasil e Bolívia sob o olhar da infância..... 73
Camila Daniel; Jhosely Micaela Seminario Valero

Os paradoxos da imigração entre bolivianos em São Paulo: moradia provisória e a produção da alteridade 91
Fabio Martinez Serrano Pucci

Futebol e imigração: os imigrantes e seus descendentes representados nas seleções nacionais europeias 101
Guilherme Silva Pires de Freitas

Estratégias de mobilidade e permanência na interface dos agenciamentos migrantes 115
Isis do Mar Marques Martins

Os refugiados palestinos e a *nakba*: reflexões sobre Estados nacionais, colonialismo e a proteção internacional nos anos 1950 131
Denise Fagundes Jardim

RESENHAS

Florecer lejos de casa: testimonios de la diáspora venezolana
Ángel Arellano (coord.). Montevideo, Fundación Konrad-Adenauer
- Oficina Uruguay, 2018, 206p. 153
Por Sidnei Marco Dornelas, Cs.

Migraciones en America Central: políticas, territorios y actores
Carlos Sandoval Garcia (org.). San José (Costa Rica), Instituto de
Investigaciones Sociales, 2016, 410 p. 159
Por Sidnei Marco Dornelas, Cs.

Abdelmalek Sayad: a imigração, sua provisoriedade e seus paradoxos

José Carlos Alves Pereira

A presente edição de Travessia traz um conjunto de textos que pretende estabelecer diálogos com a obra de Abdelmalek Sayad, intelectual argelino, que estudou a imigração, especialmente a argelina, na França.

Mas, quem foi Sayad? Raul Afrânio Garcia Jr. (2000) observa que

Abdelmalek Sayad nasceu em um povoado de camponeses da região montanhosa da Cabilia em 1933, entre as duas guerras mundiais; único filho homem de família modesta cujo pai havia sido escolarizado, assim como dois de seus tios. Foi matriculado na escola francesa em 1941, durante a Segunda Guerra. Como explicou, a obstinação de seu pai lhe fez titular de grande privilégio: teve a oportunidade de estudar em escola que abria as portas para o sistema secundário e superior na França, não ficando condenado às fronteiras das escolas destinadas apenas às populações nativas. Para prosseguir os estudos secundários teve que viver em casas de familiares e amigos da cidade próxima a seu povoado de origem. Pôde concluir este ciclo em liceu da periferia de Argel quando seu pai para lá se mudou. Findo o secundário, fez curso para a Escola Normal em Argel, estabelecimento prestigioso de ensino superior francês encarregado da formação de professores primários, onde os alunos dispunham de bolsas e de alojamentos especiais durante os estudos. Ingressou, assim, em estabelecimento de elite que só admitia recrutar 10% de seus efetivos entre os descendentes de população nativa. Após a formatura, ensinou em Argel e em locais conhecidos por serem sedes de comandos da Frente de Libertação da Argélia (FNL). Sua trajetória apresenta, portanto, as marcas daqueles a quem o sistema de ensino, associado a um forte investimento pessoal, em todas as acepções deste termo, proporciona os instrumentos de mobilidade ascendente no espaço social; mas como nada os destinava a ocupar as posições efetivamente conquistadas, a postura reflexiva constitui, nestes casos, tanto um meio de objetivar para tornar conhecido o universo de chegada quanto um instrumento de socioanálise (GARCIA Jr., 2000, p.5-6).

Sayad se dedicou sobre as realidades dos migrantes e da migração e a estreita conexão desta com o colonialismo, com as políticas migratórias e paradoxos intrinsecamente ligados à condição de imigrante, além das relações sociais construídas entre estes e as respectivas sociedades de origem e de destino da migração.

Ao propor a reflexão sobre o caráter “provisório” do imigrante, na sua dimensão política, sociológica, econômica etc., Sayad observa que os imigrantes são os primeiros interessados na sua condição de provisoriedade, o que lhes alimenta a ilusão de um retorno sem a qual não suportariam a realidade de marginalização social que lhes é imposta pelo país, sociedade de destino. Mas, esta mesma sociedade e o seu Estado também se interessam em elaborar e manter um estatuto de provisoriedade do imigrante – mesmo que este se mantenha, de fato, presente. Neste caso, esta provisoriedade constitui um alibi para não incluí-lo como um seu cidadão, isto é, para não inclui-lo plenamente no acesso às políticas públicas e direitos sociais destinados aos seus nacionais (Sayad, 1998).

De acordo com Sayad, o paradoxo da provisoriedade, que influencia as formas como os migrantes são percebidos e tratados politicamente, economicamente, socialmente, culturalmente, também perpassa as comunidades de origem e de destino dos migrantes.

São, em seguida, as comunidades de origem (quando não é a sociedade de origem por inteiro) que fingem considerar seus emigrantes como simples ausentes: por mais longa que seja a sua ausência, estes últimos são chamados, evidentemente (quando não por necessidade), a retornar, idênticos ao que eram, ao lugar que jamais deveriam ter abandonado e que só abandonaram provisoriamente. É, por fim, a sociedade de imigração que, embora tenha definido para o trabalhador imigrante um estatuto que o instala na provisoriedade enquanto estrangeiro (de direito, mesmo se não o é sempre, ou, se o é pouco, de fato) e que, assim, nega-lhe todo direito a uma presença reconhecida como permanente, ou seja, que exista de outra forma que não na modalidade do provisório contínuo e de outra forma que não na modalidade de uma presença apenas tolerada (por mais antiga que seja essa tolerância), consente em tratá-lo, ao menos enquanto encontra nisso algum interesse, como se esse provisório pudesse ser definitivo ou pudesse ser prolongar de maneira indeterminada (SAYAD, 1998, p. 46).

Essa complexidade que define o imigrante é característica marcante em todos os estudos de Sayad, conformando uma base teórica e metodológica para a concepção da migração como um fato social total. É a partir dessa perspectiva

que os textos dessa edição pretendem estabelecer, de forma objetiva e subjetiva, um diálogo com Abdelmalek Sayad, retomando criticamente, na medida do possível, conceitos e propostas teóricas do autor.

A Revista Travessia publicou, em janeiro de 2000, uma edição especial sobre Sayad, na qual o autor faz uma análise sobre o “retorno” como um elemento complexo, paradoxal e constitutivo da condição de imigrante e seu caráter provisório.

Nos textos da presente edição, alguns diálogos com a obra de Sayad são mais diretos, objetivos como as abordagens sobre nakba, colonialismo, retorno, paradoxos da imigração, política migratória, trabalho etc., outros trazem um caráter mais subjetivo, mas nem por isso menos interessante, como os textos que discutem sobre memória, deslocamentos de trabalhadores cubanos etc.

Em *“Da Síria para São Bernardo do Campo: o cenário do refúgio”*, Juliana Carneiro da Silva aponta para a articulação entre o caráter de parentalidade e o refúgio em São Bernardo, além das especificidades desse município como um destino de refugiados.

Já em *“Deslocamentos de profissionais cubanos para Roraima: memórias e experiências migratórias”*, Rennerys Siqueira Silva e Raimunda Gomes da Silva, utilizando metodologia da história oral e o uso de jornais impressos, abordam sobre as motivações da migração de cubanos para o Brasil, na última década do Século XX.

Em *“Entre o retorno e a vida no aqui e agora: facetas da imigração haitiana em Porto Alegre”*, Aliziane B. Kerting aborda sobre construção de territorialidades que informam possibilidades de fixação e também de retorno dos migrantes. A metodologia utilizada é a antropologia em escala humanitária contemplando as trajetórias e narrativas de imigrantes haitianos em um bairro periférico de Porto Alegre.

No texto *“Lei de Migração e o ‘novo’ marco legal: entre a proteção, a discricionariedade e a exclusão”*, Giuliana Redin e Jaqueline Bertoldo abordam sobre o caráter de exclusão e de securitização da Lei de Migração (Lei 13.445/2017). A sua abordagem oferece um contraponto à propalada narrativa estatal, e de alguns grupos sociais, de que a Nova Lei de migração fortalece os Direitos Humanos.

Em *“Memórias do ‘entre’: processos migratórios entre Brasil e Bolívia sob o olhar da infância”*, Camila Daniel e Jhosely M. S. Valero oferecem uma análise original sobre a imigração boliviana a partir de relatos de imigrantes que não nasceram, mas cresceram em São Paulo. Os relatos colhidos trazem à tona a memória de suas infâncias na metrópole paulista.

“Os paradoxos da imigração entre bolivianos em São Paulo: moradia provisória e a produção da alteridade” é o texto de Fábio M. S. Pucci que aborda sobre a relação entre trabalho, moradia, alteridade, centralidade do trabalho e a ‘ilusão do provisório’ entre migrantes bolivianos em São Paulo. O autor aponta as diversas formas de construção de territórios bolivianos na cidade.

“Futebol e imigração: os imigrantes e seus descendentes representados nas seleções nacionais europeias” é o texto de Guilherme S. P. Freitas sobre as mudanças no futebol, que passou de um esporte típico da elite britânica para uma modalidade esportiva de massas. Esta transformação também apresenta um caráter multicultural e multiétnico dos atletas que compõem clubes e selecionados europeus.

Em *“Estratégias de mobilidades e permanência na interface dos agenciamentos migrantes”*, Isis do Mar M. Martins aborda sobre as múltiplas estratégias de agenciamento, mobilidade e de permanência de migrantes que exploram a dimensão do trabalho, como um fator que caracteriza e influencia a condição migratória. O enfoque do texto é colocado sobre peculiaridades da territorialidade da imigração haitiana no Brasil.

Já em *“Os refugiados palestinos e a nakba, reflexões sobre Estados nacionais, colonialismo e proteção internacional nos anos 1950”*, Denise F. Jardim apresenta a historicidade de dispositivos internacionais humanitários, evidenciando as suas “ilusões” jurídicas. O artigo ainda aponta para documentos que estimulam e produzem a ideia de “provisoriedade dos migrantes”, o que implica na formulação de políticas migratórias nem sempre adequadas às suas realidades. O estudo mostra como as ações dos Estados remetem diretamente à questão colonial como um elemento de limitação aos direitos de cidadania.

Boa leitura.

REFERÊNCIAS

GARCIA Jr. R. A. Abdelmalek Sayad – o desenraizamento feito lucidez. **Travessia**, edição especial, jan. de 2000.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

Da Síria para São Bernardo do Campo: o cenário do refúgio

*Juliana Carneiro da Silva**

1 INTRODUÇÃO

O processo migratório envolve não apenas um deslocamento geográfico, mas também movimentos e transformações nas esferas das relações pessoais, da cultura, da inserção econômica, entre outras, movimentos estes que, conforme aponta Sayad (1999, p. 165), não são apenas fruto do processo migratório e das mudanças que lhe são inerentes, mas também a sua causa.

Se considerarmos o processo de deslocamento forçado, que tem como epicentro o conflito que se desenvolve na Síria desde 2011, veremos que a tese de Sayad (1999) continua atual: é notável, nas narrativas dos sírios que se refugiam no Brasil, a ideia de deterioração das condições de vida e de laços sociais antes da emigração; da mesma forma, podemos observar como o deslocamento forçado age para operar transformações em diversas esferas da vida, dentre as quais destaco as que ocorrem com o parentesco, pois compreendo que ele se relaciona intimamente com as dinâmicas migratórias (BRYCESON e VUORELLA, 2002; MACHADO, 2015).

Partindo de uma pesquisa etnográfica junto a sírios que se refugiam na cidade, pretendo descrever como meus interlocutores concebem e vivenciam o parentesco e investigar como tais vivências e concepções se relacionam com o processo de refúgio.

Dialogo com nove refugiados que moram em São Bernardo e que conheci majoritariamente por meio de instituições islâmicas (Igreja, Associações, Consulados), sendo que oito deles estão com parentes no município. Como comecei minha inserção em campo por meio dessas instituições. Antes de decidir por situar meu trabalho em São Bernardo do Campo, empreendi uma pesquisa exploratória também em São Paulo e Sorocaba, onde conheci alguns refugiados cristãos, outros que não se consideram religiosos e também alguns muçulmanos; embora o foco da minha pesquisa seja São Bernardo do Campo, os dados obtidos na pesquisa exploratória em outras cidades compõem a pesquisa de forma lateral na medida em que podem endossar ou questionar dados obtidos em São Bernardo.

* *Juliana Carneiro da Silva é doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), graduou-se em Ciências Sociais na mesma universidade. Trabalha com a temática das migrações desde 2013.*

Da mesma forma, o desenvolvimento da pesquisa naquela cidade levou-me a entrar em contato também com estrangeiros nacionais de outros países, como o Líbano, o Egito e o Iraque, e com brasileiros, particularmente funcionários das instituições islâmicas de São Bernardo do Campo.

Dedico-me neste artigo a descrever o cenário do refúgio sírio na referida cidade, ressaltando a singularidade dos sírios frente a outras nacionalidades que se refugiam no país e as especificidades de São Bernardo do Campo enquanto sociedade receptora. Abordarei igualmente algumas articulações iniciais entre tal cenário e as relações de parentesco.

Ainda em função do estágio inicial da pesquisa de campo, optei por não identificar nominalmente meus interlocutores. Esta escolha também se justifica pelo fato de eu estar lidando com populações, politicamente e socialmente, vulneráveis.

2 OS CAMINHOS DO REFÚGIO SÍRIO

Como se sabe, o conflito que se desenvolve na Síria desde 2011 tem, como uma de suas consequências, o deslocamento forçado de um grande contingente populacional: de acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), referentes a 19 de abril de 2018, o conflito sírio gerou 6,6 milhões de deslocados internos e mais de 5,6 milhões de deslocados externos¹.

Com relação aos deslocados externos, devemos destacar o papel dos países vizinhos como sendo primeiros e principais receptores desta população. De acordo com Denaro (2016), mais de 4,8 milhões de sírios foram registrados como refugiados nos países da região conhecida por MENA² (Middle East and North Africa Region ou Oriente Médio e África do Norte), o que não significa que tenham aí permanecido. De fato, como relata a autora, com o desenvolvimento do conflito e o aumento da pressão sobre os países da região, houve uma diversificação de destinos e trajetórias de refúgio (as quais podem incluir mais de um país), sem, contudo, modificar a proeminência numérica dos países vizinhos na recepção daqueles refugiados. Em janeiro de 2018, a Turquia, por exemplo, recebia sozinha 3.466.263 refugiados sírios³.

Em contraste, no Brasil, os sírios perfaziam 35% dos 5.134 refugiados no final de 2017 (BRASIL, 2017), consolidando-se como a maior nacionalidade refugiada no país. Para Navia (2014), o pequeno número de refugiados reconhecidos pelo Brasil (até dezembro de 2017, foram 10.145, somando-se todas as nacionalidades⁴) se deve, em parte, à própria política brasileira, pois os mecanismos que reconhecem sujeitos como refugiados no país são bastante seletivos e excludentes de forma a não acarretar grandes custos/ riscos econômicos ou diplomáticos para o Brasil, nem ferir sua imagem de país acolhedor (NAVIA, 2014, p. 32-33). Ademais, o Brasil fica distante de regiões

de conflito como a Síria, e o acesso ao país é mais difícil e custoso. O grande afluxo de venezuelanos mostra que, apesar da seletividade na política, quando há acesso possível, a entrada de refugiados ocorre.

Com relação aos sírios, contudo, o que se observa é que o Brasil tem sido bastante eficiente na concessão de refúgio – o balanço feito pelo ACNUR, para os anos de 2010 a 2014 (ACNUR, s.d.), mostra uma taxa de elegibilidade de 100% para os sírios, e os balanços publicados pelo Ministério da Justiça, em 2017 e 2018, mostram que foram eles os que tiveram o maior número de solicitações de refúgio deferidas em 2016 e 2017, mesmo que não tenham sido a nacionalidade que mais o solicitou (BRASIL, 2017; BRASIL, 2018). Sendo assim, poder-se-ia especular que o pequeno número de refugiados sírios no Brasil, se comparado com a quantidade de deslocados externos pelo conflito na Síria, pode ser justificado pela distância entre os dois países e pelos custos de transporte. Em uma rápida pesquisa na internet, encontrei passagens para maio de 2019, saindo de Beirute (Líbano)⁵ e chegando em São Paulo, com valor por volta de R\$ 2.000, o que hoje corresponde a 526,7733 dólares ou 271.296,7987 libras da Síria (SYP). Apenas para dar uma ideia do valor da passagem em relação ao poder aquisitivo da população síria, poderíamos citar que, entre os anos de 2007 e 2009, as camadas mais pobres da população de Damasco ganhavam no máximo 10.000 SYP por mês (HONEYSETT, 2013, p. 29).

Para além disso, devemos considerar também que, segundo meus interlocutores, muitos sírios preferiram migrar para países da Europa, por exemplo, em função das políticas sociais destinadas aos refugiados (frente a uma alegada deficiência brasileira neste quesito), enquanto que muitos dos que vieram ao Brasil só o fizeram porque ele era o único país que permanecia com as portas abertas aos sírios. (Denaro (2016, p. 78) relata, por exemplo, o endurecimento das políticas migratórias na Europa e o fechamento das fronteiras dos países vizinhos).

Este contraste entre o Brasil e outros países receptores dos deslocados pelo conflito sírio pode ser ilustrado pela trajetória de um jovem que conheci em São Bernardo do Campo. Sendo o único membro da família (pais e dois irmãos) em condições de servir ao exército, assim que o conflito começou, seus pais decidiram que ele deveria deixar o país. Para tanto, interrompeu a faculdade, foi sozinho para o Líbano e de lá mandou pedido para várias embaixadas, recebendo resposta negativa de todas. Conversou então com um amigo que morava no Brasil, o qual não recomendou sua vinda, mas como as outras embaixadas estavam dificultando o processo enquanto a brasileira estava facilitando, ele decidiu arriscar.

Se voltarmos aos números, veremos que foi a partir de 2013 que os sírios começaram a figurar nas estatísticas do ACNUR sobre refúgio no Brasil (ACNUR, s.d.), sendo que, em 2014, já eram a maior nacionalidade refugiada no país, perfazendo 20% do total. O ano de 2014 constituiu o pico de solicitações de refúgio por parte desta nacionalidade (1.075 solicitações) (ACNUR, s.d.), mas a proeminência numérica é mantida até o presente momento.

Poderíamos associar a guinada da presença síria no Brasil à promulgação, por parte do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare)⁶, de uma Resolução visando facilitar a concessão de vistos para os deslocados pelo conflito sírio (BRASIL, 2013). Essa facilidade de obter os documentos necessários para a chegada ao Brasil figurou na fala de vários de meus interlocutores, não apenas em São Bernardo do Campo. A essa facilidade burocrática se soma ainda a possibilidade de chegar ao Brasil por meios seguros (avião), enquanto que outros destinos, como países europeus, só poderiam ser acessados via mar, segundo meus interlocutores.

Ainda sobre a relação entre o fluxo de sírios para o Brasil e a Normativa promulgada pelo Conare, é preciso notar, contudo, que o número de solicitações de refúgio por parte de sírios registrou uma queda, pelo menos a partir de 2016 (não encontrei dados para o ano de 2015), mesmo que, em setembro de 2015, a Resolução do Conare, que facilita a concessão de vistos para deslocados pelo conflito sírio, tenha sido renovada por mais dois anos. Isso significa que outros fatores, além dos aspectos legais, podem estar influenciando esse fluxo migratório.

Ainda que o estágio inicial da pesquisa não tenha permitido compreender quais são e como atuam esses outros fatores, é preciso dizer que a pesquisa de campo tem apontado para a importância dos laços históricos entre o Brasil e a Síria para a chegada e o estabelecimento de refugiados sírios em São Bernardo do Campo e nas outras cidades onde realizei pesquisa de campo exploratória (Sorocaba e São Paulo), sendo inclusive uma das justificativas elencadas na promulgação da resolução do Conare (BRASIL, 2013).

Sabe-se que a passagem do século XIX para o século XX foi palco de processos migratórios que tiveram sua origem em países do Oriente Médio, particularmente os atuais Síria e Líbano, e o Brasil como destino. De acordo com Karam (2009, p. 30-31), até a década de 1920, os que emigravam dessas regiões eram designados pelo governo brasileiro como “turcos”, visto que portavam passaportes emitidos pelo Sultanato Otomano. Posteriormente, quando já se havia criado a Síria e o Líbano como entidades geopolíticas, passou-se a empregar as categorias “sírio” e “libanês”. Segundo Truzzi (2016), os primeiros imigrantes eram em sua maioria cristãos, sendo que foi só depois de 1960 que os muçulmanos passaram a ser majoritários.

Deve-se considerar ainda que aqueles fluxos não foram compostos apenas por diferentes ondas migratórias que partiram do Oriente Médio em direção ao Brasil, mas igualmente por outros tipos de deslocamento de pessoas, como peregrinações, visitas à família, celebração ou busca de casamentos, viagens para aprendizado da língua e dos costumes árabes, entre outros (OSMAN, 2016; JARDIM, 2007).

No Brasil, esta intensa relação reverberou de diversas formas. Poderíamos pensar com Lesser (2001) a constituição de uma etnicidade sírio-libanesa; em arranjos familiares com Truzzi (2008), Osman (2016) e Jardim (2007); na

conformação de comunidades religiosas com Pinto (2005), Chagas (2009), Montenegro (2002) e Truzzi (2016), apenas para citar alguns. Por ora importa ressaltar a constituição de organizações ligadas a estes fluxos, como igrejas, mesquitas, centros islâmicos e escolas, e a presença de um número considerável de árabes e descendentes na população brasileira. De acordo com os dados levantados por Karam (2009, p. 28) junto a brasileiros de origem sírio-libanesa, estes compõem um contingente de algo entre 6 e 10 milhões de pessoas⁷.

Destaco a presença de um contingente populacional de origem sírio-libanesa e a existência de instituições criadas a partir desse processo migratório porque, conforme dados levantados até o presente momento, os processos de refúgio de cidadãos sírios têm se valido das conexões forjadas entre Oriente Médio e Brasil para se desenvolver. Muitos de meus interlocutores, não apenas em São Bernardo, contaram, e ainda contam, com o auxílio de parentes ou amigos árabes que moram há anos no Brasil para se instalar no país. Outros recorreram, e ainda recorrem, às instituições (Igrejas, Associações, Consulado) criadas a partir desses fluxos migratórios.

Visto que nem todas as nacionalidades que se refugiam no Brasil contam com fluxos transnacionais tão ativos e antigos como os que ligam a Síria ao Brasil, podemos apostar na hipótese de que as redes de apoio disponíveis para os refugiados de outras nacionalidades, como congolese⁸ e colombianos, devem ser menos extensas do que as que englobam sírios, libaneses e outras populações oriundas do Oriente Médio, como os palestinos.

Os trabalhos de Tannuri (2010) e Navia (2014) sobre congolese e colombianos, respectivamente, apontam para as dificuldades enfrentadas por esses coletivos no processo de obtenção do status de refugiado e no desenvolvimento da vida no Brasil. Isso não significa que não possam contar com apoios diversos nesses processos: Tannuri (2010) aponta para o importante papel desempenhado pelo grupo de *les vieux* (os antigos, instalados na cidade nos anos 1990) entre os congolese no Rio de Janeiro na busca por emprego e nos trâmites burocráticos brasileiros; indica ainda a existência de uma associação de refugiados congolese e angolanos (Comunidade Ango-Congolese do Brasil - CACB).

Navia (2014), por outro lado, menciona que seus interlocutores receberam apoio de diversas instituições religiosas não oficialmente ligadas aos mecanismos do refúgio no Brasil (ver nota 4), como igrejas cristãs não católicas e mesquitas. Apesar disso, ao menos para os agentes das organizações que se destinam a trabalhar com os processos de reassentamento de refugiados⁹, a experiência dos colombianos é bastante diferente da dos palestinos, que contam com a presença de uma “comunidade palestina” no país¹⁰.

Vemos, portanto, como a experiência dos refugiados sírios é singular. Além de contarem (ou terem contado) com instrumentos legais que facilitam o processo de solicitação de refúgio (a simplificação do processo para obtenção

de visto de viagem por meio da Resolução do Conare (BRASIL, 2013)) e de terem altas taxas de deferimento dessas solicitações, os sírios chegam em uma localidade em que a arabicidade faz, de forma mais ou menos proeminente, parte da realidade local (LESSER, 2001), onde muitos patrícios prosperaram por meio do comércio (TRUZZI, 1997) e onde existem instituições e particulares que podem atuar na recepção dos recém-chegados e auxiliar no desenvolvimento de suas vidas no país.

3 O REFÚGIO SÍRIO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

Em artigo de 2008, Oswaldo Truzzi destaca a região metropolitana de São Paulo (onde se localiza São Bernardo do Campo) como um local que hoje concentra muitas famílias muçulmanas de origem árabe (particularmente libanesa), sobretudo no entorno de mesquitas. Lembrando que a migração dos atuais Síria e Líbano para o Brasil foi majoritariamente cristã, o autor indica que esses “núcleos muçulmanos” teriam se formado a partir da década de 1950 em função de uma crise econômica no Líbano.

Ainda segundo o autor (TRUZZI, 2008), aquele seria um grupo bastante homogêneo, embora comporte tanto sunitas quanto xiitas¹¹, visto que são originários em sua maioria de uma mesma região, o vale do Bekaa. Tal fato, de acordo com um funcionário brasileiro de uma das instituições islâmicas de São Bernardo do Campo, traria como corolário o fato de, atualmente, esses mesmos imigrantes e seus descendentes comunicarem-se, em São Bernardo, em um dialeto específico da região de onde vieram, o qual é dificilmente compreensível para aqueles que falam outros dialetos ou que, como ele, aprenderam o árabe clássico. Ainda segundo este funcionário, o árabe clássico só seria empregado pelos libaneses em São Bernardo nos momentos das orações.

Aquela homogeneidade seria acompanhada, para Truzzi (2008), de outras, como por exemplo, a conformação de comunidades em que os limites do islamismo tendem a coincidir com os da arabicidade (mesmo que contenham fiéis brasileiros revertidos ao islã) e a atividade profissional (comércio de móveis populares e de confecções, especialmente jeans no Brás, bairro localizado na região central de São Paulo). Este último aspecto é bastante conhecido na cidade, sendo que várias pessoas com as quais conversei associaram os “libaneses de São Bernardo” às inúmeras lojas de móveis que se encontram na região da rua Jurubatuba.

Dentro desse cenário, São Bernardo do Campo se destaca por possuir uma ampla rede de instituições islâmicas bastante atuantes, inclusive na acolhida de refugiados. Em 2015, 15 famílias sírias eram atendidas pelo Centro de Divulgação do Islam para a América Latina (CDIAL) (BORBA e MOREIRA, 2016). Ainda segundo Borba e Moreira (2016), esta instituição já auxiliou pessoas de outras origens, como iraquianos, senegaleses e bósnios.

Além do CDIAL, São Bernardo do Campo conta com o escritório da WAMY (Assembleia Mundial da Juventude Islâmica), a Assistência Social Islâmica Internacional, a editora Makkah e a mesquita sunita Abu Bakr Assadic (FERREIRA, 2009). Tais instituições congregam não apenas árabes e descendentes, como também brasileiros sem origem árabe e estrangeiros de outras nacionalidades.

De acordo com informações disponíveis em Ferreira (2009), tal cenário faz de São Bernardo do Campo uma referência para os muçulmanos, particularmente os sunitas, que são a maioria da população síria (HONEYSETT, 2013, p. 208). Assim, podemos especular que São Bernardo do Campo tem um lugar de destaque no atual fluxo de sírios para o Brasil.

De fato, as primeiras experiências em campo têm apontado para a importância da presença de uma forte comunidade árabe e islâmica em São Bernardo para a chegada dos deslocados pelo atual conflito sírio. Algumas das pessoas com as quais conversei optaram por morar na cidade por possuírem parentes que se instalaram há anos na cidade, enquanto uma moça que conheci acabou chegando a São Bernardo juntamente com o marido após descobrir, pela internet, a existência da mesquita Abu Bakr Assadic.

Da mesma forma, tenho podido observar a importância das instituições islâmicas no desenvolvimento da vida dos refugiados sírios em São Bernardo do Campo, ao menos nos meses que se seguem à sua chegada à cidade. A mesquita e o Centro de Divulgação do Islam para a América Latina, instituições interligadas, tem atuado junto aos refugiados sírios particularmente no que tange à obtenção de moradia e ao aprendizado do português. Como exemplo dessa atuação, poderia mencionar o caso de um casal que já está no Brasil há cerca de cinco anos: quando chegaram e não tinham condições de pagar por uma moradia, ficaram hospedados na casa de um fiel da mesquita e posteriormente viveram em uma casa com o aluguel pago por esta instituição.

Borba e Moreira (2016) mencionam também a atuação do CDIAL para auxiliar o acesso aos serviços públicos de saúde (serviço de tradução árabe-português). Há ainda um colégio particular, ligado à “comunidade árabe” de São Bernardo do Campo, que tem acolhido filhos de refugiados. Além dessas ações práticas, deve-se ressaltar que, em função da religião (islã), muitos fiéis da mesquita têm conhecimento em língua árabe (para além do dialeto regional), o que é bastante importante para os que chegam da Síria sem conhecimento algum do português.

Pelo que pude perceber até o presente momento, apesar de essas instituições e de seus membros atuarem de forma solidária na recepção de refugiados sírios, há certa animosidade entre os libaneses e seus descendentes e os sírios que se refugiam em São Bernardo do Campo. Um dos refugiados com quem conversei apontou que os “libaneses” da cidade dão pouca ou nenhuma ajuda no âmbito do trabalho aos recém-chegados. Segundo me disse, raramente os refugiados conseguem empregos nos comércios que os “libaneses” têm na cidade, tampouco estes incentivam os negócios abertos pelos próprios

refugiados. Apesar disso, pude notar a existência de pelo menos um comércio, cujo proprietário é um refugiado vindo da Síria, no qual parte importante da clientela é composta pelos “libaneses de São Bernardo”¹².

Uma situação semelhante foi observada por Hamid (2012) com relação aos palestinos reassentados em Mogi das Cruzes, De acordo com a autora, havia uma expectativa por parte dos órgãos responsáveis pelo processo de reassentamento de que, considerando a hipótese de uma origem comum (árabe), a comunidade árabe da cidade pudesse ser de grande auxílio no processo de integração dos refugiados palestinos. A autora relata algumas iniciativas dessa comunidade no sentido de acolher os recém-chegados, contudo também verifica uma baixa empregabilidade dos refugiados nos comércios dos árabes e outros afastamentos e tensões entre os estabelecidos e os recém-chegados. Para a autora, tais afastamentos e tensões emergiam não apenas a partir de situações concretas vivenciadas nas relações entre eles, mas também a partir de preconceitos, estereótipos e da comparação entre a trajetória dos primeiros imigrantes (marcada por uma rápida ascensão social através de atividades comerciais (TRUZZI, 1997)) com as destes refugiados.

Em São Bernardo do Campo, a tensão presente nas relações entre “libaneses” e refugiados sírios foi apontada também por dois funcionários do centro islâmico de forma a justificar a pouca presença dos refugiados na mesquita. De acordo com um deles, esta tensão tem raízes na história política do Oriente Médio, visto que, na década de 1980, o exército sírio teria ocupado o Líbano, gerando uma espécie de animosidade dos libaneses em relação aos sírios, a qual encontraria ressonâncias em São Bernardo do Campo.

O episódio, ao qual aludem estes dois funcionários do centro islâmico, tem relação com os desenvolvimentos da Guerra Civil Libanesa (1975-1990), na qual a Síria desempenhou um papel ativo, sendo responsável por ataques a algumas regiões do país vizinho (1982) e pela realização do Acordo de Taif (1989) que deu fim ao conflito e início a um período de 30 anos em que a Síria influenciou o Líbano (MOHAMMED, 2016). Isto é, na verdade, durante a dominação do Império Otomano, o Líbano fazia parte do que se denominava de “Grande Síria”. E isto não significa, exatamente, que a Síria, enquanto Estado-Nação, dominou o Líbano, por sua vez, também como um Estado-Nação.

Contudo, em São Bernardo do Campo, os refugiados sírios não encontram amparo apenas nas instituições islâmicas. Levantei a existência de outras organizações que oferecem serviços a eles: a Pastoral de Promoção Humana da Igreja Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem, uma igreja batista e a Universidade Federal do ABC (UFABC).

A Pastoral da Igreja Matriz, cuja existência descobri apenas recentemente por meio de contatos nos serviços públicos municipais, trabalha em rede com outras organizações no estado de São Paulo para acolher e auxiliar imigrantes e refugiados através da doação de roupas e comidas, além de fornecer suporte em outras questões necessárias para a vida na cidade. Já as outras duas instituições

– igreja batista e UFABC – fornecem cursos de português para imigrantes e refugiados. Deve-se notar ainda que tal universidade possui reserva de vagas para refugiados em seus cursos de graduação.

No âmbito governamental, temos um período de transição que se inicia em 2016, com a saída do Partido dos Trabalhadores (PT), de Luiz Marinho, e a entrada do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de Orlando Morando. Segundo o que pude levantar transitando entre diversos prédios e serviços municipais, durante essa mudança de governo, a Secretaria de Relações Internacionais, colocada por Borba e Moreira (2016) como responsável pela população refugiada no município, foi extinta, sendo que, em 2018, fui informada de que esta pauta seria incorporada, junto a outras pautas ditas identitárias, na Secretaria de Cidadania. A Secretaria de Assuntos Jurídicos e Pessoa com Deficiência (SCJ), a qual, pelo que pude levantar, estava ainda se estruturando em janeiro de 2019, data de minha última ida à cidade. Assim, até o presente momento não consegui obter informações por parte da prefeitura com relação à população refugiada no município e às políticas que lhes são destinadas (se existem). No entanto, conforme soube a partir do diálogo com funcionárias do Departamento de Assistência Social, a prefeitura não dispõe de dados quantitativos sobre a população refugiada no município, pois quem fazia este trabalho era a Secretaria de Relações Internacionais e a SCJ ainda não teria se encarregado disso.

Com relação ao aspecto quantitativo, temos dados lançados recentemente pelo Observatório das Migrações em São Paulo¹³ concernentes ao período entre 2010 e 2016. De acordo com os dados presentes nesse site, São Bernardo do Campo contava, em 2016, com 55 pessoas amparadas pela Lei do Refúgio, sendo que 36 delas nasceram na Síria. Ainda segundo a plataforma, São Bernardo seria a terceira cidade com maior número de refugiados sírios no estado de São Paulo, perdendo apenas para a capital e para Guarulhos.

Neste ponto, é preciso dizer que a pesquisa de campo tem revelado que trabalhar com a ideia de nacionalidade como forma de definir e acessar meus interlocutores (me referindo a eles como refugiados sírios) talvez não seja muito profícua, visto que, em campo, me deparei algumas vezes com a situação de me apresentar como pesquisadora que trabalha com refúgio sírio e o interlocutor em questão não se reconhecer nesta denominação, colocando-se como palestino, ou até se reconhecer nesta denominação, mas posteriormente sublinhar a sua palestinidadade.

Em alguns desses episódios, pude conhecer mais profundamente a trajetória dos interlocutores. No primeiro deles, tratava-se de um senhor que nasceu na Síria, mas é filho de pai palestino e por isso reconhece-se como sírio e palestino; no segundo, tratava-se de um homem solteiro que nasceu em outro país do Oriente Médio, mas teve de mudar-se com a família para a Síria em função de uma guerra. Para ele, que tem vários parentes em São Bernardo, alguns dos quais figuram entre meus interlocutores, toda a sua trajetória é marcada por esse tipo de deslocamento e as reconstruções que ele implica.

Assim, vemos que, embora aqueles dois interlocutores tenham nascido na Síria, ou ali vivido uma parte de sua vida, e, que tenham vindo para o Brasil em função do conflito sírio, não necessariamente se identificam como refugiados sírios, ou até se identificam, mas têm na palestinidadade um elemento fundamental de sua identidade. Neste sentido, talvez seja profícuo, no desenvolvimento da pesquisa, considerar que o fenômeno ao qual dedico meu estudo pode não ser facilmente definido através da ideia de refúgio sírio. Talvez seja preciso ampliar o escopo e passar a considerar a categoria de “deslocados pelo conflito sírio”, embora seja necessário verificar mais a fundo as implicações desta mudança.

Por ora, considerando relevante incluir as histórias dessas pessoas – e assim complexificar minha questão de pesquisa ao invés de “purificar o objeto” tirando as arestas representadas pelas pessoas que não se encaixam plenamente na categoria de “refugiado sírio” – contabilizo, a partir de estimativas com base no mapeamento de possíveis e atuais interlocutores em São Bernardo do Campo, cerca de 46 pessoas deslocadas pelo conflito sírio, sendo que a elas se somam 8 pessoas que, nascidas no Brasil, descendem daquelas.

4 O CENÁRIO DO REFÚGIO SE INTERSECCIONA COM O PARENTESCO

Se, nos dados apresentados pelo Observatório das Migrações de São Paulo, há um equilíbrio entre homens e mulheres na população síria refugiada em São Bernardo do Campo (19 homens e 17 mulheres), entre os meus interlocutores há um significativo desequilíbrio. Das nove pessoas com as quais estou em contato, apenas duas são mulheres. Tal desequilíbrio possivelmente se relaciona com o fato de que conheci a maioria de meus interlocutores por meio da intermediação das instituições islâmicas da cidade, particularmente a mesquita, um espaço mais frequentado por homens do que por mulheres¹⁴. Neste sentido, além de encontrar mais os homens, tanto na mesquita quanto em outros contextos pela cidade, eram sempre eles que os funcionários das instituições islâmicas (majoritariamente homens) indicavam para falar comigo, mesmo que alguns destes funcionários tivessem sugerido que eu começasse minha pesquisa com mulheres.

Apesar de eu ter tentado seguir esse caminho, não obtive sucesso, seja porque, como mencionei, eu era sempre apresentada a homens sírios pelos funcionários das instituições islâmicas, seja porque algumas das mulheres, com quem tentei contato, alegaram que precisariam conversar com o marido para decidir se poderiam ou não participar de minha pesquisa, o que, na maioria das vezes, impossibilitou a continuação do diálogo. Com relação ao estado civil, também verifiquei diferenças entre os meus interlocutores e os dados do Observatório: enquanto estes apontam uma maioria de solteiros

(22 contra 13 casados e 1 com estado civil definido como “outro”¹⁵), meus interlocutores são majoritariamente casados (7), sendo que apenas um não está com a família na cidade.

Sobre as relações entre as esferas do parentesco e o refúgio, objeto de minha pesquisa de doutorado, os dados iniciais obtidos na pesquisa de campo, desenvolvida em julho de 2018 e janeiro de 2019, permitiram entrever uma série de articulações que, por ora, podem ser resumidas em dois eixos: a) de um lado, a articulação entre as dinâmicas familiares e o processo de deslocamento em si, e b) o ajuste do “planejamento familiar” tendo em vista a realidade da vida no Brasil.

Com relação ao primeiro eixo, poderíamos retomar a história do jovem sírio que narrei na segunda seção deste texto. A sua saída da Síria foi um projeto organizado por seus pais, que temiam que o jovem tivesse que servir ao exército. Na verdade, a recusa em servir às forças armadas do país, um ato que implicaria para muitos de meus interlocutores, não só em São Bernardo, a ideia de matar inocentes, figurou como motivo de emigração de um número considerável de pessoas com as quais conversei; outras deixaram a Síria em função de grandes perdas de familiares, de materiais ou em função da deterioração das condições de vida; outros porque temiam pela segurança própria ou de familiares; e outros, ainda, em função das dificuldades de levar a cabo uma gravidez em meio ao conflito. Vemos, portanto, que o parentesco aparece como um mobilizador e um organizador de deslocamentos que, em uma escala macroscópica, apareceriam apenas como reflexo dos conflitos.

Por outro lado, sabemos que o deslocamento não é apenas resultado de dinâmicas sociais existentes, dentre as quais destaquei o parentesco, mas também é produtor e transformador de relações familiares (BRYCESON e VUORELLA, 2002) e MACHADO (2015). Neste sentido, cabe agora voltar nosso olhar ao segundo eixo que destaquei para as relações entre refúgio e parentesco a partir dos dados iniciais de minha pesquisa em São Bernardo do Campo.

Tendo iniciado a pesquisa nas instituições islâmicas da cidade, soube por meio de um dos funcionários do centro islâmico que muitos fiéis o procuram para arranjar casamentos, sendo que ele mencionou, particularmente, o caso de um refugiado sírio que está com problemas na documentação e quer se casar com uma brasileira de forma a facilitar a obtenção desses documentos. Isso é possível porque, conforme soube por meio de conversa com outro refugiado sírio que me foi apresentado por aquele funcionário, o nascimento de um filho em solo brasileiro e/ou o casamento com um cônjuge brasileiro, pode facilitar o pedido de naturalização no país por parte dos pais da criança ou do cônjuge estrangeiro¹⁶.

O refugiado com quem conversei, contudo, pai de duas crianças nascidas na Síria e outras duas no Brasil, enfrentava dificuldades para obter a naturalização em função de outra exigência do governo brasileiro que o havia pego de surpresa. Trata-se da necessidade de ser aprovado no CELP-BRAS, uma prova

para comprovação de domínio da língua portuguesa por parte de estrangeiros no Brasil. De acordo com esse refugiado, tal exigência seria absurda, visto que a prova pediria um nível de português em muito superior ao necessário à vida no Brasil. Para ele, muitos brasileiros, caso submetidos a este exame, não seriam aprovados.

Há que se considerar, porém, que a legislação não é o único fator a influenciar as configurações de parentesco de imigrantes e refugiados, algo que se encontra ilustrado na história de uma refugiada síria que conheci por intermédio de uma ex-funcionária de uma instituição que lida com refugiados na cidade de São Paulo. A refugiada em questão mora em São Bernardo do Campo e veio ao Brasil junto do marido quando estava grávida de seu primeiro filho. Este nasceu logo após a chegada ao país, cerca de cinco anos atrás. Quando esta moça me recebeu em sua casa e conversávamos sobre sua rotina e seus planos para o futuro, perguntei-lhe se ela e o marido pretendiam ter outros filhos. Ela respondeu positivamente, mas adicionou que eles decidiram postergar os planos de uma nova gravidez. Ela, porque a gestação implicaria (para ela) em uma grande necessidade de repouso, o que é difícil quando se tem outro filho pequeno; e ele, porque são estrangeiros e ainda não falam bem o português. Poderíamos especular, a partir da fala do marido e das narrativas de sua esposa, sobre as dificuldades enfrentadas com a gravidez em um país estrangeiro, que tais dificuldades possivelmente influenciaram a decisão de postergar uma nova gravidez.

Os contratemplos enfrentados no Brasil também apareceram como um obstáculo na trajetória de outro refugiado que pude contatar através da mesquita. Este homem enfrentava, em julho de 2018, dificuldades para trazer a São Bernardo os pais e uma irmã, que permaneciam em um país vizinho da Síria. Ele estava muito preocupado, pois o prazo do visto de viagem que tinham obtido estava para vencer e o dinheiro que havia juntado para pagar as passagens precisou ser investido para resolver os problemas de seu comércio, de onde ele tira o seu sustento.

Quando retornei à cidade, em janeiro de 2019, soube que ele havia conseguido o dinheiro necessário para manter o seu comércio e para trazer os pais e a irmã para São Bernardo do Campo. Agora todos moravam na mesma casa. Esta nova situação, longe de ser um “final feliz”, aparece, segundo meu interlocutor, como desafiadora para todos os membros da família, visto que impõe uma reorganização das dinâmicas familiares.

Como no caso de meus interlocutores, para os nuer que se refugiam nos Estados Unidos, as condições de vida presentes no país de refúgio operam transformações nas dinâmicas familiares (HOLTZMAN, 2000). Holtzman (2000) relata transformações nos papéis de gênero a partir de mudanças concernentes à moradia (habitar em pequenos apartamentos nos EUA aumenta a convivência entre marido e mulher, se compararmos com o contexto do Sudão do Sul) e às

tarefas domésticas (com a maior dependência das mulheres em relação aos seus maridos em função da língua e do transporte automotivo, os homens passam a fazer algumas tarefas em conjunto com suas esposas, tarefas estas que, no Sudão do Sul, são consideradas especificamente femininas). Além disso, o autor relata que a legislação dos EUA impõe desafios para os casais nuer, na medida em que as normas referentes ao divórcio, por exemplo, são conflitantes entre os dois contextos, o que passou a engendrar mudanças nas relações de poder entre os casais nos EUA.

Cumprir dizer que, além das particularidades da sociedade receptora, outro fator é central para a reconfiguração do parentesco dos refugiados nuer nos Estados Unidos – o afastamento geográfico em relação à família estendida, elemento que também aparece nos trabalhos de Arsenault (2009) com refugiados colombianos no Quebec, e Al-Ali (2002) com refugiados bósnios na Holanda e no Reino Unido. Esse afastamento opera, em cada caso, determinadas mudanças no parentesco, a depender do papel que a família estendida desempenhava no país de origem e das relações que se constroem com ela no contexto de refúgio.

Deve-se considerar, porém, a partir do caso do refugiado que conseguiu trazer os pais e a irmã para o Brasil e da discussão de Hamid (2012) sobre palestinos reassentados no Brasil, que os deslocamentos são capazes de produzir transformações na esfera do parentesco não apenas a partir do afastamento de parentes, mas também ao aproximar relações (por exemplo, reunindo em uma mesma casa parentes que antes moravam separados). O caso retratado por Hamid (2012) mostra como tais aproximações, particularmente quando impostas pelo processo de refúgio ou pela necessidade financeira, são capazes de gerar (ou reacender) conflitos e tensões. Com relação ao meu interlocutor em São Bernardo do Campo, ainda não sou capaz de descrever quais são as transformações operadas pela aproximação de parentes, questão que deve ser um dos focos dos desenvolvimentos futuros de minha pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, parti de uma discussão sobre os deslocamentos forçados provocados pelo conflito sírio para contextualizar o lugar que o Brasil e São Bernardo do Campo ocupam entre as sociedades receptoras. Vimos que, apesar de o Brasil não se destacar no cenário internacional como um grande receptor de refugiados sírios, o país tem um papel importante na medida em que representa, ao menos para aqueles que têm condições financeiras de arcar com os custos da viagem, uma alternativa segura e eficaz de refúgio. Isto se torna extremamente importante se consideramos o cenário de enrijecimento das políticas migratórias europeias e o fechamento das fronteiras de países fronteiriços à entrada dos deslocados pelo conflito sírio (DENARO, 2016, p. 78).

Argumentei que o fato de o Brasil aparecer como uma alternativa segura e eficaz de refúgio, representando por vezes o único caminho possível, se dá especialmente em função da Resolução promulgada pelo Conare em 2013, e renovada por mais dois anos em 2015, que facilita a concessão de visto para os deslocados pelo conflito sírio, permitindo que estes saiam legal e rapidamente da região e possam solicitar o refúgio no Brasil.

Vimos, porém, que, ao menos outro fator, extra-legal, atua na vinda de sírios ao Brasil: a existência de relações históricas entre os dois países, que, desde o fim do século XIX, veem um significativo trânsito de pessoas entre si. Estes fluxos transnacionais reverberam na presença de um contingente populacional significativo de árabes e descendentes no Brasil, os quais, junto com as instituições que criaram, têm sido mobilizados pelos novos fluxos representados pelos deslocados pelo conflito sírio. Estes dois fatores diferenciam a experiência dos sírios se comparada com outras nacionalidades que se refugiam no Brasil.

Assim, em São Bernardo do Campo, cidade com uma ampla rede de instituições islâmicas, vemos que os sírios recém-chegados podem contar com o auxílio das referidas instituições e seus membros, muitos dos quais falam árabe em função da religião e também da origem familiar. Para quem chega a um país estranho do qual nada sabe, este elemento certamente é fundamental. Há, contudo, uma animosidade entre os “libaneses de São Bernardo” e os sírios recém-chegados, a qual parece influenciar nas dinâmicas da mesquita e para além dela.

Mostrei igualmente a precariedade do termo “refúgio sírio” para dar conta das dinâmicas complexas que são objeto de minha análise, visto que alguns de meus interlocutores não se reconhecem no referido termo ou consideram que ele dá conta apenas de parte de sua experiência, sendo que a questão da palestinidad apareceu como relevante para alguns de meus interlocutores. Neste sentido, sugeri a possibilidade de trabalhar com a categoria de “deslocados pelo conflito sírio” como uma solução para o dilema posto pela questão da palestinidad.

Por fim, apontei dois tipos de articulações iniciais entre esse cenário de refúgio e a esfera do parentesco, objeto de minha investigação em São Bernardo do Campo. A articulação entre as dinâmicas familiares e o processo de deslocamento em si, e o ajuste do “planejamento familiar” tendo em vista a realidade da vida no Brasil. Certamente o desenvolvimento da pesquisa de campo me levará a aprofundar e complexificar este esquema inicial.

NOTAS

¹ Dados disponíveis em: <https://www.unhcr.org/syria-emergency.html>. Acesso em: 04/03/2019.

² Middle East and North Africa Region.

³ Dados disponíveis em: <https://data2.unhcr.org/en/situations/syria>. Acesso em: 14/05/2018.

⁴ A diferença entre os números de solicitações de refúgio deferidas (10.145) e de refugiados presentes no território nacional em dezembro de 2017 (5.134) se dá em função de diversos processos, como "... aquisição da nacionalidade brasileira, óbito, mudança de país, cessação ou perda declarada pelo Conare nos termos da lei 9474/97". (Cf. <http://www.acnur.org/portugues/2018/04/11/de-101-mil-refugiados-apenas-51-mil-continuam-no-brasil/> >. Acesso em: 14/05/2018).

⁵ Não encontrei dados de voos saindo da Síria; além disso, muitos de meus interlocutores relataram ter pego o avião rumo ao Brasil no Líbano, visto que a Síria não tem embaixada brasileira.

⁶ O Conare é um órgão formado por representantes do governo brasileiro, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e da sociedade civil brasileira (Cáritas de São Paulo e Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro) para lidar com questões referentes ao refúgio.

⁷ Ao colocar este dado, Karam (2009) faz uma observação, explicitando que, no Brasil, os sírio-libaneses tendem a superestimar os dados sobre este contingente populacional de modo a fortalecer sua posição dentro do país.

⁸ Com relação aos congoleses, é preciso fazer uma ressalva, pois, como aponta Tannuri (2010), muitos dos africanos trazidos ao Brasil como escravos vieram do Congo. Neste sentido, há uma profundidade histórica, atravessada por dinâmicas de poder e dominação, nas relações entre o Brasil e sua cultura e o Congo e sua cultura. Tal relação não parece, contudo, reverberar na presença de redes sociais que possam ser ou tenham sido mobilizadas pelos refugiados que chegaram a partir da década de 1990.

⁹ A legislação brasileira prevê duas formas de refúgio: por elegibilidade e por reassentamento. Na primeira categoria, temos pessoas que, estando em solo brasileiro, dão entrada no processo para obter o *status* de refugiadas. Já o reassentamento transfere pessoas já reconhecidas como refugiadas, mas que não se integraram no primeiro país de refúgio (NAVIA, 2014, p. 94).

¹⁰ Cumpre ressaltar que, ainda aos olhos desses agentes, a presença de uma "comunidade palestina" não garante o bom desempenho do processo de reassentamento, sendo que consideraram que o projeto com colombianos foi mais exitoso do que aquele que trabalhou com palestinos.

¹¹ O islã é dividido em duas vertentes principais, sunismo e xiismo, as quais apresentam diferenças nas práticas rituais, nas crenças e nos discursos doutrinários: de acordo com Chagas (2006: 2), o sunismo baseia-se no Alcorão e na Sunna (tradições relativas à vida do Profeta), cabendo a especialistas religiosos a interpretação e aplicação de tais doutrinas; já o xiismo fundamenta-se no Alcorão e na mensagem esotérica dos *Imans* (descendentes de Maomé pela linha de Ali e Hussein); as funções jurídicas e religiosas são exercidas por aqueles que tem o título de *ayatollah* ou *marja`* (fonte de inspiração).

¹² Ele, no entanto, não se coloca como sírio, mas como palestino (ver discussão abaixo).

¹³ Disponível em: <https://unicamp-arcgis.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/9d66a6e333be4f4aa09028daf619968e> >. Acesso em: 06/03/2019.

¹⁴ No islã, a oração coletiva de sexta-feira, realizada na mesquita, é obrigatória apenas para os homens (CHAGAS, 2009, p. 163). Conforme soube por meio de um dos funcionários do centro islâmico, a oração que a mulher faz em casa vale mais do que a feita na mesquita, porque a mulher enfrentaria mais obstáculos para estar na mesquita do que o homem.

¹⁵ O observatório apresenta outras categorias possíveis, todas com 0 pessoas: divorciado, separado e viúvo.

¹⁶ Essa informação também está disponível no site da Polícia Federal: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/naturalizacao/naturalizacao-ordinaria> >. Acesso: 17/11/2018.

REFERÊNCIAS

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Refúgio no Brasil: uma Análise Estatística (2010-2014)**. Brasília: ACNUR Brasil, 2014.

Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf> .

Acesso em: 04/09/2017.

AL-ALI, N. Loss of Status or New Opportunities? Gender Relations and Transnational Ties among Bosnian Refugees. In: BRYCESON, D. e VUORELLA, U. **The Transnational Family**. New European Frontiers and Global Networks. Oxford: Berg Publishers, 2002. p. 83-102.

ARSENAULT, S. Pratiques familiales transnationales : Le cas des réfugiés colombiens au Québec. **Anthropologie et Sociétés**, v. 33, n. 1, 2009, p. 211–227.

BORBA, J. H. O. M. ; MOREIRA, J. B. Refugiados nos municípios do ABC: a atuação das instituições da sociedade civil no processo de integração local. In: SEMANA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS UFABC & UNIFESP, 1, 2015. São Bernardo do Campo. **Anais....** Santo André: UFABC, 2016. Disponível em: <<https://semanari.wordpress.com/>> .

Acesso em: 10/07/2017.

BRASIL. Comitê Nacional para os Refugiados. **Resolução Normativa n. 17, de 20 de setembro de 2013**. Brasília, DF: CONARE, 2013.

Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/resolucao-siria-refugiados.pdf>> .

Acesso em: 04/07/2018.

_____. Ministério da Justiça. Refúgio em números **2010-2016**. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2017.

Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf/view> .

Acesso em: 12/05/2018.

_____. **Refúgio em números**. 3ª. Ed. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2018. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf> .

Acesso em: 12/05/2018.

BRYCESON, D. e VUORELLA, U. **The Transnational Family**. New European Frontiers and Global Networks. Oxford: Berg Publishers, 2002.

CHAGAS, G. F. “Introdução”. In: CHAGAS, G.F. **Conhecimento, identidade e poder na comunidade muçulmana sunita do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado. PPGAS, Universidade Federal Fluminense, 2006.

- _____. Identidades religiosas e fronteiras étnicas: um estudo do ritual da oração na comunidade muçulmana do Rio de Janeiro. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2: 152-176, 2009.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872009000200008> .
Acesso em: 23/03/2019.
- DENARO, C. Agency, resistance and (forced) mobility. The case of Syrian refugees through Italy. **REMHU**, Brasília, Ano XXIV, n. 47, p. 77-96, mai./ago. 2016.
- FERREIRA, F. C. B. Redes Islâmicas em São Paulo: “Nascidos muçulmanos” e “revertidos”. **Revista Litteris**, n. 3, nov. 2009. p. 1-27.
Disponível em: <<http://antropologiasocial.com.br/wp-content/uploads/2010/10/rede-sislami-casemsaopaulo.pdf>> .
Acesso em: 17/07/2017
- HAMID, S. C. **(Des) Integrando Refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil**. 2012. 326 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais. Brasília: UNB, 2012.
- HOLTZMAN, J. D. Gender, generation, and family change. In: _____. **Nuer Journeys, Nuer Lives: Sudanese Refugees in Minnesota**. Boston: Allyn & Bacon, 2000.
- HONEYSETT, B. E. **The Memory of Generations: Time, Narrative and Kinship in Damascus, Syria**. 329 f. Tese de doutorado em Antropologia. Edimburgo: Universidade de Edimburgo, 2013.
- JARDIM, D. F. Famílias palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora: experiências identitárias e aduaneiras. **Cadernos Pagu**, n. 29, jul.-dez. 2007, p. 193-225.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a09n29.pdf>> .
Acesso em : 23/03/2019.
- KARAM, J. T. **Um outro arabesco: etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 330 p.
- LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.
- MACHADO, I. J. R. Movimento e parentesco: a variação da diferença em quatro casos. In: _____. (org.). **Deslocamentos e parentesco**. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 196-209.
- MOHAMMED, Y. **O nacionalismo árabe e o partido Baath: uma análise da política externa da Síria da ascensão de Hafez Al-Assad (1970-2000) à presidência de Bashar Al-Assad (2000-2010)**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- MONTENEGRO, S. M. Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o islã no Brasil. **Mana**, v. 8, n. 1, 2002. p. 63-91.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100003> .
Acesso em 23/03/2019.
- NAVIA, A. F. **Êxodos e refúgios**. Colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil. 2014. 388 f. Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- OSMAN, S. A. O Retorno de Famílias Imigrantes do Brasil para o Líbano: entre projetos e realidades. **Cadernos OBMigra** v.2, n.1, 2016. p. 5-38. Brasília-DF.

- PINTO, P. G. H. R. "Ritual, etnicidade e identidade religiosa nas comunidades muçulmanas no Brasil". **Revista USP**, n. 67, 2005. p. 228-250.
Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13467/15285>> .
Acesso em: 23/03/2019.
- SAYAD, A. **La double absence**. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré. Paris: Seuil, 1999. 538 p.
- TANNURI, M. R. P. Da inclusão social precária à busca de "integração local" no contexto da grande metrópole. In: TANNURI, M. R. P. **Refugiados congoleses no Rio de Janeiro e dinâmicas de "integração local"**: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.
- TRUZZI, O. M. S. **Patrícios sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Huicitec, 1997. 254 p.
- _____. Sociabilidades e Valores: Um Olhar sobre a Família Árabe Muçulmana em São Paulo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, 2008, p. 37 a 74. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n1/a02v51n1>> . Acesso em: 10/07/2017.
- _____. Religiosidade Cristã entre Árabes em São Paulo: Desafios no Passado e no Presente. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2: 266-291, 2016.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rs/v36n2/0100-8587-rs-36-2-00266.pdf>> .
Acesso em: 23/03/2019.

RESUMO

Neste artigo, delinheiro o cenário dentro do qual se desenvolve o processo de refúgio sírio em São Bernardo do Campo, sublinhando a sua singularidade frente a outras nacionalidades que se refugiam no país, bem como a especificidade do município enquanto sociedade receptora. A partir dos dados iniciais da pesquisa de campo, discuto também como este processo de refúgio se articula com a esfera do parentesco, uma vez que a bibliografia e os dados iniciais apontam para a importância desse aspecto não só no processo de deslocamento em si, mas também no desenvolvimento da vida no país receptor.

Palavras-chave: refúgio, sírios, parentesco.

ABSTRACT

In this article, I outline the scenario within which the process of Syrian refuge in São Bernardo do Campo develops, emphasizing its uniqueness in relation to other nationalities that take refuge in the country, as well as the specificity of the municipality as a receiving society. From the initial data of the field research, I also discuss how this process of refuge articulates with the sphere of kinship, since the bibliography and the initial data point to the importance of this aspect not only in the displacement process itself, but also in the development of life in the receiving country.

Keywords: refuge, Syrians, kinship.

Deslocamentos de profissionais cubanos para Roraima: memórias e experiências migratórias (1990-2000)

*Rennerys Siqueira Silva**
*Raimunda Gomes da Silva***

1 INTRODUÇÃO

De origem aparentemente simples – através de convênios estatais –, o fenômeno da migração de cubanos para Roraima apresenta um mosaico de particularidades e complexidades que resulta na discussão sobre a motivação desses deslocamentos durante esse momento específico da História do Brasil e de Cuba, durante a década de 1990.

O presente artigo tem como objetivo identificar os motivos de deslocamentos de profissionais cubanos da área de saúde e da educação para o estado de Roraima, contextualizando historicamente o estado de Roraima e Cuba no momento dessas migrações – década de 1990 –, a partir de relatos de experiências migratórias, memória e trajetórias de dois entrevistados.

Para este artigo, adotou-se a abordagem qualitativa da linha investigativa, contando com a análise bibliográfica e de fontes documentais do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Roraima. A História Oral é a metodologia que constituiu uma das principais fontes do trabalho, através de entrevistas temáticas semiestruturadas, em forma de roteiro reflexivo, flexível e estruturado em três eixos principais: deslocamentos, experiências e memórias em Cuba, e da década em que o migrante cubano esteve em Boa Vista ou em municípios de Roraima, 1990-2000. O uso da metodologia oral se fez fundamental para atender ao objetivo de analisar as experiências migratórias, pois as informações sobre trajetória, memória e experiências foram captadas por meio dela.

* *Graduado em História pela Universidade Estadual de Roraima - UERR. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras PPGSOF da Universidade Federal de Roraima - UERR.*

** *Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Professora do curso de História da Universidade Estadual de Roraima - UERR.*

O artigo apresenta inicialmente abordagens sobre teorias migratórias, com ênfase em redes migratórias, que auxiliam a pensar esses deslocamentos e a influência da globalização nas políticas migratórias e nos convênios celebrados em Cuba. Em seguida, analisam-se os contextos históricos e econômicos de Cuba e Roraima, priorizando o recorte temporal 1993-2000, pois o ano de 1993 é marcado pelo primeiro convênio entre a Universidade Federal de Roraima – UFRR e o governo cubano, para fins de empréstimos de profissionais qualificados daquele país. Por fim, são examinadas as trajetórias de dois migrantes cubanos¹: um médico e um professor.

2 OBSERVAÇÕES TEÓRICAS SOBRE MIGRAÇÃO E O USO DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL

Os deslocamentos de migrantes cubanos, no fim do século XX, para o estado de Roraima desafiam a historiografia roraimense a compreender as motivações desse fenômeno caribenho-amazônico. Neste caso, abordam-se alguns campos de estudo que permitem enxergar esse movimento em um período histórico complexo.

Com o avanço de estudos sobre migração no fim do século XX, surge então a teoria das “redes migratórias” como uma das teorias explicativas dos processos migratórios. Esta corrente agrupa-se com aspectos tanto das teorias micro quanto macrosociológicas. Em um fenômeno migratório, mesmo um deslocamento regional ou internacional, para os defensores da teoria das redes, é provocado por aspectos estruturais (econômicos, políticos, culturais e sociais) e individuais.

De acordo com Truzzi (2008), a teoria das “redes migratórias” ganhou força nos anos 1980 por carregar um aspecto fundamental em um deslocamento migratório: a racionalidade do indivíduo migrante. Para ele “o migrante passou a ser visto como um agente mobilizador de seu capital social” (TRUZZI, 2008, p. 207). O capital social, na perspectiva deste autor, se refere às características econômicas, sociais, políticas e culturais do sujeito migrante. O indivíduo, ao efetuar um movimento migratório e usando da sua racionalidade, avalia o seu capital social na sociedade receptora, bem como as condições de adaptabilidade. Sob este aspecto, as redes migratórias também atenuam os efeitos da readaptação do sujeito no local de destino. Corroborando esse pensamento, Aja-Díaz (2017) afirma que “atores chaves no processo migratório externo cubano são as redes, as quais desempenham um rol significativo no estímulo e apoio na migração de cubanos e sua posterior inserção” (AJA-DIAZ, 2017, p. 47).

Em caso de migrações onde ocorre um fluxo maior de indivíduos, a assimetria entre os países é um peso na receptividade dos migrantes. Segundo Sayad (1998), o imigrante ainda recebe a medição da régua econômica do seu país na escala global. Ou seja, os aspectos que seu país de origem representa na escala econômica e política no mundo mediarão a sua receptividade no local de destino. O imigrante é duplamente dominado, ora pela necessidade de migrar, ora pelo que a sua nacionalidade representará na sua escala final da migração.

No entanto, com o intuito de uma melhor compreensão da categoria “Deslocamentos”, Mondardo (2010) nos esclarece que o indivíduo que se desloca não se apresenta somente como um número estatístico em dados demográficos, mas esse sujeito também carrega em sua subjetividade “(...) uma transposição de contextos estruturais que cercam estes indivíduos como costumes, línguas, tradições históricas, sentidos e significados de lugar” (2010, p. 5). Os deslocamentos podem ser protagonizados como movimentos de massa ou não, inspirados nas mais diversas motivações. No entanto, a categoria “deslocamentos” permite articulá-la à categoria “redes migratórias”, pois ambas dialogam na individualidade do sujeito, no sentido de tomar para si o seu roteiro migratório.

Destaca-se o pensamento de Sayad (1998), quando descreve o fenômeno migratório como um fato social total, por envolver o cruzamento de várias ciências sociais para a sua compreensão, enquanto são desenvolvidas análises e olhares sobre as subjetividades desses sujeitos:

Todo o itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas (social, cultural, política, econômica, jurídica etc) (SAYAD, 1998, p.15).

Diante dessa complexidade e da tentativa de se aproximar da melhor forma possível das subjetividades das narrativas de experiências migratórias e memória dos depoentes em estudo, optou-se pela metodologia da história oral. Apoiados nos conceitos de história oral e memória como colocam Portelli (2010), Passerini (2011) e Montenegro (2003).

De acordo com Passerini (2011), a subjetividade da memória é mais visível e menos oculta em entrevistas e diálogos orais, pois uma entrevista escrita deixa margem para o entrevistado maquiar emoções ou informações que, no ato de uma gravação, dificilmente seriam disfarçadas. “A escritura parece excluir quase que totalmente o aspecto fantástico, fazendo prevalecer um tom discursivo, racional e consequente” (PASSERINI, 2011, p. 40).

A história oral é definida como “principalmente um modo de deixar a política e as condições sociais vivas e tangíveis, evidenciando seu impacto sobre a vida de determinadas pessoas” (PORTELLI, 2010, p. 27). Já para Thompsom (2002), os relatos orais ajudam os pesquisadores a identificar as diferentes formas com as quais os fatores estruturais, individuais e coletivos condicionam um deslocamento.

As migrações cubanas dos anos 1993-2000 ocorreram sob o fenômeno histórico da “globalização”. Este novo sistema de ordem global, que irrompe do Pós Guerra Fria, é marcado por um novo ciclo do capitalismo, que encontra

novas fronteiras com a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS (IANNI, 1996).

Os países do Leste Europeu, que optaram por uma economia capitalista, estabeleceram relações com novos mercados e tinham, em seus nacionais, uma vasta mão de obra. Ianni (1996) relata o movimento desse contingente, chamando-o de “exército industrial de reserva”:

A mundialização dos mercados de produção, ou forças produtivas, provoca a busca de força de trabalho barata em todas as direções. O exército industrial de trabalhadores, ativos e de reserva, modifica-se e movimenta-se, formando contingente de desempregados mais ou menos permanentes ou subclasses, em escala global (IANNI, 1996, p.21).

A globalização tende a realizar um movimento de pressão contra o Estado-nação para atenuar ou anular a influência deste nas relações econômicas em nível mundial. Diminuição da burocracia alfandegária, facilitação da livre circulação de capitais, expansão de empresas para países em desenvolvimento e migração livre de trabalhadores que queiram “vender” seu capital individual no mundo, são características dessa nova fase da economia de mercado (BRESSER-PEREIRA, 2007).

Porém, de acordo com Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), a promessa de um mundo “sem fronteiras” – ideia dos entusiastas da globalização – foi concretizada apenas para as remessas de capital e as informações, mas não se fez acompanhar para os despossuídos, ou nas palavras de Bauman (1999), “vagabundos” – os vagabundos, de acordo com Bauman são aqueles à margem da economia de consumo.

Sendo assim, os grandes fluxos migratórios do mundo, no fim do século XX, atendiam a uma equação do sistema econômico mundial que vivia uma nova era de desenvolvimento e expansão de suas estruturas, deslocando pessoas para atender necessidades de mão de obra em diversos setores do globo. Porém, as migrações, sendo o fenômeno complexo que são, contêm suas particularidades e também abrangem lógicas próprias que fogem das atribuições teóricas macrossociológicas.

3 O CONTEXTO HISTÓRICO DE RORAIMA E CUBA E AS MIGRAÇÕES 1990-2000

3.1 Roraima e Cuba na passagem para o século XXI

O primeiro governo nomeado pela Presidência da República para o Território Federal de Roraima foi de Ene Garcez (1944-1946). Aliado à criação de uma máquina administrativa, a sua política representou profundas

mudanças na vida da sociedade local nas décadas de 1940. Segundo Santos (2012), a instalação do novo governo representou uma alteração na paisagem urbanística da capital Boa Vista, e ainda atraiu investimentos locais na infraestrutura urbana, rural e agrícola.

Mesmo com o fim do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e a ascensão de um novo período democrático (1946-1964), a estratégia geopolítica da União em relação ao território amazônico permaneceu. O pensamento da Escola Superior de Guerra – ESG sobre a Amazônia, na década de 1950 e 1960, obedeceu a uma estratégia de ocupação e defesa da nova área daquilo que Becker (2004) chama de “economia de fronteira”.

Essa estratégia nacional de integração econômica, social e política da Amazônia brasileira ao restante do país fez com que, a partir da década de 1960, Roraima recebesse contingentes expressivos de migrantes de outras unidades da Federação brasileira. De acordo com Souza (2009), estas ondas migratórias, sendo fomentadas tanto pelo governo local quanto pelo governo federal, atendiam a uma lógica do regime dominante na década de 1970 que definia, por decisões políticas e técnicas, as novas formas de ocupação do espaço amazônico.

Ainda de acordo com Souza (2009), os mais importantes elementos de atração de ondas migratórias para o estado de Roraima, a partir da década de 1960 até o fim do séc. XX, foram:

[...] a facilidade do acesso à terra, propiciada por projetos e programas de colonização e assentamento, e a ocorrência de garimpos. Deve-se salientar que a abertura dos grandes eixos rodoviários concorreu sobremaneira para as taxas espetaculares de crescimento demográfico em Roraima (SOUZA, 2009, p. 41).

No primeiro governo de Ottomar Pinto, entre 1973-1980, período em que foi nomeado pela União como governador biônico do Território de Roraima, houve uma nova estratégia migratória, política contrária a de seu antecessor, Ramos Pereira, de atração de migrantes do Nordeste Brasileiro para a nova fronteira econômica. Ainda de acordo com Santos (2012), Ottomar Pinto priorizou essa nova onda migratória para Roraima com objetivos populistas e eleitoreiros, com o objetivo de se estabelecer e criar seu apoio político-eleitoral quando o novo estado da Federação, Roraima, fosse criado com o fim do Regime Militar.

Com interesse de reforçar a ideia de ocupação de um espaço não preenchido – a geopolítica do Governo Federal encarava a Amazônia, principalmente suas fronteiras, como um “espaço vazio” – o governo de Ottomar Pinto (1979-1983) buscou atrair migrantes que não correspondiam somente aos fluxos tradicionais nordestinos, mas indivíduos de outras regiões do país com vistas a atuarem em projetos agrícolas. De acordo com Staevie (2017), essa política do então governador reforçou o que se entende como política de ocupação e desenvolvimento.

A construção da BR 174² abriu um novo corredor de migração interna para o então Território de Roraima. A partir da década de 1980 e de sua pavimentação, no ano de 1995, a rodovia federal possibilitou maior integração funcional com Manaus-AM e melhor conectividade viária com a Venezuela.

No que diz respeito à modernização administrativa de Roraima, a sua transformação de Território Federal em estado federativo, graças à Constituição de 1988, possibilitou que as autoridades locais se reorganizassem politicamente e articulassem mecanismos de atração de mão de obra de outros estados como forma de apoio eleitoral e formação de base política. De acordo com Santos (2012), apesar da ligação asfáltica de Manaus a Caracas, da criação dos três poderes roraimenses, fim dos garimpos em terras Yanomami e eleições livres e gerais, a autonomia financeira não acompanhou esse processo. Roraima ainda depende exclusivamente de repasses do Governo Federal para desenhar seu orçamento, executar as suas folhas de pagamentos e realizar programas de investimentos.

A região de Roraima se apresentou ao Brasil, entre 1970 e 1990, como um lugar de oportunidades de trabalho, ocupação e desenvolvimento econômico. Sendo priorizada na alocação de recursos e obras pela União, Roraima foi capaz de atrair migrantes de diversas regiões do país e com diferentes qualificações e níveis sociais. As migrações para o então Território, de acordo com Santos (2012), assim como para a Amazônia, também foram uma alternativa, sob a ótica da geopolítica dos militares de 1964, para aliviar as tensões sociais no campo em outras regiões do país, ocupadas e saturadas historicamente.

Já Cuba, sob a influência do embargo econômico imposto pelos Estados Unidos da América – EUA, desde 1962, sofria com crises de abastecimento e dificuldades de negociação com países do bloco capitalista do ocidente. Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas-URSS e o desmantelamento do Conselho de Ajuda Econômica Mútua – COMECON, em fins de 1989, – fundamentais para o comércio e financiamentos de investimentos – Fidel Castro se viu obrigado a ceder para a nova onda global do sistema capitalista que acabaria sufocando os remanescentes países que compunham a URSS, forçando-os a uma abertura econômica. A reforma constitucional cubana, no ano de 1992, priorizou uma flexibilização neoliberal na economia, retirando a declaração de que os bens do Estado eram irreversíveis e, permitindo a criação de empresas estatais de capitais mistos, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros:

O objetivo de Castro, desde que ele percebera a inevitabilidade da restauração do capitalismo em Cuba, sempre foi apenas o de salvar as aparências e, resguardando, como serviços públicos, a educação e a saúde, conquistas democráticas da revolução de 1959, suavizar o desmoronamento do socialismo real, montado

ao longo de 36 anos, a fim de não perder o controle sobre os acontecimentos e a honra, muito importante para ele (BANDEIRA, 1998, p. 625).

Sendo nomeado por Fidel Castro como “período especial em tempos de paz”, o impacto do fim da URSS, no início da década de 1990, foi catastrófico para a economia da Ilha de Cuba. A alternativa encontrada pelo governo foi atender, parcialmente, às necessidades do mercado capitalista mundial, que exigia reformas neoliberais e abertura de capital na economia da Ilha. Segundo Pomar (2016), os convênios de *misiones* de profissionais cubanos para países pobres ou em desenvolvimento representaram uma importante fonte de arrecadação para a economia. Com mão de obra historicamente bem qualificada, o intercâmbio de médicos, professores universitários e de áreas militares – especialmente para a Guerra Civil na Angola, já na década de 1980 – sinalizavam um mecanismo de forte arrecadação em momentos de crise.

Segundo Bandeira (1998), já em 1977, com a Guerra na Angola essa política de trocas comerciais de mão de obra:

[...] gerou divisas para Cuba no valor de US\$ 50 milhões, cerca de 9% do valor das commodities exportadas para os países capitalistas, e, dois anos depois, apenas dois contratos, um com a Líbia, no valor de US\$ 25 milhões, e outro com Angola, que também pagava os custos das tropas cubanas, propiciaram-lhe obter cerca de 18% de sua receita em moedas fortes (BANDEIRA, 1998, p. 598).

Desse modo, as crises de abastecimento na Ilha de Cuba eram cíclicas (AYERBE, 2004). Mesmo no período soviético, o país viveu, no fim da década de 1980, uma estagnação de sua economia. Porém, com o fim da URSS, em dezembro de 1991, a situação fiscal e comercial se tornou insustentável, tendo o país, isolado no mundo globalizado, alterado parcialmente as diretrizes econômicas para atender as pressões do mercado. Desta forma, permitiu parciais privatizações de serviços e uma maior atenção aos convênios de trabalho de seus médicos e mundo acadêmico com países emergentes.

3.2 *Roraima e Cuba: a construção de laços migratórios*

Como exposto acima, historicamente, os governos local e federal fomentaram não só a ocupação de Roraima por migrantes com origens de outras regiões do Brasil, com alta e baixa qualificação, mas também por profissionais brasileiros e cubanos para atender aos interesses de instituições locais.

Com a criação da Universidade Federal de Roraima³ e a implantação de cursos universitários de licenciatura e bacharelado, o então Reitor Hamilton

Gondim da Silva, nomeado Pró-Tempore pelo Ministério da Educação, adotou uma política de realização de expansão do ensino universitário e protagonismo no ensino e formação de professores e demais profissionais.

A UFRR realizou seu primeiro convênio com o Ministério da Educação de Cuba, no ano de 1993, para atender aos cursos de Física, Matemática, Informática e Letras. No dia 16 de março, o jornal Paricarana⁴ anunciava o acordo entre a UFRR e a Universidade de Matanzas Camilo Cienfuegos - UMCC para um programa de trabalho de caráter científico-cultural com intercâmbio de professores entre as duas universidades. Com foco na área de docência em Matemática, Física, Informática e Espanhol, por um ano, os professores cubanos tinham a tarefa de aplicar novas metodologias de ensino superior e o aperfeiçoamento dos currículos e matrizes dos cursos da UFRR.

O informativo Paricarana, principal meio de comunicação da UFRR com a comunidade acadêmica na década de 1990, estampava a manchete “Os cubanos chegaram.”⁵ A comitiva de professores foi recebida no Aeroporto Internacional de Boa Vista Atlas Catanhede pelo Reitor Hamilton Gondim. Os primeiros cubanos que vieram para a UFRR foram: Oscar Tintorer (Física), Alberto Martinez Castañeda (Matemática), Elias Herreras (Matemática), Reynaldo Hernandez Camacho (Matemática), Heloísa Suarez Aymé (Letras) e Vivían Estrada Sentí (Matemática).⁶

O estreitamento das relações entre as duas universidades se intensificou quando o então vice-reitor da UMCC, Jorge Casas Suarez, veio a Roraima para auxiliar a UFRR e o Governo de Roraima na “Campanha de Alfabetização para Cidadania”. Este programa, criado pelo Governo de Roraima, buscou auxílio da UFRR para a redução do analfabetismo. O vice-reitor destacou a complexidade da distribuição demográfica no estado, mas afirmou que era possível implantar o programa. Jorge Suarez atuou na campanha de alfabetização em Cuba no ano de 1961, quando o país erradicou o analfabetismo.⁷

O curso de Medicina, tão defendido nas edições do informativo Paricarana⁸, por sua importância para um estado carente de ajuda médica na capital e interior, também foi beneficiado com convênios entre as duas universidades. Fundado em 1994, o curso tinha, no seu quadro docente, o médico e ex-senador por Roraima, Mozarildo Cavalcanti – que chegara a integrar uma comitiva formada por ele, Vivian Estrada e o então Diretor do Hospital Geral de Roraima, Jader Linhares, para viabilizar a contratação de professores da área médica para o referido curso da UFRR, o qual buscou não só no ano de sua fundação, em 1994, mas nos anos seguintes, a ajuda médica cubana sob o Governo de Castro.

Como forma de agradecimento e, para estreitar mais os laços com a Academia de Ciência Cubana, o Reitor Hamilton Gondim, respaldado pelo Conselho Universitário, homenageou o Presidente Fidel Castro, com o título de *Doutor Honoris Causa*. Em seu discurso, Gondim destaca “A Universidade Federal

de Roraima deve ao governo de Cuba o apoio decisivo nas suas horas mais difíceis nestes primeiros cinco anos de vida e de luta em favor do progresso e desenvolvimento do estado de Roraima e da Região Amazônica”⁹.

A política de atração de mão de obra cubana para Roraima não ficou só no âmbito educacional da UFRR. O Governo de Roraima, desde a administração de Ottomar Pinto (1991-1994), estabelecia convênios de cooperação técnica, de trocas comerciais e de contratação temporária de médicos cubanos. O governador Neudo Campos (1995-2002), no Diário Oficial nº 211, do dia 17 de novembro de 1999, firma um convênio de colaboração científica, técnica e comercial com Cuba.¹⁰ O quarto item desse convênio expressava claramente o desejo do Governo de Roraima em contratar e manter médicos cubanos no estado: “As partes expressaram sua disposição em manter e ampliar a presença médica cubana atual no estado de Roraima, com uma permanência de no mínimo até o ano de 2001” (RORAIMA, 1999, nº 211, p. 07). Na letra (e) do sexto item, ficava assegurada a prorrogação do acordo de 4 anos por igual período.

3.3 Cubanos: memória, trajetória e experiências

Optou-se por preservar o anonimato das contribuições orais para este artigo. Foram entrevistados dois cubanos: um médico, no dia 06 de novembro de 2017, que atua na saúde pública municipal e rede estadual de Roraima, e um professor universitário, no dia 04 de outubro de 2017. Quanto ao médico, optou-se por chamá-lo de Diego e o professor universitário, por Tiago, nomes populares em países hispânicos. Suprimimos também algumas informações pessoais como locais de trabalho, nomes de compatriotas residentes em Roraima, mencionados nas entrevistas, e cidades de origem. Essa medida se faz necessária pelo fato de a comunidade cubana no estado de Roraima, que migrou no recorte temporal desse estudo 1990-2000, ser pequena e facilmente identificável. Como agravante a isso, somam-se os depoimentos prestados que mencionam conflitos com alguns entes políticos do estado de Roraima e representações diplomáticas do governo cubano.

Diego, formado na Universidade de Havana, se deslocou para Roraima “fugido”, dito por suas próprias palavras, da Guiana, onde fazia parte de um convênio entre Guiana e Cuba. Chegando em 1999, o migrante, solteiro, clinicou em regiões de garimpo¹¹, levando atendimento médico não só para guianenses, mas também a muitos brasileiros que trabalhavam no extrativismo mineral naquele país. Sua fuga se deu após o Embaixador cubano em Georgetown proibi-lo de permanecer na Guiana:

Eu falei diretamente com o Embaixador, ele me disse que já tinha comprado minha passagem de volta para Cuba. Eu falei a ele: Como eu posso voltar agora com essas novas leis que eu devo ficar 05 anos lá... Se eu já casei e tenho

esposa aqui? Ele disse – Bom! Você pode levar ela para lá. Eu disse: Para quê? Para passar necessidades comigo? Nós tínhamos uma vida mais ou menos estável lá [Guiana], ela era enfermeira. Eu disse: eu não vou voltar! E ele disse – “Então, você é um traidor”. Isso dói, dói muito! Tu ficar longe do teu país. Mas, infelizmente, é uma decisão que tu tem que tomar, não por mim só, mas também por minha família [...] Simplesmente, eu queria ser livre. Essa é a verdade. Na Guiana eu vi a liberdade, que não conhecia até aquele momento. Quando vim ao Brasil, conheci mais liberdade ainda. Ser livre é a melhor coisa da vida. Você poder fazer o que quer... Não ser dominado por ninguém. (Diego, nov. 2017).

O relato do colaborador permite pensar em uma liberdade, almejada por ele, não apenas no que tange à livre circulação, mas também uma liberdade econômica que não encontrou em Cuba. O desejo de ficar na Guiana, de trabalhar livremente, de fazer suas próprias escolhas e de usufruir de suas economias sem interferência do Estado cubano influenciará outros desejos do “médico” em romper com Cuba.

Já Tiago, professor universitário, chegou por meio de um intercâmbio entre a sua Universidade e a Secretaria Estadual de Educação e Desporto - SEED, no fim do ano de 1996. Esse convênio, segundo o próprio entrevistado, visava dar suporte ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO¹². Com o mesmo prazo de permanência dado a outros profissionais designados para o estado, Tiago deveria permanecer um ano em Roraima e contribuir repartindo o salário pago pelo governo local com a embaixada cubana:

Todos que chegavam aqui naquela época era isso. Uma porcentagem do salário era enviada para o Governo [cubano]. Era essa a condição para você sair [de Cuba] [...] eu recebia e eu enviava para a embaixada. Por isso, em pouco tempo, eu decidi que esse dinheiro era meu, e não do governo (Tiago, 04 out. 2017).

Tiago, diferente de Diego, ao chegar a Roraima, a partir do 3º mês, decidiu permanecer no estado e romper com o regime cubano. Não tinha constituído família em Boa Vista e ainda possuía uma filha em Cuba. Parte de seus familiares defendia a ideia de que ele voltasse ao país, mas sua mãe o apoiou na sua decisão. A decisão de Tiago de permanecer em Roraima, sabendo que não poderia regressar a Cuba sob o estigma de “traidor da pátria”, era muito difícil. E para alguém que migrou sozinho, com mais de 30 anos e sem nenhum familiar no lugar de destino (Roraima), essa decisão era muito mais dramática.

Diferente de Tiago – que decidira logo no início do convênio que permaneceria em Roraima – Diego não tinha o Brasil como destino final, mas, sim, Miami, nos EUA. Entretanto, ele reconheceu que, apesar de, na época, as leis migratórias para cubanos nos EUA serem bem flexíveis, os trâmites para revalidação de diplomas eram mais burocráticos que no Brasil:

Eu conheci muitos brasileiros nas minas [garimpo] na Guiana, eu era o único médico por lá. E eles me falaram que Boa Vista era muito bonita, muito boa. Até que eu pensei: Bom, vou tentar! Inicialmente, eu pensava no Brasil como corredor para Miami. Minha ideia era os Estados Unidos, como todo cubano [risos], porque era o único país que dava refúgio imediato para os cubanos, para todos que chegaram. Mas aqui eu comecei a gostar da cidade, conheci muitas pessoas que me ajudaram. Não cubanos! Brasileiros. (Diego, 06 nov. 2017).

Esse relato configura outro lugar de destino desses médicos: Miami. A tradição da Flórida em protagonizar como rota final de cubanos exilados se reproduz nos planos migratórios de Diego. Porém, frente às dificuldades em retomar outra viagem em um deslocamento internacional, ele refez seus planos junto com sua esposa guianense, e decide permanecer em Roraima. Ou seja, o migrante obtém as informações do novo destino a ser seguido, pondera as alternativas, as dificuldades a serem encontradas e as possibilidades existentes e traça sua rota migratória, fundamentado em informações nas “redes migratórias”.

No que concerne às experiências migratórias, questionou-se sobre adaptação na sociedade receptora, inserção na comunidade roraimense, preconceitos e as atuais relações com familiares e com o seu país. O campo em comum nos dois relatos refere-se às atuais relações com Cuba e a volta ao país após tantos anos de separação. Para Diego, mesmo sem ter os pais para visitar – os pais morreram enquanto ele não podia retornar entre (2000-2013) –, mostrou-se uma experiência pessoal muito benéfica. Já para o Tiago, apesar de ter sido muito bom retornar a Cuba, não há essa conectividade com a pátria cubana:

É uma coisa indescritível. Uma coisa maravilhosa. Ir e ver a tua família, caminhar pelas ruas onde você se criou, encontrar amigos que ainda estão em Cuba, poucos... Mais velhos... Ver os jovens-velhos em Cuba. O país é o país da gente (Diego, nov. 2017).

Foi significativo sim. Claro que foi um custo grande com minha saída. Mas, eu tenho consciência. Claro que eu me senti feliz depois de ver minha mãe e meu pai. Eles ainda estão vivos. [...] o recebimento meu foi muito bom. Minha

família... meus colegas de trabalho... Inclusive, após duas vezes em Cuba, na terceira eu fui a um congresso. Foi um congresso interessante. Queira ou não queira, eu tenho minhas raízes em Cuba e minha formação. [...] Não tenho essa saudade de Cuba, de cubanos. Um pouco disso. Só o que ficou de mim lá foi minha família. No dia em que a família não estiver lá. No dia em que falecer meu pai e minha mãe, me parece que não pretendo mais retornar ao país. Nem em visita (Tiago, out. 2017).

O sentimento de pertencimento mostra-se complexo nos depoimentos. Para Diego, sentir-se um cubano faz parte de sua subjetividade, ainda que ele declare com frequência seu amor pelo Brasil. O “ser cubano” é manifestado em parte dos trechos do depoimento no que diz respeito à juventude, formação e trabalho em Cuba. Esse sentimento de nacionalidade é reproduzido para denunciar autoritarismos de representantes de instituições cubanas e o fracasso econômico da Ilha.

Já em Tiago, o sentimento de pátria cubana é negado e, ao mesmo tempo, reafirmado a todo o momento. Ele reivindica para si o seu “ser cubano”, quando denuncia as arbitrariedades do governo e o quadro político-econômico de Cuba. Porém, na construção de sua narrativa, esse sentimento desaparece ou é claramente ignorado e negado para definir suas relações atuais com o país a partir de sua migração. Para Tiago, o “ser cubano” desapareceu depois que ele deixou a Ilha em 1996. É um sentimento reprimido e resgatado quando lhe convém em suas narrativas.

Entretanto, quanto à adaptação e enfrentamento de adversidades no local de destino, Roraima, os dois depoimentos apresentam diferentes experiências. Enquanto Tiago assegura não existir qualquer tipo de atos de preconceito ou rejeição por parte dos roraimenses, Diego narra várias situações de xenofobia e intimidações, tanto da parte de alguns docentes da UFRR, de autoridades políticas e de pacientes atendidos no Sistema Único de Saúde – SUS, de Roraima.

Para se candidatar ao processo de revalidação do diploma expedido pela Universidade de Havana, em Cuba, Diego enfrentou grande resistência do curso de medicina da UFRR à época. Foi necessário se deslocar para Manaus e participar do processo Revalida, sendo aprovado pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Porém o Conselho Regional de Medicina de Roraima impôs vários empecilhos para registrar o seu diploma.

Historicamente, o Conselho Federal de Medicina – CFM adota uma política não simpática para a revalidação de diplomas e o registro de cubanos no Brasil. Um parecer do setor jurídico do CFM, emitido em 11 de junho de 1997, responde a indagações de um médico conselheiro de iniciais N. J. F. L. do CRM-MA¹³. Este faz questionamentos da ordem: “É possível médicos cubanos exercerem atividades profissionais no país?”, “Estes médicos não estão regularizados no CRM, qual a

implicação legal para os hospitais e diretores clínicos onde os referidos médicos estão atuando?”, “Os Secretários Municipais de Saúde poderão ser acionados? E em caso de erros causados pelos referidos médicos? E os Prefeitos Municipais?”, “Finalmente, como o CFM pretende corrigir tal fato?”¹⁴.

A atividade de cooperação entre Cuba e Brasil está fundamentada no “Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica”, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, em 18 de março de 1987¹⁵.

Quanto ao retorno à Ilha de Cuba, o médico deixa explícito que, ao mesmo tempo em que temia a volta a Cuba e reviver as constantes dificuldades econômicas e de acesso a itens de primeira necessidade, sua decisão de abandonar o convênio, ainda na Guiana, e seu país não possuiu um caráter político:

O meu problema não foi político, e sim econômico. Eu nunca tive problemas políticos. Os meus problemas [políticos] nunca ocorreram em Cuba, eles começaram quando eu casei na Guiana e falei para o embaixador que gostaria de ficar. E ele falou que se eu ficasse seria um traidor da Pátria. Mas, politicamente eu nunca tive problema (Diego, nov. 2017).

Porém, no âmbito das perguntas sobre suas memórias em Cuba, Diego faz duras críticas ao governo de Castro, logo, mostra uma dualidade no ressentimento quanto à sua trajetória. De acordo com Pollack (1989), uma abordagem construtivista dá voz às memórias subterrâneas e encara os fatos sociais não como coisas, mas sim, como esses fatos sociais se tornaram essas coisas e por quem eles são estabilizados. A memória dos indivíduos, oculta, silenciada ou até oprimida, antagoniza com a memória nacional coletiva e hegemônica.

Essa memória carregada de ressentimentos surge quando o entrevistado relata algum tipo censura ou perseguição que o regime possa ter efetuado:

[...] contra mim, sim. Não me deixaram voltar lá [Cuba] por 13 anos. Porque eu estava colocado como traidor da pátria. Todos os médicos que ficavam... [Em Roraima]. Isso eu acho um absurdo. Meu pai e minha mãe morreram, eu solicitei permissão [para retornar a Cuba] e nunca me deram (Diego, 06 de novembro de 2017).

Apesar de Diego receber a visita de familiares após ter estabelecido residência fixa em Roraima, o governo cubano não permitia o regresso de “traidores da pátria” – como eram classificados aqueles que abandonaram as *misiones* no exterior – para o país. Só com a reforma migratória de 2012 é que cubanos migrantes puderam retornar, mas, ainda assim, com visto de turista, válido por 90 dias, e não como genuínos cidadãos cubanos.

Quanto às memórias de vida em Cuba, Tiago apresenta uma narrativa carregada de ressentimentos e de rechaço a qualquer ligação sentimental com o país de origem:

Então, existe disso uma influência da minha formação, da minha preparação. Mas, com lembranças muito amargas. Realmente, meu pior momento de vida são meus primeiros 34 anos de vida. Eu vivia de forma péssima. São mais lembranças más que boas. **Cuba, para mim, é uma lembrança amarga** (Tiago, out. [grifo nosso] 2017).

De acordo com Haroche (2004), a ideia de “ressentimento” nasce em classes ou indivíduos que sofreram algum tipo de ameaça, negação de suas existências e traumas quanto à sua ideia de pertencimento a algo. “O ressentimento aparece então como uma resposta inconsciente, efeito longínquo de uma angústia ignorada, recalçada, ligada ao sentimento ameaçador de uma negação da existência” (HAROCHE, 2004, p. 340).

Parte desse ressentimento do professor se deve a uma política de chantagem feita por autoridades cubanas em relação às instituições e governos locais. Segundo os entrevistados, os representantes diplomáticos e chefes de delegações ameaçavam as autoridades caso fossem dados empregos para os cubanos considerados “traidores”¹⁶. Essa atitude também aconteceu com o Diego, porém foi na Guiana. E lá, apesar de relatar que poderia viver legalmente no país, o governo guianense seguiu as recomendações da Embaixada de Cuba em não conceder empregos na área de formação de Diego. Tiago apresenta um componente mais grave, de perseguição e intimidação a seus familiares em Cuba:

Eles tentaram várias vezes, através de funcionários enviados pelo governo [cubano] para impedir que eu trabalhasse aqui [Roraima]. Mas, as leis brasileiras não permitem essa ingerência do governo cubano para afirmar que eu não pudesse trabalhar no Brasil. E também eu estava em condições legais. Então, eu podia trabalhar pelas vias legais e eles [governo cubano] não podiam fazer nada comigo. Então, eles tomaram represálias contra minha mãe, que no caso era o meu ponto mais fraco. Ela foi presa duas vezes. Foi durante um único dia, mas com interrogatórios muito... do tipo... com especialistas na área... e ameaçando-a a todo tempo – dizendo que poderia acontecer algo bem ruim, esse tipo de coisas... e que eu voltasse para o país. Bom, isso está claro que não funcionou. (Tiago, out. 2017).

Esse ressentimento nasce quando o migrante passa a sentir o desprezo e perseguição do Estado contra ele ou seus familiares em Cuba. Essa negação com relação às instituições cubanas e ao país de origem, nas narrativas orais,

não se mostrou visível enquanto esses migrantes viviam na Ilha. Ela nasce ou se revela a partir do momento em que o migrante, que até então gozava de plenos direitos de cidadão, é visto como um “traidor da pátria” e perde sua condição de “cidadão cubano”.

A construção de uma narrativa de ressentimento é fruto da própria memória que, na sua subjetividade, constrói elementos, exclui os indesejáveis, privilegia aquilo que interessa e esquematiza um discurso pronto para um tipo de pergunta que desperta essa narrativa (PORTELLI, 2010).

Logo, as narrativas apresentadas pelos dois entrevistados, e privilegiadas pela metodologia de história oral permite observar e cruzar vários pontos das Ciências Sociais para a compreensão desse fenômeno histórico ocorrido no norte do país. A migração de cubanos não envolveu somente acordos entre governos por meios burocráticos e por tempo determinado. O componente humano desses sujeitos migrantes, investigado neste trabalho, revela que essa ocorrência histórica de migração envolveu não somente o simples deslocamento de trabalhadores para Roraima. Além disso, resultou no desenvolvimento de impactos na memória dos indivíduos, separações familiares, retaliações contra membros dos familiares no país de origem e choque de interesses de autoridades cubanas e brasileiras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas das trajetórias dos dois profissionais em estudo possibilitaram observar que o processo migratório de cubanos para Roraima, através de convênios entre a Universidade Federal de Roraima e o Governo do Estado, ou aqueles que se deslocaram da Guiana para Roraima – tendo origem ainda nos anos de 1990 – foi fundamental em suas contribuições para a edificação de instituições locais, como na criação e consolidação de cursos da UFRR, na expansão do Sistema Único de Saúde para áreas indígenas e municípios do interior de Roraima e ainda em convênios para atender o corpo administrativo da Secretaria Estadual de Educação e Desporto.

Do mesmo modo, foi possível descortinar sentimentos difusos que, muitas vezes, induzem maior peso às memórias de ressentimentos, negação e afirmação das raízes culturais e históricas. Esse aspecto requer maior aprofundamento, assim como os significados de experiência de ser cubano e viver na Amazônia, particularmente em Roraima, visto enquanto um lugar de oportunidade e de vivência de liberdade econômica, principalmente por conta do rompimento dos acordos selados junto ao governo cubano no momento da migração e a reação do mesmo ao interditar visita a Ilha, além de perseguir os familiares destes migrantes. Portanto, são histórias individuais que descortinam outras experiências que, nem sempre visíveis ou detectadas dentro de uma perspectiva coletiva, registram determinadas particularidades e subjetividades.

NOTAS

¹ Em respeito às solicitações dos depoentes, foram criados nomes fictícios para as suas respectivas identificações nos relatos apresentados neste artigo. O médico optou por Diego e o professor por Tiago. Nomes populares nos países de língua espanhola.

² A construção da BR 174 teve início em 1967 e foi concluída em 1977 (STAEVIE, 2017).

³ A Universidade Federal de Roraima teve autorização para a sua criação através do Projeto de Lei nº 7.364/85 e fundada pelo Decreto nº 98.127/88.

⁴ Jornal Paricarana: Informativo da UFRR, Roraima, nº 25, 16 mar. 1993.

⁵ Jornal Paricarana: Informativo da UFRR, Roraima, nº 37, 27 Abr. 1993.

⁶ Idem.

⁷ Jornal Paricarana: Informativo da UFRR, Roraima, nº 49, 22 Nov. 1993.

⁸ Jornal Paricarana: Informativo da UFRR, Roraima, nº--, 06 Abr. 1995.

⁹ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Entrega ao Presidente de Cuba, Fidel Castro Ruz, do título de Doutor Honoris Causa**. Boa Vista: UFRR, 1994.

¹⁰ Roraima. **Diário Oficial do Estado de Roraima**. Boa Vista, RR, 17 Nov. 1999.
Disponível em: <http://imprensaoficial.hospedagemdesites.ws/diarios/doe-19991117.pdf>.
Acesso em: 18 Junho 2018.

¹¹ Os países vizinhos Guiana e Venezuela possuem históricos de fluxos migratórios de brasileiros para as regiões de garimpos. Ver: RODRIGUES, F. D. S. **Nacionalidade no pensamento social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana**. Manaus: EDUA, 2014.

¹² O que é o PROINFO? Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/349-perguntas-frequentes-911936531/proinfo-1136033809/12840-o-que-e-o-proinfo>
Acesso em: 18 Junho 2018.

¹³ Parecer nº 119/97. Setor Jurídico Conselho Federal de Medicina.
Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/notasdespachos/CFM/1997/119_1997.pdf.
Acesso em: 19 Jun. 2018.

¹⁴ Idem.

¹⁵ BRASIL. Decreto nº 2.700, de 30 de julho de 1998. **Promulga o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Cooperação na Área de Transportes**, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

República de Cuba. Havana, 30 jul. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2700.htm > .

Acesso em: 20 fevereiro 2019.

¹⁶ Esses relatos de ameaças e chantagens promovidas por algumas autoridades cubanas na década de 1990 apareceram não só nos depoimentos citados neste trabalho, mas também em outras narrativas colhidas por um dos autores deste artigo. SILVA, R. S. **Migração Cubana para Roraima (1993-2000)**. 2015. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2015.

REFERÊNCIAS

AJA-DÍAZ, A. et. al. La Migración Internacional de Cubanos: Escenarios Actuales. **CEDEM Novidades en población**, La Habana, v. 13, nº 26, p. 40-57, jul/dez, 2017.

AYERBE, L. F.. **A revolução cubana**. São Paulo: Unesp, 2004.

BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Trad.: Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. Decreto-lei nº 98.127/89, de 8 de setembro de 1989. Fundação da Universidade Federal de Roraima. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 set. 1989.

_____. Lei nº 7.364/85, de 12 de setembro de 1985. Criação da Universidade Federal de Roraima. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 set. 1985

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Entrega ao Presidente de Cuba, Fidel Castro Ruz, do título de Doutor Honoris Causa**. Boa Vista: UFRR, 1994.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. Globalização e Estado Nação. **Textos para discussão: Escola de Economia de São Paulo-FGV**, São Paulo, nº160, abr. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Parecer jurídico nº 119/97**. Disponível em:< http://www.portalmedico.org.br/notasdespachos/CFM/1997/119_1997.pdf > .

Acesso em: 19 de Jun. 2018.

FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HAROCHE, C. Elementos para uma Antropologia Política do Ressentimento: Laços Emocionais e Processos Políticos. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Org.). **Memória e (Res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2004.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Jornal Paricarana: um informativo da UFRR, Roraima, nº 25, 16 mar.1993.

_____. Roraima, nº [s/n], 06 abr. 1995.

_____. Roraima, nº 37, 27 abr. 1993.

_____. Roraima, nº 49, 22 nov. 1993.

MARQUES, R. L. **A Condição Mariel**: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990). 2006. 274 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UNB, Brasília, 2009.

MONDARDO, M. L. **“Contrageografias da globalização”**: “fronteiras internas”, identidades em trânsito e experiência “fora do lugar”. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (Portugal). Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>> . 2010. Acesso em: 18 jan. 2019.

MONTENEGRO, A. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2003.

O que é o PROINFO? Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pec-g/349-perguntas-frequentes-911936531/proinfo-1136033809/12840-o-que-e-o-proinfo>> . Acesso em: 18 Jun. 2018.

PASSERINI, L. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

POLLACK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

POMAR, W. **Cuba**: revolução e reforma. São Paulo: Perseu Abramo, 2016.

PORTELLI, A. **Ensaio de História Oral**. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RODRIGUES, F. dos S. **Nacionalidade no pensamento social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana**. Manaus: EDUA, 2014.

RORAIMA. **Diário Oficial do Estado de Roraima**, de 17 de Novembro de 1999. Nº 211. Boa Vista, RR, 17 nov. 1999.
Disponível: <<http://imprensaoficial.hospedagemdesites.ws/diarios/doe-19991117.pdf>> . Acesso em: 18 Jun. 2018.

SADER, E. **Cuba**: um socialismo em construção. Petrópolis: Vozes, 2001.

- SANTOS, N. P. D. **Política e poder na Amazônia**: o caso de Roraima 1970-2000. Boa Vista: Edurrf, 2012.
- SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, M. A. da. **Cuba e a eterna guerra fria**: isolamento ou reinserção. 2006. 274 f. Tese. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina), São Paulo, 2006.
- SILVA, R. S. **Migração cubana para Roraima (1993-2000)**. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2015.
- SOUZA, C. M. Boa Vista/RR e as migrações: mudanças, permanências e múltiplos significados. **Revista Acta Geográfica**, nº 5, p. 69-72, jan/jun. 2009.
- STAEVIE, P. M. Mudança nas Migrações Contemporâneas para Roraima: Indicativos a partir do caso de Gaúchos para Roraima. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, nº 1, p. 25-42, 2017.
- THOMPSON, A. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. Tradução: Magda França Lopes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.
- TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 20, nº 1, 2008.
- Entrevistas:
- TIAGO, Professor. **Entrevista I**. [out. 2017]. Entrevistador: Rennerys Siqueira Silva. Boa Vista, 2017.
- DIEGO, Médico. **Entrevista II**. [nov. 2017]. Entrevistador: Rennerys Siqueira Silva. Boa Vista, 2017.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar os motivos de deslocamentos de profissionais cubanos para o estado de Roraima na última década do século XX. Tentou-se compreender como se deu o processo de deslocamentos, os desafios e as possibilidades de viver em Roraima e como esses sujeitos revisitam o lugar de origem, e a sua relação com Cuba. Utilizou-se como principal documentação a fonte oral, por meio de entrevista semiestruturada e de um roteiro relacionado ao processo de deslocamento, inserção e experiência migratória. Além da fonte oral, foram consultados jornais impressos, dentre outros documentos oficiais. Os acervos do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal e o Conselho Regional de Medicina em Roraima foram utilizados como fonte para coleta de dados. A análise das narrativas possibilitou outros olhares sobre a relação desses profissionais com seu país, as marcas de uma memória de ressentimento e reencontro com o lugar de origem. Constatou-se, também, que a experiência dos profissionais cubanos no Brasil, entre desafios e possibilidades, proporcionou outras realizações, não apenas profissional, mas também afetiva e de identificação com a cultura brasileira.

Palavras-chave: deslocamentos, cubanos, experiência migratória, Roraima.

ABSTRACT

This article aims to identify the reasons for the displacement of Cuban professionals to the state of Roraima in the last decade of the twentieth century. We tried to understand how the displacement process, the challenges and the possibilities of living in Roraima took place and how these subjects revisit their place of origin and their relationship with Cuba. The main documentation was the oral source, through semi-structured interviews and a script related to the process of displacement, insertion and migratory experience. In addition to the oral source, were consulted printed newspapers, among other official documents. The collections of the Historical Documentation Center of the Federal University and the Regional Council of Medicine in Roraima were used as a source for data collection. The analysis of the narratives allowed other perspectives on the relationship of these professionals with their country, the marks of a memory of resentment and reunion with their place of origin. It was also found that the experience of Cuban professionals in Brazil, among challenges and possibilities, provided other achievements, not only professional, but also affective and identifying with Brazilian culture.

Keywords: displacement, Cubans, migratory experience, Roraima

Entre o retorno e a vida no aqui e agora: facetas da imigração haitiana em Porto Alegre

*Aliziane Bandeira Kersting**

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa começou como um processo de iniciação científica dentro do projeto “Identidades e Passaportes: minorias étnicas e cidadania” da professora Dr^a Denise Jardim. Um dos eixos do projeto centrou-se em pensar a recepção e acolhimento de mulheres haitianas no Sistema Único de Saúde em relação às dinâmicas do pré-natal na periferia da cidade de Porto Alegre. Essa iniciação à pesquisa e entrada no campo de debate da diáspora haitiana foi escrita como uma monografia de final de curso de graduação em Ciências Sociais. No que tange à pesquisa de mestrado, olho para a localidade, problematizo a forma como a cidade vai sendo modificada e modifica quem nela decide viver. E investigo que potências esse foco, em um “espaço” específico, pode conter em relação às teorias do campo da imigração transnacional (BASCH, BLANC, SCHILLER, 1993).

Escolhemos acompanhar as mudanças acontecidas em um determinado bairro da cidade que acolhe muitos imigrantes, em sua maioria haitianos e haitianas, mas também senegaleses e angolanos. Interessa-me discutir acerca dos limites de uma aplicação pragmática do trabalho de Abdelmalek Sayad, sobretudo em relação à proposta de SAYAD (2000) de que o “retorno” seria um princípio simbólico que torna válido e aceitável o projeto da imigração e que inscreve a circularidade da mobilidade entre destino e origem. Como princípio simbólico, entende-se que o retorno, na prática, nunca acontece porque ninguém volta ao mesmo estado de coisas que deixou em sua partida (SAYAD, 2000). Portanto, os imigrantes utilizam-se da narrativa de que “um dia voltarão” como uma ilusão que justifica e negocia a sua ausência para si e para os outros. Este trabalho acontece justamente a partir da potência dessa elaboração teórica, somado a uma Antropologia e seu modo de produção de pesquisa, a etnografia, como uma teorização junto com as pessoas, um modo de conhecer o social a partir da capacidade criativa dos interlocutores de pesquisa INGOLD (2006). Nessa linha metodológica, temos acesso a outras narrativas e dinâmicas imigratórias que não necessariamente estão sempre voltadas ao efetivo retorno.

* *Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul*
Contato: *lizi.kersting@gmail.com*

Portanto, objetivei através do trabalho de campo e de uma escuta atenta, matizar a teoria sobre imigração e pensar também a partir das realidades cotidianas de pessoas com nomes e narrativas. Quais são os sentidos possíveis dos lugares e localidades em que as pessoas vivem no presente imigratório? Poderíamos perguntar: o “retorno” pode ser reinventado ou ele é sempre conceitualizado e vivido da mesma forma?

2 QUESTÕES ÉTICAS E TENSIONAMENTOS DO CAMPO

Esta é uma escrita incômoda e desafiadora tendo em vista todo o imaginário de que é revestido o local de origem dos sujeitos de pesquisa, sua cor e idiomas. Parto da ideia central de que vivemos sob relações de poder de matriz colonial, como Aníbal Quijano (2010) propõe, ao cunhar o conceito de “colonialidade do poder”. Colonialidade seria a parte invisível, mas indispensável, da construção da modernidade. Ao se falar em modernidade, tem que se ter claro que a sua invenção é inseparável da conquista e subjugação dos territórios e povos do mundo. Há que se desvelar a modernidade como um construto que tem uma especificidade histórica e espacial concretas; ela nasce no século XV, junto da criação de um novo padrão de poder, a raça. Nesse sentido, estudar imigração haitiana passa por pensar em um território construído, nos últimos 200 anos, por um processo revolucionário que fez nascer a 1ª república negra do mundo ainda no começo do século XIX quando reinavam teorias que colocavam em questão a própria humanidade dos povos negros. E também é um território, se tivermos em perspectiva os 500 anos de continente americano colonial, palco de inúmeros saqueamentos cujas populações nativas sofreram constantemente com a ameaça ou o efetivo extermínio.

De fato, nos últimos 100 anos, o Haiti passou por processos ativos de empobrecimento, a partir de invasões, golpes de Estado, ditaduras financiadas e, mais recentemente, pela invasão das Organizações das Nações Unidas. O que nos faz questionar de que lugar e a que imaginário nos referimos quando denominamos a República do Haiti e ponderar quais as referências que escolhemos. Eu procuro demarcar um espaço de enunciação contra-hegemônico, fazer lembrar um Haiti vibrante, potente e capaz de produzir mudanças no mundo e o faço dialogando com a literatura de diáspora haitiana também. Como Pâmela Marconatto (2017) ensina-nos, não se trata de literatura marginal, de escritores e escritoras fora do *mainstream*, ou seja, fora dos círculos de literatura dominante, mas de intelectuais que circularam e circulam nos mais importantes centros de educação do mundo, cuja visibilidade é negada por conta da cor e origem de seus escritores. Essa literatura não é instrumental do ponto de vista de nos auxiliar a desvendar o “enigmático” Haiti, mas, em si, nos conta acerca de mundos possíveis, de sujeitos que encontraram na literatura a única forma de existir no mundo da imigração. Se não tivermos acesso a estes mundos, mais facilmente caímos nas armadilhas etnocêntricas de docilizar os imigrantes,

de não questionarmos os nossos próprios paradigmas. Eu busco na literatura haitiana algumas referências ético-metodológicas. Trago a passagem de um romance de Marie Vieux-Chauvet como uma orientação ética desde uma ótica anticolonial haitiana,

Assisto ao drama, cena por cena. Sou a única lúcida, a única perigosa e ninguém ao meu redor o suspeita (...) Se enganam. Eu saboreio, no entanto, minha vingança em silêncio. Minha vingança é o meu silêncio. (VIEUX-CHAUVET, 2012, p. 11).

Essa é uma fala de uma personagem feminina que faz com que tenhamos cuidado ao lidar com a noção de fragilidade ou submissão feminina no contexto haitiano. Não necessariamente os silêncios são faltas ou lacunas, mas talvez opções produzidas conscientemente por pessoas em busca de não serem enquadradas em estereótipos e narrativas planas. Pesquisar junto com imigrantes haitianos e haitianas nesse sentido não pode ser um ato inocente, é necessário produzir diálogos efetivos que deem espaço inclusive aos silêncios. De modo que aprendi que, mais do que não poder falar ou terem suas falas não ouvidas, muitos interlocutores e interlocutoras utilizam-se do silêncio como ferramenta particularmente potente ou como uma ação política deliberada nos jogos sociais de que fazem parte e, desafiando os pesquisadores e pesquisadoras a negociarem constantemente os termos de seus trabalhos e as relações estabelecidas.

Nesta pesquisa, uma grande questão são as relações assimétricas vindas do contexto de campo. Ao trabalhar com imigrantes negros vivendo em um bairro na periferia da cidade, muitos riscos estão envolvidos. Um dos riscos é o de assumir a fala do outro, de poder enunciar quem são, o que pensam e fazem, me tornar uma voz autorizada no cenário da imigração. Minha saída é a de produzir textos sempre menos sistemáticos do ponto de vista dos “imigrantes haitianos e haitianas na cidade de Porto Alegre” e dedicar-me a investigar como alguns sujeitos constroem cotidianos e narrativas acerca do vivido e suas condições de possibilidade. É uma tentativa de escrita parcial e sempre inacabada que pode nos levar um pouco mais adiante, ou pelo menos, a encantar-nos pelo que ainda não foi dito, ou seja, um encontro com o inesperado das vidas comuns.

3 O “RETORNO” COMO PARTE DAS DINÂMICAS DE IDAS E VINDAS LOCAIS

Se nos atermos à noção de imigrante como atopus, como alguém sem lugar e, portanto, sempre inclassificável e deslocado, proposta por Bourdieu (1998) e seguida por SAYAD (1998), muitos imigrantes com quem convivo parecerão contrariar essa categorização, já que, no cotidiano, esses sujeitos estão muito mais próximos da imagem de “produtores de lugar”. As dinâmicas da cidade, as

relações de vizinhança, as andanças e caminhos, os projetos e desejos, as casas, as esquinas e quintais serão destacados em meu trabalho como elementos potentes da vida em mobilidade, revelando localidades e percursos que dizem respeito à noção de retorno também. A partir da pesquisa de campo com imigrantes haitianos e haitianas na zona norte de Porto Alegre, descobre-se uma cidade em constante transformação, vibrante e quase sem bordas que a delimitem. É necessário mapear um território migratório na cidade que leve em conta as subjetividades dos sujeitos em mobilidade e seus processos.

A Prefeitura Municipal da cidade de Porto Alegre foi interpelada pelos movimentos sociais sobre a questão migratória antes mesmo de os migrantes serem uma realidade no sul do Brasil. Como Denise Jardim (2017) mapeia, a questão do contingente migratório que chegaria ao estado do Rio Grande do Sul, e provavelmente à capital, foi sendo alçada como uma questão importante na arena de interesse público no ano de 2012, dois anos antes da chegada dos haitianos e haitianas, assim como senegaleses, sem esquecer o grupo de ganeses chegados à Serra Gaúcha naquele ano. Ou seja, houve alguma antecipação dessa chegada, mesmo que, na realidade, as dinâmicas das instituições estatais no começo estivessem relutantes em promover as adaptações de rotinas institucionais ou em fazer provisão de honorários para o acolhimento desses grupos (JARDIM, 2017). A autora lança luz sobre a forma como as imigrantes haitianas em Porto Alegre, mas não tomando como uma especificidade delas, vão descobrindo os caminhos do mundo burocrático no Brasil e como esse mesmo mundo vai produzindo, sistematicamente, em certos momentos, sujeitos invisíveis ao Estado. Trazendo experiências de mulheres haitianas nas dinâmicas do Sistema Único de Saúde, a autora chama atenção para as zonas de abandono da cidade que são conhecidas há muito por nós, mas que passam a ser visualizadas através da experiência desses sujeitos.

Desde meados de 2014, a zona norte da cidade é local de residência de um número expressivo de imigrantes senegaleses e haitianos. Muitos motivos podem ser apontados para essa escolha: os baixos preços dos aluguéis das casas em relação a outras zonas da cidade e, a contratação do imóvel diretamente com o proprietário, não tendo que passar pelos trâmites imobiliários quase impossíveis de serem feitos por sujeitos em mobilidade, como a exigência de um fiador. Também a configuração do bairro, historicamente composto por trabalhadores da zona industrial da região, é de grande importância. Localizado no extremo norte da capital, o Sarandi é um dos bairros mais populosos da capital e configura-se como um “polo empregador” tendo em vista a taxa de empregos formais em relação a outros bairros da cidade. Foi o bairro de referência dos primeiros imigrantes, tendo um grande centro social (Centro Vida) que abrigou algumas vezes grupos vindos do norte do país. Hoje, o bairro apresenta uma configuração bastante interessante: de bairro operário, vemos surgir paralelamente um bairro também de imigrantes.

No Sarandi, como nas periferias de outras cidades, o planejamento do espaço dá-se conforme as necessidades, as contingências, formando assim lotes, terrenos de 2 ou mais casas, quase sem espaço verde, tudo preenchido

com quartos, casinhas - peças. É nesse “espaço-mundo” que os sujeitos desta pesquisa vão construindo suas experiências, seus modos de ser dentro do que há de possível nessa configuração. É em casas pequenas, de apenas 3 ou 4 cômodos, que a vida da imigração haitiana ganha forma também, é onde os parentes que chegam tentam acomodar-se até encontrar uma casa maior e trazer os seus cônjuges, filhos, outros primos e pais. Não há quem chegue sozinho, sem rede de amparo, sem um colchão para descansar o corpo dessas viagens cheias de escalas, contratempos, esperança e expectativas. A pilha de colchões, que encontrei tantas vezes em suas casas, demarca seus pertencimentos, seus comprometimentos e alianças. Como a etnografia de HANDERSON (2015) descreve, as casas construídas no Haiti por haitianos que estão em mobilidade, vivendo em outros países, demonstram que há a possibilidade de pensarmos as dinâmicas sociais da imigração através da configuração das casas construídas, dos objetos que há nelas, do circuito de cuidado, de empréstimo ou da própria construção da casa .

Desenvolvi um bom período de trabalho de campo, justamente dentro de uma casa que abrigava um pequeno comércio voltado para os imigrantes. Era uma central de remessa de dinheiro e telefonemas. Além da remessa de valores, há a possibilidade do envio de pacotes de alimentos: o casal tornara-se associado de uma empresa que entrega certos pacotes com produtos alimentícios direto na casa das famílias dos migrantes lá no Haiti. O imigrante paga para esse casal um determinado valor, o casal aciona a empresa C.A.M (Caribbean Air Mail), faz o envio do valor por depósito em conta e a empresa entrega a caixa na casa da família do imigrante no Haiti. O imigrante pode escolher se quer enviar um pacote que tenha cinco quilogramas de arroz, massa e feijão ou que tenha somente arroz e não tenha massa, mas tenha óleo e assim por diante. A central telefônica foi agregando outros serviços, como recarga de celular de todas as operadoras, fotocópias, envio de documentos por scanner. Esse comércio foi um dos pontos de referência no circuito da sociabilidade haitiana no bairro. Essa central foi criada e mantida como o empreendimento de um casal de haitianos, Wilma e João que, assim, tomam o lugar dos tradicionais “interlocutores principais” do trabalho de campo que desenvolvo.

Para além dos serviços de telefone, há também venda de créditos pré-pagos tanto para telefones no Brasil como para telefones fora do país. Há também o comércio de banana verde, que é um dos produtos mais importantes no sistema alimentar haitiano. Negociavam-se as sandálias trazidas do Haiti, vendiam-se pastéis fritos e, às vezes, podíamos encontrar um licor de leite típico (kremas). A banana verde tem centralidade nesse trabalho porque, em seu circuito, que começa com a compra na CEASA , distante 5 km do bairro, e posteriormente é vendida na rede de sociabilidade do casal. Podemos identificar que, onde poderia ser somente um exemplo de empreendedorismo, também há as marcas de um investimento bastante forte nos laços locais. Só se vende para quem eles conhecem e passam a conhecer, não há placas na frente de casa que anunciem o produto. O que há são redes sendo construídas constantemente que dão acesso

a produtos específicos. É o lugar também onde muitos se encontram ou ficam sabendo de notícias do Haiti, de seus parentes, de quem está vindo, voltando ou indo para outro lugar. Assim, as salas das diversas casas em que Wilma e João moraram no bairro tornavam-se sede de seus negócios simultaneamente.

Wilma é uma Madame Sara, uma comerciante tradicional no contexto haitiano e que tem com a circulação de produtos bastante familiaridade. Como demonstrei em KERSTING (2016), na versatilidade dos produtos que fazem circular e as diversas redes que ela e João acionam para isso, há a produção de um cotidiano perpassado por muitas redes, não somente ligado uma forma de fazer comércio, mas como uma maneira de tecer laços, de criar solidariedades e de estar junto com os seus no contexto de imigração. Para fazer circular os produtos típicos no contexto do bairro, muitos sujeitos eram acionados, há uma intensa troca de informações entre quem está vindo ou indo para o Haiti e que coloca em circulação uma série de encomendas e pedidos. Há um cotidiano ligado à reconstruir um sentimento de pertença e a trazer elementos que produzam familiaridade aos haitianos do bairro.

O comércio passou por inúmeras mudanças de endereço porque ocorria na sala de suas casas. A banana verde não está mais sendo vendida pelo casal, mas por outros sujeitos em outras casas. Wilma hoje trabalha como cozinheira em uma empresa, João segue com o comércio, mas agora também montou uma barbearia que abriga, ainda, a central telefônica e de remessas de dinheiro. No entanto, o que há nesses percursos de mudança e sociabilidade dentro de um bairro específico que remete à noção de retorno de SAYAD (2000).

4 “SE EU FICAR SÓ PENSANDO EM VOLTAR, EU NÃO FAÇO NADA DA MINHA VIDA”

A partir da pesquisa de campo foi possível acompanhar as mudanças no bairro, como o surgimento de igrejas evangélicas com cultos específicos para a comunidade haitiana; o movimento dos que se enchem de compatriotas a tomar alguma bebida ou somente conversar na frente de casa, durante as tardes de sábado; provar as comidas que chegam do Haiti nas malas dos recém-chegados; as mudanças de casa; os casamentos; os aniversários; as crianças correndo na rua ao chamado em Kreòl das mães haitianas e as respostas da criançada em português. Há o surgimento de localidade distinta na cidade, que pode ser compreendida a partir de um acompanhamento diacrônico, ou, mais especificamente, a partir de uma Antropologia em escala humana como Alban Bensa (2015) propõe. De acordo com esta pesquisadora, investigar o mundo social a partir dos atores e da maneira como concebem suas próprias práticas, construindo junto com eles o tecido social em sua historicidade progressiva (BENSA, 2015)

Extrapolo a dimensão da análise de grupo étnico ao me referir aos sujeitos pesquisados como pertencentes à comunidade haitiana na cidade de Porto Alegre. Na medida em que penso os sujeitos em seus cotidianos no

enfrentamento tático às estratégias normativas (DE CERTEAU, 1994), tento romper com uma visão eticizante atrelada sempre a uma referência nacional ou no marco das diferenças culturais. Nesse contexto, as dinâmicas locais serão relacionados a um processo global, transnacional¹ ou diaspórico, mas as relações não poderão ser visualizadas como fazendo parte de processos unívocos, mas emaranhados de influências simultâneas. Acompanhando as dinâmicas de vida de uma família de imigrantes haitianos, especialmente os projetos de moradia dentro da cidade, passo a entender que, para além das “estruturas comuns”, das ilusões do processo migratório, como relata SAYAD (1998), há toda uma série de estratégias e projetos cujos resultados são incertos posto que a realidade social está por fazer-se, sempre modificando-se.

A história de Wilma e João ilustra um argumento mais reflexivo aberto aos sujeitos e seus processos de elaboração de vida. Convivemos com João e Wilma desde 2014, quando acompanhamos parte do pré-natal de Wilma e o processo de reunificação familiar iniciado para a vinda de sua filha e de sua mãe, na época residentes no Haiti. Quando conheci João e Wilma, ela estava no quinto mês da gravidez de seu segundo filho e seu companheiro trabalhava em um posto de gasolina; fazia alguns meses que tinham vindo para Porto Alegre, depois de um ano e seis meses passados na cidade de Caxias do Sul. Eles vieram pela rota que sai de Porto Príncipe no Haiti, fazendo escala no Panamá, de onde seguiram para Quito (Equador), e depois Lima (Peru), partindo de barco pra cidade de Tabatinga, já no Brasil (Amazonas). Os dois haviam deixado filhos de outros relacionamentos no Haiti, mas somente Wilma buscava trazer sua filha para o Brasil, e foi através da abertura do processo de reunião familiar de sua filha, que deixara com a sua mãe de 70 anos, a qual não via há mais dois anos, que o nosso convívio tornou-se mais intenso.

Demos início ao processo de reunificação familiar, mediado pela Defensoria Pública da União, no final de setembro de 2014, mas demorou um pouco mais de dois anos para que sua filha e mãe chegassem a Porto Alegre em novembro de 2016. Tempo esse que abarca o início e término de meu primeiro período de pesquisa no bairro. De fato, o convívio com essa família e com o seu círculo social é uma escolha baseada na profundidade necessária à pesquisa crítica e criativa. Aposto na construção de um espaço de diálogo que não seja somente de uma entrevista pontual, mas de uma série de conversações que abrem a possibilidade de esses sujeitos narrarem suas histórias. Nesse caso, é preciso que haja uma escuta demorada através de perguntas não restritivas, mas que possibilitem contar uma história de vida. É necessário maturar a palavra do outro, dar tempo, pausar os momentos, para que, junto com os sujeitos da pesquisa, possa ser decidido que rumos serão tomados.

O casal viveu em uma série de casas no bairro Sarandi, dinâmica bastante comum para pessoas que vivem em moradias alugadas. No ano de 2017, depois de uma malsucedida ocupação de um terreno no bairro, compraram um lote de terra em uma ocupação urbana longe do centro do bairro, mas já bastante consolidada no desenho urbano. Embora o termo “casa própria” tenha limites

bem mais precisos quando lidamos com sujeitos em mobilidade que, não necessariamente têm essa espécie de “sonho brasileiro” como grande meta, há a possibilidade de esse movimento também compor o repertório de intenções e projetos deles. Sob outros pressupostos, ter comprado um local de moradia não representa uma imobilidade ou uma sedimentação da vida, mas potencializa, por exemplo, que outros familiares projetem um espaço melhor nos primeiros momentos de chegada ao Brasil. À parte de uma discussão acerca da vivência transnacional desses interlocutores, experiência que não pode ser ignorada, haja vista que há uma preocupação, trocas constantes, viagens, projetos que estão sempre vinculando o Haiti no cotidiano (HANDERSON, 2015), interessa-me também pensar os sentidos do “presente”, os sentidos reivindicados pelos próprios imigrantes acerca do que fazem e projetam.

5 CONCLUSÃO: O HAITI É AQUI TAMBÉM

Lembro Manoel Ruiz que, ao questionar o conceito de imigrante, esse estatuto deliberadamente outorgado a certos indivíduos no contexto das grandes metrópoles, observa que a própria noção de cidade indicaria a premissa de uma população imigrante. Nesse sentido, todos de uma determinada cidade são imigrantes, ou seja, a dimensão de uma cidade deve-se à sua capacidade de atrair pessoas. Es por ello, por lo que en la ciudad nadie debería ser considerado intruso, basicamente porque no existe nadie que no lo sea (RUIZ, 2003, 9-24). Questionando a situação dos imigrantes na Europa como um problema a ser resolvido em termos de excepcionalidade, propõe que a população designada como imigrante está implicada em um imaginário que separa o supostamente autóctone e o estrangeiro, o interior do exterior, como categorias fixas. Isso implica não questionarmos por quanto tempo um sujeito pode ser considerado imigrante, bem como a possibilidade das nomenclaturas de imigrante de primeira, segunda ou terceira geração. De fato, ao considerar homens e mulheres haitianas e haitianos dentro do contexto local de mobilidade intraurbana com todas as suas dinâmicas ao lado da “população autóctone” da zona norte de Porto Alegre” visualizam-se espaços de interação, de solidariedade e pontos de contato que poderiam ilustrar a riqueza de uma pesquisa dos mundos e relações em escala “nano” social.

Termino essa escrita, recuperando o argumento inicial e indicando o caminho seguido e sua força motriz. De fato, o retorno é essencial no mundo da imigração como operador simbólico de impossibilidades concretas, mas há uma dimensão bastante interessante: o retorno como um investimento nas relações locais no lugar de destino. É nessa espécie de comunidade desterritorializada que, justamente, o território emerge e as relações sociais surgem. Recordo um episódio de trabalho de campo onde João, ao me relatar que, além da casa em que moravam, havia comprado o terreno da frente e convencido um casal de amigos a comprar o terreno ao lado do seu em uma ocupação. Naquele dia,

questionei-o acerca do que aquela compra significaria em suas vidas e perguntei o que fariam se decidissem voltar para Haiti. Categoricamente ele me respondeu “ se eu ficar pensando só em voltar, eu não faço nada da minha vida”.

João nesse instante instaura uma espécie de tempo presente a ser atualizado no contexto da imigração. Sugiro pensar que ninguém vive para um retorno, pois o retorno torna-se um projeto, entre tantos, que o próprio deslocamento faz ou não possível. Talvez tenhamos que pensar no que, de fato, surge no encontro entre os “imigrantes” e a “população local”.

NOTAS

¹ Transnacionalismo é um conceito caro aos estudos imigratórios mais recentes porque evidencia uma multiplicidade de fluxos e redes em um cenário internacional que produz diversos tipos de pertencimento e surgimento de processos identitários que complexificam a relação entre estado-nação/território/cidadania/identidade. Glick-Schiller, BASCH e BLANC-SZANTON (1993) dão uma definição para transnacionalismos que abarca os processos migratórios onde uma diversidade de elementos cruzam fronteiras junto com as pessoas. O que importa nessa perspectiva são as múltiplas relações que os imigrantes desenvolvem, mantêm e que ultrapassam as fronteiras. Os transmigrantes agem tendo como pano de fundo um campo de relações sociais entre o país de origem e seu país de estabelecimento ou os diversos países das rotas imigratórias. (Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton, 1993)

REFERÊNCIAS

- BASCH, L.; SCHILLER, N. G.; BLANC, C. S. **Nations Unbound**: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and the Deterritorialized Nation-State. Gordon and Breach, Langhorne, PA, 1993
- BENSA, A. **Después de Levi-strauss**. Por uma antropologia em escala humana. Una conversación con Bertrand Richard / Alban bensa ; Pról. João Pacheco de Oliveira ; Trad. Liliana Padilha Villagomez. – México : FCE, 2015. 145 p.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano Artes de Fazer** . Editora vozes Ltda, 1994.
- HANDERSON, J . **Diáspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa/ Joseph Handerson. –Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015
- JARDIM, D.F. **Imigrantes ou refugiados?** Tecnologias de controle e as fronteiras. Jundiaí, Paco Editorial, 2017
- KERSTING, A. B. “**Madame Sara não tem saison**”: Enfrentamentos e inventividades da migração haitiana em Porto Alegre /Aliziane Bandeira Kersting. 2016.69 f.
- MARCONATO, P. M. “**NOU LED, NOU LA!**” “ESTAMOS FEIOS, MAS ESTAMOS AQUI!” Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza. Tese de doutorado em Sociologia, Porto Alegre, 2017.
- MIGNOLO, W. **Desobediência Epistêmica: retórica de la modernidade**. *Lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad*, 2010, Buenos Aires. 11__

RUIZ, M. D. ¿ QUIÉN PUEDE SER “INMIGRANTE” EN LA CIUDAD? In.: **Exclusión social y diversidad cultural**, 2003, ISBN 84-87303-71-4, págs. 9-24

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998, 299 pp.

SAYAD, A. O retorno: elementos constitutivos da condição do imigrante. **Travessia**, número especial, 2000.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?** Editora UFMG, Belo Horizonte.

VIEUX-CHAUVET, M. **AMOR, IRA Y LOCURA**. Traducción del francés de José Ramón Monreal, Barcelona 2012, Ed, Acanalado.

RESUMO

O presente trabalho visa discutir acerca das formas como imigrantes (mulheres, homens adultos e crianças) vão negociando suas vidas nas cidades de destino, construindo sociabilidades, territorialidades e cotidianos que dizem respeito também à produção do “retorno”. Objetiva-se deslocar a centralidade das teorias transnacionais e problematizar a “escala local” e seus sentidos. Este trabalho é um recorte de minha pesquisa de mestrado com algumas famílias haitianas na zona norte da cidade de Porto Alegre (RS). As trajetórias e narrativas de um casal de haitianos que acompanho e seus negócios, empreendimentos, as casas, os sonhos, a reunificação familiar e suas conquistas tomam espaço para o diálogo com o trabalho de SAYAD (2000) ao lado da proposta de Alban Bensa (2006) de uma Antropologia em escala humana como uma forma de sairmos das macroexplicações e os exotismos criados pelos quadros teóricos acerca da alteridade.

Palavras-chave: Imigração haitiana, reterritorialização, retorno

ABSTRACT

The present work aims to discuss about the ways in which immigrants (women, adult men and children) are negotiating their lives in the cities of destination, building sociability, territoriality and daily life that also concern the production of the “return”. The objective is to displace the centrality of transnational theories and problematize the “local scale” and its meanings. This paper is an excerpt from my master’s research with some Haitian families in the northern area of Porto Alegre (RS). The trajectories and narratives of an accompanying Haitian couple and their businesses, enterprises, homes, dreams, family reunification and their achievements make room for dialogue with the work of SAYAD (2000) alongside Alba Bensa’s proposal (2006) of an Anthropology on a human scale as a way out of the macroexplanations and the exoticisms created by the theoretical frameworks about otherness.

Keyword: Haitian immigration, reterritorialization, return

Lei de migração e o “novo” marco legal: entre a proteção, a discricionariedade e a exclusão

Giuliana Redin*
Jaqueline Bertoldo**

1 INTRODUÇÃO

Os novos fluxos migratórios para o Brasil, sobretudo de imigrantes latinos, caribenhos e africanos, têm cada vez mais questionado o caráter segregacionista e securitário das legislações nacionais acerca do tema e também desmistificado o Brasil como país acolhedor. Em 2017, o Estatuto do Estrangeiro foi finalmente substituído pela Lei de Migração, Lei 13.445/2017, com a tentativa de uma nova abordagem pautada a partir dos princípios dos Direitos Humanos. No entanto, embora contenha uma carga principiológica e normativa de direitos humanos, os vetos parciais que sofreu, sua regulamentação e aplicação têm caminhado na contramão, ou seja, na direção do controle e da securitização. Isso produz a racionalidade moderna que condiciona política e juridicamente a pessoa do imigrante a um poder discricionário do Estado, que nega direitos e priva sujeitos por estarem fora de um vínculo político de nacionalidade/cidadania (Redin, 2013).

O presente estudo resgata a análise de Redin (2013), na tese *Direito Humano de Imigrar*, acerca da exclusão do migrante internacional, estruturada no Estado e na lei, e no texto *Desafios para a Construção de uma Política Nacional para Imigrantes e Refugiados e Novo Marco Legal para a Política Imigratória no Brasil: Por um Direito Humano de Imigrar*, sobre os debates que nortearam a nova lei de migração. Com isso, propõe um olhar sobre os avanços da agenda migratória no Brasil, desde a sanção de seu novo marco legal em 2017. Os textos também convidam a refletir sobre a importante construção de Abdelmalek Sayad (1998) a respeito da exclusão do imigrante pela permanente provisoriade e o caráter arbitrário do Estado, suas instituições e regras de funcionamento. Portanto, em que avançamos nesta eterna tensão entre o sujeito e a ordem, onde está situado e negado o direito humano de migrar?

*Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil. Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Federal de Santa Maria e Departamento de Direito da UFSM. Coordenadora do Migraidh, Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional, e Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFSM.

**Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (PPGD-UFSM). Pesquisadora e extensionista do Migraidh/CSVM da UFSM.

O novo marco legal transita entre a proteção, a discricionariedade e a exclusão. Embora tenha incorporado importante rol de direitos humanos e direitos fundamentais, o fato é que harmonizou-se com ordem que traz exclusão estrutural, a exemplo da negativa em reconhecer “Direito de Imigrar” e “Igualdade Formal”. É no cotidiano de quem vive a condição de ser migrante que essas expressões se revelam. A pesquisa, portanto, está consubstanciada no relato de atendimento jurídico e documental, por meio da atividade extensionista do Migraidh¹, Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional da UFSM, no âmbito do Programa de Extensão Assessoria Jurídica a Imigrantes e Refugiados. Nos dois casos narrados, os imigrantes carregam, além da condição migratória, as representações de raça e classe. A partir de uma perspectiva freiriana e uma metodologia do encontro com o outro, o sujeito descorporificado ou abstrato da norma, passa a ter “carne e osso” e diz sobre si mesmo, sobre o nosso Estado e sobre o nosso novo marco legal.

2 AGENDA MIGRATÓRIA E O PARADIGMA SEGURANÇA X DIREITOS HUMANOS NA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO

No capítulo *A Ordem da Imigração na Ordem das Nações*, da obra *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*, Abdelmalek Sayad (1998) retoma Hannah Arendt ao trazer a exclusão política de direito do imigrante e a conseqüente recusa ou negação do “direito à vida”. Com isso, denuncia a arbitrariedade do Estado a partir da arquitetura político-jurídica do Estado-Nação. Segundo Sayad (1998, p. 270), “a imigração se prolonga por toda a vida, viver a vida inteira é o mesmo que ser privado e privar-se durante toda a vida do direito mais fundamental, o direito do nacional, o direito a ter direitos, o direito de pertencer a um corpo político, de ter um lugar nele”.

A estrangeiridade é assim um elemento constitutivo da própria ideia de Estado-Nação (e a xenofobia também). Essa ordem nacional e a estrutura tripartite que a define (povo, território e governo) determinam uma pertença ou identidade nacional a partir de um vínculo político de nacionalidade (Redin, 2013). Esse arbítrio constitutivo da ordem do Estado determina também que o ato de imigrar seja um ato de controle, situando-se o imigrante em uma relação patológica² diante do Estado (Redin, 2016, p. 13). Por isso, essa relação do imigrante é colocada no âmbito securitário, visto que a migração encara a própria ordem estatal revelando suas contradições e sua forma de funcionamento arbitrária (Sayad, 1998).

A expressão máxima dessa relação assimilada como patológica, que se traduz pelo controle, é o fato de que a legislação nega o ingresso e a permanência como direito e reafirma em seu conteúdo tratar-se de “mera expectativa”. Portanto, impõe ao imigrante uma relação de sujeição, provisoriedade e impotência, já que não há possibilidade de se questionar a legitimidade desse poder, nem mesmo pelo Judiciário, restrito a uma análise unicamente da legalidade dos atos

administrativos. Essa concepção por sua vez afeta diretamente a vida dos sujeitos da mobilidade, pois precisam justificar constantemente sua permanência no território, já que por excelência são indesejáveis.

Os mecanismos de controle pelas restrições e barreiras burocráticas tendem a gerar sofrimento e sujeição porque colocam o imigrante em uma condição eternamente precária de sua situação de “estar”, que é um “nunca estar” ou estar em “um não lugar”. Considerando que o imigrante precisa sempre justificar a própria presença, que é uma presença de “corpo trabalho” (SAYAD, 1998), e isso se reflete na questão documental, esse controle é um dos principais elementos constitutivos da vulnerabilidade do imigrante.

Assim, tem-se a negação da própria mobilidade humana como possibilidade jurídica (Redin, 2013). Aliás, essa negação é paradoxalmente afirmada no conteúdo da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 13, quando diz que “Todo o ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência **dentro das fronteiras de cada Estado**”. Essa negação estrutural é o ponto de partida para a reflexão sobre os aspectos jurídicos que representam toda a violência de Estado, que decorre de ordem que constitui um lugar sempre provisório ao imigrante. Essa provisoriade é, por classificação, aquela determinada por estruturas coloniais de poder, saber e ser (Quijano, 2005), portanto, o lugar na ordem é estabelecido pela intersecção de raça e classe.

A atualidade do pensamento de Sayad (1998) se mostra na “dupla exclusão política que determina o imigrante e o emigrante”, ou seja, de direito ao imigrante e de fato ao emigrante. Isso decorre de uma ordem que está na base do Estado-Nação, que é reprodutor de significantes sobre o significado de nosso lugar no mundo, na própria ordem, com uma identidade nacional. Por isso, os conceitos imigrante e emigrante são latentes e estão estruturalmente presentes no novo marco legal sobre migração no Brasil.

A questão documental espelha de uma maneira primeira essa ordem, que é a ordem do Estado-Nação, que objetifica o sujeito dentro dessa estrutura de exclusão, tangenciada pela raça e pela classe. O imigrante, portanto, corporifica todas as expressões de exclusão, pois sua presença precisa ser sempre justificada: um corpo trabalho. No capítulo *O Que é um Imigrante?*, Sayad (1998, p.55-57) diz que “foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não ser”, ou seja, demonstra, na imigração argelina na França, o utilitarismo baseado na permanente provisoriade do imigrante/trabalho, que pressupõe a anulação política desse imigrante, uma neutralidade exigida para ocupar um “certo lugar” (trabalho), e justificar a sua presença. Esse trabalho, segundo Sayad (1998, p.55), “que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o ‘mercado de trabalho para imigrantes’ lhe atribui e no lugar que lhe é atribuído”.

A sociedade classista, que categoriza o sujeito como um corpo trabalho, instrumentaliza-o a partir de um determinado lugar, em uma estrutura de poder amalgamada em uma identidade nacional historicamente construída a partir da racialização. Segundo Quijano (2005), a expansão colonial dominante impôs o mesmo critério de classificação social baseado na raça de forma global, e “essa distribuição racista de novas identidades foi combinada [...] com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial” (QUIJANO, 2005, p. 119). Dessa forma, “uma nova tecnologia de dominação/exploração, nesse caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem sucedido” (Quijano, 2005, p. 119), implicando no que Jessé Souza (2018) irá definir como “legitimação simbólica da desigualdade”.

O imigrante como corpo trabalho carrega a expressão máxima dessa classificação, do ser “utilidade”, objetificado. E quando o imigrante não representa o corpo trabalho, nessa ordem de exclusão, como se encaixaria na ordem? O extremo oposto, que também lhe nega a condição de sujeito, irá incorporar a chamada “razão humanitária” como justificativa para lhe reservar um “certo lugar”, também condicionado e precário. Jessé Souza (2018, p. 47-48) afirma que a desvalorização do sujeito fragilizado socialmente é objetiva e social, portanto espelha reações opostas de forma indiscriminada tanto por quem despreza diretamente o sujeito fragilizado, como por quem manifesta compaixão e pena. Assim, fala-se em “proteção” apesar de afirmar se tratar de mera expectativa de direito, já que a acolhida humanitária está inserida como mais uma das hipóteses de visto temporário, e é negada, com essa suposta isenção de culpa do Estado, toda a responsabilidade, que é estrutural, diante das injustiças sociais³ e do sujeito.

Historicizar o novo marco legal das migrações no Brasil é também retomar essas questões anteriores, que se projetam como um espelhamento da ordem. A Comigrar em 2014 foi um momento muito importante no Brasil de avanço do diálogo sobre as questões migratórias, pautada nos direitos humanos, com o protagonismo migrante e da sociedade civil. Após esse período, avançou o projeto de lei de migração, iniciado no Senado Federal, o PLS 288/2013, que incorporou em certa medida as discussões da Comigrar, com um rol de princípios de direitos humanos e de direitos fundamentais. Contudo, deixou um vácuo significativo para regulamentação por parte do Executivo, bem como recebeu vetos⁴ que contrariaram as próprias diretrizes de direitos humanos do documento legal. O fato é que o novo marco legal é fruto de uma tentativa de harmonização do tema das migrações a partir de uma ordem. Por isso, a Nota Técnica do Migraidh ao projeto de lei de migração, elaborada em coautoria por Redin e Bittencourt (2015), sustentava a necessidade de dois dispositivos estruturais “Direito de Imigrar”⁵ e “Igualdade Formal”⁶, isto porque, em uma concepção mais crítica da agenda de direitos humanos, era preciso enfrentar a relação originariamente de exclusão do não nacional, sua “permanente provisoriedade”, ao negar o direito humano de migrar e também a igualdade frente à lei, no campo político.

A questão documental do migrante é uma das mais significativas expressões dessa ordem que gera exclusão. As narrativas incorporadas nos diários de campo dos acompanhamentos aos assistidos pelo Programa de Extensão do Migraidh permitiram visualizar, na prática, a partir da questão documental, essa realidade de exclusão perante a ordem. Uma ordem que nega um lugar ao não nacional e que determina sua permanente provisoriidade. Essas narrativas são fruto do que chamamos de “Encontro com outro”, que se estabelece na relação dialógica freiriana (Freire, 2016, p. 135), concebida por um diálogo que se impõe como caminho no qual os sujeitos encontram significação como sujeitos, por isto, “o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro”. Desse modo, são trazidas vivências problematizantes de uma ordem que nos movimenta a questionar e a agir diante do que mostram sobre o quanto o próprio enquadramento legal pode produzir de negação e exclusão.

3 A QUESTÃO DOCUMENTAL: O COTIDIANO DO ATENDIMENTO JURÍDICO A IMIGRANTES E AS EXPRESSÕES DE EXCLUSÃO

3.1 *Caso 1*

Amadou⁷ veio sozinho do Senegal no ano de 2015. Sua esposa grávida ficou no país. Tinha como destino o Brasil, mas como não possuía visto, embarcou até o Equador, país que, na época, oferecia isenção de visto para imigrantes, e de lá seguiu via terrestre até a fronteira com o Brasil. Ao chegar na fronteira, procurou a unidade da Polícia Federal para solicitar refúgio e obter Carteira de Trabalho e CPF. Seguiu a orientação obtida por meio das redes dos senegaleses que aqui já viviam. Ainda no norte do país, tomou um ônibus e foi até a cidade de São Paulo onde trabalhou por um período, mudando-se depois para a cidade de Santa Maria-RS. Nesta cidade, junto com outros imigrantes senegaleses, passou a trabalhar no comércio de rua, prática de trabalho comum na comunidade senegalesa imigrante.

O contato de Amadou com o Migraidh/CSVM deu-se no ano de 2015, a partir das rodas de conversa em português voltadas à acessibilidade linguística⁸. Em 2018, reuniu condições financeiras para viajar ao Senegal e visitar sua esposa e filha, que ainda não conhecia, mas se deparou com a impossibilidade jurídica e risco de sair do país em virtude de possuir apenas um protocolo de solicitação de refúgio. Para tanto, procurou o apoio do Migraidh/CSVM para assessorá-lo na obtenção de residência no Brasil, que lhe viabilizasse entrada e saída regular e em qualquer tempo do país.

Iniciou-se então uma peregrinação junto à Polícia Federal para regularização migratória. O que prometia ser algo facilitado após o início da vigência da Lei de Migração, uma vez que esta consagra a regularização documental como

princípio, mostrou-se na prática administrativa impossível. Como Amadou não possui atividade laboral formal com vínculo empregatício que pudesse lhe permitir autorização de residência por trabalho⁹, buscamos uma tentativa de regularização via os chamados “casos omissos”¹⁰. Amadou levou cerca de um mês para obter os documentos exigidos para o pedido de residência no Brasil a partir dos “casos omissos”, necessitando da colaboração dos familiares que residem no Senegal. A lista documental para pedidos de residência está estabelecida em regulamento, varia conforme a motivação migratória, sendo que, em algumas situações, foi ampliada com mais rigor por meio de normativas administrativas.¹¹ Dos documentos exigidos para Amadou, inclui-se a negativa de antecedentes criminais do país de origem e comprovação de filiação, ambos apostilados¹², legalizados¹³ e traduzidos oficialmente por tradutor juramentado.

De posse dos documentos, acompanhamos Amadou na unidade local da Polícia Federal, onde sua documentação foi verificada e lhe foi informado que poderia regularizar a residência por acolhida humanitária e não pelos casos omissos, bastando fazer o agendamento pelo site da Polícia Federal e retornar no dia marcado, quando já teria o seu Registro Nacional Migratório expedido automaticamente. Assim procedeu Amadou: entregou a documentação exigida, incluindo uma solicitação de isenção de taxas por sua condição socioeconômica, e, ao final do procedimento administrativo, obteve a autorização de residência com base na acolhida humanitária para residentes de qualquer país, tendo finalmente conseguido o seu RNM. Na oportunidade, também lhe foi solicitado o cancelamento do pedido de refúgio, que foi autorizado por Amadou diante da obtenção da residência.

No dia seguinte, no entanto, fomos contatados por Amadou pois ele havia sido procurado pela Polícia Federal em razão de um erro no seu processo de solicitação de residência e deveria retornar ao posto da polícia para resolver o problema. Imediatamente, entramos em contato com a Polícia Federal, quando fomos informados de que a via humanitária, que foi aplicada no seu caso, não poderia ter sido utilizada, já que as normativas somente autorizam a concessão de residência por razões humanitárias para nacionais do Haiti¹⁴ e Venezuela¹⁵. Foi orientado a retornar à unidade policial para trocar o protocolo de solicitação para a hipótese dos “casos omissos”. Manifestamos então nossa preocupação com a situação pois, além de Amadou não ser responsável pelo equívoco, pois seguiu todas as instruções recebidas, teria sido prejudicado com o cancelamento da solicitação de refúgio, encontrando-se em uma situação de indocumentação por falhas administrativas. Assim, a primeira tratativa com as autoridades foi no sentido de restabelecer seu protocolo de refúgio, retornando-o à sua condição anterior e garantindo sua regularidade documental, para então encaminhar um novo pedido. Obtido novamente seu protocolo, Amadou tentou iniciar o procedimento para obtenção de residência pela hipótese dos casos omissos, recebendo a negativa de realizar o pedido com a manutenção do procedimento da solicitação de refúgio. Ou seja, foi exigido dele que procedesse ao

cancelamento de sua solicitação de refúgio como condição para dar entrada no pedido de autorização de residência por caso omissivo, o qual, diferentemente do caso de acolhida humanitária, é processado e julgado pelo Ministério da Justiça, sem qualquer garantia de deferimento. Para evitar o risco de indocumentação, Amadou desistiu de efetuar a solicitação.

3.2 Caso 2

Justine¹⁶, nacional de país africano¹⁷, veio para o Brasil em 2014 com visto de turista. No Brasil, passou a residir em Santa Maria com o irmão, a cunhada e uma sobrinha recém nascida. Após vencer o prazo de prorrogação de seu visto de turista, ficou indocumentada pelo período de cerca de um ano. Em 2015, requereu solicitação de refúgio na unidade local da Polícia Federal, obtendo Carteira de Trabalho e CPF. Justine passou a trabalhar formalmente em empresa de vigilância. Em 2017, sua irmã veio ao Brasil com visto de turista e também procedeu à solicitação de refúgio. Afastada há mais de quatro anos de seu filho, que permanece no país de origem, Justine reuniu condições financeiras para custear a viagem do filho para o Brasil. Adquiriu a passagem de ida e volta ao filho, que, contudo, teve o visto de turista negado pelo fato de que a mãe, Justine, é solicitante de refúgio no Brasil. Das exigências para o visto estava a apresentação de documentação de residência da mãe. Além disso, a negativa também foi justificada pela necessidade de comprovação de condições financeiras para manutenção no Brasil pelo período do visto.

Diante da negativa da concessão de visto de turista ao filho, o que impediria o mesmo de viajar para o Brasil, Justine buscou o apoio do Migraidh para a obtenção de sua autorização de residência, de modo a poder fornecer o documento exigido para o visto. Considerando que Justine possui trabalho formal com registro em CTPS, a possibilidade de obtenção de residência se dá a partir deste vínculo laboral. Dos documentos exigidos, além das certidões negativas de antecedentes criminais expedidas pelas autoridades competentes relativas aos locais de residência dos últimos cinco anos e certidão de filiação, apostiladas, legalizadas e traduzidas, também há a exigência de declaração do empregador no Brasil acerca da necessidade de manutenção do vínculo empregatício, dentre outros. Justine levou mais de um mês para conseguir os documentos do seu país de origem. Nesse tempo, Justine teve altos gastos, como o cancelamento da passagem do filho, despesas com as taxas para a documentação exigida para dar início ao pedido de autorização de residência e remessa desta para o Brasil.

Para a abertura do pedido, foi necessário acessar a plataforma MigranteWeb do então Ministério do Trabalho, que é o atual sistema que permite o processamento dos pedidos de residência por motivo de trabalho. São exigidas informações detalhadas que remetem à vida laboral pregressa do imigrante antes de vir para o Brasil e várias informações para o exame da “compatibilidade

entre a qualificação e a experiência profissional do imigrante com a atividade que exercerá no país.”¹⁸ O processamento também leva um tempo administrativo de cerca de 60 dias. Justine, até o momento, não conseguiu satisfazer todas as exigências, mesmo trabalhando com vínculo empregatício no Brasil há três anos, e passa por uma situação extremamente angustiante na expectativa de poder trazer seu filho para cá.

Por fim, com a publicação, em outubro de 2018, da Resolução Normativa¹⁹, de origem conjunta entre o CNIg e o CONARE, que autoriza a concessão de residência com base em questões laborais, para solicitantes de refúgio e, considerando que Justine possui vínculo empregatício formal, ela acessou essa via e aguarda decisão ministerial.

4 EXPRESSÕES ENTRE A PROTEÇÃO, DISCRICIONARIEDADE E EXCLUSÃO

No âmbito das migrações internacionais, essas três palavras têm seu sentido orientado pela dicotômica relação securitização x direitos humanos, central no debate desta agenda. Na perspectiva tradicional do tratamento de Estado sobre as migrações, o que é notado em documentos internacionais como a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, a exemplo do art. 13, ou a Convenção Internacional sobre a Proteção de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias de 1990, a exemplo do art. 35, as migrações em geral são pauta restrita aos interesses exclusivos do Estado. Portanto, o tema da proteção tem sido dirigido às situações de migrações forçadas no âmbito do Direito Internacional dos Refugiados. Fora desta dimensão, o termo proteção é relativizado a partir da discricionariedade do Estado, debruçada na ideia do controle migratório voltado aos interesses nacionais. Embora a Lei de Migração tenha incorporado nos arts. 3º e 4º um rol de princípios de direitos humanos e direitos fundamentais, que é um avanço significativo em termos de proteção, toda a política de controle se manteve fortemente calcada na discricionariedade da Administração Pública. Então, este é um dilema em aberto no âmbito do novo marco legal. Podemos dizer que há uma proteção da condição migratória, tal como a condição de refugiado é reconhecida no marco da Lei de Refúgio? Não nos parece que essa garantia esteja incorporada na Lei de Migração, que deixou de reconhecer o direito humano de migrar como direito, direito de ingresso e permanência a não ser uma mera expectativa, da mesma forma essa mera expectativa também está no âmbito da acolhida humanitária, por exemplo.

A compreensão dessa dicotomia, securitização x direitos humanos, remete ao sentido de exclusão que sustentamos quando um Estado se investe da autoridade para negar um direito, sob o argumento da segurança em detrimento do direito humano: controle sobre corpos como se fossem mercadoria.

4.1 Expressão 1

O atual sistema de ingresso e permanência sofreu alterações com a Nova Lei de Migração: extinguiu o visto permanente; ampliou novas situações de visto temporário e a modalidade de residência a todas as situações enquadráveis dentro das hipóteses do visto temporário; estendeu a residência a outras hipóteses; alterou a respectiva dinâmica da concessão, mas, contudo, destacou o caráter sempre provisório. A lei manteve a expedição de vistos restrita às embaixadas e consulados, bem como o visto continuou como mera “expectativa de ingresso” e não um direito. Assim, no caso de o imigrante já estar em território nacional sem visto, a única possibilidade documental seria a solicitação de residência temporária, a depender dos critérios e condições estabelecidos, ou, a própria via da solicitação de refúgio, quando não enquadrável naqueles critérios.

Apesar do avanço da lei ao afirmar como princípio da política migratória brasileira a “promoção de entrada regular e de regularização documental” (Brasil, 2017), o marco legal manteve uma estrutura assentada na classificação e discriminação restritiva das hipóteses de concessão de vistos e residência, reproduzindo novamente a lógica do controle e do interesse nacional. Assim, negou-se a possibilidade de documentar os diferentes fluxos a partir de suas especificidades e características próprias; ao contrário, o marco legal apresenta um rol restrito de possibilidades de acesso documental, a saber: comprovação de trabalho formal, estudo, atividades de relevância no campo científico, tecnológico e econômico, tratamento de saúde, acolhida humanitária, esta restrita a hipóteses taxativas fixadas na lei, até o momento reguladas em portarias específicas apenas para haitianos e venezuelanos, e outras situações de interesse nacional.

O caso de Amadou revela a ordem dessa contradição: como trabalhador informal no comércio de rua, e sem vínculo empregatício, não é considerado o trabalhador “ideal” para o interesse nacional, conforme os critérios que o regulamento da Lei de Migração e normativas definem, e, por isso, excluído da possibilidade de residência por trabalho. As Resoluções Normativas²⁰ do antigo Ministério do Trabalho²¹ expressam essa exclusão ao elegerem, paradoxalmente, diversas profissões que, mesmo sem a existência do vínculo empregatício, são bem aceitas como justificativa de acesso à autorização de residência por trabalho, como prestação de serviços de assistência técnica²², transferência de tecnologia²³, fins empresariais²⁴, artísticos ou desportivos, dentre outras situações. Ou seja, como Amadou não se “encaixa” em nenhuma das possibilidades regulamentadas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), teve impossibilitada essa via documental.

Na legislação anterior, todo o visto decorrente de trabalho era previsto dentro de um chamado amplo “visto permanente”, cujas situações de concessão passavam pelo crivo administrativo do poder discricionário do CNIg. Havia na regulamentação do CNIg uma Resolução Normativa, a de número 27, que previa a

possibilidade de regularização de visto pela justificativa da “razão humanitária”, a quem aqui viesse exercer algum trabalho sem visto prévio, abarcando os novos fluxos migratórios como dos senegaleses, ganeses e outros. O atual marco legal, no entanto, restringiu a antiga prática administrativa e definiu a concessão de acolhida humanitária somente a residentes e nacionais do Haiti e da Venezuela. A Lei de Migração – e o seu Regulamento – mantiveram o alto caráter discricionário no âmbito das hipóteses de concessão documental. No caso da acolhida humanitária, o Regulamento 9.199/2017 manteve a expressão “poderá” ao referir-se a qualquer nacionalidade, ou seja, autorizou a via administrativa a fazer julgamentos sobre oportunidade e conveniência sobre quais nacionalidades estarão incluídas no âmbito humanitário. Assim, ao invés da proteção, cria-se uma barreira para muitos imigrantes que tinham como possibilidade essa via documental pela prática administrativa anterior. No caso de Amadou, como imigrante senegalês, mais uma vez lhe foi negado o direito formal de residir no Brasil.

A partir da nova lei, houve uma tentativa de regulamentação dos “casos omissos” pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, ou seja, aqueles não previstos em lei, o que poderia então consistir em uma possibilidade para documentar e regularizar esses fluxos. Conforme a Portaria Interministerial nº 4 de 2018, esses pedidos deverão ser encaminhados pelo imigrante que já estiver em território nacional ao Ministério da Justiça, que julgará o pedido. No caso de Amadou, essa seria uma possibilidade de regularização documental a partir do atual marco legal, mas novamente o Estado-autoridade lhe criou mais uma barreira. Mesmo após superados os entraves burocráticos para conseguir a documentação necessária, ao tentar realizar o pedido, Amadou não pôde fazê-lo pois a autoridade administrativa local, da cidade de sua residência, passou a exigir arbitrariamente que, no momento da solicitação, também desistisse do seu processo de solicitação de refúgio, apesar de a Resolução Normativa nº 26 do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) estabelecer que o cancelamento se dará após a concessão da residência. Aliás, essa Resolução, ainda que permita o cancelamento da solicitação de refúgio após a concessão da residência, impede que o solicitante tenha a sua condição de refugiado apreciada, negando a possibilidade de acessar o instituto da proteção. No caso de Amadou, tal exigência colocou-o em uma situação cuja escolha é impossível: se tiver sua solicitação de residência negada, uma vez que não há qualquer garantia de que sua situação seja considerada “caso omissos”, e o pedido de refúgio cancelado, ficará numa situação irregular, pois não poderá novamente solicitar refúgio.

A manutenção, com o novo marco legal, de toda a questão documental vinculada ao Departamento da Polícia Federal do Ministério da Justiça, é um significativo entrave para o acesso a direitos. Trata-se de um órgão administrativo ligado à segurança, quando a questão migratória deveria ser tratada por órgão administrativo desvinculado desta pauta, como forma de afastar a lógica de criminalização das migrações, conforme a própria Lei de Migração

ênfatisa como princípio. Além disso, as informações desencontradas sobre os procedimentos, as alterações sistemáticas em portarias e instruções geram um permanente estado de insegurança, incerteza e impossibilidade de acesso a direitos. Apesar de a lei ampliar as possibilidades de acesso à documentação, é no âmbito administrativo do Poder Executivo que os entraves têm sido colocados de forma sistemática, arbitrária e seletiva, na esteira de um marco legal que não reconheceu o direito humano de migrar e a igualdade formal, e manteve a lógica discricionária do Estado sobre o ingresso e permanência, ao dizer que o visto é “mera expectativa de direito”.

Em outubro de 2018, foi publicada uma nova Resolução Normativa²⁵, de origem conjunta entre o CNIg e o CONARE, com o objetivo de conceder autorizações de residência, com base em questões laborais, para solicitantes de refúgio. Inicialmente, essa normativa surge para regularizar alguns fluxos migratórios no país, como de solicitantes de refúgio que já estão no território nacional exercendo atividades laborais, facilitando o acesso a documentos, bem como cessando a necessidade de longa espera pelo julgamento dos pedidos de refúgio, como frequentemente tem ocorrido. Conforme estabelece a normativa, no entanto, é necessário que o solicitante apresente contrato de trabalho anotado na CTPS ou comprove inclusão no mercado formal de trabalho anterior à entrada em vigor da referida normativa. No caso de Amadou, por exemplo, e como de tantos outros imigrantes senegaleses que se inserem em atividades ligadas ao comércio de rua no Brasil, mesmo como solicitante de refúgio não poderá utilizar-se dessa via documental por não possuir um vínculo formal de trabalho. Assim, o que poderia ter consistido em uma via possível para garantir o direito fundamental de ter documentos a muitos imigrantes solicitantes, mais uma vez o Estado Brasileiro deu o tom para o tratamento sobre migração no país: a segurança e o interesse nacional acima dos direitos humanos.

4.2 Expressão 2

O direito à reunião familiar é um dos mais fundamentais dentro da agenda de direitos humanos no contexto migratório, tanto que foi previsto como princípio e diretriz no novo marco legal. Apesar de tal previsão, o sistema de controle migratório e documentação no Brasil produz, em muitos casos, afastamento compulsório de famílias. Justine teve seu filho impedido meramente da visitas, porque sua condição jurídica e documental não é de residente, mas de solicitante de refúgio. O poder discricionário leva a arbitrariedades presentes em julgamentos sobre quem está ou não apto a visitar o Brasil. Se o parente consanguíneo de primeiro grau que aqui reside é um solicitante de refúgio, logo o arbítrio da autoridade nega-lhe a possibilidade de visita, por julgamentos que transcendem os limites do ato discricionário (baseado neste caso em uma suspeita de que a motivação da viagem seja migratória por reunião familiar, negando o simples ato de migrar como possibilidade). Então, separa-se compulsoriamente

porque, apesar de o direito à reunião familiar ser um princípio, sua efetividade está restrita: às hipóteses de parentesco definidas por uma concepção tradicional de família, uma vez que a Lei de Migração sofreu veto²⁶ em relação ao conceito amplo de família que trazia em seu texto aprovado no Congresso Nacional; às hipóteses de parente detentor de autorização de residência no Brasil.²⁷ Apesar de o novo marco legal ter colocado a reunião familiar no seu conteúdo principiológico e, por isso, incorporar essa agenda dentro da proteção, toda a regulamentação – ou possibilidade de exercício desse direito – continuou no âmbito do controle rigoroso, que está ligado ao conteúdo securitizador, espectro do revogado Estatuto do Estrangeiro. Essa mesma relação podemos fazer com a questão da acolhida humanitária, que deveria estar no âmbito da proteção por ser um princípio no novo marco legal, portanto com as suas possibilidades ampliadas em uma lógica facilitadora com vistas ao também princípio da regularização documental, contudo, como se verifica tem sua aplicação reduzida a um alto controle e seletividade do Estado.

Os casos de Justine e Amadou permitem um olhar sobre outra forma de exclusão incorporada no novo marco legal, que é sobretudo simbólica: o estigma sobre o não nacional. O sistema de autorizações de residência, fixado no novo marco legal, exige a comprovação de negativa de antecedentes criminais, nos últimos cinco anos, da pessoa interessada. Sobre o arbítrio instituído no conteúdo deste dispositivo, já sustentaram Redin e Minchola (2015), por ocasião da Nota Técnica produzida no âmbito do Migraidh ao então Projeto de Lei 2.516/2015, fase de tramitação da Lei de Migração na Câmara dos Deputados, a necessidade de supressão dessa exigência, pois

implica na violação de direitos fundamentais, sobretudo relativos aos limites da pena e à igualdade. Estigmatizar ou excluir a pessoa do imigrante por ter cometido delitos, cuja pena já foi cumprida ou deve ser cumprida nos limites do processo penal, é uma dupla penalização pelo simples fato de ser imigrante (REDIN; MINCHOLA, 2015, s/p.).

Além disso, tal exigência burocrática tem sido um desestímulo ao exercício de um dos mais básicos dos direitos, o de ter documentos, no caso da condição migratória, documentos de regularização desta condição, dados os altos custos e a dificuldade de acesso.

A situação de Justine também traz outra expressão de exclusão no que diz respeito à autorização de residência por trabalho, ligada a uma seletividade a partir de interesses empresariais e de mão de obra qualificada. Tal expressão se encontra nos dispositivos da Lei de Migração que autorizam o visto temporário quando o imigrante tiver proposta de trabalho de pessoa jurídica ou, caso não tenha e o objetivo é a busca de emprego, possuir curso superior ou equivalente no país²⁸. Então, o que está inserido no conteúdo legal é um aspecto de

securitização ligado ao elemento produtivo. O direito humano ao trabalho leva em consideração a fundamental relação da pessoa humana com o trabalho, contudo a Lei de Migração não traz essa perspectiva, pois incorpora o exclusivo interesse de setores produtivos. Essa mesma lógica está incorporada também nas possibilidades de autorização de residência por motivação de trabalho, cujo formulário online foi fiel a um questionário prévio de análise do perfil do trabalhador. Com a expectativa criada pela Resolução Normativa Conjunta n. 01/2019, abriu-se a possibilidade de concessão de residência para trabalhar, desde que com vínculo formal de trabalho.

Por fim, Amadou e Justine carregam o receio de um possível enquadramento devido a sua estada irregular no país. Tal situação não é impeditiva, apesar de a Lei de Migração ter incorporado o devido processo legal em todos os procedimentos administrativos, de uma deportação. A deportação, que é a retirada compulsória do país por situação de irregularidade, não apenas representa a ruptura dos laços humanos e do projeto migratório estabelecidos no país de destino, mas coloca o ato de migrar dentro de uma perspectiva criminalizadora na hipótese de eventual irregularidade, pois se trata de uma sanção ou penalidade por não possuir documento. Portanto, a possibilidade de deportação afirma a permanente provisoriedade, que Sayad traz em sua clássica obra *A Imigração e os Paradoxos da Alteridade*. Trata-se de uma violência institucionalizada que inclui para excluir, como afirma Redin (2013), sempre colocando o imigrante em uma condição de precariedade em relação ao Estado. Isso tudo contraria uma perspectiva de proteção dos direitos humanos e da condição de ser migrante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo marco legal trouxe um arcabouço de princípios de direitos humanos e fundamentais, o que nos leva a considerar que sua construção foi orientada pela necessidade de mudança paradigmática em relação à agenda das migrações internacionais no Brasil. Contudo, foi atravessado por um variado conjunto de expressões securitárias que, sob a abertura discricionária, retiraram o tratamento jurídico do âmbito da proteção da condição migratória para o campo onde sempre esteve a pauta das migrações: interesses nacionais, políticos e econômicos.

Apesar de avançar paradigmaticamente no reconhecimento da pessoa imigrante como sujeito de direitos, o novo marco legal ainda guarda estruturalmente os fundamentos que produzem a exclusão do não nacional, sobretudo quando este não nacional é representativo do que a sociedade brasileira naturalizou dentro das relações de exclusão por raça e classe. Os casos narrados expressam o distanciamento da lei em relação ao sujeito da mobilidade e a complexidade do que lhe afeta e vulnerabiliza e, portanto, o quanto que a negativa de um direito humano de migrar e uma igualdade formal operam, segundo Redin (2013), em um processo de inclusão no marco legal para a ocorrência de exclusão do âmbito da proteção.

Assim, o pensamento de Sayad, que define a permanente provisoriade do sujeito migrante diante do Estado, mantém-se atual pelo fato de que, entre a proteção, a discricionariedade e a exclusão, é a discricionariedade que dá a tônica das possibilidades migratórias, condiciona-as e, portanto, produz exclusão.

NOTAS

¹ O Migraidh está fundado na tese “Direito Humano de Imigrar: Direitos Humanos e Espaço Público” (REDIN, 2013), que entende que o direito humano de migrar é negado estruturalmente por uma ordem estatal, ou seja, está em um lugar negado, aliás é reafirmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 13, que assegura o direito à mobilidade como exclusivo dentro do âmbito das fronteiras.

² Termo utilizado por Sutcliffe, *Nacido en Otra Parte*.

³ Sobre esse tema vide FASSIN, Didier. **La razón humanitaria**: Una historia moral del tiempo presente. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016.

⁴ Vide a razão de veto do artigo 118 da Lei de Migração, que estabelecia a anistia documental: “O artigo concede anistia indiscriminada a todos os imigrantes, independentemente de sua situação migratória ou de sua condição pessoal, esvaziando a discricionariedade do Estado para o acolhimento dos estrangeiros. Além disso, não há como se precisar a data efetiva de entrada de imigrantes no território nacional, permitindo que um imigrante que entre durante a *vacatio legis* possa requerer regularização com base no dispositivo.” BRASIL. **Veto Lei de Migração**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-veto-152813-pl.html>> Acessado em: ago. 2018.

⁵ Conforme explica Redin (2013, p. 17), o direito humano de imigrar é um “direito à mobilidade humana internacional, de estar, permanecer e aventurar-se ao porvir, sem uma petição de pertença ao Estado (típica das exigências de naturalização) ou petição de inclusão.[...]Ao Estado impõe-se a obrigação de respeitar esse ‘terceiro espaço’, onde está o ‘direito de imigrar’, e, conseqüentemente, reorganizar-se como instituição para acomodação dessa realidade.”

⁶ MINCHOLA, Luís Augusto Minchola. **‘Veias Abertas’ da Cidadania**: Nacionalidade, Imigração e Igualdade Formal. Trabalho de Conclusão de Curso: UFSM, 2017.

⁷ Nome fictício.

⁸ As rodas de conversa constituem uma atividade dentro do trabalho de extensão desenvolvido pelo Migraidh/CSVM, a partir da necessidade de promover espaços para acessibilidade linguística aos imigrantes residentes em Santa Maria-RS.

⁹ Vide Resolução Normativa nº 02, de 1º de dezembro de 2017, que disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho com vínculo empregatício no Brasil. Disponível em: < <http://trabalho.gov.br/trabalho-estrangeiro/nova-legislacao?start=50>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

¹⁰ Vide Portaria Interministerial nº 4, de 27 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/05042018-PORTARIAINTERMINISTERIALN4DE27DEFEVEREIRODE2018.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

¹¹ Como é o caso das normativas expedidas pelo Ministério do Trabalho que apresentam extensas listas para comprovação de atividades específicas.

¹² Conforme o CNJ, a apostila “é um certificado de autenticidade emitido por países signatários da Convenção da Haia, que é colocado em um documento público para atestar sua origem (assinatura, cargo de agente público, selo ou carimbo de instituição)”. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/relacoes-internacionais/convencao-da-apostila-da-haia/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

¹³ Conforme a Resolução Nº 228 de 22/06/2016 do CNJ, a legalização ou chancela consular é “a formalidade pela qual se atesta a autenticidade da assinatura, da função ou do cargo exercido pelo signatário do documento e, quando cabível, a autenticidade do selo ou do carimbo nele aposto.” Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3139>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

¹⁴ Vide Portaria Interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018, que dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Cingapura/en-us/file/Portaria%2010-2018.pdf>>. Acesso em: 12 dez. de 2018.

¹⁵ Vide Portaria Interministerial nº 15, de 27 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.dpu.def.br/images/stories/Infoleg/2018/08/portaria_mj_mre.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

¹⁶ Nome fictício.

¹⁷ Omitimos o país de origem como forma de proteção do sujeito da pesquisa, uma vez que o país não dá isenção ao visto de turista para viagem.

¹⁸ Vide Resolução Normativa 02/2017 do Ministério do Trabalho. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Cingapura/en-us/file/RN%2002-2017.pdf>>. Acesso em 07 de dez. 2018.

¹⁹ Vide Resolução Normativa Conjunta nº 1, de 09 de outubro de 2018, que dispõe sobre a concessão de autorização de residência, associada à questão laboral, à solicitante de reconhecimento da condição de refugiado junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalho-estrangeiro/nova-legislacao/itemlist/category/777-resolucoes-conjuntas>>. Acesso em 14 de mar. 2018.

²⁰ Disponível no site da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia: <<http://www.trabalho.gov.br/trabalho-estrangeiro/nova-legislacao/itemlist/category/734-resolucoes-normativas-nova-lei>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

²¹ Com a Medida Provisória nº 870 de 1º de janeiro de 2019, o Ministério do Trabalho foi extinto e foi criada a Secretaria do Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia. Já o Conselho Nacional de Imigração, responsável pelas normativas referentes à imigração laboral no Brasil, que anteriormente estava vinculado ao Ministério do Trabalho, teve suas competências redistribuídas para o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

²² Vide Resolução Normativa nº 3, de 1º de dezembro de 2017, que disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para prestar serviço de assistência técnica.

²³ Vide Resolução Normativa nº 4, de 1º de dezembro de 2017, que disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para transferência de tecnologia.

²⁴ Como exemplos vide Resolução Normativa nº 09; 10; 13; 18 e nº 19.

²⁵ Vide Resolução Normativa conjunta nº 1, de 09 de outubro de 2018, que dispõe sobre a concessão de autorização de residência, associada à questão laboral, à solicitante de reconhecimento da condição de refugiado junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalho-estrangeiro/nova-legislacao/itemlist/category/777-resolucoes-conjuntas>>. Acesso em 14 de mar. 2018.

²⁶ O dispositivo vetado estabelecia que: “A concessão de visto ou de autorização de residência para fins de reunião familiar poderá ser estendida, por meio de ato fundamentado, a outras hipóteses de parentesco, dependência afetiva e fatores de sociabilidade”.

²⁷ Vide Portaria Interministerial nº 12, de 13 de junho de 2018, que dispõe sobre o visto temporário e sobre a autorização de residência para reunião familiar. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/25601924/do1-2018-06-14-portaria-interministerial-n-12-de-13-de-junho-de-2018-25601731>. Acesso em 11 de dez. 2018.

²⁸ Vide art. 14 § 5º da Lei 13.445 de 2017: “Observadas as hipóteses previstas em regulamento, o visto temporário para trabalho poderá ser concedido ao imigrante que venha exercer atividade laboral, com ou sem vínculo empregatício no Brasil, desde que comprove oferta de trabalho formalizada por pessoa jurídica em atividade no País, **dispensada esta exigência se o imigrante comprovar titulação em curso de ensino superior ou equivalente.**”

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.445**, de 24 de maio de 2017. Lei de Migração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em 13 ago. 2018.

_____. Decreto nº 9199, de 20 de novembro de 2017. **Regulamento da Lei de Migração**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018.

_____. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial nº 3**, de 27 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Cingapura/en-us/file/Portaria%2003-2018.pdf>> Acesso em 13 ago. 2018.

_____. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial nº 4**, de 27 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/05042018-PORTARIAINTERMINISTERIALN4DE27DEFEVEREIRODE2018.pdf>> Acesso em 13 ago. 2018.

_____. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial nº 10**, de 6 de abril de 2018. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Cingapura/en-us/file/Portaria%2010-2018.pdf>>. Acesso em: 12 dez. de 2018.

- _____. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial Nº 12**, de 13 de junho de 2018. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/Portaria%20Interministerial%20n%2012>> Acesso em 13 ago. 2018.
- _____. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial nº 15**, de 27 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.dpu.def.br/images/stories/Infoleg/2018/08/portaria_mj_mre.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- _____. Ministério do Trabalho. **Resolução normativa Nº 01**, de 1º de Dezembro de 2017. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalho-estrangeiro/nova-legislacao>>. Acesso em 13 ago. 2018.
- _____. Ministério do Trabalho. **Resolução Normativa 02/2017**. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Cingapura/en-us/file/RN%2002-2017.pdf>>. Acesso em 07 de dez. 2018.
- _____. Planalto. **Veto Lei de Migração**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-veto-152813-pl.html>> Acesso ago. 2018.
- FASSIN, D. **La razón humanitaria**: Una historia moral del tiempo presente. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- MINCHOLA, L. A. M. **‘Veias Abertas’ da Cidadania**: Nacionalidade, Imigração e Igualdade Formal. Trabalho de Conclusão de Curso: UFSM, 2017
- REDIN, G. **Direito de Imigrar**: Direitos Humanos e Espaço Público. Florianópolis: Conceito, 2013.
- _____. Novo Marco Legal para a Política Imigratória no Brasil: Por um Direito Humano de Imigrar. In.:
- REDIN, G.; MINCHOLA, L. A. B. **Imigrantes no Brasil: Proteção dos Direitos Humanos e Perspectivas Político Jurídicas**. Curitiba: Juruá, 2015.
- _____.; MINCHOLA, L. A. B. **Nota Técnica do Migraidh ao PL 2516/2015**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-2516-15-institui-a-lei-de-migracao/documentos/outros-documentos/nota-tecnica-migraidh>> Acesso em: ago. 2018.
- _____. Direito Humano de Imigrar e os Desafios para a Construção de uma Política Nacional para Imigrantes e Refugiados. In.: REDIN, G.; SALDANHA, J. M. L; SILVA, M. B. O. **Direitos Emergentes na Sociedade Global**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2016, p. 13.
- SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998
- SOUZA, J. **Subcidadania Brasileira**: Para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

RESUMO

O novo marco legal das migrações no Brasil, sancionado em 2017, foi instituído com o propósito de trazer para o cenário brasileiro uma virada paradigmática no tratamento político-jurídico da agenda das migrações. Contudo, está fortemente atravessado por expressões securitárias que decorrem de um grau de discricionariedade que, além de banaliza-las, tem dado margem a situações de exclusão em relação à mobilidade humana internacional. O presente artigo propõe identificar essas expressões a partir da metodologia do encontro, de perspectiva freiriana, que orienta a prática extensionista do Migraidh/CSVM da Universidade Federal de Santa Maria e nos permite perceber o sujeito migrante em sua vivência, considerando o que ele diz sobre si mesmo e sua condição de ser imigrante no Brasil. Os casos narrados dizem sobre as barreiras documentais e possibilitam a dialética sobre o novo marco legal e as expressões entre a proteção, a discricionariedade e a exclusão.

Palavras-chave: Lei de Migração, migrações internacionais, Direitos Humanos, Direito Humano de Migrar.

ABSTRACT

The new legal framework for migration in Brazil, sanctioned in 2017, was instituted with the purpose of bringing to the Brazilian scenario a paradigmatic turn in the political-legal treatment of the migration agenda. However, it is strongly crossed by security expressions that derive from a degree of discretion that, in addition to trivializing them, has given rise to situations of exclusion in relation to international human mobility. The present article proposes to identify these expressions from the Freirean perspective of the meeting methodology, which guides the extension practice of the Migraidh / CSVM of the Federal University of Santa Maria and allows us to perceive the migrant subject in his experience, considering what he says about himself and his condition of being an immigrant in Brazil. The narrated cases tell about documentary barriers and enable the dialectic about the new legal framework and the expressions between protection, discretion and exclusion.

Keywords: Migration Law, International Migrations, Human Rights, Human Right to Migrate.

Memórias do “entre”: processos migratórios entre Brasil e Bolívia sob o olhar da infância

*Camila Daniel**
*Jhosely Micaela Seminario Valero ***

1 INTRODUÇÃO

No campo das migrações entre países sul-americanos, a vinda de bolivianos para o Brasil recebe destaque. Ela não é um fenômeno recente: seu início data da década de 1950, quando vieram bolivianos principalmente como estudantes universitários ingressos em instituições brasileiras e também como trabalhadores em busca de uma alternativa de vida, tanto na dimensão econômica, como também política e social (SILVA, 1997). Será a partir dos anos de 1980 que a imigração boliviana se incrementará, passando a incluir um número significativo de pessoas em diversos ramos profissionais, como o ramo da confecção, mas também no comércio, serviços, profissões qualificadas, especialmente na área de saúde, como médicos, enfermeiros e dentistas (SILVA, 2007). Apesar de a presença boliviana no ramo da costura ser significativa, a Bolívia tem assumido um importante lugar entre países emissores de imigrantes profissionalmente qualificados e técnicos (PELLEGRINO, 2000).

É difícil saber o número de crianças que nasceu no exterior ou que convive com um ou dois progenitores oriundos de um país estrangeiro, como a Bolívia. Um dos complicadores para realizar este cálculo se deve ao fato de que algumas crianças nasceram no exterior, mas outras são filhas de imigrantes, sendo que nascidas no Brasil. Portanto, elas são brasileiras natas, mas convivem cotidianamente com a imigração através de seus pais. Na tentativa de preencher esta lacuna, Oliveira (2012) analisa microdados do Censo Demográfico para observar a presença do que chamou de “segunda geração” de bolivianos em São Paulo, ou seja, crianças e adolescentes brasileiros ou estrangeiros de cujos pais, um é boliviano. A pesquisadora observou um aumento da “segunda geração” de bolivianos em 2010, em comparação com o censo anterior, de 2000 (Baeninger e Oliveira, 2012; Oliveira, 2012). Entre os domicílios com pelo menos um cônjuge

* Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Sociais (PUC-Rio).

** Graduanda em Administração no Instituto Três Rios da UFRRJ.

ou responsável boliviano com presença de filhos, a maioria absoluta desses filhos eram de “segunda geração” nos dados de 2010: 11.852 eram da segunda geração e 93 da primeira geração.

Como Sayad (1998) nos lembra, toda imigração é necessariamente uma emigração. Ou seja, os fluxos migratórios não significam uma ruptura total com o país de origem, nem uma imersão cega e irrefletida no país de destino, mas uma negociação entre os dois. A peculiaridade de viver entre o país de origem e o país de destino se estende à experiência de vida daquelas crianças que embarcaram no fluxo migratório por decisão de seus pais, bem como daquelas que, já tendo nascido no país estrangeiro para onde seus pais imigraram, crescem entre as duas realidades. Assim, neste ensaio, temos o objetivo de refletir sobre a imigração boliviana em São Paulo a partir da percepção e da experiência de indivíduos que, quando criança, cresceram em famílias bolivianas. Por meio de entrevistas semiestruturadas e pelo método da autoetnografia, observamos que a negociação entre a Bolívia e o Brasil é uma realidade cotidiana destes indivíduos. Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de iniciação científica que se encontra em andamento.

Além de incorporar a experiência de vida da coautora do texto, imigrante boliviana que chegou ao Brasil ainda bebê, este ensaio pretende lançar um olhar qualitativo para a experiência das crianças, atores que, apesar de terem na experiência migratória um elemento central em suas identidades, são preteridos nas análises tradicionais. Cabe ressaltar que nenhum dos interlocutores deste ensaio atualmente são crianças. Seus relatos sobre a infância numa família de imigrantes se referem à interpretação que hoje eles fazem do passado, das vivências que tiveram em tenra idade. Tais experiências são analisadas como uma forma de tratar a história viva e dinâmica da imigração boliviana, a partir da memória. Assim, ressaltamos que este ensaio traz à tona o debate sobre a infância, mas a partir do olhar de quem já não é mais criança.

2 OS FILHOS DE BOLIVIANOS EM SÃO PAULO: O PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Neste trabalho, entrevistamos oito pessoas: um homem e oito mulheres. Destes, seis são jovens e cinco são adultos. Os interlocutores desta pesquisa têm idade entre dezesseis e cinquenta anos. Desse total, três nasceram no Brasil, de pais bolivianos. Por outro lado, cinco dos entrevistados nasceram na Bolívia e foram trazidos por seus pais para o Brasil com idade entre 3 e 15 anos. Já os outros três entrevistados imigraram com idade entre 23 e 27 anos. Para os três últimos, a decisão de sair da Bolívia foi uma escolha individual, e não de seus pais, como no caso dos que chegaram no Brasil entre a infância e a adolescência. A inclusão de bolivianos que imigraram em idade adulta se deveu pela oportunidade que a coautora encontrou para entrevistá-los e, assim, poder refletir sobre as

particularidades da experiência migratória de adultos e crianças. No entanto, não incluímos estes relatos na análise que deu origem a este trabalho. Todos os pais e mães dos entrevistados são bolivianos, com exceção de dois deles, cujo pai tem origem peruana, assim como o pai da coautora. Nenhum dos entrevistados tem pais de origem brasileira.

Todas as entrevistas foram realizadas pela coautora, que é uma imigrante boliviana que veio para o Brasil ainda com quatro meses de vida, tendo voltado para a Bolívia, mas assumido residência em São Paulo aos sete anos de idade. Ela também se encarregou de entrar em contato e fazer a entrevista com os demais interlocutores por meio de sua própria rede de parentesco e amizade. As entrevistas foram realizadas em diferentes espaços, entre eles no local social que a coautora frequenta: uma igreja evangélica que congrega tanto bolivianos como brasileiros e japoneses; a Praça Kantuta, importante ponto de encontro para bolivianos em São Paulo, e um estabelecimento odontológico. Todas as entrevistas foram realizadas em espanhol e português, entre julho de 2017 e maio de 2018. Os interlocutores da pesquisa residem na zona norte de São Paulo, com exceção de um, que reside na zona oeste.

O nível de escolaridade dos jovens varia do ensino médio ao ensino superior. Os que estão no ensino médio almejam cursar o ensino superior aqui no Brasil, tentando entrar numa universidade pública ou entrando em uma Universidade privada, mesmo o custo sendo maior do que na Bolívia. Dentre os entrevistados que já cursam o ensino superior, eles estão inseridos em cursos como moda, biomedicina, fisioterapia. A coautora deste trabalho, por exemplo, tem vinte e quatro anos e cursa a graduação em Administração numa universidade pública no estado do Rio de Janeiro. Já dos adultos entrevistados, uma é dentista e a outra comerciante. Abaixo, apresentamos no quadro 1 o perfil dos entrevistados.

Quadro 1: *Perfil dos Entrevistados*

Nome	Idade atual	Nasceu no Brasil?	Idade de chegada no Brasil	Origem do Pai	Origem da Mãe
Fabiana	24 anos	Não	10 anos	Santa Cruz Bolívia	La Paz- Bolívia
Juliana	21 anos	Não	4 anos	La Paz-Bolívia	La Paz- Bolívia
Gabriela	22 anos	Sim	-	Peru	La Paz-Bolívia
João	16 anos	Sim	-	Piura - Peru	La Paz-Bolívia
Laura	50 anos	Não	15 anos	La Paz-Bolívia	La Paz-Bolívia
Monica	24 anos	Não	7 anos	La Paz-Bolívia	La Paz-Bolívia
Evelina	33 anos	Não	3 anos	Sucre- Bolívia	Sucre - Bolívia
Veronica	18 anos	Sim	-	La Paz- Bolívia	La Paz Bolívia

Fonte: elaboração das autoras

João, de 16 anos, Verônica, de 18, e Gabriela, de 22, nasceram no Brasil, porém seus pais são imigrantes. Enquanto o pai de João é de Piura, no norte do Peru, sua mãe é boliviana de La Paz. Gabriela também tem o pai de origem peruana – ela não informou de qual cidade – e e sua mãe, boliviana de La Paz. Por outro lado, tanto o pai como a mãe de Veronica são oriundos de La Paz. Entre os bolivianos que chegaram a São Paulo ainda na infância e, no caso de Laura, na adolescência – já que ela veio para o Brasil com 15 anos –, todos têm pai e mãe bolivianos, majoritariamente oriundos de La Paz. Monica, de 24 anos, Laura, 50 e Juliana, de 21, têm ambos progenitores nascidos em La Paz. Já Evelina, de 33 anos e Fabiana, de 24, têm suas mães oriundas de La Paz e os pais, de Sucre e Santa Cruz de la Sierra, respectivamente.

3 TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS COMO MEMÓRIAS DA FAMÍLIA

Apesar de terem suas vidas penetradas pela imigração por uma decisão de seus pais, as crianças de origem boliviana no Brasil tiveram no fluxo – físico, emocional e comunicacional – entre Brasil e Bolívia o pano de fundo para a construção de suas memórias de família. A história de migração dos pais é contada por estes jovens que explicam o porquê dessa migração. Fabiana e Juliana, por exemplo, nos revelam a história que conhecem sobre a imigração dos pais:

“Eles vieram aqui pro Brasil por trabalho. Sei que minha mãe veio bem jovem, com uns quinze anos, depois ela voltou pra Bolívia, se casou e veio com meu pai pra cá, para o Brasil. Já fomos para a Argentina também” (Fabiana, 23 anos).

“Primeiro veio meu pai, porque também vem de uma família bem simples. Ele trabalhava numa empresa de gelatina na Bolívia, só que aí teve uma vez que ele quis trazer uma gelatina pra casa e acabaram acusando ele de ladrão e estava para ser preso, então ele veio para o Brasil, então veio primeiro ele para o Brasil, aqui ele ficou 1 ou 2 anos sem a gente. Nós, minha mãe e minha irmã, vínhamos somente para visitar e voltávamos para a Bolívia, até que minha mãe decidiu ficar também no Brasil. Minha mãe também vem de uma família simples, mas o sonho dela é voltar para a Bolívia definitivamente, porque ela não quer ficar aqui. Ela decidiu ficar aqui no Brasil para nós, minha irmã e eu, não perdermos o contato com nosso pai, porque quando vínhamos visitar nosso pai aqui no Brasil a gente o chamava de tio. Eu fiquei definitivamente aqui com 4 anos e minha irmã tinha 7. Meu pai não quer voltar, mas minha

mãe quer voltar por causa dos pais dela, porque este país ainda é estranho pra ela. Já estamos aqui no Brasil uns 20 anos. Eu nasci lá, voltei o ano passado pra lá para visitar. Eu estou aqui no Brasil há 18 anos e nesses 18 anos só voltei 1 vez, minha mãe voltou umas 4 vezes e meu pai só umas 2 vezes”. (Juliana, 21 anos)

Nos seus relatos, Juliana e Fabiana nos mostram a relação de seus pais com a Bolívia e como eles construíram uma trajetória migratória, que não foi linear, mas de idas e vindas entre os dois países. A própria mãe de Fabiana já tinha experimentado viver no Brasil quando adolescente, mas voltou para a Bolívia até que, anos mais tarde, decidiu retornar ao Brasil, agora para permanecer sem uma previsão de retorno mais prolongado para a Bolívia. No caso de Juliana, a trajetória de migração da família também não foi linear: primeiro, veio seu pai e depois, ela, a mãe e a irmã. Antes da decisão de permanecer no Brasil, Juliana conta que sua mãe vinha com ela e a irmã visitar o marido em São Paulo. Preocupada que as filhas não reconheciam o pai, ela finalmente decidiu morar no Brasil, mas almeja um dia retornar para a Bolívia. A decisão de permanecer no Brasil impactou a relação de Juliana com o país de origem, que ela visitou apenas uma vez ao longo dos 18 anos que vive no Brasil.

Os entrevistados também demonstram que conhecem a realidade que levou os seus pais a saírem da Bolívia para imigrar para o Brasil. Como uma imigração predominantemente econômica, a imigração boliviana em São Paulo apresenta um grande número de indivíduos e famílias que saíram do país de origem em busca de novas e melhores oportunidades de trabalho. Os relatos dos nossos entrevistados nos mostram que essa história é compartilhada no seio familiar, inclusive entre os filhos. Por isso, os entrevistados conhecem os motivos porquê seus pais migraram e se sentem à vontade para contá-los, como fizeram João, Veronica e Gabriela.

“Meus pais tiveram uns problemas de família quando eles estavam morando na Bolívia e tiveram um problema econômico e eles tiveram que vir pra cá. Minha mãe tinha um conhecido aqui, que já morava há bastante tempo aqui e outros conhecidos que acolheram eles”. (João, 16 anos)

“Meu pai estava passando por algumas dificuldades, pois estava fazendo faculdade de matemática, só que a família dele teve alguns problemas financeiros e ele não conseguiu mais pagar a faculdade e teve que ficar ajudando o pai dele. Então como ele não tinha muito dinheiro e como também não tem muitas oportunidades de trabalho na Bolívia, meu pai decidiu vir para cá. Ele pretendia estar aqui no Brasil por três anos, juntar dinheiro e voltar pra Bolívia, mas não foi isso que aconteceu e ele está aqui até hoje. A minha mãe

ficou na Bolívia comigo quando ela estava grávida até que ela decidiu vir pra cá ficar junto com meu pai, para não ficar separado, então eu nasci aqui”. (Veronica, 18 anos)

“Meus pais chegaram no Brasil, porque eles não encontravam trabalho que sustentasse os dois. Meu pai vem de uma família pobre e de muitos filhos, então a mãe do meu pai tinha falecido, então ele tinha que sustentar os irmãos dele e meu pai estava na faculdade fazendo filosofia e letras. Ele teve que largar o curso e a profissão dele que era jogador de futebol para poder sustentar os irmãos e porque ele ia casar com minha mãe”. (Gabriela, 22 anos)

As histórias de dificuldades vividas pelos pais antes da decisão de ir para São Paulo são narradas pelos entrevistados, tanto os que nasceram na Bolívia, como os que nasceram no Brasil. Em comum entre eles está a representação da vinda para o Brasil como um momento, na trajetória de vida de seus pais posterior à fase de dificuldades, principalmente econômicas, que eles viviam na Bolívia. Quando conta que, ao terem problemas familiares, seus pais decidiram ir para São Paulo, sendo acolhidos por um amigo da mãe, João explicita que seus pais contavam com uma rede de apoio que impulsionou a decisão de sair da Bolívia rumo a São Paulo. Já Veronica e Gabriela explicam que emigrar não fazia parte dos planos de seus respectivos pais, já que estavam cursando o ensino universitário. Ambos tiveram que interromper a universidade para trabalhar e foi assim que emigrar para o Brasil se tornou um horizonte. Em todos os casos, o fluxo migratório é compartilhado como parte constitutiva das famílias, que desenvolvem suas redes de relações entre o Brasil e a Bolívia.

4 APRENDENDO ESPANHOL

Assim como observa Oliveira (2014) em sua pesquisa sobre a questão do idioma entre a segunda geração de bolivianos em São Paulo, um elemento crucial nos relatos dos interlocutores da pesquisa é o conviver cotidianamente na infância com, pelo menos, dois idiomas, que representam as duas sociedades por onde transitam: o espanhol, representando a Bolívia, e o português, representando o Brasil. Em nossa pesquisa, todos os entrevistados foram alfabetizados em português e dominam o idioma, tendo o sotaque da região de São Paulo onde residem. Além do português, alguns deles também são fluentes em espanhol, sentindo-se seguros e à vontade para falar o idioma nativo dos pais. Assim como eles, a coautora é fluente tanto em português, língua que aprendeu na escola brasileira, e o espanhol, que, com muito orgulho, enfatiza que aprendeu na família, com seus pais. No entanto, nem todos os entrevistados afirmam que falam espanhol. Alguns relatam que compreendem o idioma dos seus pais quando o escutam, mas se sentem constrangidos em responder no mesmo idioma.

A coautora do texto relata que sua mãe sempre se esforçou para que ela e seu irmão, nascido no Brasil, se comunicassem com ela em espanhol. Parte do processo de aprendizagem do espanhol no Brasil envolveu conviver com músicas e danças típicas da Bolívia no dia a dia dentro de casa. Diferentemente da coautora, alguns dos entrevistados não têm o espanhol como língua primária na sua comunicação nem com os pais, nem com parentes ou amigos de origem boliviana. Eles não dominam todas as habilidades comunicativas – falar, compreender, ler e escrever – da língua espanhola.

Na análise da coautora, o caso dos bolivianos e filhos de bolivianos que não dominam todas as habilidades comunicativas do espanhol está relacionado com o fato de seus pais não terem exigido que, quando falavam com seus filhos em espanhol, eles respondessem no mesmo idioma. Evelina, por exemplo, relata como a comunicação na sua casa sempre foi bilíngue: seus pais falando com ela em espanhol e ela respondendo em português. Ela comenta que fala espanhol quando está entre bolivianos, mas lamenta não se sentir fluente o suficiente para ensinar à sua filha o idioma dos avós:

“Meus pais sempre falaram espanhol em casa e nós respondíamos em português. Até agora é assim, nós não falamos quase nada de espanhol em casa, eu só falo espanhol com a comunidade boliviana, mas me dá pena, porque queria ensinar espanhol para a minha filha, porque minha filha é brasileira, mas ela está fazendo curso de espanhol e também gosta de ouvir músicas em espanhol” (Evelina, 33 anos).

Apesar do convívio cotidiano com o espanhol, seja explorando todas as habilidades comunicativas, seja apenas escutando seus pais, os jovens entrevistados não tiveram acesso a um ensino formal do idioma quando crianças no Brasil. Os entrevistados nos demonstram que a aquisição do idioma materno e paterno no contexto de migração não é natural e automática, mas, sim, um processo que apresenta singularidades que variam de acordo com fatores como a frequência com que a língua espanhola é utilizada entre os diferentes membros do núcleo familiar, o quanto os adultos da família estimulam as crianças a se comunicar no idioma, e se elas mantêm contato com amigos e parentes que não se comunicam em outra língua além do espanhol.

No caso da coautora, além de sua mãe exigir que ela e seu irmão falassem espanhol em casa, aos três anos, ela voltou a morar na Bolívia, onde passou cinco anos, tendo, inclusive, frequentado a escola. Ainda hoje, ela mantém contato sistematicamente com seus parentes residentes na Bolívia por meio das redes sociais. Sua trajetória revela que não foram apenas os esforços de sua mãe que fizeram com que ela aprendesse espanhol. Os anos vividos na Bolívia, participando da vida escolar, também desempenharam um papel importante não apenas para ela aprender o idioma, mas também para construir uma relação

de mais proximidade com seus familiares que moram na Bolívia. Ao contrário da coautora, Gabriela se sente mais à vontade se comunicando em português, mesmo quando em diálogo com seus familiares bolivianos. Na sua avaliação, ela “não fala bem espanhol”. A jovem comenta: “Eu falo em português com meus parentes, porque eu não falo bem o espanhol”.

Juliana também se sente insegura falando espanhol. Desde que veio para o Brasil, aos 4 anos, ela só foi à Bolívia uma vez. Agora, ela cursa o ensino superior em biomedicina e trabalha numa clínica médica. Ela conseguiu juntar dinheiro e viajar para La Paz, viagem que fez sem a companhia da família. Lá, ela se reencontrou com seus parentes bolivianos. Ela nos conta que conseguiu se comunicar com seus primos e tios em espanhol, mas que sempre perguntava se estavam compreendendo seu espanhol. Mesmo assim, ela conseguiu se comunicar no idioma de seu país de origem.

5 APRENDENDO PORTUGUÊS

A aquisição do espanhol como língua de comunicação no interior da família está intimamente relacionada com a relação que as diferentes gerações, que compõem a família boliviana no Brasil, têm com a língua portuguesa. Dois motivos que podem explicar por quê Gabriela se sente insegura comunicando-se em espanhol: o fato de que quando ela era criança, não teve contato com a língua espanhola nas instituições de ensino; e ainda quando seus pais decidiram se comunicar com ela e suas seis irmãs em português quando elas eram crianças. Esta decisão foi tomada como uma forma de precaução para que não acontecesse com Gabriela e suas irmãs mais novas o que tinha acontecido com a irmã mais velha, que sofreu duramente quando entrou para a escola no Brasil. Gabriela explica que, desde o ocorrido, não apenas as crianças da casa adotaram o português como língua franca, mas também os próprios pais. Como consequência, Gabriela quase não teve contato frequente com o espanhol ao longo da infância e adolescência.

Assim, o aprendizado do português ocorre num processo muito particular, muitas vezes em conflito com o espanhol. Os entrevistados relatam que a escola era a instituição que representava o mais profundo contato com o Brasil na sua experiência quando crianças, bem como a primeira vez em que viram-se obrigados a comunicar apenas em português com pessoas que não compreendiam o espanhol. No caso de Gabriela, a jovem recorda que seus pais acompanharam a dificuldade da filha mais velha de se adaptar à escola. Como não sabia falar português, ela sofreu para aprender as matérias. Devido a esta dificuldade, os pais decidiram adotar o português como língua de comunicação

em casa, inclusive entre eles. No entanto, eles tinham dificuldades com a língua estrangeira, dominando o português na sua forma oficial. Por isso, o português que falam estava misturado com o espanhol, o que é popularmente denominado como *portunhol*.

Um problema que aconteceu na minha casa foi que, quando minha irmã mais velha nasceu, meus pais não sabiam falar português, então ela teve muita dificuldade na escola para aprender o português, ela quase chegou a repetir o primeiro ano e ela sofreu bastante o período de adaptação na escola, porque era muito diferente estar na escola e estar em casa... Ela aprendeu português na escola e o resto de nós foi aprendendo, minha irmã mais velha já aprendeu português e minha mãe tinha aprendido um pouco. Minha mãe sempre falou em espanhol, mas minha mãe ainda fala um *portunhol*, a gente foi aprendendo com nossas irmãs (Gabriela, 22 anos).

Além de relatar o esforço dos pais para se adaptarem às necessidades dos filhos de aprender a língua portuguesa para se inserir na comunidade escolar, mesmo sem eles dominarem as regras do português formal, Juliana e Gabriela analisam ainda as diferenças nas experiências de cada irmão da família, de acordo com a fase da migração familiar em que cada um entrou para a escola. Ambas refletem que, para suas respectivas irmãs mais velhas, foi mais difícil aprender português e se adaptar à escola já que, quando elas alcançaram a idade escolar, seus pais tinham menos tempo de estadia no Brasil e, por consequência, menos domínio do idioma e menos experiência de como seria para seus filhos se adaptarem à vida brasileira. Ao mesmo tempo, sua irmã mais velha assumiu um importante papel para que a família desenvolvesse estratégias visando evitar que as crianças, principalmente as menores, enfrentassem as mesmas dificuldades que os mais velhos enfrentaram:

... minha irmã mais velha sofreu mais, ela veio com sete anos, chegou a estudar na Bolívia, então a adaptação dela aqui foi muito puxado, mas na escola os professores sempre tentavam ajudar ela, então ela conseguiu se adaptar. Tenho quatro irmãos, para mim foi um pouco difícil também, porque às vezes a gente mistura o português e o espanhol. Meu pai como chegou antes ele já sabia mais um pouco do português, então ele falava com a gente no português dele, mas gente realmente teve mais dificuldades foi minha irmã mais velha, porque nenhum dos meus pais sabia falar direito o português, então para ela aprender português demorou. Meu irmão mais novo teve dificuldades no começo, pois ele misturava as duas

línguas também e como meus pais falavam só espanhol em casa a gente acabava misturando na escola, então para evitar isso meus pais começaram a falar o português deles em casa, umportunhol (Juliana, 21 anos).

No processo migratório, os pais de Juliana e de Gabriela respectivamente tiveram a oportunidade de aprender a partir da experiência da filha mais velha. Assim, elas mostram que a experiência migratória é vivida de maneira singular por cada indivíduo no seio familiar, de acordo com a idade com que imigraram, o tempo no Brasil e, no caso das crianças, se já havia outro membro da família que falava português quando elas ingressaram na escola. As irmãs mais velhas assumiram um papel pioneiro, tanto na interação com a escola, quanto no aprendizado formal do português, processo marcado por dificuldades e experimentações não apenas para elas, mas também para os adultos da família, principalmente os que não dominam a língua portuguesa nos padrões oficiais.

Por outro lado, no caso de Veronica, seus pais se comunicavam apenas em espanhol. Por isso, o aprendizado do português aconteceu principalmente após seu ingresso à escola:

Meus pais falam espanhol em casa... sempre falaram espanhol em casa. Eu aprendi português na escola, então por força maior aprendi sozinha, porque não teria como me comunicar na escola. Não tive dificuldades, como nasci aqui, fiz todos os anos de escola no Brasil, mas às vezes eu confundia algumas palavras, por exemplo, não sabia o que era tábua e não tinha ninguém para me ensinar o significado. Em casa falo espanhol, mas meu espanhol não é tão bom quanto meu português. Com as minhas amigas bolivianas converso nos dois idiomas, às vezes em português e outras em espanhol (Veronica, 18 anos).

Em seu relato, Veronica comenta que se sente mais fluente em português que espanhol, explicando que aprendeu a língua oficial do Brasil, país onde nasceu, sem dificuldades. Por outro lado, a jovem expressa que aprendeu português “por força maior”, quando entrou para a escola. Assim, podemos identificar uma contradição na sua fala, já que tal expressão indica uma ação de violência e coação em que o indivíduo não tem outra opção a não ser aquiescer. O caso de Veronica em muito se assemelha ao da coautora, que também teve que aprender português sem a ajuda dos pais. Para ambas, o aprendizado do português na infância foi um caminho solitário, em que não podiam contar com a participação dos pais, já que eles também não dominavam o idioma. No entanto, as duas hoje são fluentes nos dois idiomas, o que expande suas possibilidades de comunicação, permitindo-lhes transitar por espaços sociais e simbólicos tanto em português, quanto em espanhol, assim como empregar as duas línguas ao mesmo tempo, como Veronica faz com suas amigas.

Os relatos dos entrevistados evidenciam que as formas como as crianças bolivianas e filhas de bolivianas aprendem português estão diretamente relacionados à maneira com que os adultos em seu entorno lidam não apenas com o idioma local em si, mas também com a pressão que a sociedade brasileira exerce para que crianças e adultos se adaptem ao país, principalmente através da escola. Na pesquisa realizada com crianças bolivianas e brasileiras filhas de bolivianos na educação infantil em São Paulo, Freitas e Silva (2015) apontam que elas são duramente repreendidas pelas professoras quando falam espanhol. Muitas professoras recomendavam que os pais hispanofalantes se comunicassem com seus filhos apenas em português. Algumas faziam tal recomendação em forma de pressão, alegando que, caso contrário, as crianças não conseguiriam ser alfabetizadas. Ou, ainda, adotavam como postura um nacionalismo autoritário que beirava à intolerância, sobrevalorizando o Brasil – e a língua portuguesa –, detrimento da Bolívia e da língua espanhola.

6 AS NEGOCIAÇÕES LINGUÍSTICAS ENTRE CRIANÇAS E ADULTOS

Gabriela conta que, atualmente, seus pais voltaram a empregar o espanhol como língua de comunicação. A jovem atribui a mudança ao fato dela e seus irmãos já serem fluentes no português brasileiro e seus pais já não se sentirem mais responsáveis pelo idioma que seus filhos empregam. Uma questão interessante que o caso da Gabriela e sua família levanta é que, além da experiência da filha mais velha ter servido de parâmetro para os pais decidirem falar português com seus filhos em casa, como aconteceu na família de Juliana, tal decisão esteve sujeita à reavaliação com o crescimento dos filhos. Assim, os pais de Gabriela demonstraram que a opção de falar em português em casa tinha como prioridade contribuir para a inserção dos filhos na escola. Por isso, ao perceberem que seus filhos já não necessitavam de seu apoio linguístico para se inserir na vida social brasileira, eles voltaram a empregar o espanhol como língua de comunicação do casal, mesmo que seus filhos prefiram falar português. E, assim, a família se comunica em espanhol e em português simultaneamente, respeitando a individualidade de seus membros. O caso da família de Gabriela explicita os processos de negociações e reavaliações que pais e filhos realizam no seio familiar, de acordo com a posição de cada um nos processos migratórios e na interação com brasileiros e bolivianos.

Para as famílias migrantes, a entrada das crianças na escola representa sua inserção na sociedade brasileira, sem ou com pouca mediação dos pais. Na experiência da grande maioria dos entrevistados, seus pais não se comunicavam em português segundo as regras da norma culta, por isso, enfrentavam severas limitações para ensinar o idioma local para seus filhos. Para muitas crianças migrantes e filhas de migrantes, a entrada na escola foi acompanhada pela urgência em aprender português, sem poder contar com uma estrutura de

apoio, seja da família, quando os pais ou não sabem português ou não o ensinam para os filhos, seja da escola, que não possuía métodos de ensino e aprendizado específicos para crianças que têm o português como segunda língua. Como relata Gabriela, sua irmã mais velha enfrentou dificuldades na escola, pois ainda não era capaz de se comunicar em português e seus próprios pais também não. Quando sua irmã adquiriu tal habilidade, ela se tornou o elo de apoio de seus irmãos mais novos, inclusive para a própria Gabriela, para realizar a negociação linguística necessária para se inserir na escola. Em muitas famílias, as primeiras crianças a aprenderem português passam a assumir uma responsabilidade particular, a de mediar o mundo dos adultos migrantes com a sociedade brasileira, exercendo o papel de tradutores, e também de instrutores de português para outros membros da família.

7 O BRASIL PELA ESCOLA: OS DESAFIOS DAS CRIANÇAS IMIGRANTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Em sua pesquisa com crianças filhas de bolivianos inseridas na educação infantil, Freitas e Silva (2015) observaram o papel central que o aprendizado do português ocupa na interação das crianças bolivianas com as crianças brasileiras e com seus professores. Os autores mostram que não existia, nas escolas observadas, um padrão de como lidar com crianças para quem o português era a segunda língua, muitas delas filhas de pais que também não falam português. Para as crianças imigrantes e filhas de imigrantes, a escola desempenha um importante papel na sua trajetória, representando o contato direto com a sociedade brasileira. Foi na escola que muitos deles tiveram seu primeiro contato com brasileiros e, na maioria dos casos, permeado de grandes dificuldades e tensões.

Os entrevistados contam que, quando criança, as dificuldades que enfrentaram com a escola não se limitaram à aquisição do português, ou à aprendizagem dos conteúdos da educação formal que a escola oferece. Uma dificuldade que os entrevistados relatam eram as discriminações que sofreram por parte de professores e alunos. Gabriela, Fabiana e Evelina, por exemplo relatam que viveram diferentes experiências de discriminação, tanto verbal quanto física:

“Eu sofri *bullying*, racismo, preconceito. Cheguei a apanhar já, porque eu era boliviana e o menino foi lá e me bateu do nada, eu estava bebendo água e estava junto com outra menina que era amiga dele e parece que ele não tinha gostado que eu tivesse ficado perto dela, então ele foi lá e me bateu. Eu tinha 9 anos, estava na terceira série”.
(Gabriela, 22 anos)

“Tinha alguns apelidos na escola, como: “Bolívia”, não te chamando pelo nome. Nunca rebati, sempre fiquei quieta, mas com o tempo, como já tinha minhas amigas, então elas me defendiam”. (Fabiana, 23 anos)

“Acho que sempre se sofre preconceito aqui, pelo idioma, por exemplo, o tempo de escola foi muito difícil, achava que todos gritavam muito alto e não entendia o que eles falavam, depois tive preconceito também porque meus pais não falavam nada do idioma quando chegaram aqui, então tudo era muito difícil, desde fazer os documentos ou de onde obter informações. Eu tinha poucos amigos na escola, mas pensava que era porque era tímida, mas em uma reunião de pais minha mãe descobriu que os pais dos outros alunos disseram aos seus filhos que não podiam ser amigos da gente porque éramos bolivianos” (Evelina, 33 anos).

Os relatos de Gabriela, Fabiana e Evelina apresentam o processo de inserção na escola, como também na sociedade brasileira, permeado por diferentes tipos de hostilidades e violências: Gabriela sofreu agressão física; tendo sua individualidade ignorada, Fabiana era apelidada como “Bolívia”, de forma depreciativa, e Evelina foi impedida pelos pais de seus colegas de turma de ser amiga deles. As entrevistadas nos revelam que a violência perpetrada contra as crianças bolivianas pode assumir diferentes faces, algumas físicas e explícitas, enquanto outras, veladas e simbolicamente agressivas. Longe de serem casos isolados, as experiências de violência vividas na escola, lembradas pelas entrevistadas, em muito se assemelha aos casos observados por Freitas e Silva (2015), em que crianças bolivianas na educação infantil eram consideradas sujas e apelidadas de “Bolívia”. Ainda hoje, não são raros os casos de crianças e adolescentes que sofrem agressões físicas e verbais nas escolas de São Paulo (Gonçalves, 2016; Magalhães, 2010; Magalhães e Schilling, 2012)

Dois questões que emergem dos relatos merecem ser salientadas: os atores que participam das práticas discriminatórias e as maneiras como elas, ainda crianças, reagiram a tal violência. Na primeira questão, sobre quem são os atores que discriminam, é importante ressaltar que as crianças, colegas de escola, praticam atos de violência, porém não estão isoladas. Atos discriminatórios também são praticados pelos adultos, como os pais dos ex-colegas de turma de Evelina e professores, como mostra a pesquisa de Freitas e Silva (2015).

A segunda questão importante, que a fala das entrevistadas suscita é a maneira como elas lidaram com a violência cotidiana na escola. Fabiana, por exemplo, quando era designada como “Bolívia”, ela ficava “quieta”. Por sua vez, Evelina, ao contar que tinha poucos amigos na escola, “pensava porque era tímida”. Nos dois casos, as jovens assumiram sozinhas o custo emocional

e o sofrimento gerados pela discriminação. No entanto, Fabiana conta que conseguiu fazer amigas que, preocupadas com ela, assumiram o papel de protegê-la. No caso de Evelina, sua fala traz elementos para constatar que sua primeira reação foi internalizar a responsabilidade de não conseguir fazer amigos na escola, se culpabilizando, acreditando que sofria de timidez. A descoberta do acordo coletivo dos pais de seus colegas para que eles não se relacionassem com ela revelou que sua dificuldade em fazer amigos na escola não era um problema seu. Caso tal acordo não tivesse sido revelado, é provável que ela crescesse com uma visão distorcida de si (Goffman, 1988), acreditando que o problema em não conseguir fazer amigos era dela, e não da xenofobia dos pais de seus colegas de turma.

Quando entraram na escola na infância, Fabiana, Juliana e Evelina não tinham referência de muitas outras crianças bolivianas ou filhas de bolivianos em seu ambiente escolar. Apesar de a presença boliviana em São Paulo hoje ser mais numerosa do que no passado, João, de 16 anos e Veronica, de 18, brasileiros filhos de bolivianos, ainda são alvo da xenofobia e do racismo na escola:

Teve uma vez que eu estava indo pra casa e não sei por que parei no meio do caminho para ver se algum amigo estava atrás de mim e quando virei a cabeça para olhar tinha duas meninas brancas e me disseram: “Dá licença, oh boliviano!”. Eu não liguei, mas me deu vontade de xingá-las (João, 16 anos).

Eu fui massacrada na escola de preconceito, porque quando eu era criança não tinha muitos bolivianos aqui no Brasil e eu fui uma das primeiras a entrar na escola e me tornei o foco da escola, até os professores ficavam no meu pé, me interrogando toda hora. Mas as crianças são malvadas, elas falam tudo que vem a mente e me machucavam muito e **você acaba tendo medo daquilo que você é**. Mas ultimamente penso que não devo negar de onde vim, porque é o país dos meus pais e acabei aceitando (Veronica, 18 anos).

Apesar de mais jovens, João e Veronica relatam uma experiência na escola muito similar à de Fabiana, Gabriela e Evelina. Ainda que convivendo também com a violência, uma diferença na maneira como João e Veronica narram sua relação com a escola é incluir em sua fala como eles se sentiram. João declara que, ao ser pejorativamente chamado de “boliviano” por duas meninas brancas no caminho da escola para casa, ele diz que “não ligou”, mas que “deu vontade de xingá-las”. A fala do jovem demonstra um conflito de sentimentos, entre a vontade de xingar, o que explicita raiva, e o “não ligar”, o que demonstra indiferença. Apesar disso, João assumiu uma fala diferente das de Evelina e

Fabiana, que declaram ter ficado “quietas” e “tímidas” diante da violência física e simbólica que sofreram. O fato de João explicitar a raiva, descrevendo que teve “vontade de xingar”, pode indicar um processo de politização do cotidiano dos bolivianos e seus descendentes em São Paulo, inclusive de crianças e jovens, que já conseguem entender a discriminação, não se culpabilizam por ela e expressam seus sentimentos.

Assim como João, Veronica também relata como se sentia quando era discriminada na escola. Ela revela que era discriminada por alunos e também por professores, o que lhe “machucava” e gerava “medo de ser o que você é”. Veronica faz uma profunda reflexão sobre sua identidade, como brasileira filha de bolivianos, e a tensão que ela sofre por não se inserir no imaginário brasileiro hegemônico, já que se identifica simultaneamente com o Brasil e a Bolívia. Assim, a fala de Veronica nos permite refletir sobre as dificuldades que a cultura nacional brasileira, difundida na escola, impõe à Veronica, por não incluir em sua representação referências de brasileiros como ela e João, que vivem num contexto migratório. Apesar da discriminação e do sofrimento que viveu desde a infância, Veronica, hoje com 18, reconhece que a Bolívia também é seu país. Mesmo não tendo nascido lá, ela assume o país de seus pais como seu país também. Veronica, portanto, difere daquelas crianças brasileiras filhas de bolivianos que, diante das discriminações, se assume publicamente como brasileira (Freitas e Silva, 2005). Assim, ela relativiza uma concepção de identidade nacional baseada numa única forma de identificação, reconhecendo-se como brasileira e boliviana concomitantemente.

No caso de João, sua relação com a escola e a sociedade brasileira teve a contribuição das gerações anteriores. Tal contribuição aconteceu dentro da família, em que sua irmã mais velha o auxiliou a lidar com a realidade da escola, assim como aconteceu nos casos de Gabriela e da Juliana. Além disso, o próprio ambiente escolar em alguns bairros de São Paulo presenciou um significativo aumento do número de crianças de origem boliviana em sua população, o que permite que pais e alunos compartilhem experiências e construam formas coletivas de combate às opressões na escola.

Além disso, um elemento fundamental no processo de violência das crianças brasileiras, na interação com os entrevistados, era o racismo. Todos os entrevistados apresentam um fenótipo indígena, tendo características corporais como pele amarronzada, cabelo preto liso e baixa estatura em relação às crianças brasileiras com quem convivem. Por portarem tais características, eles são identificados como bolivianos pelos brasileiros com quem interagem e, assim, se tornam vítimas da violência física e simbólica. Cabe ressaltar que, de um lado, o racismo também atinge aqueles que nasceram no Brasil, mas apresentam as características fenotípicas associadas aos bolivianos, como João, Veronica e Gabriela. Por outro lado, a Bolívia é um país que abriga uma diversidade étnico-racial, o que significa que não são todos os bolivianos que apresentam um fenótipo indígena. Por isso, é possível que bolivianos com outras

características fenotípicas tenham uma experiência escolar diferente da vivida por nossos entrevistados. Uma terceira questão que poderíamos levantar é o imaginário sobre a Bolívia difundido no Brasil, reflexão que escapa do escopo deste trabalho. Cabe pontuar que o racismo vivido pelos jovens entrevistados se manifesta mais pelas suas características fenotípicas, que está visível em seus corpos, do que pela nacionalidade, já que os brasileiros de origem boliviana também são discriminados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo centrou-se na análise da percepção de jovens e adultos que cresceram em famílias em que um dos pais é de origem boliviana e nenhum deles é de origem brasileira. Entre eles, estão indivíduos que nasceram na Bolívia, mas imigraram para o Brasil entre a infância e a adolescência, e aqueles que nasceram no Brasil, mas cujos pais são imigrantes. As memórias sobre a imigração sua e/ou de seus pais são centrais na construção de suas identidades, alicerçando sua interação com a sociedade brasileira. Para eles, instituição que mais efetivamente representa tal interação é a escola. Assim, a família, de um lado, e a escola, do outro, materializam a dupla vivência entre o país de imigração e o de emigração na vida cotidiana. Esta dupla vivência também se materializa na presença do espanhol, língua nativa dos pais, e do português, língua dominante na sociedade brasileira.

Em seus relatos, os entrevistados lembram que a entrada e permanência na escola se constituiu em um momento decisivo em suas trajetórias, em que a dupla vivência ganha forma e exige estratégias de resistências cotidianas. De um lado, eles recordam que foi na escola a primeira vez em que lhes foi exigido se comunicar exclusivamente em português, língua que seus pais não dominavam. Os entrevistados que têm irmãos mais velhos explicam que estes tiveram um papel fundamental, sendo os pioneiros a aprender português e a assumirem o papel de mediar o processo de aquisição da língua portuguesa dos irmãos mais novos e, muitas vezes, também dos próprios pais. Alguns deles observam que seus pais tentaram ajudar seus irmãos mais velhos a se adaptarem ao uso do português na escola adotando o português como língua de comunicação também em casa. No entanto, eles também não eram fluentes em português segundo a norma culta, comunicando-se numa fusão entre o português e o espanhol, o *portunhol*.

Por outro lado, os entrevistados relembram que, na sua participação na escola, o idioma foi uma dificuldade inicial que foi superada, apesar de nenhum deles ter tido acesso à educação bilíngue ou a métodos pedagógicos específicos para crianças que têm o português como segunda língua. Entretanto, muito além do idioma, a escola foi um espaço de tensão para eles. Todos os entrevistados compartilham que as maiores dificuldades que enfrentaram no cotidiano escolar foram o racismo e a xenofobia, que assumiram as diferentes formas

de discriminação, incluindo a rejeição dos outros alunos em se relacionar com eles chegando até a agressões físicas. Cabe ressaltar que todos os entrevistados apresentam um fenótipo indígena, sendo reconhecidos por seus colegas de escola e professores como bolivianos, mesmo quando são brasileiros – natos ou naturalizados. Isto significa que os entrevistados foram alvo de discriminação por uma combinação de critérios, incluindo seu fenótipo e a origem nacional sua ou de seus pais. Assim, os entrevistados nos mostram as dificuldades de terem seu duplo pertencimento – à Bolívia e ao Brasil – reconhecido pela camada da sociedade brasileira que a escola representa.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R.; OLIVEIRA, G. C. A segunda geração de bolivianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, R (org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. p. 179 -194.
- FREITAS, M. C.; SILVA, A. P. Crianças bolivianas na Educação Infantil de São Paulo: adaptações, vulnerabilidades e tensão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.45, n.157, jul./set. 2015, p.680-702.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- GONÇALVES, C. A. O limiar entre ser bolivianos e ser brasileiro: as identidades híbridas das crianças imigrantes na cidade de São Paulo. In: **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. São Paulo: PROLAM, 2016. Disponível em <https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/GONÇALVES_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina.pdf> . Acesso em 1 mar. 2019.
- MAGALHÃES, G. M. Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de São Paulo, 2010.
- MAGALHÃES, G.; SCHILLING, F. Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação. **Pro-Posições**, Campinas, v.23, n.1, p.43-64, abr. 2012.
- OLIVEIRA, G. C. A segunda geração de latino-americanos na cidade de São Paulo: a questão do idioma. **REMHU**, Brasília, v. 22, n. 42, p. 213-230, Jun. 2014.
- _____. Efeitos indiretos da migração: a segunda geração de bolivianos na RMSP. In: **Anais XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Águas de Lindóia: ABEP, 2012. Disponível em <www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/2056/2015> . Acesso em: 10 dez. 2019.
- PELLEGRINO, A. Drenaje, movilidad, circulación: nuevas modalidades de la migración calificada. In: **Anais do Simposio sobre Migración Internacional en las Américas**. San José: ECLAC, 2000. Disponível em: <www.eclac.cl/publicaciones/Poblacion/4/LCG2124P/lcg2124P_pres.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

SILVA, S. **50 anos da imigração boliviana em São Paulo: 1957-2007**. CPM, 2007.

_____. **Costurando Sonhos**: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas: 1997.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a imigração boliviana na perspectiva da infância. A partir dos relatos de indivíduos que cresceram em São Paulo, Brasil, em lares bolivianos, analisamos as estratégias construídas por eles, quando crianças para atribuir sentido à sua experiência migratória. Ainda crianças, muitos deles assumiram o papel de sujeitos de ação “entre” o Brasil e a Bolívia, simbolizados principalmente pela escola e pela família, respectivamente. Este trabalho tem como base entrevistas semiestruturadas com oito indivíduos que cresceram em lares bolivianos. Todos os entrevistados integram o círculo de afinidade da coautora, também uma imigrante boliviana que cresceu em São Paulo. Inspirando-nos em Sayad (1998), abrimos o diálogo sobre a imigração boliviana no Brasil a partir de dentro, numa perspectiva que desestabiliza os dualismos entre sujeito e objeto do conhecimento; criança e adulto; imigração e emigração.

Palavras-chave: bolivianos, infância, *portunhol*

ABSTRACT

This paper analyzes the Bolivian immigration from the perspective of childhood. Based on the stories of individuals who grew up in São Paulo, Brazil in Bolivian homes, we analyzed the strategies constructed by them as a child to give meaning to their migratory experience. While still children, many of them assumed the role of subjects of action “between” Brazil and Bolivia, symbolized mainly by the school and the family, respectively. This work is based on semi-structured interviews with 8 people who grew up in Bolivian homes. All the interviewees are part of the co-author’s personal network. She herself is also a Bolivian immigrant who grew up in São Paulo. Inspired by Sayad (1998), we open the dialogue about Bolivian immigration in Brazil from within, in a perspective that destabilizes the dualisms between subject and object of knowledge; child and adult; immigration and emigration.

Keywords: Bolivians, childhood, *portunhol*.

Os paradoxos da imigração entre bolivianos em São Paulo: moradia provisória e a produção da alteridade

*Fabio Martinez Serrano Pucci**

1 INTRODUÇÃO (À GUISA DE METODOLOGIA)

Para esta pesquisa foram selecionados dois bairros do Município de São Paulo: Brás e Pari, no Centro, e Grajaú, na Zona Sul. A escolha se justifica por se tratarem de concentrações distintas de bolivianos.

Adotou-se, como estratégia de inserção no campo, o estabelecimento de contato com associações de moradores, com instituições religiosas, de assistência a imigrantes, organizações não-governamentais (ONGs) e as governamentais. Então, realizaram-se entrevistas semiabertas com 22 imigrantes, além de alguns vizinhos e profissionais de saúde que vivem e/ou trabalham nestes distritos. Entrevistaram-se bolivianos de ambos os sexos e com diferentes idades e tempo de permanência no país.

Solicitou-se aos entrevistados, ao final da entrevista, que indicassem conhecidos seus que pudessem responder à pesquisa. Os nomes dos entrevistados foram mantidos em sigilo. As entrevistas foram realizadas somente após esclarecer-se ao entrevistado sobre os objetivos da pesquisa e obter-se o seu consentimento livre.

2 PERFIL DO TRABALHADOR BOLIVIANO NO BRASIL E SUAS CONDIÇÕES SOCIOCULTURAIS – MORADIA E ALTERIDADE

A imigração de bolivianos para São Paulo tem início em 1950, formada principalmente por profissionais liberais. É a partir de 1980 que passam a chegar no país como mão de obra não qualificada, principalmente no ramo da costura, para trabalhar com os coreanos (SILVA, 1997). Aos poucos, os bolivianos começaram a se tornar proprietários e a empregar os seus compatriotas. No entanto, é sabido que muitos deles são explorados pelos próprios compatriotas. Muitos acabam por trabalhar e viver em moradias muito precárias por períodos às vezes maior do que um ano.

*Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. Doutorando em Sociologia na UFSCar.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), há 21.680 bolivianos em São Paulo, o que representa o segundo maior grupo de imigrantes, depois dos portugueses (ver Tabela 1). No entanto, há que se ressaltar que estes números subestimam o número real de imigrantes, uma vez que os indocumentados não costumam responder ao Censo.

Tabela 01 – População de estrangeiros residentes no Município de São Paulo em 2000 e 2010

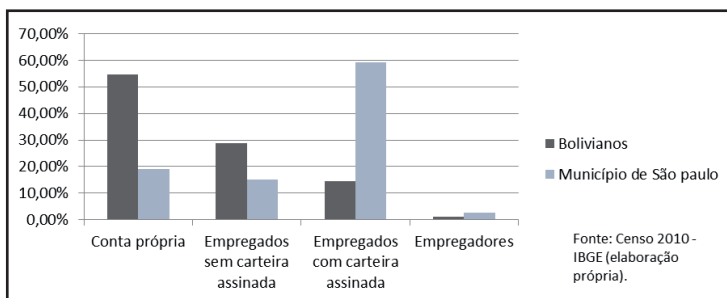
Nacionalidade	Censo 2000		Nacionalidade	Censo 2010	
	Nº Absoluto	%		Nº Absoluto	%
Portugueses	63.273	32,34	Portugueses	35.212	23,3
Japoneses	22.003	11,25	Bolivianos	21.680	14,3
Italianos	19.789	10,12	Japoneses	13.065	8,6
Espanhóis	13.779	7,04	Italianos	10.017	6,6
Bolivianos	7.723	3,95	Chineses	9.600	6,4
Coreanos	7.030	3,59	Espanhóis	7.891	5,2
Chineses	6.619	3,18	Coreanos	7.054	7,7

Fonte: Censo 2000 (IBGE apud VÉRAS, 2003b) e Censo 2010 (IBGE, elaboração própria).

2.1 Condições de Trabalho

Ainda segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), 65,5% dos bolivianos são operadores de máquinas de costura. Menos de 15% desses imigrantes possuem carteira assinada, o que é o caso de 59% dos moradores do Município de São Paulo (ver gráfico 01, abaixo). Assim, a maior parte dos bolivianos trabalha como “conta própria” (54,75%) ou como “empregados sem carteira assinada” (29,92%).

Gráfico 01 – Condição do trabalhador boliviano e do MSP



Estes dados refletem uma característica do ramo da costura: a subcontratação de mão de obra e a terceirização dos serviços. Se antes havia grandes indústrias que contratavam centenas de costureiras(os), após a reestruturação produtiva tornaram-se cada vez mais comuns pequenas oficinas com menos de 10 pessoas trabalhando. Disto resulta maior precariedade da mão de obra. A renda média de um boliviano é de R\$ 1.280,00, enquanto os paulistanos ganham em média R\$ 2.086,00 (Censo Demográfico de 2010).

“Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito” (SAYAD, 1998, p. 54). Este é precisamente o caso dos bolivianos que emigram para o Brasil com o intuito de trabalhar horas a fio, durante anos, até juntarem um dinheiro e retornarem para a Bolívia. Há relatos de bolivianos que trabalham até 16 horas por dia. Os agentes de saúde revelam que é muito raro um boliviano procurar um posto de saúde, mesmo quando estão doentes, pois querem continuar trabalhando ininterruptamente. Além disso, pode-se dizer que o trabalho é motivo de orgulho para eles:

Porque nós aqui, na América do Sul, nós somos conhecidos como raça de bronze, porque gostamos de trabalhar. Se você fizer alguma pesquisa por aqui, você não vai achar um boliviano que seja preguiçoso. O boliviano gosta de trabalhar mesmo. (Rodríguez, boliviano, dono de um empreendimento no Brás, há 33 anos no país).

A outra questão colocada é a de que este trabalho do imigrante é visto como temporário e provisório, tanto por ele quanto pela sociedade receptora. Segundo Sayad (1998), a “ilusão do provisório” é fundamental para que o imigrante se conforme com a condição na qual se encontra. Ele só pode aceitar a sua condição de trabalho e moradia degradantes enquanto vê-las como situações provisórias. Ele não suportaria a imigração se admitisse para si mesmo que é uma condição definitiva. Assim:

[...] essa contradição fundamental, que parece ser constitutiva da própria condição do imigrante, impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que esse ‘provisório’ possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse ‘definitivo’ jamais seja enunciado como tal. (SAYAD, 1998, p.46).

2.2 Contexto da Moradia

Em relação à moradia, apenas 41,5% dos bolivianos vivem em “moradias adequadas”¹, contra 64,3% no MSP (Censo 2010). Além disso, dois terços deles trabalham no mesmo lugar em que residem. O depoimento a seguir de uma agente de saúde descreve bem as condições de moradia dos bolivianos em São Paulo:

Olha, é uma casa que você entra, você mal consegue passar num corredor, porque além de bicicleta tem máquina de costura, tecido, saco de batata, saco de cebola e quando você entra pela sala principal, várias máquinas, são várias pessoas trabalhando ao mesmo tempo, você passando, você vai ao quarto, são dois quartos, aí tem várias divisórias. Às vezes com madeira e às vezes cortina de pano, onde tá um casal numa cama de casal, outra cama de casal, mais uma cama de casal e um pequeno espaço para o bebê dormir. Então, a maioria são assim. (Jéssica, agente de saúde do programa Estratégia Saúde da Família, no bairro do Brás)

As condições precárias de moradia também são suportadas pelos bolivianos apenas por conta da “ilusão do provisório”:

Residente provisório por definição, o imigrante só deve ser alojado provisoriamente; trabalhador pobre, só deve ser alojado pobremente. Entretanto, posto que o caráter provisório do imigrante e de sua imigração não passa de uma ilusão coletivamente mantida, ele permite a todos que se sintam contentes com a habitação precária degradada e degradante, que se atribui ao imigrante. (SAYAD, 1998, p. 78).

A seguinte fala de uma boliviana ilustra bem essa condição: “[...] porque o moço que trouxe a gente nos fez morar em um porão, que ele tinha muitos bolivianos que também moravam aí. Que o porão estava dividido por papelão.” Quando um imigrante é recém-chegado, ele ainda não criou as redes sociais necessárias para transitar entre a sociedade receptora. Ele se sente perdido e sem laços sociais que lhe permitam buscar alternativas para o contexto de trabalho e moradia em que se encontra. Assim, essa fala ilustra um recém-chegado que não conhece ninguém além do parente que lhe ofereceu este porão para morar. Não obstante, na entrevista ela afirma que, antes de vir ao Brasil esse parente não havia lhe dito que viveria nessas condições. Portanto, ao chegar aqui se depara com algo que não lhe foi vendido. Porém, como não pode se amparar em nada, acaba por aceitar estas condições.

Ela acaba por se contentar com uma moradia que lhe é apresentada como provisória, embora esse provisório se estenda indefinidamente, assim como a imigração. O imigrante chega ao país pensando em ganhar um dinheiro e retornar à terra natal, mas acaba adiando estes planos indefinidamente (SAYAD, 1998).

No caso dos bolivianos, percebe-se que boa parte deles opta por residir em moradias alugadas. No caso do bairro do Brás, costumam habitar cortiços que muitas vezes são galpões com divisórias de madeira, formando pequenos espaços que são subalugados. É difícil um boliviano alugar uma casa no Brás, uma vez que a oferta é pequena e a procura muito grande. Já no caso do Grajaú, encontram maior oferta de aluguel, por preços mais baixos. Além disso, alguns optam pela autoconstrução. Isto revela que os bolivianos se tornam verdadeiros “nômades urbanos” (VÉRAS, 2003), residindo ora aqui, ora ali. A trajetória desses imigrados revela que estão frequentemente mudando de moradia, pois a especulação imobiliária torna inviável a permanência no centro da cidade e os impele a buscar moradias cada vez mais distantes.

Também é possível perceber que esses imigrados evitam adquirir uma casa própria, não apenas por não conseguirem acessar crédito imobiliário, mas também porque a ideia do retorno está sempre presente para eles. Dessa maneira, o boliviano vive como um provisório que se eterniza, impedindo que se realizem projetos de maior importância (CHAMPAGNE, 2012), como a aquisição de uma casa própria.

Os entrevistados afirmam que o que os manteve no Brasil foram os filhos que cresceram aqui. Assim, os bolivianos revelam que a aquisição da casa própria está relacionada ao desejo de oferecer estabilidade aos filhos. Pode-se dizer, portanto, que a “ilusão do provisório” (SAYAD, 1998) é suspensa quando os bolivianos pensam na estabilidade de seus filhos. Nesse momento, torna-se mais plausível que eles realizem projetos de maior importância, como a aquisição de uma casa própria.

2.3 AS RELAÇÕES DE ALTERIDADE COM A SOCIEDADE RECEPTORA

No que tange à relação entre bolivianos e seus vizinhos brasileiros, percebe-se que estes aceitam aqueles apenas na medida em que eles não promovam festas ou manifestem a sua cultura. O preconceito para com os bolivianos se revelou mais forte justamente onde eles manifestam mais a sua cultura, que é o caso do centro da cidade. A principal reclamação é a de que as festas são barulhentas, com muita bebida, e que atrairiam bandidos.

Nesse sentido, a presença dos bolivianos é vista pelos antigos moradores do Brás como uma ameaça à sua identidade grupal. Passam, então, a recorrer à estigmatização como uma maneira de afirmar sua suposta superioridade sobre estes recém-chegados:

Eles ainda estão com aquelas origens das tribos indígenas que eles são. Os maias, né, origem dos maias. Das tribos, né. (Valdinês, vizinho brasileiro do Pari, aposentado).

(...) povo de cultura indígena não tem o mesmo tipo de formação – acadêmica – do que nós – você, que talvez seja um estagiário, como eu que já me aposentei e trabalhei muito na minha vida. (Valdinês, vizinho do Pari, aposentado).

Estas falas revelam um desconhecimento da cultura boliviana, que não guarda nenhuma relação com os maias. Os entrevistados associam os bolivianos aos indígenas como uma forma de desqualificá-los. Dessa maneira, apontam os bolivianos como *outsiders* (ELIAS & SCOTSON, 2000) responsáveis por todos os problemas do bairro. Os vizinhos “estabelecidos”, portanto, colocam a sua “indignação e protesto contra o fato de serem obrigados a suportar uma coabitação sentida como degradante, humilhante, com uma população degradada, desprezada, depreciada” (SAYAD, 2012, p. 36).

Mais do que isso, essas falas revelam um “novo racismo” (WIEVIORKA, 2006):

[...] o “novo racismo” descreve diversos grupos a partir de suas particularidades culturais que os constituem como subconjuntos considerados inassimiláveis, perigosos e nocivos, prontos a espezinhar os valores morais da nação e a abusar dos sistemas que ela elaborou para assegurar a seus membros uma certa solidariedade. (WIEVIORKA, 2006, p. 169).

A associação dos bolivianos com os indígenas, feita por esses vizinhos, tem como objetivo apresentá-los como inassimiláveis e perigosos para os valores morais dos brasileiros. Assim, os vizinhos os toleram desde que eles se mantenham segregados e distantes.

Além disso, há também muitos casos de vizinhos que reclamam que os bolivianos estão ocupando o lugar dos brasileiros em creches e postos de saúde:

A gente vai nos hospitais aí, só tem boliviano, cheio. A gente quase não vê brasileiro aqui na (...) posto [de saúde]. Você vai aí só vê boliviano, boliviano, boliviano. (...) Eu acho que tinha que ter os hospitais pra nós brasileiros. Boliviano deve ir lá pra Bolívia. Tá cheio. E não é só boliviano não. Esses africanos aí também tá cheio, cheio, cheio. Esse povo que vem se refugiar aqui no Brasil. (Josefa, vizinha brasileira do Brás, há 07 meses no bairro)

Eu acho que eles são tratados iguais à gente aqui. Porque vaga nas escolas eles arrumam. Pelo menos na sala dos meus filhos, dos dois, né. O pequeno tá na creche. A creche tem mais bolivianos do que brasileiro. O outro também tá na terceira série agora. Tem mais boliviano do que brasileiro. O que eu acho também que é um absurdo, que às vezes uma brasileira tem um filho, fica dois, três anos aguardando vaga numa creche e não consegue, né. E os bolivianos vêm assim e já conseguem rápido. (Maria, vizinha do Brás, há 10 anos no bairro)

É neste momento, então, que se desvendam os “paradoxos da alteridade” (SAYAD, 1998): a sociedade receptora aceita os imigrantes aqui apenas enquanto eles trabalharem. Mas não toleram sua presença quando ocorrem situações como o desemprego ou a utilização de serviços públicos, como hospitais e creches, quando há, então, reações xenófobas. Portanto, ela tolera o imigrante com a condição de que ele “se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele” (SAYAD, 1998, p. 55).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos bolivianos se concentra no ramo da costura, sem carteira assinada, com salários baixos e em condições precárias. Os resultados demonstram a centralidade do trabalho na vida desses imigrados.

Há conjugação da moradia com o trabalho na maior parte dos casos. As moradias são muito precárias e consistem em cortiços (principalmente no Brás) e casas alugadas (tanto Brás quanto Grajaú).

A “ilusão do provisório” (SAYAD, 1998) permite aos bolivianos contentarem-se com as condições precárias de moradia e trabalho. A ideia do retorno à Bolívia está sempre presente, o que explica a prioridade do aluguel. Assim, o provisório se eterniza, impedindo projetos de alguma importância (CHAMPAGNE, 2012), como a aquisição de uma casa própria.

No entanto, estes projetos de maior importância se viabilizam nos casos em que os bolivianos querem oferecer estabilidade para os filhos, pois desejam que a segunda geração seja integrada à sociedade receptora.

Os bolivianos são tolerados por seus vizinhos desde que se restrinjam à condição de trabalhadores temporários. No entanto, eles são estigmatizados quando realizam suas festas, manifestam sua cultura, utilizam os serviços públicos de saúde e educação, e quando a crise econômica leva brasileiros a concorrerem com eles por vagas de trabalho.

NOTAS

¹ Somam-se, aqui, os subgrupos “Chineses Continente” e “Chineses Formosa”, de modo a formarem uma única nacionalidade e poder, assim, compará-los aos dados do Censo de 2010.

² O IBGE “considera como adequado o domicílio particular permanente com abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica, coleta de lixo direta ou indireta e com até dois moradores por dormitório.” (IBGE, 2004, s.p.).

REFERÊNCIAS

CHAMPAGNE, P. Uma família integrada. In: BOURDIEU, Pierre (org.) **A Miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012. pp. 103-16

ELIAS, N. e SCOTSON, J. **Estabelecidos e outsiders**. São Paulo: Zahar, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dimensão social: habitação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/habitacao.pdf> . Acesso em 07 de abril de 2014.

PUCCI, F. M. S. **Viver “outramente”**: moradia, condições de vida e a produção da alteridade dos bolivianos em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC-SP, 2016.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. Uma família deslocada. In: BOURDIEU, P. (org.). **A Miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012. pp. 35-52.

SILVA, S. A. da. **Costurando Sonhos** – Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

VÉRAS, M. P. Bicudo. Novos nômades urbanos na cidade contemporânea: desigualdade e exclusão sociais. In: CHAIA, M.; SILVA, A. A. da (orgs.). **Sociedade, cultura e política: ensaios críticos**. São Paulo: EDUC, 2003. pp. 323-367.

_____. (coord.). Estrangeiros na metrópole: a produção da alteridade, cultura e territórios em São Paulo. **Relatório de Andamento da Pesquisa Estrangeiros na metrópole**. São Paulo: CNPq, 2003b.

_____. **DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo**. São Paulo: EDUC, 2003c. pp. 323- 367.

WIEVIORKA, M. **Em que mundo viveremos?** Trad. Eva Landa e Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2006.

RESUMO

A partir de pesquisa empírica realizada em dissertação de mestrado (PUCCI, 2016), analisam-se os seguintes eixos da imigração boliviana em São Paulo: trabalho; moradia e a produção da alteridade. Procura-se, então, articular os dados da pesquisa com os conceitos de “centralidade do trabalho” e “ilusão do provisório” (SAYAD, 1998). Em relação à moradia, busca-se articular as noções de “moradia da pobreza” e “nomadismo urbano” (VÉRAS, 2003) da presença boliviana com a de “provisoriedade” (SAYAD, 1998). No que tange à sociedade receptora, busca-se desvendar os “paradoxos da alteridade” (SAYAD, 1998) a partir da fala de vizinhos bolivianos. Por fim, para compreender as relações de alteridade, utiliza-se como referência o pensamento de Elias & Scotson (2000) para refletir sobre a relação entre “estabelecidos e *outsiders*”. De maneira sucinta, portanto, o principal objetivo deste trabalho é identificar, analisar e estabelecer relações entre a constituição de territórios bolivianos na cidade, as diferentes soluções precárias de moradia da pobreza e as relações de alteridade com a sociedade receptora.

Palavras-chave: bolivianos, moradia da pobreza, alteridade.

ABSTRACT

From empirical research conducted in Master's thesis (PUCCI, 2016), we analyze the following axes of Bolivian immigration in São Paulo: work; housing and the production of otherness. We then seek to articulate the research data with the concepts of “centrality of work” and “illusion of the provisional” (SAYAD, 1998). Regarding housing, we seek to articulate the notions of “poverty dwelling” and “urban nomadism” (VÉRAS, 2003) of the Bolivian presence with that of “provisionality” (SAYAD, 1998). Regarding the receiving society, we seek to unveil the “paradoxes of alterity” (SAYAD, 1998) from the speech of Bolivian neighbors. Finally, to understand the relations of otherness, we use as reference the thinking of Elias & Scotson (2000) to reflect on the relationship between “established and outsiders”. Succinctly, therefore, the main objective of this paper is to identify, analyze and establish relations between the constitution of Bolivian territories in the city, the different precarious solutions of poverty housing and the relations of otherness with the receiving society.

Keywords: Bolivian, poverty dwelling, alterity.

Futebol e imigração: os imigrantes e seus descendentes representados nas seleções nacionais europeias

*Guilherme Silva Pires de Freitas**

1 INTRODUÇÃO

O relógio marcava 20 minutos do segundo tempo no estádio Lujniki em Moscou quando o jovem atacante francês Kylian Mbappé recebeu a bola de Lucas Hernández, ajeitou o corpo e chutou, colocado, no canto do goleiro croata Danijel Subasic. Gol da França. Era o quarto da equipe que praticamente selava naquele momento a tão esperada conquista da Copa do Mundo de futebol no dia 15 de julho de 2018.

O gol do atacante francês descendente de imigrantes - filho de pai camaronês e mãe argelina - coroava uma jovem e promissora geração que, além do bom futebol, tinha outra coisa em comum: a vasta origem multicultural de seus atletas. Dos 23 convocados pelo técnico Didier Deschamps, 21 deles tinham raízes estrangeiras de segunda e terceira geração. Com perfis étnicos tão heterogêneos, a seleção representava dentro de campo toda a diversidade da sociedade multicultural francesa (FREITAS, 2018a, p. 68).

Porém, esta não foi a única equipe da história que contou com atletas de origem imigrante. Vinte anos antes de Hugo Lloris, capitão e descendente de catalães espanhóis levantar a taça em Moscou, outro talentoso selecionado francês, composto por muitos descendentes de imigrantes, sagrava-se campeão mundial. Em 1998, o craque Zinedine Zidane implodia a seleção brasileira e liderava os *Bleus* para a glória, na goleada por 3 a 0 no Stade de France, em Paris.

Filho de imigrantes argelinos, Zidane foi a grande estrela de uma geração que conquistou os principais títulos internacionais do futebol francês, gerou debates sobre identidade nacional e do espaço dos imigrantes na sociedade e despertou a ira da xenófoba e racista extrema-direita do país. Mas os jogadores multiculturais não são uma exclusividade da França.

Na história do futebol europeu, encontramos muitos outros exemplos de imigrantes e descendentes, presentes nos selecionados nacionais. Este artigo irá tratar justamente desta questão, abordando a importância dos atletas multiculturais para as seleções do continente e os espaços que esse grupo encontra na sociedade europeia, mostrando como o futebol pode ser uma importante ferramenta de discussão e análise sobre este delicado assunto.

* Mestre em Estudos Culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

2 UM BREVE HISTÓRICO DOS ATLETAS IMIGRANTES E DESCENDENTES

A utilização de atletas imigrantes ou descendentes em seleções nacionais está presente desde os primórdios do futebol. Idealizada pelos ingleses em meados do século XIX, a modalidade se internacionalizou mobilizando profissional e emocionalmente centenas de milhões de indivíduos (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 14), além de ser considerada como a principal modalidade esportiva do mundo. Afinal, nenhuma outra forma de cultura popular tem uma relação tão intensa entre o torcedor e o futebol (GIULIANOTI, 2010, p. 7).

Devido àquela expansão, o jogo conquistou o mundo e tornou-se uma referência global, deixando de ser uma mera atividade das elites e dos mais abastados, para atingir todos os estratos sociais (FREITAS, 2017, p. 11). E um desses grupos foi justamente o dos imigrantes que, através do esporte, puderam fundar clubes e associações comunitárias, fortalecendo vínculos culturais e identitários em uma terra estrangeira, como ocorreu na Europa e na América do Sul, os principais continentes onde o jogo se popularizou primeiramente¹.

Os imigrantes e seus descendentes não ficariam apenas relegados aos clubes e comunidades esportivas. Com o passar do tempo, adquiriram maior protagonismo e conquistaram espaço nas seleções nacionais. Isto tornou-se um processo que se acentuou ao longo dos anos. Na última Copa do Mundo, disputada na Rússia em 2018, registrou-se um número recorde. De todas as 32 seleções que entraram em campo, 22 delas contaram com, pelo menos, um atleta naturalizado no elenco (CARNEIRO, 2018) e todas as seleções europeias tinham jogadores com origem estrangeira, fossem nascidos no exterior ou descendentes de imigrantes (FREITAS, 2018b).

Uma história bastante antiga e presente desde as primeiras edições da Copa do Mundo. Bicampeã mundial em 1934 e 1938, a Itália contava com os serviços dos *oriundi*, atletas nascidos no exterior e filhos de italianos que haviam deixado a terra natal em busca de melhores condições de vida. Como tinham o sangue italiano nas veias e a Itália adota a política do *jus sanguinis*² para definir nacionalidade, esses jogadores eram, de certa forma, “repatriados” para poder atuar pela *Squadra Azzurra*.

Uma estratégia que também teve o aval do ditador fascista Benito Mussolini que considerava a equipe como um grande instrumento de propaganda de seu regime e era extremamente criterioso na escolha dos atletas, exigindo que todos os selecionados fossem racialmente puros e sem qualquer traço de miscigenação (AGOSTINO, 2011, p. 60-62). Caso dos sul-americanos e filhos de imigrantes italianos Luis Monti, Raimundo Orsi e Anfilogino Guarisi, que participaram das conquistas mundiais da Itália e foram aclamados como heróis nacionais pelos títulos mundiais.

Na mesma época, a França também apresentava uma equipe com atletas de diferentes origens étnicas. No primeiro Mundial em 1930, seu capitão foi Alexandre Villaplane, um *pied-noir* nascido na Argélia³. Na Copa do Mundo seguinte, além dos *pieds-noirs*, havia filhos de franceses nascidos em diferentes países europeus; e no Mundial de 1938, a seleção francesa teve, pela primeira vez na história, um jogador negro e um magrebino vestindo a camisa dos *Bleus*: Raoul Diagne, nascido na Guiana Francesa e filho de Blaise Diagne⁴ e Abdelkader Ben Bouali, nascido na região de Sendjas, na Argélia (FREITAS, 2018a, p. 55).

Em 1958, a seleção francesa novamente voltou a ter descendentes de imigrantes como protagonistas em um Mundial. Filho de poloneses que trabalhavam em minas de carvão, Raymond Kopaszewski, ou simplesmente Kopa, foi um dos maiores jogadores do mundo nesse período, conquistando inclusive a Bola de Ouro. Nascido em Marrocos, de pai francês e mãe espanhola, Just Fontaine foi o artilheiro daquela Copa e até hoje ostenta o recorde de gols marcados em uma só edição: 13. A partir daí, a equipe passou a contar cada vez mais com atletas nascidos em suas antigas colônias imperiais e com os filhos e netos destes imigrantes.

Quem também se aproveitou da mão de obra de seus antigos territórios coloniais foi Portugal. Em sua estreia nos Mundiais em 1966, a equipe foi a grande sensação da Copa do Mundo disputada na Inglaterra. Liderados pelo excepcional atacante Eusebio, os portugueses conseguiram chegar até as semifinais, eliminando no meio do caminho a seleção brasileira então bicampeã mundial. Nascido em Moçambique, na época colônia portuguesa, o negro Eusébio terminou como artilheiro do evento e foi alçado ao *status* de ídolo nacional pelo regime ditatorial de Antonio Salazar, que utilizou o atleta como instrumento de propaganda política de seu regime autoritário (CARDÃO, 2014, p. 172).

Meio século depois da épica campanha na Copa do Mundo, Portugal voltou a ter um africano como protagonista. Na final da Eurocopa de 2016, a seleção lusitana perdeu seu principal jogador lesionado no começo da partida. Sem o craque Cristiano Ronaldo, coube ao atacante reserva Eder fazer o gol mais importante da história do país. Nascido em Guiné Bissau e tendo passado parte da vida em um orfanato, Eder acertou um chute rasante restando poucos minutos para o fim da prorrogação contra a França, garantindo o primeiro título internacional de Portugal.

Algumas equipes, conhecidas atualmente pelo seu multiculturalismo no vestiário, demoraram algumas décadas para integrar os imigrantes e seus descendentes aos selecionados, por diferentes motivos. A Holanda, que recebeu na segunda metade do século XX um grande fluxo migratório de pessoas oriundas de suas antigas colônias, passou a ter uma seleção multicultural apenas na década de 1980, com destaque para Ruud Gullit e Frank Rijkaard, filhos de surinameses e que foram dois dos protagonistas do único título de expressão do futebol holandês: a Eurocopa de 1988.

A demora em integrar atletas com essas características à seleção se deu pelo fato de os holandeses, nas décadas de 1960 e 1970, considerarem os imigrantes, especialmente os surinameses, como sujeitos ruins, fracassados e viciados em drogas. Este preconceito social também se refletia no futebol com diversos jogadores de descendência surinamesa sendo recusados em equipes holandesas já que, na visão da sociedade, poderiam passar uma imagem negativa para os clubes (WINNER, 2010, p. 225).

Na Inglaterra, país onde nasceu o futebol moderno, jogadores imigrantes e descendentes também superaram diversos obstáculos para conseguir atuar pela equipe nacional. Inicialmente, atletas negros eram barrados na seleção inglesa como forma de preservar a tradição do futebol como uma modalidade nobre. Um caso famoso foi o do atacante Jack Leslie, negro e nascido em Londres, que foi convocado e logo em seguida desconvocado após o técnico do *English Team* tomar conhecimento de que ele era um “homem de cor” (DO VALLE, 2018).

Apenas em 1978, um negro vestiu a camisa da seleção do país. Foi o lateral-direito Viv Anderson. Sua primeira convocação aconteceu numa época em que a Inglaterra assistia ao crescimento de grupos racistas e xenófobos de extrema-direita como o National Front, que pregavam a supremacia branca e também estavam presentes no futebol através dos hooligans que tumultuavam os estádios do país e da Europa. Anderson superou essa pressão fora dos gramados, se estabelecendo na equipe e abrindo as portas para outros atletas. Na Copa do Mundo de 2018, onde os ingleses fizeram sua melhor campanha em 28 anos, 11 jogadores da equipe tinham raízes estrangeiras.

Outro caso de seleção multicultural bastante famoso atualmente é o da Alemanha. Com uma equipe composta por muitos filhos e netos de imigrantes, venceu a Copa em 2014 e mostrou ao mundo um novo país. Porém, os alemães passaram muito tempo sem poder contar com os serviços de atletas com esse perfil. A principal razão desse fato foram questões ligadas à legislação sobre nacionalidade. Como adota o *jus sanguinis*, apenas alemães e seus descendentes diretos podiam vestir a camisa da equipe nacional. Razão pela qual os atletas de origem turca, a maior comunidade imigrante no país, só foram aparecer no selecionado alemão no começo dos anos 2000.

Os primeiros imigrantes turcos chegaram à Alemanha na década de 1960 como *Gastarbeiters*⁵ e foram se estabelecendo e criando vínculos com a nova terra. Como não tinham nacionalidade alemã, seus filhos não eram considerados alemães e, conseqüentemente, não podiam jogar pela seleção nacional. Eles deveriam esperar até a maioridade para definir sua nacionalidade: alemã ou a de origem dos pais.

A situação começou a mudar em 2000 quando foi aprovada uma lei que permitia a dupla nacionalidade a crianças nascidas após a reunificação alemã. Em 2014, o parlamento da Alemanha afrouxou as regras para a dupla cidadania e permitiu que os cidadãos descendentes de imigrantes, nascidos no país após a reunificação, pudessem manter dois passaportes caso comprovassem terem passado boa parte da vida na Alemanha (FREITAS, 2017, p. 39).

Nas últimas décadas, tornou-se comum assistir a selecionados nacionais com perfis cada vez mais multiculturais. Países como Suécia, Dinamarca, Noruega e Suíça, por exemplo, passaram a exibir em campo uma grande variedade étnica. Isto se deve ao fato de esses Estados terem abrigado muitos imigrantes e refugiados ao longo dos últimos anos. Consequentemente, seus descendentes nasceram nestes locais e passaram a defender as seleções europeias.

Além de todas essas particularidades nas principais seleções do continente, a ratificação da Lei Bosman, em 1995, também contribuiu para expansão das seleções multiculturais na Europa⁶. Com a aplicação da lei, o futebol de clubes passou a ser cada vez mais globalizado e assistiu-se a um grande fluxo de transferências de atletas de várias partes do mundo, refletindo-se também nas seleções nacionais.

Ao mesmo tempo em que é um lucrativo negócio, gerando cifras incalculáveis de dinheiro diariamente, o futebol também tem o seu lado social e cultural. Considerados superestrelas e celebridades, muitos atletas descendentes de imigrantes passaram por situações de racismo e xenofobia, mostrando como a modalidade não está à parte da sociedade francesa, ou de qualquer outra, e pode muito bem ajudar a compreender situações da realidade atual.

3 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS IMIGRANTES E DESCENDENTES NA SOCIEDADE

Um dos maiores temores da FIFA, antes do início da última Copa do Mundo, era justamente o torneio ficar marcado pelo racismo, xenofobia e machismo. A Rússia, país que sediou a competição, tem um histórico de casos de intolerância e preconceito quando o assunto é futebol. São comuns ofensas e cânticos pejorativos de torcedores locais a jogadores negros e estrangeiros que atuam na Liga Russa. Por isso, a FIFA fez um grande esforço para promover uma campanha de conscientização contra o racismo e a intolerância durante o Mundial (FIFA, 2018).

É uma estratégia digna da FIFA, que há anos promove campanhas contra a discriminação racial na modalidade, utilizando, em várias atividades, alguns jogadores mundialmente conhecidos e admirados. E essas ações afirmativas em prol de igualdade racial ajudam na conscientização do torcedor. Fanon (2008, p. 14) afirma que, quando se ignora a prática do racismo, as instituições políticas, sociais e culturais acabam apoiando-o e fortalecendo-o. Por isso, a FIFA não poderia ficar à parte e fingir que nada acontecia durante seus eventos. Mas todo esse empenho contra as discriminações não impediu que atitudes lamentáveis ocorressem na Rússia durante o Mundial.

Dias antes do início da COPA 2018, o jogador belga Romelu Lukaku escreveu um artigo bastante repercutido nas redes sociais. Ao contar sua história de vida, o atleta, que é filho de imigrantes congolezes, afirmou que, quando não

fazia gols, era chamado de “o atacante descendente de congoleses”. Porém, quando marcava, era “o atacante belga” (LUKAKU, 2018). De uma forma sutil, Lukaku mostrou como também é vítima do preconceito racial, mesmo sendo um dos jogadores mais conhecidos do mundo e o maior artilheiro da história da seleção belga.

Durante o Mundial, o meio-campista sueco Jimmy Durmaz cometeu uma falta na entrada da área nos minutos finais do duelo contra a Alemanha. O jogo estava empatado em 1 a 1 e o placar favorecia os suecos. Na cobrança de falta, Toni Kroos acertou um belo chute e deu a vitória aos alemães. Nas redes sociais, foram registradas muitas ofensas de cunho xenofobo ao atleta sueco, que é descendente de imigrantes assírios. Em protesto, a seleção da Suécia gravou um vídeo em apoio ao companheiro e criticou os comentários racistas (O’CONNOR, 2018).

Outro caso de intolerância no último Mundial aconteceu logo depois da eliminação da Alemanha, ainda na fase de grupos. Mesut Özil era uma das principais estrelas da equipe e foi bastante criticado pelo seu fraco desempenho em campo. Meses antes da COPA, ele foi fotografado ao lado do presidente turco Recep Tayyip Erdogan e afirmou que jamais se negaria a tirar uma foto com o controverso chefe de Estado. Alegando sofrer racismo e xenofobia por suas raízes turcas, Özil publicou uma carta anunciando que estava se aposentando da seleção nacional e criticou dirigentes da Federação de “não aceitá-lo como alemão” (MCKIRDY; YOUNG, 2018).

Os três casos que aconteceram na Copa do Mundo de 2018 se somam a diversas outras situações que ocorrem no futebol constantemente, como o machismo e a homofobia. No Mundial, práticas de discriminação contra mulheres e homossexuais também acabaram sendo registradas. A ONG Fare Network fez uma contagem durante o evento e contou 45 casos de assédio a mulheres (ALEIXO, 2018). Entre essas lamentáveis atitudes machistas, repórteres de TV foram assediadas por torcedores enquanto trabalhavam, e um grupo de homens brasileiros acabou viralizando nas redes sociais depois de constrangerem torcedoras russas com músicas em português de cunho sexual e misógeno.

Os homossexuais também sofreram com atos discriminatórios durante a COPA do Mundo, de 2018. Manifestações de cunho homofóbico em partidas da seleção mexicana foram registradas pela organização do evento e pela imprensa internacional. Mesmo com apelo dos próprios atletas da seleção, alguns torcedores insistiram em gritar cânticos homofóbicos e essas atitudes renderam uma multa à Federação Mexicana (DAS, 2018).

Como já citado acima, o futebol, como modalidade esportiva, não está à parte da sociedade. Por ser uma manifestação da cultura popular de massas, mexe com sentimentos dúbios como amor e ódio, paixão e raiva. Por isso, situações que acontecem no cotidiano também irão se refletir nos estádios (TOLEDO, 2000, p. 30). E isso logicamente inclui os casos de intolerância contra imigrantes e seus descendentes.

Estes fatos lamentáveis contra populações imigrantes estão diretamente ligados aos efeitos do processo de globalização. Este processo de integração e aproximação, que é capaz de unir e separar ao mesmo tempo (BAUMAN, 1999, p. 9), ajudou a diminuir as diferenças culturais em todo o mundo fazendo com que ficasse muito mais fácil o contato com aqueles considerados como estranhos e suas respectivas culturas (HARARI, 2018, p. 178).

Porém, ao mesmo tempo em que aproximou culturas e povos, o processo de globalização também acentuou os sentimentos de nacionalismo, anti-imigração e xenofobia, como estamos vendo recentemente em diversas partes do mundo, fortalecendo e reafirmando algumas identidades nacionais e locais, além de assistir ao surgimento de novas posições de identidade (WOODWARD, 2014, p. 21).

E parte dessas novas identidades não busca apenas um retorno ao passado glorioso de sua nação, como fazem alguns grupos nacionalistas. Essas novas identidades também podem ser aquelas que reafirmam suas raízes locais, mas ao mesmo tempo buscam exaltar sua condição de descendentes de imigrantes.

A maioria dos jogadores europeus descendentes não tem receio de esconder suas múltiplas identidades. Ao mesmo tempo em que se sentem orgulhosos das origens de seus antepassados, demonstram o mesmo em relação ao país onde nasceram. Pertencem a diferentes culturas e representam sua pátria natal através da seleção nacional de futebol. Vermeulen (2001) define esse sentimento como identidade étnica que é quando:

Os indivíduos incluem-se em diferentes comunidades, grupos ou categorias (de pessoas) e têm, assim, diversas identidades sociais. Estas podem basear-se, entre outros atributos, no sexo, na classe, na idade e na profissão. Uma identidade étnica diferencia-se destas identidades sociais pela convicção de que se possui uma ascendência, uma história e uma herança cultural comuns, por exemplo, a língua e a religião: o que conta é sobretudo a convicção, a crença (VERMEULEN, 2001, p. 24).

O sentimento de pertencimento e de abraçar duas identidades ou culturas distintas também pode ser considerado como um exemplo da “identidade bifurcada”, conceito criado pelo antropólogo catalão Claudio Esteva Fabregat (1984, apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 130). Este tipo de identidade acontece quando os imigrantes de primeira geração, e uma parcela dos descendentes de segunda geração, absorvem parte da cultura do novo lar e a funde com suas raízes de origem. Segundo Fabregat, esse comportamento somente irá desaparecer nos cidadãos da terceira geração de imigrantes, que já estão mais bem adaptados à cultura local.

Stuart Hall (2003), teórico que estudou o conceito de identidade, a definiu como sempre sendo híbrida, provisória e em constante *status* de mudança. Hall inclusive afirma:

Acho que a identidade cultural não é fixa, é sempre híbrida. Mas é justamente por resultar de formações históricas específicas, de histórias e repertórios culturais de enunciação muito específicos, que ela pode constituir um ‘posicionamento’, ao qual podemos chamar provisoriamente de identidade (HALL, 2003, p. 432-433).

Representar um país europeu, mas ao mesmo tempo sentir orgulho pela pátria dos pais, é algo compreensível, afinal trata-se das raízes do jogador. Porém, esse comportamento causa irritação nas pessoas mais conservadoras e reacionárias, que muitas vezes não enxergam o imigrante como igual e, sim, como alguém inferior.

Em 1996, o então líder da extrema-direita francesa, Jean Marie Le Pen, definiu a seleção nacional como uma equipe artificial por ter muitos atletas negros. Le Pen ainda afirmou que ela não representava a verdadeira França que, na sua concepção, era branca e sentia orgulho dos símbolos da pátria, como a bandeira e o hino nacional (GASTAUT, 2008, p. 21-22). O que motivou a fúria do líder político contra o selecionado de futebol foi o fato de vários jogadores não cantarem o hino antes das partidas, entre eles, atletas sem ascendência imigrante.

Para esses cidadãos que pensam como Le Pen, o imigrante e, conseqüentemente, seus descendentes, não representam o “seu” país e a “sua” comunidade. Mesmo assimilados, no caso dos imigrantes, ou nascidos no país europeu, no caso dos descendentes, eles ainda são considerados, por esses reacionários, como estrangeiros (FENTON, 2003, p. 152) e pessoas sem virtudes (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 45). São vistos apenas como mão de obra descartável. Sobre essa questão Sayad (1998) afirma que:

[...] um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele (SAYAD, 1998, p. 54-55).

Devido a seu *status* social, o imigrante e seus descendentes não podem ser ídolos ou exemplos para a sociedade ou para os jovens. Não têm direito de obter sucesso e devem permanecer em seu lugar. Quando atletas como Mario Balotelli ou Karim Benzema, ambos descendentes de imigrantes e que gostam de ostentar seus luxos em redes sociais, obtêm sucesso dentro de campo, logo passam a ser alvo de grupos mais intolerantes por não se adequarem a àquele “perfil do imigrante”, conforme relatam a citação e o parágrafo anteriores.

Todos esses atletas contemporâneos são filhos das imigrações de trabalho que se iniciaram logo após o fim da II Guerra Mundial e acabaram se transformando numa imigração de povoamento, como definida por Sayad (1998, p. 67). Inicialmente os trabalhadores tinham planos para regressar ao seu país de origem, mas foram se adaptando ao novo lar e, mesmo querendo um dia retornar para casa, jamais regressaram, o que foi se constituindo no chamado “mito do regresso” (FENTON, 2003, p. 151).

Em grande parte da Europa, os grupos de imigrantes e descendentes enfrentam maiores dificuldades em relação às populações nativas em diversos aspectos sociais e econômicos. Um levantamento feito em 2011, pelo Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostats), confirmou essa afirmação. A pesquisa concluiu que imigrantes de primeira geração e seus descendentes de segunda e terceira geração apresentam maior risco de exclusão social, evasão escolar e desemprego, em comparação com os cidadãos nativos (EUROSTATS, 2011, p. 21).

O relatório apontou ainda que imigrantes, principalmente os oriundos de Estados de fora da União Europeia, têm mais chances de viverem em condições de exclusão social do que os cidadãos nativos mais pobres dos países membros do Bloco Europeu. Em alguns deles, a proporção de exclusão social chega a ser quase 30% maior do que a população nativa (EUROSTATS, 2011, p. 112). A pesquisa ainda concluiu que os descendentes, por estarem mais assimilados na cultura local, encontram menos dificuldades em relação aos imigrantes de primeira geração (EUROSTATS, 2011, p. 136).

O mesmo estudo do Eurostats avaliou situações no campo da educação. E como previsto, apontou maiores dificuldades para aqueles com origem estrangeira. O risco de abandono dos estudos é 4% maior para jovens descendentes de segunda ou terceira geração na União Europeia do que seus colegas nativos. Em alguns países europeus, como na Alemanha, por exemplo, a quantidade de descendentes com ensino superior completo ainda é cerca de 10% menor em comparação aos nativos (EUROSTATS, 2011, p. 125-128).

Além disso, na maioria dos países da Europa, há uma grande defasagem no mercado de trabalho, com poucos imigrantes e descendentes ocupando lugares de destaque no topo da pirâmide. Na França, estudos recentes do Instituto Nacional da Estatística e Estudos Econômicos da França (INSEE) confirmam que trabalhadores imigrantes são maioria em postos de trabalho não qualificados e minoria nos cargos de gerência ou chefia, quando comparados com os trabalhadores franceses nativos (FAUGÈRE; BOUVET, 2016, p. 1-2).

E parte desses problemas e diferenças sociais é culpa da própria União Europeia, que foi criada visando unificar e transcender as distintas culturas do continente, mas mostrou-se, até os dias atuais, incapaz de articular as diferenças culturais dos europeus com as dos imigrantes oriundos de outras

partes do mundo, principalmente da África e do Oriente Médio (HARARI, 2018, p. 178-179). Hoje a Europa possui uma vasta diversidade étnica, cultural, linguística e religiosa e não pode mais acreditar que sua cultura é homogênea (HABERMAS, 2012, p. 85)

Esses números e estatísticas, colhidos por institutos europeus, revelam a real situação dos imigrantes e seus descendentes, mostrando como ainda há um longo caminho a percorrer em busca de igualdade e melhores condições sociais. E devido a essas graves diferenças, são comuns manifestações de intolerâncias sociais como xenofobia, racismo, homofobia, machismo e a intolerância religiosa na sociedade, comportamento que também será reproduzido nos campos de futebol.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já citado anteriormente, o futebol não está à margem da sociedade, e, sim, diretamente conectado a ela. Por isso, diversos comportamentos vão se reproduzir também no universo dessa modalidade esportiva.

A história nos mostra vários exemplos de manifestações políticas dentro de estádios, seja através de bandeiras, faixas, cânticos ou invasões de campo. Como afirma Mascarenhas (2014, p. 161), o torcedor quer participar ativamente da festa e expressar coletivamente suas opiniões e reivindicações. E essas ações podem tanto expressar pautas progressistas como também endossar ações preconceituosas.

No senso comum, o futebol é tido como um ópio do povo (DA MATTA, 1982, p. 22) e também como instrumento de alienação social (GALEANO, 2013, p. 41). Parte da Academia (Universidades e Institutos de Pesquisa) ainda o enxerga como tema social e cultural de menor relevância, porém, nos últimos anos, novos trabalhos com essa temática, englobando diversas pautas, vêm sendo pesquisados mostrando a importância do assunto, como afirmam Elias e Dunning:

[...] o desporto demonstra com toda a clareza que constitui um campo de considerável significado social, o que — de acordo com o grau de pretensão, que os sociólogos levam tão a sério, segundo o qual a sua disciplina é uma ciência de compreensão da sociedade, que estuda as sociedades em todos os seus aspectos — reclama teorização e investigação sociológica (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 17-18).

O futebol e o esporte em geral têm enorme potencial para serem ferramentas que atuem em prol da inclusão social e do combate às diferenças, sendo ainda um importante instrumento civilizatório para o processo de inclusão (TRIGO;

FREITAS, 2017, p. 15). Porém, há o outro lado desta moeda. Uma face negativa que é responsável por reproduzir os mais perversos sentimentos do ser humano através da intolerância contra o diferente.

A Europa soube se beneficiar da contribuição que os imigrantes deram às melhorias sociais e de condição de vida no continente ao longo dos séculos (HABERMAS, 1998, p. 158). No futebol, essa cooperação não é diferente e será cada vez maior nos próximos anos visto o alto número de atletas com perfil multicultural integrando as seleções de base dos Estados do continente.

Por isso, utilizar o futebol e o esporte como ferramentas de estudo e pesquisa sobre essas temáticas políticas, sociais e culturais, ajudará os indivíduos a assimilar melhor as mudanças pelas quais a sociedade vem passando e a combater as intolerâncias em prol de uma sociedade mais harmônica e capaz de compreender sua heterogeneidade.

NOTAS

¹ Alguns exemplos de clubes fundados por imigrantes na Europa são o Futbol Club Barcelona na Espanha e o Celtic Football Club na Escócia. Na América do Sul alguns exemplos são a Sociedade Esportiva Palmeiras e o Clube de Regatas Vasco da Gama no Brasil e o Club Deportivo Palestino no Chile.

² Direito de sangue na tradução livre.

³ A expressão *pied-noir* (pés negros na tradução livre) era utilizada para designar os franceses que nasciam na Argélia, mas que não tinham descendência árabe. Na maioria das vezes eram filhos de franceses brancos e pobres que emigraram no século XIX em busca de novas oportunidades de trabalho no país africano.

⁴ Blaise Diagne foi um político senegalês e em 1914 tornou-se o primeiro negro a ser eleito deputado na França.

⁵ O termo *Gastarbeiters* significa trabalhador convidado. Esses imigrantes efetuavam trabalhos de mão de obra barata e não tinham permissão para viajar com a família, não receberam nacionalidade alemã e seus vistos no país eram temporários

⁶ A Lei Bosman foi sancionada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia no dia 15 de dezembro de 1995 e permitiu que os jogadores de futebol comunitários ou com passaporte europeu não fossem impedidos de jogar em outro país da União Europeia, independentemente de sua nacionalidade.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, F. Parceira da Fifa registra 45 casos de assédio na Copa do Mundo. **Folha de S. Paulo**, Moscou, 11 jul 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/07/fifa-registra-30-casos-de-sexismo-na-copa-do-mundo-na-russia.shtml>> . Acesso em: 18 fev. 2019.

AGOSTINO, G. **Vencer ou morrer**: futebol, geopolítica e identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- CARDÃO, M. Um significante instrumental. Eusébio e banalização do lusotropicalismo na década de 1960. In: DRUMOND, M. et al. (Orgs.). **Esporte, Cultura, Nação, Estado: Brasil e Portugal**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014, p. 172-188.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- CARNEIRO, G. A nova cara da Copa. **UOL Esportes**, São Paulo, 12 jul 2018. Disponível em: <<https://www.uol/copadomundo/especiais/copa-do-mundo-multicultural.htm#destaques-multiculturais-da-europa>> . Acesso em: 10 jan. 2019.
- DA MATTA, R. **Universidade do Futebol: Esporte e Sociedade Brasileira** Rio de Janeiro, Pinakothek, 1982.
- DAS, A. Fined by FIFA, Mexico tries, again, to banish a homophobic chant by its fans. **The New York Times**, Moscou, 21 jun 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/06/21/sports/world-cup/mexico-puto-chant.html>> . Acesso em: 17 fev. 2019.
- DO VALLE, E. Os 40 anos de história da presença negra na seleção inglesa principal. **It's a Goal**, 2018. Disponível em: <<https://itsagoal.wixsite.com/home/posts/os-40-anos-de-hist%C3%B3ria-da-presen%C3%A7a-negra-na-sele%C3%A7%C3%A3o-inglesa-principal>> . Acesso em: 22 jan. 2019.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- EUROSTATS. **Migrants in Europe: a statistical portrait of the first and second generation**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2011.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora EDUFBA, 2008.
- FAUGÈRE, A.; BOUVET B. **L'accès à un travail et des conditions d'emploi plus difficiles pour les immigrés**. Paris: Insee Analyses Auvergne-Rhône-Alpes, n. 22, p.1-4, septembre 2016.
- FENTON, S. **Etnicidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- FIFA. *A World Cup of firsts for the fight against discrimination and promotion of diversity*. FIFA, Zurique, 7 jun 2018. Disponível em: <<https://www.fifa.com/worldcup/news/a-world-cup-of-firsts-for-the-fight-against-discrimination-and-promotion-of-diver>> . Acesso em: 16 fev. 2019.
- FRANCO JÚNIOR, H. **A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FREITAS, G. S. P. de. *A importância dos imigrantes e descendentes na seleção francesa ao longo das Copas do Mundo*. **FuLiA/UFMG**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 51-71, maio-agosto de 2018a. Disponível em: <<https://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/14023/1125611932>> . Acesso em: 14 jan. 2019.
- _____. **As seleções de futebol multiculturais da União Europeia**. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). 2017. 102p. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-25062017-181056/pt-br.php>> . Acesso em 12 jan. 2019.

- _____. Quem são os jogadores multiculturais das seleções europeias na Copa de 2018, **Guilherme Freitas Acadêmico**, 2018b. Disponível em: <<https://guilhermefreitasacademico.wordpress.com/2018/06/24/quem-sao-os-jogadores-multiculturais-das-selecoes-europeias-na-copa-de-2018/>> . Acesso em: 10 jan. 2019.
- GALEANO, E. **Futebol ao sol e a sombra**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.
- GASTAUT, Y. **Le métissage par le foot**: L'intégration, mais jusqu'où? Paris: Éditions Autrement, 2008.
- GIULIANOTTI, R. **Sociologia do futebol**: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- HABERMAS, J. **Lutas pelo reconhecimento no estado democrático constitucional**. In: TAYLOR, Charles; et al. Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, p. 125-164.
- _____. **Sobre a constituição da Europa**: um ensaio. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HARARI, Y. N. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LUKAKU, R. I've got some things to say. **The Players Tribune**, 2018. Disponível em: <<https://www.theplayertribune.com/en-us/articles/romelu-lukaku-ive-got-some-things-to-say>> . Acesso em: 29 jan. 2019.
- MASCARENHAS, G. **Entradas e bandeiras**: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2014.
- MCKIRDY, E; YOUNG, H. German footballer Mesut Özil quits national team, citing racism. **CNN**, Atlanta. 23 jul 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/07/22/football/mesut-ozil-retirement-racism-spt-intl/index.html>> . Acesso em: 18 fev. 2019.
- O'CONNOR, P. Swedes take stand against racism after Durmaz abuse. **Reuters**, Sochi, 24 jun 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-soccer-worldcup-ger-swe/swedes-take-stand-against-racism-after-durmaz-abuse-idUSKBN1JK04Z>> . Acesso em: 18 fev. 2019.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.
- TOLEDO, L. H. de. **Lógicas no Futebol**: Dimensões simbólicas de um esporte nacional. 2000, 322p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Antropologia. São Paulo: USP, 2000.
- TRIGO, L. G. G.; FREITAS, G. S. P. de. **O futebol como instrumento político na crise migratória na Alemanha e na Europa**. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, v. 14, n. 2, p. 1-15, julho-dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/PDF40/artigo_18_secao_livre_Guilherme_Silva_Pires_Freitas_e_Luiz_Gonzaga_Godoi_fenix_jul_dez_2017.pdf> . Acesso em: 25 fev. 2019.
- VERMEULEN, H. **Imigração, integração e a dimensão política da cultura**. Edições Colibri, Lisboa, 2001.
- WINNER, D. **Brilliant Orange**: the neurotic genius of dutch football. London: Bloomsbury, 2010.
- WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: DA SILVA, T. T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 7-72.

RESUMO

Com mais de um século e meio de história, o futebol está sempre em constante mudança. De uma modalidade reservada aos filhos da nobreza e elite britânica, tornou-se o esporte das massas e a atividade esportiva mais popular do mundo, abraçando todas as parcelas da sociedade. Essas transformações também podem ser vistas nas seleções nacionais de futebol da Europa, refletidas através de seus elencos cada vez mais multiculturais e multiétnicos. É nos selecionados do continente que parcelas sociais marginalizadas, como imigrantes e seus descendentes, encontram maior espaço e oportunidades para mostrar seu valor. Este artigo mostrará essa relação entre o futebol e as populações migrantes na Europa, além de um breve histórico da participação dessa população ao longo dos tempos.

Palavras-chave: futebol, imigração, Europa

ABSTRACT

With more than a century and a half of history, football is always in constant changing. Of a sport reserved for the nobles and the British elite, football has become the sport of the masses and most popular sport of the world, embracing all society. These transformations can also be seen in the national football teams of Europe, reflected through their increasingly multicultural and multiethnic teams. It is in the national teams of the continent that marginalized social people, such as immigrants and their descendants find more space and opportunities to show their value. This article will show this relationship between football and migrant populations in Europe, as well as a brief history of the participation of this population over time in football history.

Keywords: football, immigration, Europe

Estratégias de mobilidade e permanência na interface dos agenciamentos migrantes

*Isis do Mar Marques Martins**

1 OS AGENCIAMENTOS – PERSPECTIVAS PARA AS MIGRAÇÕES

Comum na psicologia, filosofia e, recentemente, na sociologia, o termo possui muitas incertezas, sobretudo, à linha teórico-metodológica a seguir. Anthony Giddens (2000) por exemplo, ao tratar das relações de conhecimento e cultura entre grupos sociais fortalecidos, como o caso das mulheres e dos negros norte-americanos, trata dos *agencies*, fruto das interações sociais e culturais que culminam em particulares processos. Mesmo os termos *agência* e *agenciamento* são utilizados nos estudos migratórios sob o aspecto da exploração e terceirização de serviços dos migrantes que, em muitos casos, os marginalizam e suscitam uma série de preconceitos. Mas também, e de forma bastante apropriada, denunciam processos de atravessamentos de grupos migrantes a partir de uma série de agentes que se aproveitam de sua situação. São os casos dos chamados *coiotes*, *traficantes* ou *agenciadores*.

Aqui tratamos de agenciamentos a partir da escola francesa estruturalista e da chamada pós-estruturalista, sobretudo da filosofia e sociologia, que entende que os agenciamentos são interações sob influência de um conjunto de processos, nos quais a participação do espaço é fundante e onde os elementos de um determinado espaço e de um determinado tempo são múltiplos, isto é, diversos. Grosseiramente falando, é a maneira de experienciar um momento, uma imagem e um lugar conforme suas visões de mundo, seus conceitos e pré-conceitos. Obviamente é amplo e infinito esse processo de *experienciação*, e muito particular para cada sujeito.

Gilles Deleuze e Felix Guattari (2010) tratam essa ideia de agenciamento ligados a elementos espaciais e múltiplos. Esses agenciamentos são, sobretudo, expressões políticas no espaço e para os sujeitos, considerando que podem

* Pós-doutoranda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, no programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Também é pesquisadora vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

acarretar uma mudança de pensamento e de ações desse sujeito. Contudo, acontece de tais ações estarem ligadas a um terceiro agente, seja o capitalismo, o Estado ou o que eles apontam como máquinas que se ligam à produção do desejo das pessoas e formulam perspectivas que não são legitimamente seus próprios desejos.

O corpo produz formas e forças produtivas a partir do desejo, mas os corpos procuram uma “harmonia ao caos” das máquinas desejanter. *A máquina desejanter* se liga ao que Deleuze e Guattari (2010) denominam de *máquina paranoica do corpo sem órgãos*, que é um mecanismo de interação com as relações externas. Se, na relação em que opera a máquina desejanter, a fluidez é contínua e múltipla, em processos *terceirizados* a relação se torna contraproducente ao desejo do corpo, para um corpo do desejo, tornando-se registro. A contraprodução é, na realidade, a expressão de uma das múltiplas produções do desejo. A principal questão para eles é que a psicanálise, ao caracterizar o desejo como falta e representação, omite a sua multiplicidade como produção ligada ao corpo.

Assim, em vez de participar de um empreendimento de efetiva libertação, a psicanálise se inclui na obra mais geral de repressão burguesa, aquela que consistiu em manter a humanidade europeia sob jugo do papai-mãe, e *a não dar um fim a esse problema* (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 71).

Os agenciamentos, assim, alimentam discursos e produtos de discursos que engendram determinadas funções e determinados atos para a sociedade. Mas agenciar não é somente um ato nebuloso, que alimenta ideologias (aliás, não existe ideologia para Deleuze e Guattari (2010)), mas um processo de produzir desejos que se expressam a partir de um conteúdo, que pode ser falar, mas podem ser também gestos ou até silêncios. Também não são *uno*. São, sobretudo, resultantes de um contexto, de uma configuração que envolve uma relação que é imanentemente múltipla.

É somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo [...] Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade) [...] Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num

rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas (DELEUZE; GUATTARI, 1995, Pp.16-17).

Ainda, um agenciamento não é precisamente um radical, mas um conjunto de relações que aparecem em um espaço-tempo para um sujeito, mas também que interfere em todos os sujeitos à sua volta e no seu espaço. Eles definem, a partir dessas concretudes na e da multiplicidade, duas formas de agenciamento que se processam a partir da relação com o outro: *Agenciamentos coletivos de enunciação* e *Agenciamentos maquínicos de desejo* (Deleuze e Guattari, 1995).

O primeiro surge conforme se expressa uma ordem, um ditame, mesmo em movimentos que sejam vinculados a causas opostas do Estado, por exemplo. Isto quer dizer que os agenciamentos coletivos de enunciação são as conjugações sociais de palavras e significados que resultam em um processo de produção do conhecer a partir de um grupo. O segundo (maquínicos de desejo) se transforma e surge nas transformações internas (distinto do agenciamento de enunciação), e resultam na ação e na mudança de atitude da máquina tanto corpórea quanto do pensamento e do conhecer, isto é, atua diretamente na produção desejante, quando incorpora um desejo externo e o acopla aos desejos potenciais e internos do sujeito¹.

É nesse sentido que ocorrem agenciamentos de cidadania pois, se o termo possui vários critérios que partilham a construção da cidade conforme os ditames de determinados discursos e enunciados, e tais vão produzir atos concretos no espaço e na cidade, construir cidadania ainda é uma utopia, tal qual ela é referida tanto no aparato da força da lei, quanto na sua exceção, e mais ainda na sua busca conceitual para compreender o seu papel no espaço e/ou no território.

Não esqueçamos que, quando falamos em qualidade de vida, não é possível apartá-la ao ponto de mascarar as discrepâncias sociais e espaciais da desigualdade e do bem viver. Qualidade de vida envolve e permeia todo um espaço de equipamentos que funcionem e que efetivamente construam e garantam a vida de um ser humano, não por assistencialismo ou necessidade, mas porque somos também parte desse mecanismo, desse aparato, quando elegemos representantes e, seja lá como for, provemos e construímos dia a dia, no nosso cotidiano, nossa própria cidadania, seja formal, informal emergente, insurgente ou simplesmente contestada enquanto força arbitrária.

Quando tratamos de insurgências de cidadania, e até insurgências de cidade, surgem tanto do prisma da intelectualidade quanto do Estado, múltiplos discursos insurgentes. Tais discursos vêm, ora de lideranças locais, atores sociais, moradores, dentre outros, e também engendram um grupo ou uma determinada organização. Não aqui querendo defender qual a melhor ou pior linguagem, no amplo sentido da palavra, que ampare todas as relações possíveis com a cidadania, mas custa-nos hoje pensar também nos agenciamentos que se geram

em discursos muitas vezes legitimadores do poder e das formas de consolidar o mando, a voz do mando, a linguagem do mando. Ademais, até que ponto a voz que parece ser a voz dos *de baixo* é muitas vezes máquina política, e se faz de um senso comum a fim de *abaixá-la* mais ainda?

Nesse sentido, é necessária a análise da interação entre imigrantes e suas transformações espaciais que afetam socialmente e se relacionam com outros agentes sociais. Essa reflexão acompanha a necessidade de analisar o processo da entrada de haitianos no Brasil e de pensar em todas essas contribuições que estão interligadas.

2 AGENCIAMENTOS E ESTRATÉGIAS: CARTOGRAFIAS DO DESEJO

Pensemos na mobilidade e na sua inerência. Pensemos que, ao romper essa inerência, restringimos também a vontade de mobilizar. A vontade aparente.

Quando alguém diz: *Não saia para tal lugar, é muito perigoso*. Seu amigo ou sua amiga, secretamente, percebendo sua vontade mesmo pelo alerta, repete a informação: *Não vou, é muito perigoso, não podemos sair de onde a gente desconhece e somos alertados*. Volta-se atrás. O perigo e a solidão da opinião convertem-se em perigo, recuar é preciso.

O que isso pode significar? Que o que deve ser feito é uma política de retirada do migrante à cidade, já que o que ele quer mais que tudo em sua vida é retornar ao lugar deixado? Que deve ratificar o migrante como problema para as cidades, alienado, jogado à miserabilidade e à periferia da ordem urbana?

O que acreditamos que se deve compreender, para além da análise superficial do problema migrante-problema (Martins, 2013), mas as referências de reflexão do migrante ao ser revelado por uma questão aonde, como vimos discretamente no primeiro deslocamento, gera a angústia e a aflição de sua própria contraditoriedade na cidade que ele acaba não considerando como sua, já que o outro não o considera como cidadão. Da mesma maneira, não se sai e não quer sair do lugar onde está, em relação ao lugar deixado. O acostumar-se é mais que o hábito de ser e estar, pois como vimos, se inserem e se associam, para ser e estar, insurgências de habitar a cidade. Diante do processo de acolher-se, de encontrar um canto, de viver em um lugar que pode se chamar de seu, daquilo que Lefebvre (1990) pensa quanto a apropriação do espaço como resistência de algo que também é seu, que também foi construído por si.

Mas ser e estar não implicam na ausência do movimento, nunca. Constrói-se a cidade, se finca uma língua, várias línguas, se brinca, se ri, têm-se filhos e chora. Construímos e destruimos, e encontramos alheamente pessoas por quem já passamos no interior de um lugar da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, enfim.

Mas, de onde parte e como se vê esse movimento? Existem outras estratégias migrantes?

“O pleno funcionamento do desejo é uma verdadeira fabricação incansável de mundo” (ROLNIK: 2011, p.43). Assim, Suely Rolnik acena para a construção das representações e das referências internas e externas que estabelecemos no mundo, nos nossos mundos e no mundo dos outros. Porque, para o mundo do outro, é preciso saber quem é, de alguma forma, o outro, mesmo que pela troca de olhares, mesmo que pela troca de vibração do olhar, da boca, dos fluxos, do desejo.

Quem é e o que é esse desejo? Quem é esse sujeito que escreve e mostra a cara como migrante? Iniciamos a perspectiva do migrante como sujeito com Rolnik (2011) não por acaso. O sujeito é o outro e o corpo do outro, quando aqui e agora, ele mostra uma máscara, uma vestimenta, para *aquele* outro, para o outro que emana um produzir, um fluxo de incessante relação que envolve o sujeito. Para ela, essas máscaras, essa vestimenta são uma cartografia *dançante*, uma baliza que vai e vem em curvas instáveis, mas que possui uma função e uma ordem muito bem elaborada por um processo de produção do conhecer, do ser e do estar.

As máscaras, os rituais, as balizas de cartografia – os territórios –, configurações *mais* ou *menos* estáveis, atravessam terras e grupos os mais variados. São transversais, transculturais [...] Não existe sociedade que não seja feita de investimentos de desejo nesta ou naquela direção, com esta ou aquela estratégia e, reciprocamente, não existem investimentos de desejo que não sejam os próprios movimentos de atualização de um certo tipo de prática e discurso, ou seja, atualização de um certo tipo de sociedade [...] O desejo é a própria produção do real social. E um último: **só há real social** (Grifo nosso. ROLNIK, 2011, p. 58).

O sujeito produz territórios no momento em que ele tenta dominar a relação a partir de suas cartografias, de suas estratégias. Não há, dessa maneira, exclusividade do pensar e do desejar, não se deseja ou almeja somente quem se insere em uma lógica perversa ou o contrário, quem se prontifica, a partir de um aparato simbólico amplo de cultura, a dispor de um conhecimento normatizado. Desejar e cartografar são imanentes às relações de troca com os corpos.

Também, o sujeito não é o sujeito individualizado em uma relação de si mesmo consigo mesmo. Se só há real social, só o real do sujeito, se ele entra em conflito ou em corporeidade com o outro, construindo territórios e deformando suas máscaras com outras máscaras, nesse aqui e agora. Rolnik (2011), em alusão a Félix Guattari, atribui o termo micropolítica onde as intensidades dessa cartografia se explanam, se escancaram numa realidade múltipla e deveras complexa. Cartografar, portanto, é uma operação estratégica de inventar, de angariar e efetuar relações.

Estratégias e micropolíticas se comunam, se articulam e se produzem na formação e produção de novos caminhos, não tão estáveis nem tão instáveis, pois são eles que inscrevem e grafam marcas nos espaços, mesmo quando essas grafias são invisíveis, omitidas.

Deleuze e Guattari (2008b), para traduzir a essência dessas micropolíticas, evocam o sentido de uma cartografia das linhas que se cruzam e se refazem entre os seres, e em específico os seres humanos. Dentre essas linhas, as linhas traduzidas e devoradas pelo cartógrafo. Para Rolnik (2011), o cartógrafo tem a finalidade de analisar e refletir sobre as estratégias do desejo e da formação do desejo em planos que elevam ou invertem os conceitos de sociedade e de indivíduos. A ideia, portanto, não é objetar o sujeito, mas individualizá-lo em um processo de oposição, de dubiedade, de contração de forças e de poderes alheios aos seus próprios poderes de cartografar, de produzir linhas.

O que define, portanto, o perfil do cartógrafo é exclusivamente um tipo de sensibilidade, que ele se propõe a fazer prevalecer, na medida do possível, em seu trabalho [...] O que ele quer é se colocar, sempre que possível, na *adjacência das mutações* das cartografias, posição que lhe permite acolher o caráter finito ilimitado do processo de produção da realidade, que é o desejo (ROLNIK, 2011, Pp. 66-67).

O cartógrafo, para a autora, assume um papel importante também na percepção das mudanças das estratégias da produção de desejo que um determinado grupo alcança, e que estabelece essa produção como parte de um processo de relações externas – o que Deleuze e Guattari (2010) irão chamar de agenciamentos. No caso do Brasil, uma das análises de Rolnik é que o cartógrafo constata uma mudança séria no plano de consistência de criação e produção dos desejos. A essa mudança ela se refere como uma *síndrome de carência-e-captura* (p. 105), pois as estratégias não têm tempo para serem digeridas, Os desejos não conseguem nem serem processados e maquinados (DELEUZE; GUATTARI, 2010) pelos corpos ao ponto de inserirem planos de consistência, platôs de relação. A desconfiança e os agenciamentos coletivos, que percorrem um grupo de corpos e simulam subjetivações – aquilo que Foucault (2004) propõe como processos de subjetivação – tornam-se o refúgio menos apertado à angústia de não ter ainda largado o tempo, aquele tempo que cresceu e se desenvolveu muito, na beira da saia do Estado e do capitalismo.

Algumas relações podem ser cruzadas em Rolnik (2011), no que tange à discussão deste trabalho. O desejo, inerente e imanente, é também o propulsor de estratégias migrantes. O desejo, inerente e imanente, é também fonte e recurso para a construção das estratégias de ser e estar na cidade.

Ao chegar na cidade, as informações são construídas, as estratégias mobilizadas, o processo produto do desejo alimenta novas formas de fazer-se migrante, mas também fazer-se cidade. Ocorre aí um deslocamento: o migrante na cidade encerra uma das etapas de sua *transitoriedade* (GOETTERT, 2008): o trânsito de ser do lugar que partiu para ser um migrante. Primeiro efeito de verdade (FOUCAULT, 2004), primeiro agenciamento.

Contudo, a consciência da inadaptabilidade no lugar deixado, o orgulho humano de viver sob suas lanternas próprias, a força e determinação de procurar por algo melhor, cravam no chão da cidade uma nova cidade, a cidade migrante que não o vê, que o mascara como migrante-problema. Estratégias de permanência são (re)produzidas no espaço. *E o pulso ainda pulsa, e o corpo ainda é pouco...*

A mobilidade não é necessariamente interrompida no processo de permanência. As estratégias de permanência podem até garantir as relações de ser e estar na cidade, mas ser e estar na cidade também implicam fazer da cidade o *seu* lugar. Fazer o seu lugar implica mobilidade. A luta, pois, é para construir estratégias de mobilidade, além das de permanência.

Considerar o lugar como seu é uma das primeiras respostas dadas, não somente pelos migrantes em uma determinada localidade, mas por moradores, por exemplo, que vivem em áreas marcadas para remoção no centro da cidade do Rio de Janeiro. O lugar aparece como foco central na relação íntima com a cidade. Mas essa relação íntima acaba se restringindo a um determinado lugar. Dessa forma, a cidade pode ser considerada um lugar?

Para Doreen Massey (2000, 2007, 2008), o sentido de lugar tem de mudar para a escala global-local, no tocante às relações múltiplas e ao movimento do espaço que também é múltiplo. Estratégias de mobilidade precisam ser percebidas e não ignoradas, não omitidas por ninguém.

Há diferenças no grau de movimento e comunicação, mas também no grau de controle e de iniciação [...] Não se trata simplesmente de distribuição desigual, de algumas pessoas movimentarem-se mais do que outras e que alguns tenham mais controle do que outros. Trata-se do fato de que a mobilidade e o controle de alguns grupos podem ativamente enfraquecer outras pessoas. A mobilidade diferencial pode enfraquecer a influência dos já enfraquecidos. A compressão de tempo-espaço de alguns grupos pode solapar o poder de outros (MASSEY, 2000, p. 180).

A gravidade se dá no discurso do problema migrante-problema ser uma máscara de suporte ao enfraquecimento e ao controle das mobilidades na cidade. A gravidade está na influência de uma palavra travestida não de fragilidade, mas de gritos, ao se tratar da fragmentação e da contradição existentes entre o espaço

urbano e o espaço habitado. Mais ainda, a gravidade está no ato inconsistente da prática de um discurso voltado para a inferiorização e classificação de sujeitos que podem ou não transitar, mobilizar-se na cidade.

Não à toa que compreender o sentido de multiplicidade no espaço é importante para analisarmos com acuidade a mobilidade e as estratégias surgidas pelas relações de poder e controle que se sobrepõem ao poder de *outros espaços* (FOUCAULT, 2003). Encontramos em Deleuze (2005), em diálogo com Michel Foucault, uma transposição do conceito de multiplicidade e sua *genealogia*. A multiplicidade não mais como intensidades de duração, mas também como relatividade de contextos (que geram o espaço-tempo múltiplo, tal como Massey destaca).

O essencial da noção é, porém, a constituição de um substantivo tal que “múltiplo” deixe de ser um predicado oponível ao Uno, ou atribuível a um sujeito referenciado como uno [...] Só há multiplicidades raras, com pontos singulares, lugares vazios para aqueles que, por instantes, vão aí funcionar como sujeitos, regularidades acumuláveis, iteráveis e que se conservam em si. A multiplicidade não é nem axiomática nem tipológica, mas sim topológica (DELEUZE, 2005, p. 27).

O caráter relacional do espaço e de sua *topologia* não aponta a superficialidade de sua importância, muito pelo contrário, atenta para as nuances e sutilezas quando se diz, por exemplo, “*o nordestino quer mesmo é ficar em um lugar onde ele se lembrará de seu passado*”. Muitas vezes – e como percebido, na imensa maioria das falas, trocas e olhares dos entrevistados – não é o que ocorre. Se as estratégias de mobilidades são de alguma maneira construídas, é exatamente porque a mobilidade é sensível aos olhos e ao conhecimento de sua própria inserção na cidade e para a cidade.

Também, a falta de deslocamento para áreas da cidade em que se encontram muros simbólicos, “espaços de exceção” que hierarquizam o andar e o desvendar a própria mobilidade do sujeito, construindo e desvendando mais estratégias, é o que menos ocorre nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, inclusive nas que se encontram na chamada “área nobre” da cidade. Não só na construção de enclaves simbólicos para a interpelação da mobilidade nesses espaços a partir do Estado e de quem produz agenciamentos de poder (DELEUZE, 2005) nas favelas, mas também das relações e barreiras enfrentadas pelos moradores em simplesmente se deslocar.

É a partir de Foucault (2003), que conseguimos desvendar a ideia desses espaços calçados em uma multiplicidade às avessas, onde estar na “cidade maravilhosa” é diferente de ser cidadão porque, apesar da compreensão do múltiplo das espacialidades, atravessam por elas *utopias e heterotopias*.

Em primeiro lugar, existem as utopias. As utopias são sítios sem lugar real. São sítios que têm uma relação analógica direta ou invertida com o espaço real da Sociedade. Apresentam a sociedade de uma forma aperfeiçoada, ou totalmente virada ao contrário. Seja como for, as utopias são espaços fundamentalmente irreais. Há também, provavelmente em todas as culturas, em todas as civilizações, espaços reais – espaços que existem e que são formados na própria fundação da sociedade – que são algo como **contra-sítios**, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade. Devido a estes lugares serem totalmente diferentes de quaisquer outros sítios, que eles refletem e discutem, chamá-los-ei, por contraste às utopias, **heterotopias** (FOUCAULT, 2003, pp. 415-416. Grifos meus).

As heterotopias incorporam sentidos de espaço e geram relações de poder peculiares que apreendem o sentido do espaço múltiplo e relacional. Porque eles estabelecem vínculos de poder, tanto como homogeneizam o espaço a partir de uma discursividade, de enunciados que engendram perspectivas de espaço. A considerar que, em uma cidade em que seus moradores não raro desconhecem lugares que são frequentemente visualizados e inseridos no consumo visual da paisagem da mídia, das propagandas, de um imaginário de cidade, acaba-se por mascarar a cidade da cidade e de seus sujeitos.

As heterotopias formam também essas fendas de desconhecimento que também são agenciadas, são forçadas a um discurso de estar na cidade sem ser da cidade, que é aparentemente de conformismo e resignação, mas é também de produção de desejos e pulsão de uma realidade inalcançável.

Essas heterotopias também são formadas não pelo desconhecimento da multiplicidade do espaço – muito pelo contrário –, elas estão como basilares do entendimento dessa multiplicidade e a necessidade errônea de travesti-la em problema, em despropósito e deselegância. Como se as estratégias de ser, de estar e de se deslocar – e descolar, nas palavras de Rolnik (2011) – da cidade fossem passíveis de abismos, de esconderijos e de fugas das nossas próprias realidades. As heterotopias são, assim, convenientes para construir uma realidade de paradoxo, onde hierarquias são exibidas como fontes de recurso da cidade, onde associações de moradores e relações em rede de poder – tráfico e milícias, por exemplo – são fonte de conhecimento de outras estratégias e de solidificação dessas estratégias para sujeitos.

O espaço se constroi no aqui e agora. As estratégias de mobilidade são também estratégias de identidade que se intercalam a partir de suas configurações com os lugares, com os espaços. Para Massey (2008), os espaços e as estratégias se fazem e perfazem a partir do conflito, e o conflito gerado é a possibilidade de mudança, também de posicionamento e conhecimento.

“Aqui” é onde as narrativas espaciais se encontram ou formam configurações, conjunturas de trajetórias que têm suas próprias temporalidades. Mas onde as sucessões de encontros, as acumulações das tramas e encontros formam uma história. São os retornos (o meu, o dos pássaros) e a própria diferenciação de temporalidades que proporcionam continuidade. Mas os retornos são sempre para um lugar que transformou as camadas de nosso encontro interceptando e afetando um ao outro, a tessitura de um processo de espaço-tempo. Camadas como a adição de encontros. Assim, algo que poderia ser chamado de “lá” e que desse modo está implicado no aqui e agora. “Aqui” é um imbricar de histórias no qual as espacialidades dessas histórias (seu então tanto quanto o seu aqui) está, inescapavelmente, entrelaçada. As próprias interconexões são parte da construção de identidade (MASSEY, 2008, Pp. 201-202).

Intervir sobre o espaço dos outros, cientes dos outros espaços, é uma estratégia também. Estratégia que faz nos faz atentar para o cuidado de análise dessas multiplicidades e dos jogos, dos agenciamentos de poder engendrados por determinados grupos a fim de mascarar as estratégias de mobilidade e os recursos a essas estratégias.

A identidade na migração está no reconhecimento do movimento e da mudança, aberta à possibilidade de compreender o conflito. A identidade na migração também está no papel, daqueles que ficaram, de perceber a multiplicidade e a diferença naquilo que não vemos agora e podemos ver num futuro sem especulações, na infinitude do espaço. A migração na identidade é imanente ao ser, migrante independente da mobilidade, sem potencializações de sua força de trabalho ou de sua necessidade, é a compreensão do movimento no e do espaço, assim, a abertura à territorialidade efetiva, de si mesmo (ou, para Deleuze e Guattari, a desterritorialização como linha de fuga, que resulta do “romantizado” conceito de nomadismo).

Identidade na migração e migração na identidade não totalizam as noções de consciência, ou como Milton Santos (1991) reflete em relação à consciência da construção do espaço para o migrante, mas nos mostram que, para entender a migração, o complexo geográfico, que se faz na mobilidade e perpassa a noção

fixa de espaço, desloca nossos receios para a abertura do novo, e abrindo o novo, trazemos à tona o conflito, para estabelecermos um lugar aqui e agora, em negociação com a identidade, e começar novamente a espacialização.

3 AS ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE E PERMANÊNCIA VIA IMIGRANTES HAITIANOS

Essa interação não é simples nem uniforme. Ela é fruto de um amarrado histórico e espacial, tanto por parte do Brasil quanto por parte do Haiti. É nesse amarrado histórico-espacial que é possível observar a construção das estratégias múltiplas dos imigrantes, do Estado haitiano, do Estado brasileiro, as heranças sociais construídas nas políticas de imigração no Brasil, até a chegada de imigrantes haitianos de forma mais contundente, a partir de 2010.

Essas estratégias – estudadas e analisadas a partir dessas interações – aqui são denominadas de estratégias de mobilidade e estratégias de permanência. Essas estratégias vindas do migrante trazem todo o potencial de transformação política, trazem o embate e o conflito à norma conservadora, ao preconceito e ao que formatamos como certo ou como verdade. Qual é a verdade de cada migrante que chega? Essas estratégias trazem um pouco dessa emoção de cada um, aquela lágrima que não cai, mas que fica ali na garganta e segue com a vida, com a sua diáspora.

As estratégias – de mobilidade e permanência – são múltiplas e mutantes. A multiplicidade delas requer uma reflexão que vai além da relação com o Estado ou da relação trabalho. Para compreendê-las na sua complexidade, a reflexão geográfica é fundamental, pois o espaço requer que essas estratégias coexistam com as demais – do Estado, da sociedade, de outros agentes que se cruzem com os imigrantes. A coexistência das ações de cada agente revela as dificuldades de apreender todo um jogo de relações de poder.

Tais estratégias possuem relação intrínseca com o lugar deixado e o lugar chegado, e assim como os migrantes promovem (sempre) politicamente estas estratégias, outros agenciamentos também o fazem conforme a emergência dos acontecimentos.

O que decorre na reflexão da diáspora haitiana para o Brasil é que as estratégias de mobilidade de grupos haitianos divergem das estratégias de mobilidade do Estado e, por vezes, propriamente da sociedade brasileira. Conforme abordado, as heranças geográficas e históricas das políticas de imigração no Brasil impulsionam uma série de desacordos, além de uma diversidade de entendimentos aos novos fluxos migratórios.

Essas estratégias de mobilidade promovem novas frentes de análise e de inserção de políticas efetivas a grupos migrantes. Em conjunto com estratégias de permanência, visualizam-se o espraiamento e a capilaridade dessas frentes em diversos espaços no Brasil. São Paulo, desta maneira, é o epicentro e o cruzamento dessas novas estratégias de permanência.

As estratégias de permanência possuem três elementos intrínsecos à sua consolidação. O primeiro elemento consiste nos *agenciamentos dos migrantes*, isto é, no conjunto de práticas e discursos dos imigrantes que os levam até o Brasil e que os fazem se mobilizar pelo país.

Vimos que a capilaridade é um dos reflexos de suas estratégias de mobilidade, tal qual também é de permanência. Mas verifica-se que as estratégias de permanência estão numa escala menor que as de mobilidade nesse sentido. As relações entre o local são muito mais definidas e definem também o próximo passo do migrante. As redes sociais de migração são de profunda importância no desenrolar destas estratégias.

Um dos suportes de apoio e *savoir-faire* (saber-fazer) dos imigrantes haitianos é o sentido dado ao encontro e promoção de diálogo via o que se denomina por *baz* pelos mesmos. No *baz*, os encontros estabelecem primeiramente uma territorialidade, já que os pontos de determinado grupo serão sempre em um local fixo, escolhido pelos imigrantes. Após, eles aportam novos contatos e novas redes de imigrantes já no Brasil ou a chegar.

Ao mesmo tempo, esse território e essa territorialidade podem se deslocar conforme os acontecimentos e as disputas do determinado lugar. O mais importante é que o poder de mobilização é reforçado a partir dessas territorialidades, e fundamentalmente na promoção de territorialidades, relações de poder e formação de espaços, sejam de diálogo ou de enfrentamento, são promovidas. No que são promovidas, a insurgência em relação ao estabelecido e contrário aos agenciamentos dos imigrantes torna-se mais frágil.

Nesse sentido, a fragilidade dos agenciamentos, das práticas e discursos dos outros que, como vimos, apontam o migrante como um problema, acentuam as disparidades, mas também a consolidação de um debate e de um enfrentamento da realidade vivida por estes mesmos imigrantes. Do enfrentamento e da discussão é possível a promoção de políticas públicas e/ou públicas ou de inclusão social para migrantes, que, assim, são postas à mesa.

O segundo elemento das estratégias de permanência refere-se aos *agenciamentos dos outros*, isto é, às ações que acentuaram ou escamotearam a vinda de imigrantes. Vários são os aspectos que possibilitaram a mobilidade para o Brasil, conforme apontado nos capítulos anteriores. É notório que o terremoto foi um vetor de entrada, assim como aparente resposta do Brasil à entrada de haitianos. Mas foi também a justificativa ilusória de contratar imigrantes em trabalhos menos qualificados.

Os desdobramentos dos encontros e o formato coletivo da diáspora haitiana permitem confrontar essa passividade na relação trabalho. Outro aspecto que dá poder de mobilização é o fato de muitas organizações de apoio a migrantes estimularem a criação de entidades pelos próprios, o que, no caso dos haitianos, rapidamente ocorreu. Conforme vimos a partir de Handerson (2015),

as Associações de Imigrantes Haitianos espalhadas pelo país são inúmeras. Posteriormente discutir-se-á essa questão mais a fundo, mas adianta-se o caráter associativista dos imigrantes haitianos permitir a maior consolidação das estratégias de permanência.

É possível perceber a complexidade dos diferentes níveis de interação entre agenciamentos. As entidades e organizações não governamentais conseguem de forma mais clara a intersecção com imigrantes, ao ponto de se transformarem em atores fundamentais em suas redes sociais, como em São Paulo, quando é a Missão Paz a procurada por haitianos recém-chegados. Estado e mercado encostam, formando uma tangente dúbia, que aproxima, mas ao mesmo tempo promove o choque e o conflito de interesses entre os agenciamentos dos imigrantes. O restante da sociedade aqui se torna distante porque em grande medida sua tangente e sua intersecção não têm escala de representação, isto é, ainda são baixas suas interações.

Pode-se empreender que o ideal é uma política pública que abarque o imigrante em sua complexidade, em sua multiplicidade e que consiga remover as contradições entre agenciamentos, indicando constructos de cidadania, democracia e vida, amarrando suas potencialidades, o desenvolvimento territorial e político que esses imigrantes promovem constantemente em seus processos *diaspóricos*, em suas estratégias de mobilidade e de permanência. Seria, portanto, um processo político pensado coletivamente entre agenciamentos, em que o conflito não deixe de existir, que a discussão possa evoluir para propostas públicas de inserção e promoção social, de transformação da dimensão do mundo entre sociedade civil e Estado, em que a gestão das políticas migratórias contemple os desejos, os agenciamentos, as estratégias migrantes dos imigrantes.

NOTAS

¹ É interessante a reflexão de que “bem mais, existem formações despóticas, de imanência e de canalização, próprias aos rizomas. Há deformações anárquicas no sistema transcendente das árvores; raízes aéreas e hastes subterrâneas.”, isto é, relações mais horizontais e reticulares no espaço podem ter características e discursos autoritários enquanto hierarquias e relações hierárquicas possuem mecanismos e manifestos mais socializantes e possivelmente opositores. O que importa, assim, não é o atributo político ou a maneira política de se manifestar, mas em quais relações de poder e quais interesses em manifestar o poder se exerce em um determinado grupo, em um determinado espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2010a.

_____. **Foucault**. Lisboa: Edições 70, 2005.

_____. **Leibniz e a dobra**. São Paulo: Editora Papyrus, 2008.

_____. e GUATTARI, F. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro. Editora 34, 2010.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol 1. Rio de Janeiro. Editora 34, 1995.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol 2. Rio de Janeiro. Editora 34, 2008a.

_____. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Vol 3. São Paulo: Editora 34, 2008b.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. Outros espaços. In.: **Ditos e Escritos**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2003.

GIDDENS, A. **Dualidade da estrutura: agência e estrutura**. Portugal: Celta Editora, 2000.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOETTERT, J. D. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou**. Dourados, MS: UFGD, 2008.

HANDERSON, J. **Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. – Tese em Antropologia. 2015. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.

_____. Conversa com Henri Lefebvre. In.: **Espaço e Debates**. nº 30. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1990.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MASSEY, D. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. **Revista Expressões Geográficas**. Florianópolis: n. 3, 2007.

_____. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

_____. Um sentido Global do Lugar. In.: ARANTES, Antonio A (org.). **O Espaço da diferença**. Campinas: Ed. Papyrus, 2000.

MARTINS, I. M. M. **A cidade, o migrante, o espaço – o migrante nordestino na cidade do rio de janeiro**: suas estratégias e seus agenciamentos. Dissertação de mestrado em Geografia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2011.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SAYAD, A. **O migrante e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. In.: **Travessia, nº Especial**. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 2000.

RESUMO

O presente artigo propõe discutir as múltiplas estratégias de mobilidade e permanência indissociadas de grupos migrantes sob a ótica dos agenciamentos. A grande problemática das estratégias de mobilidade e permanência entre migrantes é que, tal como Abdelmalek Sayad aponta, não são consideradas e mencionadas na pauta de políticas públicas e sociais que, na maioria das vezes, ratifica e reforça o problema “migrante-problema”, acarretando uma espiral de sucessivas práticas que inferiorizam e articulam o migrante somente na escala da relação trabalho que, na realidade, é um dos agenciamentos formados na construção do trânsito e das estratégias de migrantes. O caso dos migrantes oriundos do Haiti, que vieram ao Brasil é emblemático, pois suas estratégias envolvem um universo próprio e assentado em uma territorialidade peculiar, no qual a articulação política de suas estratégias foi bastante evidenciada, promovendo mudanças importantes no processo de apoio e pautas políticas no Brasil para com imigrantes internacionais.

Palavras-chave: agenciamentos, estratégias de mobilidade, estratégias de permanência, imigrantes haitianos.

ABSTRACT

The paper aims to discuss multiple strategies of mobility and permanency undissociated from migrant groups under the sight of agencies. The great issue of strategies of mobility and permanency among migrants is that, as Sayad points out, are not considered and mentioned in public and social policies, what results in a spiral of successive practices that undermine the migrants limited on the labor relationship scale, but in fact is one of the agencies produced on the transit and the strategies of migrants. The case of the migrants from Haiti who came to Brazil is emblematic because their strategies involve a universe based on a peculiar territoriality that the political articulation of their strategies was evidenced promoting important changes in the support of political policies in Brazil referring to international immigrants.

Keywords: agencies, strategies of mobility, strategies of permanency, Haiti, migrant.

Os refugiados palestinos e a *nakba*: reflexões sobre Estados nacionais, colonialismo e a proteção internacional nos anos 1950

*Denise Fagundes Jardim**

1 INTRODUÇÃO

Como compreender a concessão dos vistos para refugiados? Há aspectos históricos na constituição de mecanismos jurídicos de proteção internacional humanitária sobre os refugiados, que diferenciam e distribuem os vistos para aqueles que são considerados como destinatários do Estatuto de Refugiado, daquele que é identificado como imigrante ou asilado e, enfim, por serem definidos em ordenamentos nacionais dos países que os recebem e por acordos bilaterais entre Estados Nacionais.

Podemos acessar o tema através das lógicas jurídicas e suas diferenciações conceituais, e didaticamente estabelecer tipologias. Ou, de outra parte, nos aproximarmos dessa arena jurídico-administrativa dos Estados Nacionais, e seus acordos internacionais, a partir da experiência dos próprios pleiteantes como proponho como um viés antropológico. Assim, podemos compreender melhor a atitude daqueles que recusam preencher protocolos de pedido de refúgio e almejam um reconhecimento de sua existência e permanência por outros caminhos, escolhendo onde pedir o refúgio, e assim estabelecer destinos menos relacionados com a ideia de “provisoriamente” atribuída ao imigrante e ao exílio compulsório que o *status* de refugiado traz consigo.

Para tanto, neste artigo, adoto uma perspectiva antropológica baseada no meu trabalho de campo iniciado em 1995, no qual continuamente indaguei sobre como palestinos chegam ao Brasil nos anos 1950. Considero que as propostas aqui nos permitem indagar sobre um amplo contexto que dá uma compreensão mais densa de atitudes individuais que, muitas vezes, aparecem precipitadamente em análises tipológicas e operativas que dão margem para o Estado realizar uma política humanitária.

O objetivo do artigo é evidenciar aspectos históricos que são normalmente negligenciados em nossa escuta quando nos relacionamos com nossos interlocutores e que revelam as metamorfoses jurídico-administrativas com as

* *Antropóloga. Professora do Departamento de Antropologia e do PPGAS da UFRGS.*

quais as pessoas, que “buscam”o deslocamento, podem se deparar, ou não, no âmbito do aparato estatal. De outro lado, com o intuito de recuperar boas lições do professor Abdelmalek Sayad¹, evidencio aqui as conexões coloniais que dão contornos à ação estatal, muitas vezes observadas nos processos de acolhimento, mas que não devem ser negligenciadas enquanto lógicas que presidem a denegação de vistos, ou a definição de destinos, para pessoas que traçam percursos e a reconstrução de suas vidas através da imigração.

As reflexões de imigrantes palestinos sobre os caminhos jurídicos disponíveis para a sua imigração, ofertada por diferentes Estados Nacionais, devem ser analisadas de modo concomitante ao entendimento da construção histórica de um sistema de proteção humanitária a civis, envolvendo Convenções, regionais e internacionais, de proteção aos direitos humanos de que os países são signatários. Vislumbrar uma perspectiva histórica em tais Tratados nos permite refletir sobre as noções de violência de Estado e proteção internacional humanitária, travadas através de um diálogo com tais Acordos internacionais.

Assim, podemos compreender o modo como os Estados Nacionais recepcionam refugiados e como tais estruturas jurídico-administrativas, que dão “corpo” ao Estado-nação, orientam e organizam a experiência “com o Estado”, seja como ente violador, seja como agente receptor, na perspectiva daqueles que vivem um deslocamento forçado. Nos dois “polos”, o Estado aparece como figura que corporifica a experiência de “limites e possibilidades” de reorientar as vidas de pessoas, em novos locais e continentes.

Essas reflexões estão baseadas no trabalho de campo, através do qual pudemos conhecer a percepção dos imigrantes palestinos sobre esses mecanismos jurídicos de ajuda humanitária, que se expandiam como rota de imigração oferecida internacionalmente para outros continentes, e que atuaram, ao mesmo tempo, como proteção e precipitação de ações do colonialismo europeu.

Os debates atuais da nova historiografia sobre a *Nakba*², a exemplo dos trabalhos do historiador Ilan Pappé (2006), nos oferecem a compreensão fundamental sobre os modos de produção organizada – bélica e midiática – que produziram a evasão forçada e disseminou o terror pela presença de forças internacionais em seus territórios, conhecida como a *Nakba*.

A classificação jurídica de refugiado vem sendo introduzida por adesão de Estados Nacionais a convenções de proteção humanitária em diferentes continentes, a começar pela experiência palestina com a *Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, também conhecida pela sigla UNRWA (do inglês, *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*). Esta é uma agência de desenvolvimento e de assistência humanitária criada inicialmente para proporcionar cuidados de saúde, serviços sociais, de educação e ajuda de emergência aos mais de 4 milhões de refugiados palestinos que viviam na Faixa de Gaza, Cisjordania,

Jordânia, Líbano e Síria. A Agência iniciou suas operações em 01 de maio de 1950, portanto antes da criação do ACNUR, em dezembro de 1950, e da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951. A UNRWA é anterior à Convenção de 1951, mas começa a vigorar em 1952 sendo, atualmente, um dos programas das Nações Unidas que funciona regionalmente.

Neste artigo, priorizo uma análise da historicidade dos dispositivos internacionais humanitários em termos regionais, a fim de apontar as “ilusões” jurídicas que nutrimos sobre o Direito Internacional, percebendo seu descentramento progressivo da “questão europeia” relativa à Segunda Guerra Mundial, estendendo a compreensão a um amplo período das guerras de descolonização em diferentes continentes.

O artigo está organizado em três tópicos. Inicialmente reflito sobre as propostas de Abdelmalek Sayad (1998), em especial, sobre os capítulos nove e oito, respectivamente, intitulados: “A Ordem da Imigração na Ordem das Nações” e “Imigração e Convenções Internacionais”. Nesses trabalhos, Sayad foca na abundante produção de documentos internacionais em diferentes continentes, dispositivos jurídico-administrativos que dão forma aos processos de admissão de imigrantes no Direito Internacional Humanitário e as desigualdades implicadas nas negociações e acordos bilaterais quanto ao direito a imigrar e o reconhecimento de direitos aos imigrantes.

Em um segundo tópico, sugiro que é necessário reposicionar nossa compreensão sobre aspectos jurídico-administrativos, percebendo-os como um conjunto de instrumentos que dão corpo ao Estado, através de suas tecnologias e agentes da governamentalidade³.

Um terceiro tópico faz uma releitura sobre o modo como pensamos a *Nakba* e a experiência de diáspora palestina. É importante pensar a *Nakba* como um episódio exemplar sobre a constituição de desertados de um aparato estatal, evidenciada como uma catástrofe que contempla as violações de um Estado agressor a civis, mas também como produto de novas formas de desterritorialização que fazem uso de legitimações jurídicas para concretizar tal desterro. Ao mesmo tempo, são formas jurídico-administrativas que se impõem novamente nas configurações da ajuda humanitária, validando, ou não, o reconhecimento de um refugiado apto a ser visto como sujeito de direitos.

A validação, ou não, das conexões dos sujeitos com territórios originários, ao fim, nos leva a pensar as formas de colonialismo que operaram na experiência palestina, combinadas com inovações do Direito Internacional, não somente fazendo uso da força bélica de um Estado violador, mas entrelaçadas a arranjos e invenções jurídicas que ora “incluem” e protegem, ora estabilizam desterritorializações e impulsionam a autóctones serem vistos juridicamente, pela comunidade internacional, como sujeitos “sem Estado”; eis-nos diante de “refugiados” desterritorializados de uma possibilidade, *a priori*, de uma nacionalidade na “orquestra das nações”.

Em síntese, o foco deste estudo é evidenciar os documentos internacionais como parte das tecnologias que conformam uma “orquestra das nações” e um Estado, documentos que se expandem e se tornam lógicas supranacionais. Nesse caso, não apenas por serem os civis as vítimas de uma guerra com pesado armamento bélico, mas por se encontrarem pleiteando reconhecimento de sua existência e rompendo uma impossibilidade jurídico-administrativa de reconhecimento internacional, uma vez que sua nacionalidade é relacionada a um território, do qual foram desterritorializados. Esse fato inviabiliza sua nacionalidade, e está associado ao reconhecimento internacional de um Estado ao qual não estavam vinculados⁴.

2 ABDELMALEK SAYAD E AS DEFINIÇÕES DE “NACIONAL” E “ESTRANGEIRO”

Se a lei estabelece fatos e distinções, é importante manter o horizonte analítico da experiência migratória como um fato social e político que define a imigração não somente na ordem nacional e jurídica, e em acordos bilaterais, mas remete a um debate sobre a “morte cívica”, evocada por Sayad quando cita a Hannah Arendt (SAYAD *op.cit.*, p. 270, nota de rodapé n. 5), chamando a atenção para a redução do debate a sua face unicamente jurídica, lugar em que esses instrumentos – que dão corpo ao Estado – abrangem classificações definidoras de inclusões e exclusões, e o próprio debate nacional.

Para ampliar a compreensão da noção de refúgio, e de suas implicações jurídicas na categorização dos destinatários da ajuda humanitária internacional, torna-se relevante explicitar o modo como categorias jurídicas seguem operando e aperfeiçoando o trabalho de distinção e bipartição da experiência migratória, nos termos de Sayad, adotando uma “filosofia social (e política) de um mundo bipolarizado, de um mundo cindido, em duas metades assimétricas e antitéticas” (SAYAD, *op.cit.*, p. 245).

No capítulo nove, “A Ordem da imigração na ordem das nações”, Sayad (1998) constata que a situação “atual” não permite mais simplificarmos em oposições binárias o que venha a ser estrangeiro e o que é o nacional, sem compreendermos sua complexidade. A distinção entre “nacional” e “não-nacional” não repousa unicamente sobre a capacidade ou lógicas de pertencimento quanto a gestão de imigrantes, mas engloba relações coloniais em que a cor da pele, ou outro sinal de distinção, é tornada indicadora da diferença e marca da discriminação.

Além disso, o autor acrescenta que tais classificações discricionárias não são somente operativas para delimitar, na sociedade nacional, quem são “os outros” e posicioná-los de modo hierarquicamente inferior aos nacionais, mas operam em outras dinâmicas, ao revelar uma exclusão política, expressa diretamente no mundo do trabalho, o que, em termos gerais, permite retomar as proposições de Hannah Arendt como uma dupla exclusão:

[...] equivale, guardadas as devidas proporções, àquilo que Hannah Arendt qualifica de recusa ou de negação do direito à vida, na medida em que a própria identidade do indivíduo está inteiramente contida em sua identidade civil (ou cívica), na medida em que é um dos seus efeitos(Sayad,1998, p.270).

No mesmo livro, no capítulo oito, “Imigração e convenções internacionais”, Sayad (1998) examina as “armadilhas” da imigração e de sua compreensão imediata, evidenciando que o que se passa na sociedade de acolhida está conectado diretamente ao jogo de forças das relações internacionais e coloniais. Tal situação permite compreender aspectos da subordinação da mão de obra imigrante no contexto colonial França-Argélia, mas também extrapolar uma análise pontual e reconhecer os aspectos contratuais e internacionais que revelam lógicas colonialistas. Para Sayad, não se trata de uma “questão interna” ou “bilateral” (p. 241), ela é reveladora da assimetria em diferentes aspectos.

Os fluxos migratórios internacionais revelam os vários campos em que assimetrias são introduzidas por lógicas colonialistas as quais inserem os imigrantes nesse circuito desvantajoso. Um desses campos por excelência é ordenado por atos administrativos que transformam histórias demográficas e decisões de permissão de residência em fatos “automáticos”, ou não (SAYAD *op.cit.*,p. 252, nota de rodapé n. 8). Embora esse autor observe os atos administrativos e ministeriais, que constituem as políticas migratórias na França e na Argélia, limitando e delimitando acessos ao mundo do trabalho, e à vida profissional, as decisões “bilaterais”, segundo ele descreve, são em realidade decisões unilaterais em termos de administração.

No capítulo nove desse livro, Sayad comenta “a universalização do fato nacional” (p. 265), após a Segunda Guerra Mundial:

Considerada sob este ponto de vista, ou seja, sob o ponto de vista do pertencimento nacional ou sob o ponto de vista da relação com a nação, a nação da qual se é oriundo e a nação na qual se reside, a imigração pode então ser definida como a presença no seio da ordem nacional (i.e., na nação e, virtualmente, uma coisa levando à outra, na nacionalidade) de indivíduos não-nacionais (i.e., de estrangeiros, de nacionais de outra nação, de outra ordem nacional e de outra nacionalidade),e a emigração, por simetria, como a ausência da ordem nacional (i.e., da nação, e se durar demais, da nacionalidade) de nacionais pertencentes a essa ordem; o imigrante é aquele que realiza essa presença estrangeira e, correlativamente, o emigrante é aquele ausente que se encontra no estrangeiro (SAYAD, *op. cit.*, p. 266. Grifos nosso).

Mesmo com suas ressalvas, na nota de rodapé (p. 266), de que não está a dar um modelo unívoco a histórias demográficas muito distintas, o autor ainda acrescenta que essa forma pretensamente “pura” de distinguir estrangeiros e nacionais não resiste ao exame de casos juridicamente existentes. Isso nos convida a experimentar a observação de fatos relativos ao acesso aos modos de aquisição da “nacionalidade”, dentro de relações assimétricas em termos das conexões e relações internacionais e as categorias de imigração e refúgio, em outros contextos, sem reduzir o debate a princípios de atribuição de nacionalidade como *jus soli* e *jus sanguinis*.

3 SOBRE CARTAS, DOCUMENTOS E CONVENÇÕES

Em 28 de julho de 1951, em Genebra, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou uma convenção que, por sua importância, veio a tornar-se a principal referência da proteção internacional aos refugiados. Antes disso, em 14 de dezembro de 1950, a Resolução 428 da Assembleia Geral aprovava o Estatuto da Oficina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), definindo suas competências e funções. Assim, a atuação do ACNUR, em sua criação em 1950, era baseada, até então, em Disposições de 1926, 1928 e Convenções de 1933 e 1938, bem como no Protocolo de 1939 e na constituição da Organização Internacional de Refugiados (OIR).

Já no seu Estatuto, o ACNUR definia como uma de suas competências, que estaria posteriormente no corpo da Convenção de 1951, a atenção a:

[...] qualquer pessoa que, como resultado de acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951 e devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade ou opinião política, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, por causa destes temores ou por razões que não sejam de mera conveniência pessoal, não queira acolher-se na proteção desse país, ou que, por carecer de nacionalidade e estar fora do país onde antes tinha sua residência habitual, não possa ou, por causa destes temores ou de razões que não sejam de mera conveniência pessoal, não queira regressar a ele (ACNUR, 1951, s/p.).

Quando nos referimos ao sistema de proteção internacional a refugiados, partimos da Convenção da ONU de 1951 – em vigor desde abril de 1954 – na qual diversos países foram se tornando signatários. Isso induz a precipitações e também a incorrer em alguns erros ou pressuposições.⁵ Primeiro, há uma identificação imediata da Convenção de 1951 com um dispositivo que coincide com o final da Segunda Guerra Mundial. Embora haja ali um importante clamor pela paz, e um novo pacto das nações a se desenvolver até os anos 1960,

repercutindo nos tribunais de Nuremberg bem como no avanço e proteção de direitos civis, a Convenção de 1951 faz parte de um caminho mais amplo. Todavia, a vigilância sobre o dano que Estados Nacionais podem cometer contra a sua população civil é um dos eixos que se expande no debate sobre a proteção internacional aos direitos humanos.

Como aparecem nos documentos de criação do próprio ACNUR, um conjunto de convenções e documentos internacionais já os precedia, e versavam sobre um corpo de atenções frente às violações a civis ocasionadas por conflitos entre Estados Nacionais, ou por Estados Nacionais a seus próprios cidadãos, como é o caso da Guerra Civil Espanhola (de 1936 a 1939). Portanto, estamos falando de um momento de intenso debate, e compromissos éticos, e não exatamente um marco temporal inaugurado pela Convenção de 1951, que coincide com o amplo período das guerras de descolonização, que nos permite situar o trabalho do professor Sayad sobre França/Argélia nos anos 1960. Entendo que podemos vislumbrar algumas “fraturas” e “incoerências” comuns nas ações institucionais da ajuda humanitária quando observamos o modo como são vividas localmente. Acredito que essa perspectiva crítica pode contribuir para um debate menos ideologizado que versa sobre a validade da ajuda humanitária ou a invalida, impondo uma compreensão de que “deveria ser” um terreno apolítico.

A primeira observação que trago ao debate é a necessidade de uma melhor compreensão histórica da proteção internacional ao refugiado. Essa compreensão nos escapa quando datamos diretamente a noção de refúgio, relacionando-a a uma noção jurídico-administrativa que lhe confere, contudo, um formato em 1951, mas que não explica sua gênese, nem tampouco o contexto de sua invenção e amplificação, em diferentes partes do mundo, como dispositivo jurídico.⁶ A ideia de “autoaperfeiçoamento” dos documentos internacionais, bastante cultivada por agências internacionais, preenche a falta de historicidade das explicações sobre os dispositivos de proteção humanitária, e as disputas políticas. Muitos deles são, de fato, uma reação regionalizada a conflitos bélicos.

Todavia, é necessário recuperar as reflexões e a perspectiva histórica de Celso Lafer (1995, p. 170) que compreende a ONU como uma “*instância de interposição num sistema interestatal*”. Minha própria experiência com representantes de agências é de vê-los como guardiões de textos tidos e vistos como imutáveis e que devem ser protegidos em suas formas de compreensão, consignados em documentos internacionais, como se questionamentos a respeito do alcance limitado do Estatuto do Refugiado, buscando ampliar sua compreensão, ameaçassem a sua aplicabilidade. A postura do sistema da ONU, autoprotetiva, evoca um clamor ético que não corresponde à ausência de controvérsias ou confrontação ideológica. Tampouco a experiência da ONU foi alheia à compreensão de que atendia a formas de negociação pouco vantajosas em situações de conflito.

Alternativamente, proponho pensar os documentos internacionais à luz de debates regionalizados. Somente sob a observação de dinâmicas regionais e seus efeitos locais, alcançamos, de fato, uma compreensão mais direta de um sistema

internacional de proteção ao refugiado e o modo como interpela os sujeitos pleiteantes, denegados de tal estatuto, ou que simplesmente não o buscaram como uma saída apropriada e fiável.

Por vezes, vistos como dispositivos jurídicos (internacionais), esses documentos parecem tão somente um recurso que se aprimora com o passar do tempo, ou que se aperfeiçoa quando reage e cria formas de “conter” um avanço atávico da violência humana, entretanto, como dispositivos jurídicos, eles nos permitem compreender o modo como dialogam com lógicas estatais.

Em geral, os sujeitos potencialmente destinatários de tal atenção são bastante atravessados pela produção de documentos, e os experimentam tanto em seus engessamentos quanto em suas incoerências. Um exemplo para compreender suas refabricações é o Protocolo de 1967. É importante percebê-lo mais como uma resposta aos conflitos continentais, regionalizados, relacionados a guerras de descolonização, do que um aperfeiçoamento de seus princípios jurídicos da proteção, tratando daquilo que a Convenção de 1951 não alcançava, uma vez que circunscrevia as violações de Estado para civis no marco temporal da Segunda Guerra Mundial, e os conflitos bélicos decorrentes de guerras de descolonização perduraram até os anos oitenta.

A primeira iniciativa regional formal para tratar da questão dos refugiados no século XX, após a Convenção de 1951, partiu da Organização da Unidade Africana (OUA) que decidiu, em 1963, que era necessário um acordo regional para contemplar as características específicas da situação na África. Dessa conclusão resultou uma Convenção estendendo a definição de refugiado a pessoas que foram forçadas a sair do seu país, não apenas em consequência de perseguição, mas também *“devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública, numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade”* (CONVENÇÃO OUA, Art. 2-₁. Grifo nosso).

Também em 2009, a Convenção da União Africana sobre Proteção e Assistência – a Convenção de Kampala (Uganda – entre o Quênia e o Congo), firma compromissos regionais para coibir o deslocamento arbitrário movido pela ação estatal, entre tantos outros compromissos firmados pela Convenção, e que remetem a conflitos mais recentes.

O Protocolo de 1967, portanto, atende a uma dinâmica extracontinente europeu e a ele conectado uma vez que relações coloniais que percorreram interesses na Segunda Guerra Mundial permanecem conflitando para além do território europeu. Trata-se de um longo período anterior às guerras civis de autodeterminação, como Argélia (1960) e Paquistão (1975), por exemplo. Algo que vinha sendo largamente discutido durante a criação da ONU e durante a Convenção que gerara a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e que não encontrara um eco senão através de uma expressão do reconhecimento de liberdades individuais. A autodeterminação dos povos como

um direito só irá ser debatida nos termos de um reconhecimento de soberania, em especial atenção a que “minorias” não venham seccionar Estados que estão em movimentos emancipatórios de tutelas coloniais.

O que quero evidenciar é: a) a intensa formação de novos refugiados, nos séculos XX e XXI, através de guerras de libertação e de experiências de violação cometidas por enfrentamentos bélicos regionalizados; b) a concepção do “refugiado”, que ultrapassa a admissão de asilo estatal oferecido soberanamente no sistema internacional de proteção, como uma proteção individual, para uma figura jurídica que compromete o Estado a relações de proteção a civis entre os signatários da Convenção, acaba por abranger também direitos de reagrupação familiar e de *non-refoulement* (de não ser forçado ao retorno e a recusa do refúgio).

Entretanto, os mecanismos internacionais ratificados por países, por vezes, tardam em sua ratificação e implementação como política nacional, mas também, como quero mostrar aqui, é o próprio dispositivo internacional que pode obstaculizar e tardar a flexibilizar-se gerando novas situações e enfrentamentos para a busca do refúgio, legitimamente amparado em desenhos administrativos do Estado⁷.

Um segundo exemplo “regional” encontra-se na América Latina. Desde 1984, é a Carta de Cartagena quem presidiu um debate sobre os deslocamentos forçados ocasionados por ação de Estados perseguidores de civis. Essa atenção regional se desdobra em ações visando uma qualificação das formas de acolhida aos refugiados por compromissos estatais. É a partir de 2004, com a instituição do programa de Reassentamento Solidário, sob o chamado Plano de Ação do México (PAM), adotado em vinte países da região, em novembro de 2004, que se discutiram medidas para fortalecer a proteção dos refugiados no continente americano.

Desde então, Argentina, Brasil e Chile vêm reassentando refugiados colombianos. Inicialmente, o Plano foi desenhado para a região. O reassentamento em 2007 ampliou-se, para incluir refugiados oriundos de outros continentes para a América Latina, neste caso, refugiados palestinos. Então, o interessante é que, pela primeira vez, um dispositivo de acordo internacional seja pensado para a região sul-americana e abre-se para receber refugiados “mistos”, ou seja, recorrendo a refúgios em países de outros continentes, quando a América Latina já era conhecida como promotora de situações em que civis eram levados a solicitar refúgio. Essa inversão de sentido foi gerenciada por outros programas da ONU, como a UNRWA no Oriente próximo – e a área de atuação do ACNUR no Iraque.

Ao pensar essas “fraturas” entre regiões e seus acordos regionais, é necessário refletir um pouco mais sobre como este sistema internacional é complexo, produz um sentido da imigração e vulnerabilidades experimentadas, seja por um Estado violador, seja naquele que é alinhado como “protetor”. Este é um dos contextos no qual o deslocamento é vivenciado pelos próprios

sujeitos que buscam maneiras de sair de localidades, situações de conflito ou esgotamento de perspectivas de vida. Em outras palavras, junto a relações desvantajosas e eclosão de conflitos relativos a guerras de descolonização, em determinadas regiões como Ásia e África, os acordos multilaterais traçados regionalmente introduziam compromissos e documentos de proteção aos civis frente a violações de Estados.

Essas experiências incidem sobre as vidas das pessoas envolvidas e, por isso mesmo, não devem deixar de ser pensadas de modo crítico. Não se trata apenas da elegibilidade do sujeito como “refugiado”, sua clareza em definir o destinatário da ação humanitária, acreditando que um sistema de proteção internacional seja homogêneo e estável, mas de compreender os efeitos não programados que permeiam os sujeitos e não se encerram em dinâmicas estritamente administrativas. Todavia, essas experiências revelam uma governamentalidade dos deslocamentos através de lógicas estatais que tipificam imigrantes e posicionam países na rede de proteção, produzindo um singular gerenciamento de classificações que são também instrumentos administrativos que reiteram noções e distinções entre imigrantes e refugiados.

4 A NAKBA: REFUGIADOS, IMIGRANTES OU ESTRANGEIROS?

A *Nakba* é uma referência histórica, datada do dia do desterro, em 1948, impetrado pelo exército israelense à população civil, uma evasão forçada pelo terror com a notícia do avanço e massacres da população civil em cidades palestinas. Os movimentos sociais palestinos preferem referir-se à *Nakba* como o *dia do terror*, *a catástrofe*, e são prudentes com o uso da noção de diáspora. Isso porque o termo diáspora, mesmo que de grande aceitação conceitual, retira de cena o sofrimento e a desigualdade de forças (bélicas) que produziram o êxodo de civis e que descrevem um momento histórico datado. Portanto, ao nomear como diáspora se perderia toda a potência e memória do sofrimento da evasão forçada.

Em diferentes momentos de meu trabalho sobre os palestinos, referi a experiência de diáspora para iluminar o que acontece com gerações de filhos de palestinos nascidos no exterior (JARDIM, 2001) e com expectativas de primeira e segunda geração. Mas, é importante resguardar o impacto histórico que o uso do termo *Nakba* carrega e preserva desse contexto, em que há a explicitação sobre um deslocamento forçado e as desigualdades entre as forças bélicas e estatais envolvidas, e não exatamente refere a tudo o que ocorre depois com suas vidas, acerca das rediasporizações de familiares, por exemplo. Esses são aspectos que venho acompanhando no Brasil e que são relatados como experiências intergeracionais.

Tive que aprender um pouco mais sobre isso quando realizei meu trabalho de campo com pessoas oriundas da Palestina e Jordânia, que vieram para o Brasil, após a proclamação do Estado de Israel, a fim de entender como organizaram

suas viagens, e justo para uma região de fronteira internacional (entre Brasil e Uruguai, e depois poderia ser Brasil e Argentina, Brasil e Bolívia, Brasil e Paraguai, dentre outros tantos percursos)⁸.

A ação humanitária, e os contornos regionais de um sistema de proteção internacional, diante dos palestinos que conheci nos anos 1990, e que vieram ao Brasil no final dos anos 1950 até os anos 1970, expressa outra modalidade de violência do poder bélico estatal, associada à expansão colonialista, enquanto o que testemunhávamos globalmente eram as guerras de descolonização. Nesse sentido, minha incursão em campo teve que refletir sobre o protagonismo da *Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, também conhecida pela sigla UNRWA (do inglês, *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*).

A noção de refúgio, portanto, enfrenta uma plêiade de definições díspares que o Estatuto de Refugiado não apenas busca, posteriormente, dar contornos gerais, mas comprometer as nações signatárias em arcar com a atenção e proteção às vítimas de violações produzidas pela ação estatal. Após o conflito de 1948, entre árabes e israelenses, a UNRWA foi criada por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 302 (IV), de 08 de dezembro de 1949, para realizar o alívio direto e programas de obras para os refugiados da Palestina.

Na ausência de uma solução para o problema dos refugiados da Palestina, a Assembleia Geral renovou repetidamente o mandato da UNRWA, mais recentemente, estendendo-o até 30 de junho de 2017. Lembremos que essa é uma Agência da ONU (criada em 1949) para a proteção a refugiados que antecede o funcionamento do ACNUR. Já em 1950, a Agência respondia pelos refugiados palestinos e incluía em sua definição de refugiado: 1) uma datação, durante o período de 01 de junho de 1946 a 15 de maio de 1948, dos que perderam casa e meios de subsistência, como resultado do conflito de 1948 e 2) estendia os destinatários de sua atuação aos descendentes de refugiados palestinos do sexo masculino, incluindo crianças legalmente adotadas, também elegíveis para o registro.

O contorno regional da atuação de agências internacionais nos permite, portanto, entender melhor o caminho tortuoso do reconhecimento e seletividade dos refugiados no qual eles se encontram. Entender que o sistema de refúgio internacional não é homogêneo em sua historicidade, e nas regiões em que atua, como “instância de interposição”, possibilita compreender melhor as narrativas sobre si que os sujeitos apresentam diante das agências humanitárias. Elas também não são unívocas e homogêneas em cada região de sua atuação e, muitas vezes, refletem informações dispersas sobre a noção de refúgio, sem considerar o debate nacional sobre a ratificação e transformação de documentos no ordenamento jurídico do país de refúgio.

Nesse sentido, é importante perceber que quem confere o Estatuto do Refugiado não são apenas os documentos e convenções, mas agentes da governamentalidade de agências humanitárias. Os mecanismos de seletividade

dos refugiados, como são eleitos como refugiados e como visualizam o sistema de proteção como um caminho fiável –, bem como os formatos disponíveis para o ingresso voluntário ou compulsório nesse sistema de proteção internacional, no momento em que o buscam –, dependem em grande medida de um jogo internacional que ora reconhece a crise humanitária, ora fornece caminhos jurídicos administrativos para retirar pessoas de regiões, ou fixar territórios a fim de gestionar refugiados localmente⁹.

Em determinadas regiões, há uma divisão do trabalho entre ACNUR, Cruz Vermelha, Crescente Vermelho, Médicos Sem Fronteiras e congregações religiosas com alcance internacional (congregações religiosas como a de jesuítas, islâmicos ou protestantes) que coparticipam dos processos de elegibilidade e atendimento de pessoas em risco.¹⁰ Tal trabalho segue algumas exigências. Ancora-se em diversos documentos do Direito Internacional Humanitário e é entendido como uma diplomacia humanitária que atua na assistência médica, alimentar e construção de refúgios. Embora atendam vítimas de conflito, essas organizações também atuam em temas como o sistema prisional e suas violações à pessoa. Basicamente, são organizações não governamentais com forte prestígio internacional, situadas na gênese das organizações de ajuda humanitária internacional.

A seletividade de um sujeito apto a ingressar no sistema de refúgio também decorre de sua capacidade de ser visto por essas organizações, que atuam nas localidades, em fazer-se reconhecer como um claro destinatário dessa política. E também de sua avaliação, como pessoa em risco, sobre os custos e danos de tal proteção e o que poderá significar para sua vida (e para seus parentes que o acompanham). De outra parte, sua capacidade em se fazer elegível para sair de um campo de refugiados, por exemplo, nos revela também as alternativas, se é que existem, que estão sendo empreendidas por aqueles que não ingressaram em um deslocamento promovido pelos projetos de ajuda humanitária, que movem as pessoas de lugares de conflito.

O acesso à categoria de refugiado é voluntário ou compulsório? Algumas experiências passam a ser vistas, mesmo que vividas com contornos muito regionais, como formas modelares da atuação da cooperação internacional humanitária. Esse é o caso do atendimento a acampamentos de civis desalojados de suas casas como o efeito direito da ação militar estatal, os chamados *campos de refugiados*. Diretamente, a configuração de um “campo de refugiado” pode ser muito diversificada: desde uma área entre muros, de indefinição de jurisdições nacionais – como áreas de Celta e Melia – ou como um aldeamento gerenciado como uma cidade, ou ter uma organização delegada a agências humanitárias. Pode ainda ser, como referiam alguns de meus entrevistados, percebido como uma “favela”, o escombros de um bairro, após um ataque bélico, que recebe uma atenção básica por parte de agências humanitárias. O certo é que algumas noções como “campo de refugiado” e “refugiado” acabaram deixando mais

opacas as experiências diretas e diversas de pessoas, em benefício de um sentido amplo que acaba por descorporificar os sujeitos de sua história específica e de seus anseios sobre o que seria “reconstruir” suas vidas.

Muitas vezes, relacionamos o refúgio como um passe de saída, como uma solução. Mas, até a pessoa alcançar o reconhecimento –, como um sujeito destinatário da ajuda humanitária internacional para sair de uma região a outra –, pode transcorrer um período longo de negociações e prévia triagem sobre a elegibilidade do sujeito na categoria jurídico-administrativa de refugiado.

No caso dos palestinos que entrevistei em campo, consistia em uma contínua avaliação dos custos, do ônus de ingressar em um sistema de proteção internacional, tal qual ele era configurado nos anos 1950, sob as exigências da UNRWA, naquela época em que o Estatuto de Refugiado não lhes permitiria traçar uma circulação internacional para outros rumos potenciais (a não ser como renunciando ao refúgio visando um retorno). Tal percepção reiterava um dos sofrimentos continuados da *Nakba* e que colocam a UNRWA como um dos protagonistas da evasão forçada e reassentamento em campos de refugiados, não exatamente como os protagonistas que acolhem, mas como um dos protagonistas que organizam a evasão¹¹.

O fato é que passados mais de três anos entrevistando pessoas que se diziam palestinas provenientes de cidades como Ramallah, Jenin, entre outras, a evidência de seus documentos jordanianos me tirava o fôlego e me colocava diante de um bom enigma. Foi em um dos momentos de retorno a campo, em que eu me tornara mais enfática e queria ver o documento portado pelo sujeito, ouvindo as explicações, que começaram a aparecer, e com elas, uma grande variedade de trajetos e situações envolvidas na imigração forçada. Mulheres iraquianas, homens sudaneses, crianças que se diziam “árabe, de Santa Vitória do Palmar” (nome da cidade vizinha ao Chuí), por exemplo, apontavam para sentidos mais amplos de identificação intragrupo. Os caminhos da autodenominação de suas nacionalidades não coincidiam com o documento portado. De outro lado, os modos como identificavam a variedade de “patrícios” também expressavam a dinâmica pela qual conheciam a história da chegada dos vizinhos ao Brasil, seja pela geração de desterrados que experimentaram, seja por terem compartilhado períodos em outras cidades brasileiras, antes de se reencontrarem no Chuí. Havia arranjos entre sócios de origem na mesma cidade, um com documentação em tramitação, o outro legalizado no Brasil, mas com documentos já encaminhados para manejar a vida e a parceria no comércio, enquanto o outro usufruía de uma parceria tecida apenas pela confiança no conterrâneo. Esses são aspectos que se destacavam nesse universo de pesquisa.

Os dados disponíveis corroboram uma entrada majoritária de jordanianos (como fluxo recente), o que recolocava a questão das nacionalidades e a indagação de: por que a denominação como palestinos fazia mais sentido do que a de jordaniano? De um lado, ao longo dos anos oitenta, o que se passou no Chuí, e entre as famílias que ali residiam, tem uma relação direta com as celebrações

públicas sobre o reconhecimento da Organização da Libertação da Palestina pela ONU¹². Desfiles, pronunciamentos na Câmara dos Vereadores, panfletagens e inauguração de monumentos reforçavam a explicitação dos vínculos com uma Palestina histórica e relacionada a uma retórica nacionalista, abundante nas cidades de fronteira.

Mas, de outra parte, para entender os meandros da denominação de palestino era necessário retomar a história recente dos conflitos que havia motivado decisões de partida da aldeia. Naquele momento, eram estimulados por seus pais ou irmãos e o modo como a identidade palestina era experimentada na situação de partida sintetizava muitas experiências díspares. Em outras palavras, por que aqueles que portavam um passaporte jordaniano, mencionavam primeiramente que eram palestinos?

Fui, então, ouvinte de muitas explicações. Alguns me traziam mapas da Palestina, ou seja, demonstravam uma compreensão e ancoragem na Palestina histórica, um mapa em papel que, diferente do *Google maps*, trazia todos os nomes de cidades em árabe para mostrar as distâncias entre elas e evidenciar os trajetos percorridos por eles entre cidades. Eram explicações que reforçavam seus vínculos com a Palestina histórica e diluíam a existência de Israel, ao esvaziar a nomeação das cidades senão por nomes árabes. Aliás, um caminho oposto ao que o *Google maps* reitera. Outras explicações agregavam uma carteira nacional de jordaniano, o que era acompanhado de uma explicação sobre a numeração do documento e os modos como os próprios jordanianos podiam identificar, pela numeração, que a carteira conferida era de um palestino, considerado como um cidadão de segunda classe na Jordânia. Ainda assim, explicavam o paradoxo de ter sido acolhido na Jordânia, pois, como país alinhado à “causa palestina”, teria evitado receber refugiados. Os jovens poderiam compor o exército jordaniano e assim confirmar sua nacionalidade, mas a Jordânia não receberia refugiados como forma de não reconhecer a ocupação israelense. Em outras palavras, para fugir de uma guerra, eram recrutados para outro exército, ou se tornavam cidadãos de segunda classe, na impossibilidade de ascender a um visto como refugiado.

Uma carteira de refugiado me fora mostrada, por um dos meus interlocutores, como a prova de que sua narrativa, diferente de outros patrícios que ali estavam, teria uma experiência diferenciada e mais verdadeira. Ou seja, eles poderiam dizer-se palestinos, mas *não sabiam o que era ter sido um refugiado*, afirmava o entrevistado. Todas essas observações, que aqui recupero, me permitiam visualizar gerações diferentes de pessoas que iam e vinham para o trabalho no comércio no Brasil, entre cidades e entre países (no início dos anos 2000), e mantinham com alguns dos grandes comerciantes uma relação de fidelidade e compromissos de se autonomizar desta primeira tutela com o patrício mais antigo.

Afinal, os comerciantes que entrevistei no extremo sul do Brasil tinham parte de sua família na Palestina e isso era encorajador para uma viagem internacional, sabendo que na localidade falariam em árabe, nas

ruas, e poderiam ingressar em uma dinâmica local através de uma densa sociabilidade entre migrantes. O passaporte brasileiro, comum à maioria de meus entrevistados, era tão comum quanto à possibilidade de aquisição por reunificação familiar nos países em que seus filhos adultos residiam ou estudavam (financiados por seus pais). Esse cenário me chamou a atenção para a diversidade de caminhos que eram tecidos, invariavelmente declinando (na geração mais velha) da instituição do refúgio, mesmo quando identificavam seu local de moradia como um campo de refugiados.

A anexação de territórios por Israel é uma das experiências comuns relatadas por essa geração mais antiga que pude entrevistar na cidade. A diferença entre residentes e cidadãos na Palestina é constantemente referida sobre a vida dos palestinos em Israel. Encorajados por suas famílias, desde a lei de 1952, os palestinos teriam o direito de residir em Israel, mas os direitos de usufruir igualmente recursos e direitos oferecidos pelo Estado estavam limitados. Um dos relatos de um entrevistado refere-se a um pedido da família para que ele migrasse e assim não sofresse revistas militares que desembocariam em prisão, caso portasse qualquer tipo de arma branca. Assumir plenamente a cidadania israelense, portanto, não era um benefício e, de outra parte, era visto como um ônus para um potencial migrante, pois restringia seu trânsito em países vizinhos e a possibilidade de trabalho nos demais países árabes, lugares para onde a evasão era mais numerosa.

A criação do Estado de Israel era percebida como uma redefinição do lugar possível de permanecer, e viver impunha a necessidade de definir perspectivas quanto à residência, seja em campos de refugiados, ou em áreas agora sob o controle de Israel, assumindo a condição de residente e permeado pelo controle do exército.

A condição de “refugiado palestino”, assim definida pela UNRWA, recaía sobre aquelas pessoas que tinham residência na Palestina por um mínimo de dois anos e que, em função do conflito de 1948, tinham perdido sua casa e os meios de vida, estando refugiadas nos países em que as Nações Unidas prestavam assistência. O registro não fornecia nenhum direito político, ou equiparado ao nacional e, sim, proteção e assistência advindas da ONU.

A permanência nos territórios da Transjordânia deu aos palestinos a condição de jordanianos e criou situações bastante complexas para eles em outros países árabes, por exemplo, onde a dupla cidadania não era permitida e as resoluções previam fornecer documentos de viagem para refugiados palestinos, o que não significava direitos de residência. Laurie Brand (1995) refere-se às diferentes experiências dos palestinos, após a constituição do Estado de Israel e a anexação da Cisjordânia ao reino da Jordânia. Em um primeiro momento, a identidade palestina remete à aldeia e à cidade de origem, e sua perda injusta com a cumplicidade da comunidade internacional.

Em meu campo de pesquisa, as experiências migratórias foram se mostrando diversas entre aqueles que tiveram a passagem por campos de refugiados e aqueles que deixaram a Palestina, entre os anos de 1949-1967. Esses últimos adotam o passaporte jordaniano como estratégia de saída, embora tenham alguma rejeição à incorporação na Jordânia.

Até julho de 1988, todo palestino residente nos territórios ocupados no lado oeste do Rio Jordão, incluindo Jerusalém, era cidadão jordaniano. Depois do Decreto jordaniano, os palestinos se tornaram, residindo na Jordânia, sujeitos sem Estado pois, por uma atitude pró-palestina e contrária ao êxodo, não se reconheciam como refugiados os palestinos que chegavam na Jordânia. A consequência dessa atitude que visava acenar com um gesto de compreensão política recaía em vistos de imigrantes e estava registrada nos passaportes. A cidadania jurídica era dada para aqueles árabes que tinham cinco anos de passaporte jordaniano. Aqueles que foram registrados, posteriormente, portam um passaporte garantido pela PLO (Palestine Liberation Organization), em que consta “temporário” para aqueles que residem por dois anos na margem oeste do rio Jordão. Em outras palavras, estes não adquirem direitos civis, políticos ou direitos sociais e econômicos no Reino da Jordânia.

Tal complexidade impulsiona a migração através de uma multiplicidade de percursos. Em muitos momentos, me perguntava sobre os passes de refúgio oferecidos pela ONU, mas os caminhos dos migrantes mostravam que seu rumo preferencial era sempre o de viver nos países árabes e não sair para tão longe. Por vezes, a família encorajava a ir para a Alemanha, através da Turquia, como um lugar muito distante. Ou residir e buscar a vida nas fronteiras de Israel, em Gaza ou na Cisjordânia. Em outras palavras, os depoimentos me devolviam a pergunta: “quem quer ser refugiado”, de fato?

Tanto a presença da ONU não era vista com bons olhos e, sim, como uma promotora de desterreros, que a busca de permanência fora tentada em caminhos alternativos que levavam inicialmente para países árabes. Um caminho que os fazia reconhecer que, em alguns destes países, teriam uma cidadania de segunda classe. A imigração para o Brasil, através de vistos de trabalho, e não como refugiados, como me foram relatados – como vistos permanentes – acabava se constituindo como um caminho bastante promissor entre as opções possíveis no momento. E, naquele tempo, os vistos permanentes lá estavam disponíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi motivado por diversas perguntas. Não se trata de reiterar uma diferença entre imigrantes e refugiados, mas de perceber como lógicas jurídico-administrativas impõem e remodelam as percepções que podemos alcançar, como analistas, sobre a densidade de experiências relativas a deslocamentos interpelados pela ação estatal. A primeira consideração é a atenção à constante aderência que temos ao sistema de ajuda humanitária, relativo ao refúgio, que nos

torna avessos a um olhar crítico sobre seu funcionamento, e suas insuficiências, para fornecer os caminhos que gostaríamos de proporcionar como apoio aos imigrantes. Inclusive, para compreender um aspecto constante na trajetória e na inserção de imigrantes em outro país. Constantemente, os vemos “caindo” e “reconquistando” vistos e permissões legais de residência e trabalho.

Os mecanismos estatais seguem atuando cotidianamente, lembrando a “provisoriamente” a que são relegados nas lógicas jurídico-administrativas nos países de acolhida. Como mecanismos de inclusão em uma arena de ajuda humanitária, deixamos de perceber como tal ingresso foi vivenciado pelos próprios deslocados, com suas dúvidas sobre sua efetividade e revelando sua capacidade de escolha, vinculada à avaliação de suas possibilidades de futuro em um novo país. Recuperar cenários pontuais de como as pessoas se relacionaram com o aparato administrativo existente, no seu momento de imigração, nos permite conhecer as lacunas e incertezas sobre a proteção humanitária.

Preocupados com a efetividade de um sistema de proteção, damos pouco espaço para um olhar crítico e, nesse caso, uma crítica que seja capaz de escutar um pouco mais sobre as escolhas e encruzilhadas que estiveram diante das pessoas que ingressaram no sistema de proteção internacional, bem como suas vivências contínuas com as lógicas jurídico-administrativas.

De outra parte, uma segunda motivação desta reflexão diz respeito às recentes modificações das maneiras como o sistema de proteção tem operado em termos regionais, isto é, em várias regiões do mundo. Se o sistema de reassentamento solidário se inicia em 2004, no continente americano, as práticas de acolhimento a refugiados, pautadas pelo aldeamento em campos de concentração, ainda são experiências bastante presentes em situações de fronteiras entre Estados Nacionais. Nesse caso, uma proteção internacional é também um recurso manejado por um Estado receptor e, desde 2004, são diversos os Estados que se credenciam como receptores e atuam no reassentamento solidário. Concretamente, com isso há uma busca de reposicionamento e reconhecimento desses Estados no cenário internacional, recolocando elementos que desafiam a subalternização histórica daqueles que também foram Estados violadores de direitos humanos, por um longo período.

Assim, as relativas modificações introduzidas na possibilidade de um terceiro país para realocação de refugiados não podem ser vistas como algo “consolidado”, mas uma construção interestatal que pode ser expandida. O simples fato de termos uma “novidade” no modo de acolhimento, e debates sobre a amplitude de tipos de refúgio, buscando o reconhecimento de refugiados ambientais, já demonstra que o que sabemos hoje sobre o refúgio não pode ser considerado como uma realidade para todos os refugiados, desde 1951 e em todas as regiões do globo.

Por último, quis compartilhar a difícil tarefa de compreender as histórias que nos contam as pessoas quando chegam ao lugar de acolhida, e suas relações com as classificações que a elas são impostas. Ora manejando se reposicionar diante

dessas classificações jurídicas, ora criticando a fixidez das mesmas em alcançar a densidade de suas experiências de desterro que, muitas vezes, são apresentadas como escolhas patrocinadas pela própria família de origem.

Tomar a situação de partida como algo unívoco, “para todos os palestinos”, por certo seria uma grande simplificação, e mais ainda um empobrecimento quanto a informações sobre sua capacidade de buscar soluções, individuais e coletivas, tornando esses sujeitos rapidamente entendidos como incapazes de escolher seu destino. Como sugere Sayad (1998), para compreender o relato dos imigrantes não é possível revelar uma verdade através de suas palavras, mesmo na imigração há, para Sayad (1998), um conjunto de ilusões sobre o bem ou malsucedido, aspectos reflexivos sobre suas escolhas em relação a expectativas daqueles que não migraram.

Como propõe Sayad (1998), as conexões entre sociedade de emigração e imigração devem ser bem conhecidas. Na *Nakba*, as evocações das nacionalidades são uma chave para compreendermos como as tecnologias estatais compõem e operacionalizam as agências internacionais. A partir das histórias dos palestinos, evidenciam-se muitas formas de corporificar o Estado, ora como Estado violador ou receptor. Sua ausência e/ou a hipervisibilização de suas tecnologias tornam evidentes algumas classificações nacionais, mais que outras, que são a ponta do *iceberg* para a compreensão de suas inúmeras escolhas e tentativas de buscar caminhos para imigrar de modo legal.

Se, no caso, a ausência da nacionalidade de origem remete a parte resultante de uma triagem para acessar a uma proteção, há ainda a percepção, por parte de alguns entrevistados, de que as agências internacionais fizeram parte da tecnologia de sua desterritorialização, especialmente quando assumem, por longo tempo, a administração de campos de refugiados convertendo-os em estrangeiros em seu território.

Por fim, entendo ser pertinente considerarmos as lógicas do sistema de proteção internacional como parte das lógicas que presentificam o Estado, através de suas tecnologias e agentes, que não apenas fazem parte da solução da vida dos refugiados, mas dão continuidade a uma intensa negociação por fazer-se reconhecer como um beneficiário de um sistema de proteção humanitária internacional.

NOTAS

¹ Refiro-me, especialmente, a sua obra *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*, publicada originalmente em francês, no ano 1991. Para esse artigo, uso a única edição publicada em português, no ano 1998, com foco nos capítulos oito e nove do livro.

² Palavra árabe, comumente designada como “catástrofe”, a partir do êxodo forçado de 1948, mas que é apontada como o dia do terror.

³ Em Jardim (2017) desenvolvi diferentes cenários etnográficos interpelados por agentes da governamentalidade e por lógicas institucionais que pressionam e impulsionam escolhas dos imigrantes com vistas à reorganização de suas vidas. A governamentalidade das imigrações aqui é entendida como um conceito que aponta para diferentes atores e saberes que corporificam lógicas estatais, como propõe Foucault (2006).

⁴ Parte do argumento foi apresentado em Jardim (2017).

⁵ Por certo, a experiência de fuga em massa por conta da violência não é inaugurada na Segunda Guerra Mundial, basta lembrar-se de cenas já dos anos trinta, como a imagem amplamente conhecida da Guerra Civil Espanhola e dos civis atravessando os Alpes no norte da Espanha no mesmo período.

⁶ O site do ACNUR permite o acesso à listagem de documentos sobre diferentes convenções, datadas e relacionadas a debates regionais.

⁷ Como exemplo disso, é sempre bom ter em mente que o mecanismo do reassentamento solidário só começou a vigorar após 2004 e trazia uma novidade que fora sempre demandada a possibilidade de o refugiado ser realocado em um terceiro país. O mecanismo de proteção a refugiados, até então, não dava alternativas de circulação internacional para esses sujeitos, senão como um renunciante ao Estatuto de Refugiado, ou por retorno voluntário. Ingressar nesse sistema de proteção era então vivido, de alguma maneira, como um limitador das rotas de fuga.

⁸ O Chuí (Brasil), local em que realizei a pesquisa de campo com os palestinos, contava com cerca de 3.614 habitantes registrados no Censo do IBGE de 1996. Um levantamento de 1997, feito pelo Departamento de Assistência Social da Prefeitura do Chuí, registrou 6.564 habitantes. Os dados que estimam a presença de migrantes de origem árabe não são precisos, os entrevistados que ocupam cargos públicos na cidade estimam-se em cerca de 200 pessoas de origem árabe que são, de fato, votantes. As lojas dos comerciantes de origem árabe estão concentradas no Brasil.

⁹ Tanto na forma de seletividade, quanto no formato de atenção aos refugiados, o ACNUR conta, basicamente, com o reconhecimento multilateral dos Estados signatários de tais compromissos. Mas, concretamente, a atuação direta de organizações não governamentais e, basicamente, aquilo que os Estados firmam como compromissos estatais passam a ser pleitos da sociedade organizada, a fim de que se traduzam em políticas públicas. Os refugiados, portanto, têm pouca interação com instituições públicas que inicialmente promovem o deslocamento.

¹⁰ No caso, a proteção da Cruz Vermelha só pode ingressar quando há uma declaração de tempo de paz, saindo imediatamente quando o conflito se reconfigura, pois não teria licença para ingressar ou permanecer. Não se deve envolver no debate sobre a licitude da guerra em questão. Criada no ano de 1859, a Cruz Vermelha de Henry Dunant, atualmente a Cruz Vermelha, segue a Convenção de Genebra de 1949 e protocolos adicionais de 1977.

¹¹ Para mapear a presença de árabes na fronteira, a Polícia Federal (PF), em 1999, me disponibilizava alguns dados: o número de estrangeiros de procedência jordaniana no Chuí era de 134, e 13 palestinos residentes na localidade. Segundo o setor de estrangeiros da PF, as três cidades do RS que concentrariam mais jordanianos seriam, por ordem, Uruguaiana (fronteira com Argentina), Chuí e Livramento (fronteiras com Uruguai). Em Uruguaiana, residiram 162 jordanianos e 3 palestinos. No Chuí, 134 jordanianos e 13 palestinos e em Livramento residiriam 97 jordanianos e 7 palestinos. Embora essa população possa ser quantificada pela PF, por sua nacionalidade de ingresso no Brasil, os dados sobre naturalização não estavam disponíveis na mesma base, orientada a identificar territorialmente os estrangeiros em localidades, a ponto de não sabermos qual a proporção dos nascidos no Brasil e os naturalizados, nem se sua naturalização foi efetuada em cidades brasileiras, anteriormente à sua residência atual.

¹² A acusação de “turco” é conhecida e difundida na localidade, e reutilizada também nas relações entre árabes. Tais relações acompanham uma divisão espacial da cidade. A “rua Jenin”, referindo a um “campo de refugiado”, na realidade, trata-se da rua Colômbia do plano urbano do Chuí. A renomeação informal acaba sintetizando, para os próprios comerciantes de origem árabe, o lugar do produto vendido em grande quantidade e variedade, e de qualidade menos confiável. Estas lojas são, portanto, um contraponto fundamental para as “grandes lojas” (também de árabes) em que os produtos teriam, segundo eles, diferenças de qualidade. O fato é que ambas são cópias de produtos de marca, em geral, a base do comércio do *free-shop* estabelecidos no lado da rua que corresponde ao Uruguai; muitos são supermercados que vendem produtos da indústria brasileira, mas realça-se assim uma diferenciação bastante utilizada sobre a prosperidade e o tempo de permanência no comércio local.

REFERÊNCIAS

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Convenção de 1951**, relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: <http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/asilo1/conv-1.html#art1> . Acesso em 19 de março de 2019.

BRAND, L. Palestiniens et Jordaniens: Une crise d’identité. **Revue d’études palestiniennes**, Paris: Les Editions de Minuit, n. 5.,1995.

OUA – ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. **Convenção da organização da unidade africana**: rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África. Adotada pela Conferência dos Chefes de Estado e do Governo quando da Sexta Sessão Ordinária (Adis-Ababa, 10 de Setembro de 1969). Entrada em vigor: 20 de Junho de 1974, de acordo com o artigo XI.

Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/oua.htm>> . Acesso em 19 de março de 2019.

FOUCAULT, M. **Seguridad, territorio, población**: curso en el Collège de France 1977-1978. 1ª. Ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

JARDIM, D. F. **Palestinos no extremo sul do Brasil**: identidade étnica e os mecanismos sociais da produção da etnicidade. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

JARDIM, D. F. Palestinos: as redefinições de fronteiras e cidadania. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 223-243, julho de 2003.

JARDIM, D. F. **Imigrantes ou refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras**. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

LAFER, C. A ONU e os Direitos Humanos. **Estudos Avançados**. n. 9, n. 25, 1995.

PAPPE, I. **La limpieza étnica de Palestina**. Barcelona: Editorial Planeta, 2006.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

RESUMO

O objetivo do artigo é evidenciar a historicidade dos dispositivos internacionais humanitários em termos regionais, a fim de apontar as “ilusões” jurídicas que nutrimos sobre o Direito Internacional, percebendo seu descentramento progressivo da “questão europeia” relativa à Segunda Guerra Mundial, e ampliando a compreensão para um amplo período das guerras de descolonização em diferentes continentes. Propomos uma leitura de documentos internacionais como parte das tecnologias que conformam uma “orquestra das nações” e um Estado, documentos que se expandem e se tornam lógicas supranacionais e influenciam a construção de uma ideia de “provisoriedade” atribuída ao imigrante e ao exílio compulsório que o *status* de refugiado traz consigo. Em perspectiva antropológica, com base em análise etnográfica, sobre como palestinos chegam ao Brasil nos anos cinquenta, o estudo busca evidenciar aspectos históricos que são normalmente negligenciados em nossa escuta quando nos relacionamos com nossos interlocutores e que revelam as metamorfoses jurídico-administrativas com as quais as pessoas, que “buscam” o deslocamento, podem se deparar, ou não, no âmbito do aparato estatal. De outro lado, com o intuito de recuperar boas lições do professor Abdelmalek Sayad, o estudo aponta para as conexões coloniais que dão contornos à ação estatal, muitas vezes evidenciadas nos processos de acolhimento, mas que não devem ser negligenciadas enquanto lógicas que presidem a denegação de vistos, ou a definição de destinos, para pessoas que traçam percursos e a reconstrução de suas vidas através da imigração. As reflexões de imigrantes palestinos sobre os caminhos jurídicos disponíveis para a sua imigração, ofertada por diferentes Estados Nacionais, devem ser feitas de modo concomitante ao entendimento da construção histórica de um sistema de proteção humanitária a civis, envolvendo Convenções, regionais e internacionais, de proteção aos direitos humanos das quais os países são signatários. Vislumbrar uma perspectiva histórica de tais Tratados nos permite refletir sobre as noções de violência de Estado e proteção internacional humanitária, travadas através – e em diálogo – com tais Acordos internacionais.

Palavras chaves: imigração palestina, refugiados, governamentalidade.

ABSTRACT

The aim of the article is to highlight the historicity of international humanitarian arrangements in regional terms, in order to point out the legal “illusions” we harbor about international law, realizing their progressive decentralization of the “European question” related to World War II, and expanding the understanding for a broad period of decolonization wars on different continents. We propose a reading of international documents as part of the technologies that make up an “orchestra of nations” and a state, documents that expand and become supranational logics and influence the construction of an idea of “provisionality” attributed to the immigrant and compulsory exile that From an anthropological perspective, based on ethnographic analysis, on how Palestinians arrive in Brazil in the 1950s, the study seeks to highlight historical aspects that are usually overlooked in our listening when we relate to our interlocutors and reveal the juridical-administrative metamorphoses with which people, who “seek” the displacement, may or may not encounter the state apparatus. On the other hand, in order to retrieve good lessons from Professor Abdelmalek Sayad, the study points to the colonial connections that outline state action, often evidenced in welcoming processes, but which should not be overlooked as logics that preside over denial. visas, or the definition of destinations, for people who trace routes and the reconstruction of their lives through immigration. Reflections by Palestinian immigrants on the legal avenues available for their immigration, offered by different National States, should be done concomitant with the understanding of the historical construction of a humanitarian protection system for civilians, involving conventions, regional and international, of human rights protection to which countries are signatories. A glimpse into a historical perspective of such treaties allows us to reflect on the notions of state violence and international humanitarian protection waged through - and in dialogue - with such international agreements.

Keywords: Palestinian immigration, refugees, governmentality.

Florecer lejos de casa: testimonios de la diáspora venezolana

Ángel Arellano (coord.)

Montevideo, Fundación Konrad-Adenauer – Oficina Uruguay, 2018, 206p.

Consultado em 29 de novembro de 2018, 11:10hs, In: <https://www.kas.de/einzeltitel/-/content/libro-florecer-lejos-de-casa-testimonios-de-la-diaspora-venezolana> y http://dialogopolitico.org/wp-content/uploads/2018/08/florecer_lejos_de_casa-testimonios.pdf

Esta publicação patrocinada pela Fundación Konrad-Adenauer e acessível de forma digital através da plataforma “diálogo político”, nos permite lançar um olhar diferente para o imenso êxodo de migrantes venezuelanos que tem marcado o cenário político e social da América Latina nos últimos três anos. Frente à irrupção desse imenso movimento migratório, o que mais tem se publicado são tentativas provisórias de levantar dados que permitam obter uma apreciação de seu impacto ou de suas causas, ou então relaciona-lo com a crise que há anos assola Venezuela. Seja por meio da imprensa, pelos organismos de Estado ou Universidades, são várias as iniciativas de analisar o significado desse fenômeno. Apesar de muitos vídeos, reportagens, relatórios e depoimentos que nos chegam por diversas mídias, ainda carecemos de uma reflexão mais profunda sobre como vivenciam os próprios venezuelanos esse evento, mais um capítulo de uma tragédia nacional que parece não ter fim. Talvez seja esse o grande mérito dessa publicação: o de poder, para além de todas as informações quantitativas e dados sociais disponíveis, buscar resgatar as vozes daqueles que vivem por dentro essa crise humanitária, à raiz desse impulso irresistível de sair de seu país natal, experiência inédita e impensável há questão de uns dez anos atrás.

Assim, a proposta dessa publicação, a de trazer testemunhos de vivências diferenciadas e personalizadas dessa migração, como algo diferente de tudo o que então se conhecia em Venezuela e em América Latina, se apoia em um projeto: *“darle voz a la diáspora para que sean los propios venezolanos, a través de una selección de textos redactados por varios de sus periodistas y escritores más destacados, quienes cuenten lo que les ha tocado vivir”*. (p. 5) Trata-se de

testemunhos sobre o que significa viver essa “diáspora”, reunidos e organizados como um esforço coletivo de compreensão interna da condição do imigrante venezuelano hoje. São autores que possuem um particular domínio da escrita e são oriundos do mundo das artes, da crítica jornalística, do mundo universitário e literário, da militância dos direitos humanos. Assim, a cada país que recebe uma parcela dessa diáspora venezuelana é dedicada uma reflexão por um autor venezuelano que vivencia essa condição migratória nesse país, e que a partir desse lugar expõe seu olhar crítico e pessoal sobre sua realidade social e sua trajetória de vida. De comum temos a busca em apresentar uma reflexão histórica e social sobre o “chavismo” e sua implicação na crise venezuelana, mas também sobre as dificuldades de viver como migrante e refugiado, algo até então desconhecido para os venezuelanos em geral. De diferente, uma pluralidade de olhares sobre a repercussão desse processo no cotidiano familiar, no trabalho, no campo das artes, da vida universitária, no deslocamento por cidades e países, no projeto de vida de cada um em particular. Olhares sobre vivências múltiplas e uma experiência comum, sobre a mesma Venezuela e um leque multifacetado de lugares de destino, que se reparte entre os que foram e os que ficaram. Todos olhares marcados pela perplexidade de um deslocamento forçado e pela busca desesperada por um outro futuro.

O livro se distribui de maneira desigual em três partes: a primeira, que ocupa mais da metade da publicação, intitulado “*América*”, reúne todos os depoimentos daqueles que se deslocaram para algum dos países do continente americano, dos Estados Unidos à Argentina, somando onze textos; a segunda, “*Europa*”, traz dois textos, com depoimentos de migrantes e/ou refugiados na Alemanha e Espanha; a terceira parte traz um texto que é a contraparte de todos os outros, pois traz a perspectiva daqueles que ficaram em “*Venezuela*”. A introdução à coletânea busca apresentar um quadro com dados que procuram descrever a gravidade da crise vivida em Venezuela, seja quanto à situação econômica caótica, seja quanto aos impactos sobre a população no que diz respeito à carestia, falta de abastecimento de alimentos e medicamentos, desnutrição, fome, e dados alarmante de violência. Inclui também o caso emblemático de uma família de classe média, cujo pai é um engenheiro químico, em que sintetizam todos os fatores ligados à violência, ao desastre econômico e desagregação familiar que obrigam a sair do país, assim como se apresenta como um exemplo dos roteiros muitas vezes trágicos de migração, que a levou a se instalar provisoriamente na zona rural de Paraguai, como empregados em uma fazenda.

O primeira e mais extensa das partes do livro, “*América*”, traz um primeiro conjunto de textos de autores migrantes que passaram por situações de maior precariedade social e profissional: Colômbia, Equador, Peru e Brasil. O texto “*Pero el infierno nunca escapa de nosotros*”, de Salvador Passalacqua, traz o relato duro da migração para Colômbia em que se destaca o cotidiano marcado pela

violência e insegurança, no percurso que leva à travessia da fronteira. O relato segue em um vai-e-vem entre a descrição da condição liminar vivida ao longo do deslocamento e a precariedade de um trabalho informal junto a comerciantes chineses no lugar de destino, em que se perpetua a liminaridade de sua condição. O texto de Tamara Taraciuk Broner, que é investigadora da ONG “*Human Rights Watch*”, é aquele que menos revela uma postura pessoal de testemunha da vivência do drama da migração, apesar de mostrar sua indignação ao descrever com vários dados a situação dos imigrantes acampados em Roraima, na região fronteira entre Brasil e Venezuela. A experiência de migração em Equador, “*Libertad*”, de Jefferson Díaz, apesar do autor descrever também seu processo de inserção precária com sua família no lugar de destino, apresenta um olhar particular, a partir de sua condição de migrante venezuelano de origem indígena e equatoriana. Assim, seu foco está no diálogo intercultural e intergeracional, entre a Venezuela e Equador, ao mesmo tempo como indígena e migrante nos dois países, vivenciando em ambos lugares a experiência da xenofobia e do estranhamento. Chama a atenção como se reconhece com outros migrantes, na identificação com personagens vindos de outros continentes, no cotidiano de Quito. O relato “*Joropo de Esperanza*”, de Alexis Castillo, faz um relato multifacetado sobre a precariedade em que vivem milhares de venezuelanos no Peru. O autor transita por vários lugares e meios em que se revela o retrato da precariedade da inserção dos venezuelanos na sociedade peruana: memórias de uma viagem penosa, cenas de situações de alojamento improvisado e emprego informal, da indústria do sexo mediatizada na Internet, de xenofobia e preconceito, mas também de inúmeras formas de solidariedade e mútua ajuda desenvolvidas no cotidiano.

Um segundo grupo de textos agrupa experiências de uma migração para países mais distantes, em que apesar das dificuldades e percalços da nova inserção social, o que mais aparece é a reflexão sobre o significado desse processo migratório para Venezuela e o próprio povo venezuelano. Assim, o texto “*De Venezuela a la Patria Celeste. La Historia de los Veneguayos*”, de Ángel Arellano, junto com uma abundância de indicadores sobre a presença dos venezuelanos em Uruguai, traz uma reflexão sobre os impactos da presença de venezuelanos no cotidiano uruguaio. O texto seguinte, “*Afuera y adentro*”, de Carolina Acosta-Alzuru, traz a perspectiva original de uma pesquisadora da vida cultural venezuelana e sobretudo da produção de suas novelas, que desde os anos 1990 vive entre os Estados Unidos e Venezuela. Mesmo adquirindo a dupla cidadania e se mudando para os Estados Unidos, permaneceu até os dias atuais indo periodicamente a Venezuela. Entre o olhar de quem está “fora” e aquele de quem, a partir de “dentro”, procura compreender o que acontece em Venezuela, descreve o processo de degradação da vida social, cultural e universitária ao longo das últimas décadas, desembocando no êxodo de tantos venezuelanos, de todas as classes sociais, para fora do país. Ela é quem traz o melhor retrato dessa paisagem de desolação:

Ahora cuando voy a Caracas se me llenan los ojos de vacío. Asientos vacíos en las reuniones familiares. Calles desoladas al caer el sol. Colegios y universidades des poblados de estudiantes, maestros y profesores. Quirófanos desiertos de pacientes porque no funcionan. Salarios convertidos en arena. Pantallas de televisión a las que les exprimieron la venezolanidad en el *primetime* y les expropiaron la libertad de opinión a toda hora. Lo peor es que lo que está vacío es preferible a lo que está lleno: la lista de enfermos esperando por tratamiento, los talleres mecánicos atestados de vehículos que no tienen repuestos, los basureros poblados de gente que ya solo encuentran allí qué comer, las cárceles hinchadas de presos políticos, la morgue (ACOSTA-ALZURU, 2018, p. 96).

Também com um olhar marcada pela experiência universitária, Gisela Kosak Rovero, narra sua inserção na sociedade mexicana: “*México, mi otro país*”. Privilegia a descrição dos ambientes da Academia nos dois países, as novas perspectivas em México, e o modo como foi aceita sua relação homoafetiva nesse país. O texto seguinte, “*Protestas y fútbol: entre Venezuela y La Paz*”, em registro completamente diferente, aborda o trânsito entre ambientes do futebol entre Venezuela e Bolívia. Ao longo de vinte anos, Manuel Llorens, psicólogo de formação e incorporado em comissões técnicas do selecionado nacional de futebol na Venezuela, e do “*Strongest*” em La Paz, participou ativamente da popularização desse esporte nos dois países. Em meio à sua vivência nesse meio, sobretudo entre os bolivianos em La Paz, indo e voltando da Venezuela, pode também descrever o processo doloroso de decadência de seu país natal, até se convencer a se radicar definitivamente em Bolívia. É dele que temos a frase que dá título à publicação, citando a Rosario Vásquez: “*soy diáspora y mi deber es florecer*” (p. 128) Na sequência, temos o texto curto de Paola Soto, “*Páginas del Exilio*”, que trata de sua migração e inserção na Argentina, em que, mais do que os percalços vividos, o que se ressalta é a comparação entre a sua experiência migratória como jovem e aquela que lhe foi contada por seus pais e avós na Venezuela. A seguir Mireya Tabuas faz uma reflexão em “*El país que se inundó de venezolanos*” sobre o processo de inserção dos migrantes venezuelanos no cotidiano da sociedade chilena. Destaca em particular as formas de organização, empreendedorismo e mútua ajuda que rapidamente souberam desenvolver. Por fim, em um outro texto curto, “*Nunca pensé en vivir aquí*”, Maru Rodríguez apresenta as dificuldades de inserção dos migrantes venezuelanos no Panamá, que reflete as mesmas dificuldades em outros países da América Central e do Caribe.

A parte seguinte, “*Europa*”, se abre com o texto de Hensli Rahn, intitulado “*Anotaciones al margen de una diáspora*”, trazendo de maneira fragmentada cenas das tentativas de acomodação de migrantes venezuelanos na Alemanha.

De maneira assistemática transmite a angústia de latino-americanos caribenhos tentando compreender o processo de deslocamento a que foram submetidos. No texto seguinte, Eduardo Sánchez Rugeles, por meio do texto *“En torno a los venezolanos, algunas reflexiones”*, traz suas reflexões sobre a evolução da imigração de venezuelanos para Espanha a partir de 2013, considerado o momento de inflexão da desesperança que se abateu sobre o país: inicialmente um lento retorno de descendentes de antigos imigrantes e refugiados até se tornar um verdadeiro êxodo de novos migrantes em busca de uma nova chance de sobrevivência.

A última parte, *“Venezuela”*, traz um único texto, escrito por Héctor Torres, *“Inventário espiritual de la ausencia”*, que busca exprimir o significado dessa migração em massa para aqueles que ficaram em Venezuela. Depois de lembrar como a história venezuelana foi marcada por várias ondas de imigrantes, que buscavam nas oportunidades econômicas e na estabilidade na Venezuela daquele tempo um futuro melhor, narra como nas últimas décadas se desencadeou uma fratura nesse imaginário. Entrou-se num processo de degradação política e social que levou as famílias a considerar o impensável: a emigração como saída. O autor faz “um inventário espiritual”, pois procura exprimir a experiência do luto e do vazio vivenciado pelas famílias que ficaram, em que os mais velhos veem a partida dos mais jovens e agora vivem unicamente de lembranças, da remessa de ajuda e de mensagens vindas pelas redes sociais. O que predomina é o sentimento de perda:

El sentimiento de pérdida que producen las despedidas es, también, acumulativo. Cada una pega más que la anterior. Se llega a un punto en que los que se quedan se sienten tan extranjeros como los que se van. Tan solos como los que se van. Tan ajenos a la alegría de la vida como los que se van. El chavismo logró dos hitos que parecían imposibles, no ya de alcanzar juntos, sino acaso de alcanzar a secas: quebrar un país petrolero y volver triste un país caribeño (TORRES, 2018, p. 190-191).

Esse retrato multifacetado de uma tragédia coletiva, traz várias intuições para ajudar a pensar o inusitado das migrações na cena contemporânea. Uma seria como nesse mundo globalizado podemos compreender os significados novos da experiência da “diáspora”. Fenômeno complexo que foi ao longo dos séculos delineando a identidade de diferentes povos, agora em um tempo extremamente curto, tende a redefinir o significado da nacionalidade, entre os que partem e os que ficam. Nesse sentido, traz também novas perplexidades para repensar o significado do estatuto do “refúgio”. Por outro lado, relatos como os reunidos nesse livro confirmam como pela voz dos próprios migrantes podemos ter um acesso mais íntimo do significado de sua condição social, do dilaceramento

em que vivem, entre a origem e o destino, entre a culpa e a esperança. Seria importante que migrantes venezuelanos de origem mais modesta, e que são milhões nos vários países da América Latina, sem tal habilidade para escrever, pudessem também eles exprimir sua história, a sua compreensão do desarraigo que estão vivendo.

Buenos Aires, 20 de fevereiro de 2019

Sidnei Marco Dornelas

Migraciones en America Central: políticas, territorios y actores

Carlos Sandoval Garcia (org.)
**San José (Costa Rica), Instituto
de Investigaciones Sociales, 2016,
410 p.**

Consultado em 22 de fevereiro de 2018, 15:53hs, como “Migraciones-en-America-Central_CSG2016”, In: http://sociologia-alas.org/wp-content/uploads/Migraciones-en-America-Central_CSG2016.pdf

Entre as várias publicações a que tivemos acesso pela rede NIEM, pudemos identificar esse livro, que poderia ser associado a muitas outras que tratam do imenso drama humano das migrações da América Central para os Estados Unidos. Porém, sua proposta nos chamou a atenção pela sua perspectiva: de um lado, a atenção para os vários aspectos que envolvem as condições sociais em que ocorre essas migrações; e de outro, a busca de resgatar a voz e o olhar do próprio migrante. Na sua introdução, os organizadores destacam quatro pontos de partida: uma convocatória pública para obter contribuições acadêmicas de pessoas que não estão acostumadas a trabalhar juntas; sua dimensão coletiva, ao procurar contemplar a ampla variedade da América Central; a busca de uma perspectiva que se atenha ao contexto regional (e que se afaste de um “racionalismo metodológico”); a necessidade de realizar uma tarefa concreta que permitisse confluir as expectativas de um trabalho público, coletivo e regional. Nesse sentido, procurou-se reunir um conjunto de reflexões que pudesse contribuir numa perspectiva de construção coletiva de saberes, e que ajudasse a pensar formas de intervenção e incidência institucional. Mesmo considerando a falta de trabalhos de países como Belize, Panamá e do Caribe, como o próprio organizador menciona, os artigos conseguem abarcar de maneira ampla toda a região, tratando a realidade do migrante a partir de diferentes tipos de olhares. Nesse sentido, é de se destacar a busca pela coleta de testemunhos de migrantes, individuais e coletivos, o que deu mais concretude às abordagens feitas.

Os diferentes artigos são distribuídos de tal maneira a configurar um roteiro que percorresse as várias faces da complexa realidade que caracteriza as migrações na e a partir da América Central. Assim é que a primeira parte é dedicada aos processos de exclusão, expropriação e violência (“*Exclusión*,

desposesión y violència”), e busca resgatar elementos do processo histórico recente da América Central, que ensejou vários deslocamentos humanos na região. O primeiro artigo, de Andrés León Araya e Sergio Salazar Araya (“*Del Serro al Norte. Historia y memoria em la migración campesina hondureña*”), trata da continuidade entre os movimentos de migração interna em Honduras e as ondas de migração internacional, principalmente para os Estados Unidos, que envolveram as comunidades camponesas. Valendo-se da história de vida de uma família camponesa e de seu povoado de referência, os autores reconstituem os vários deslocamentos, movidos pela violência da guerra interna, de catástrofes naturais, da implantação de projetos agrícolas do grande capital, e pelo atrativo dos empregos nos Estados Unidos. Tratando de outro período histórico, mais recente, o segundo artigo, de Mário Zuñiga Nuñez (“*Migración, Pandillas y Criminalización: la conflictividad estadounidense y su relación com El Salvador*”), trata da gênese dos grupos criminais que atuam em El Salvador. Mostra como sua origem se encontra estreitamente ligada à condição de vida dos migrantes salvadorenos nos Estados Unidos, e os efeitos de sua política de extradição. Analisa três fenômenos interligados: a migração salvadorenha nos Estados Unidos; a cultura e conformação de gangues nas cidades norteamericanas; o processo de criminalização de jovens nos Estados Unidos, e sua extradição para El Salvador.

Na segunda parte, como outra etapa desse roteiro de reflexão, os artigos são reunidos sob o título “*rutas migratorias*”. O primeiro artigo desse bloco, de Ana Lucía Hernández Cordero, volta-se para a migração feminina de mulheres guatemaltecas para a Espanha (“*En España se necesitan mujeres para trabajar. Guatemaltecas inmigrantes y las cadenas globales de cuidado*”). Trata-se de um caso exemplar do fenômeno da feminização das migrações, composto de mulheres da Guatemala que se introduzem no mercado global do cuidado, de crianças e idosos na Espanha. Procura tratar desse fenômeno a partir dos depoimentos de cerca de 30 mulheres, e assim levantar os traços da condição de vida dessas migrantes, numa perspectiva de gênero. O seguinte artigo dessa parte, de Rafael Alonso Hernández Lopez (“*La diáspora de los invisibles. Reflexiones sobre la migración centroamericana en tránsito por el Corredor Ferroviario del Occidente Mexicano*”), estuda os migrantes em trânsito que se utilizam do trem conhecido como “*la bestia*”, para tentar chegar aos Estados Unidos. Em particular, se detêm sobre as experiências desses migrantes na Zona Metropolitana de Guadalajara, a fim de identificar quem são esses migrantes “invisíveis” e traçar um perfil de sua condição de clandestinidade. Essa parte se conclui com a transcrição de um depoimento (“*Es triste tener que dejar la patria*”) de um jovem salvadorenho sobre suas quatro tentativas para poder chegar aos Estados Unidos.

A terceira parte, intitulada “*La política de la migración*”, traz textos que analisam o impacto das políticas migratórias sobre a vida dos migrantes centroamericanos. O texto de Gabriela Segura Mena (“*Procesos de Regionalización*”

de la política migratória estadounidense en Centroamérica) analisa a proposta das políticas migratórias para a região, cuja referência passou a ser a agenda da política de segurança nacional dos Estados Unidos, que a partir de 2001 pautou-se pelo combate ao terrorismo. A autora mostra como essa pauta condicionou todas as políticas elaboradas pelos países da América Central, praticadas a partir do foco da securitização do trato dos migrantes que saíam ou passavam por esses países. Por sua vez, José Luis Rocha Gomez estuda como evoluiu a ilegalidade migratória da população nicaraguense nos Estados Unidos e em Costa Rica (*“Evolución de la ilegalidade migratoria de los centroamericanos vista desde un censo, la geopolítica y los modelos migratórios”*). O autor aborda como a própria condição de clandestinidade muda conforme o contexto sociopolítico e histórico de cada país e o perfil de cada grupo migratório. Por fim, o último texto (*“Soy Emilio y tengo algo para contar”*) também reproduz um depoimento de migrante centro-americano, sobre as suas dores na migração e as razões que encontra para continuar migrando.

A quarta parte aborda o tema das *“Deportaciones y afectaciones psicosociales”*, e trata dos impactos que a política de combate às migrações traz para a vida emocional e psíquica dos migrantes. O primeiro texto, de Anneliza Tobar Estrada (*“Una aproximación a las relaciones psicológicas en la migración. Los casos de los migrantes guatemaltecos deportados”*), apresenta esse campo específico da psicologia, fazendo a distinção entre o que seriam reações normais daquelas consideradas patológicas, decorrentes das várias situações traumáticas vividas pelos migrantes, em especial a deportação. O estudo seguinte, de José Vicente Quino González (*“A la deriva entre el Sur y el Norte. Deportaciones y sujetos dañados en Guatemala”*) focaliza justamente esse fato traumático, a deportação, na trajetória da vida do migrante. A partir da análise de alguns casos de migrantes guatemaltecos deportados, expõe os seus danos na sua trajetória laboral e na produção de subjetividades feridas. Essa parte termina com dois depoimentos: a de uma migrante nos Estados Unidos que avalia como as diferentes categorias de migrantes se veem (*“Categoría indocumentada”*); e o testemunho de um hondurenho deportado (*“Y así me hice... hermano con Arturo”*), sobre sua viagem no trem conhecido como *“la bestia”*.

A parte quinta *“Derechos y Políticas Públicas”* traz dois estudos focados sobre a inserção dos migrantes nicaraguenses no sistema de saúde da Costa Rica. O primeiro, de Koen Voorend (*“El sistema de salud como imán. La incidencia de la población nicaragüense en los servicios de salud costarricenses”*) trata dos preconceitos incorporados entre profissionais de saúde sobre os efeitos do acesso dos migrantes sobre a qualidade do sistema. O texto seguinte, de Mauricio Lopez Ruiz (*“El derecho a tener derechos precarios: la incorporación de trabajadores nicaragüenses temporales al sistema costarricense de salud pública”*) analisa a

inserção precária e parcial de trabalhadores migrantes temporários nicaraguenses no sistema de saúde, viabilizado por meio do “*Acuerdo Binacional Costa Rica-Nicaragua*” (ABN).

A parte sexta aborda os “*Imaginario Sociales*”, colocando sua atenção nas percepções e constituição dos imaginários e subjetividades dos migrantes em sua trajetória migratória. O primeiro texto, de Luis Ángel López Ruiz e David Delgado Montaldo (“*Actitudes y percepciones segmentadas: prejuicios hacia la población nicaraguense en Costa Rica*”), analisa as percepções da população de localidades de Costa Rica sobre a presença dos migrantes, em particular os nicaraguenses, buscando levantar indicações para planificar campanhas anti-xenofóbicas e melhorar a integração dos grupos migrantes. O texto seguinte, de Fernando Chacón Serrano, Leslie Gómez Calderón e Thelma Alas Albanés (“*Configuración de imaginarios sociales sobre la migración irregular en jóvenes potenciales migrantes y retornados salvadoreños*”), estuda os vários aspectos da subjetividade dos jovens migrantes, em sua tentativa de se auto-compreenderem em seus projetos migratórios, seja que eles se candidatem à migração, seja que tenham experimentado a migração e o retorno, e mesmo que tenham sido deportados. Ao final dessa parte também temos um relato de experiência, narrado por Jose Pablo Peraza (“*Sobre encuentros y reencuentros. Caravana de madres ‘Liberando la esperanza’*”), que descreve a iniciativa de organização anual de uma caravana de mães de migrantes centro-americanos que buscam seus filhos que não retornaram ou não se contatam mais com seus familiares. O relato narra o desenrolar de uma dessas caravanas, indo da fronteira de Guatemala, passando pelos principais locais de passagem dos migrantes, até chegar à fronteira dos Estados Unidos.

A última parte do livro, “*Organización y constitución de sujetos políticos migrantes*”, concluindo o roteiro das várias faces da realidade dos migrantes centro-americanos, coloca seu olhar sobre as iniciativas de organização dos migrantes enquanto sujeitos políticos emergentes. O primeiro texto, de Úrsula Roldán Estrada (“*Otras miradas para el análisis de las migraciones. Actores/ sujetos migrantes desde las realidades de Huehuetenango, Guatemala*”), investiga as potencialidades dos migrantes de uma determinada região de Guatemala para se tornarem atores ativos na transformação de sua realidade. A autora estuda em particular a formação da subjetividade política do migrante, e a participação dos movimentos sociais nesse sentido, em especial aqueles vinculados à Igreja Católica. O texto seguinte, de Laura Paniagua Arguedas (“*A construir el hormiguero y encender la luz! Lo político y la participación en la experiencia migratoria en Costa Rica*”), a partir do relato das vivências de mulheres migrantes nicaragüenses em Costa Rica, examina como foi se constituindo sua consciência política por meio da participação em várias lutas em defesa de seus direitos, até se perceberem de fato como protagonistas e sujeitos políticos. O terceiro artigo,

de Aracely Martínez Rodas (*“Las organizaciones guatemaltecas como actores transnacionales: resultados de la encuesta a migrantes em Estados Unidos”*), faz um levantamento das organizações de migrantes guatemaltecos atuantes nos Estados Unidos, como elas impactam na vida da coletividade migrante e em que medida os próprios migrantes possuem um conhecimento de suas atividades. O último texto, de Sarah Loose (*“El comité Santa Marta: memória histórica, testimonio y organización transnacional em El Salvador”*), traz o relato da experiência de organizações de migrantes da localidade de Santa Marta, e sua busca em resgatar e conservar a memória do deslocamento forçado de sua população pelas forças armadas, durante o período de guerra civil no país, e sua experiência de retorno e reconstrução da comunidade. Em particular, a autora se concentra nas atividades da Associação de migrantes nos Estados Unidos, e seu empenho que essa memória permaneça viva entre os jovens da segunda e terceira geração nascidos nos Estados Unidos.

Esse roteiro temático, e os textos que o compõem, traz um panorama bastante rico das várias facetas da migração e dos migrantes centro-americanos. Tanto mais pertinente que, publicado pouco antes da eleição de Donald Trump, mostra como os efeitos da política restritiva aos migrantes centro-americanos já eram muito duros no período imediatamente anterior. Eles ajudam a perceber como a migração é de fato um processo amplo, e nessa região, marcado profundamente pela violência e injustiça, que se desdobra em diferentes níveis, e se estende e se concretiza ao longo das últimas décadas em diversas formas. Nesse sentido, um dos grandes méritos dessa publicação é frisar as muitas modalidades de resistência dos migrantes, sua busca de ressignificação de sua trajetória migratória, e sua emergência atual como verdadeiros sujeitos e protagonistas na luta por seus direitos. Esse livro, que contou com o apoio dos jesuítas atuantes na América Central, pode ajudar a abrir perspectivas para um olhar mais profundo para a realidade vivida pelos migrantes, bem como para a emergência de suas múltiplas formas de resistência e organização.

Sidnei Marco Dornelas

TRAVESSIA agora também ONLINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(3 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.revistatravessia.com.br

Acesse também o nosso Facebook:

Revista Travessia - Revista do Migrante

www.missaonspaz.org

Veja, a seguir, novos periódicos, livros, teses e dissertações
doadas à biblioteca do CEM.

Vol. 27, N° 55 – Abril 2019

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585

Olhares psicossociais
sobre migrantes e refugiados



CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

SUMÁRIO

EDITORIAL

“Não são apenas números”. Olhares psicossociais sobre migrantes e refugiados

Roberto Marinucci

7-12

DOSSIÊ

Rituales psicoterapéuticos y mediación intercultural. De la representación a la enacción.

Francisco José Raga Gimeno

13-29

Procesos de aculturación, identidad étnica y menores migrantes

Giovanni Giulio Valtolina

31-47

Menti migranti, Menti adolescenti. Avanzare sul margine: dal trauma impensabile alle parole del dolore

Virginia De Micco

49-62

The Effectiveness and Impact of an Intervention Program on Migration and Health with Mexican Undergraduate Students

María Elena Rivera Heredia, Diana Tamara Martínez-Ruiz, Ericka Ivonne Cervantes-Pacheco, Nydia Obregón-Velasco

63-78

A escuta psicológica como ferramenta de integração práticas clínicas e sociais em um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes em Santa Catarina

Gustavo da Silva Machado, Allyne Fernandes Oliveira Barros, Lucienne Martins-Borges

79-96

Perspectiva de atención psicoterapéutica a personas en situación de refugio

Antonia Lara

97-112

O el asilo contra la opresión: El caso de los chilenos exiliados que se asentaron en la ciudad de Malmö (Suecia)

José Berríos-Riquelme, Carlos Piñones Rivera, Carla Vidal Figueroa

113-130

O paradigma da atuação dos militares nas questões de migração forçada: um olhar interdisciplinar entre a Política e a Psicologia

Hiller Silva Eneterio, Núbia Gonçalves da Paixão Eneterio, Arlete Mendes da Silva

131-147

ARTIGOS

Solidaridad y Fraternidad. Una nueva clave ético-política para las migraciones

Ana Paula Penchaszadeh, Senda Inés Sferco

149-164

O reconhecimento da cidadania italiana como fato, valor e processo: o passaporte como símbolo de italianidade

Jamile Dos Santos Pereira Costa, Maria Catarina Chitolina Zanini

165-180

La reproducción de las desigualdades de género en contextos migratorios y laboralesEl caso de migrantes bolivianos y bolivianas en torno al mercado de trabajo hortícola de Salta (Argentina)

Soraya Ataide

181-197

RELATOS E REFLEXÕES

Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande - MS. Desafios, conquistas e perspectivas

Rosane Costa Rosa

199-206

RESENHAS

Making Immigrant Rights Real: NonProfits and the Politics of Integration in San Francisco

Patrícia Nabuco Martuscelli

207-210

Migración Migración y transnacionalismos. Extrañando la tierrita...

Maria de la Luz Martín Carbajal

211-214

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

A Revista Travessia publica: dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

NOTAS DE PESQUISA – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RELATOS – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RESENHAS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

CONTOS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Mídias, Documentos eletrônicos, Discos e Fitav, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AU-

TORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.

b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.

c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). História dos jovens 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____ . **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <<http://www.>>. Acesso em: 30 set. 2007.

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação.* Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.*

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253-259, maio 2007. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.*

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias:** mercados populares do centro de São Paulo. 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar:** comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão "In:," nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em....”, como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

Proceedings... Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO

Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginalia, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros

Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros.

Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERAVI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS

BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-
mênica.

PARTES DA BÍBLIA: Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: “Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento

adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Quando necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESTA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que cantante: **Os migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngua da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

Sumário

APRESENTAÇÃO

Abdelmalek Sayad: a imigração, sua provisoriade e seus paradoxos
José Carlos Alves Pereira

DOSSIÊ ABDELMALEK SAYAD

Da Síria para São Bernardo do Campo: o cenário do refúgio
Juliana Carneiro da Silva

Deslocamentos de profissionais cubanos para Roraima: memórias e experiências migratórias (1990-2000)
Rennerys Siqueira Silva; Raimunda Gomes da Silva

Entre o retorno e a vida no aqui e agora: facetas da imigração haitiana em Porto Alegre
Aliziane Bandeira Kersting

Lei de migração e o “novo” marco legal: entre a proteção, a discricionariedade e a exclusão
Giuliana Redin; Jaqueline Bertoldo

Memórias do “entre”: processos migratórios entre Brasil e Bolívia sob o olhar da infância
Camila Daniel; Jhosely Micaela Seminario Valero

Os paradoxos da imigração entre bolivianos em São Paulo: moradia provisória e a produção da alteridade
Fabio Martinez Serrano Pucci

Futebol e imigração: os imigrantes e seus descendentes representados nas seleções nacionais europeias
Guilherme Silva Pires de Freitas

Estratégias de mobilidade e permanência na interface dos agenciamentos migrantes
Isis do Mar Marques Martins

Os refugiados palestinos e a nakba: reflexões sobre Estados nacionais, colonialismo e a proteção internacional nos anos 1950
Denise Fagundes Jardim

RESENHAS

Florecer lejos de casa: testimonios de la diáspora venezolana
Ángel Arellano (coord.). Montevideo, Fundación Konrad-Adenauer – Oficina Uruguay, 2018, 206p.
Por Sidnei Marco Dornelas, Cs.

Migraciones en America Central: políticas, territorios y actores
Carlos Sandoval Garcia (org.). San José (Costa Rica), Instituto de Investigaciones Sociales, 2016, 410 p.
Por Sidnei Marco Dornelas, Cs.

travessia@missaonspaz.org
www.revistatravessia.com.br
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576

TRAVESSIA ONLINE
ISSN 2594-7869